



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e
Meio Ambiente
DOUTORADO



Elton Pereira da Silva

**POLÍTICAS (PÚBLICAS?) DE TURISMO NO CONTEXTO DA
VIOLÊNCIA E DO MEDO EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
DE RECIFE, PERNAMBUCO**

**Recife
2017**

Elton Pereira da Silva

**POLÍTICAS (PÚBLICAS?) DE TURISMO NO CONTEXTO DA
VIOLÊNCIA E DO MEDO EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS
DE RECIFE, PERNAMBUCO**

Tese apresentada como requisito final à conclusão do curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), orientada pelo Prof. Dr. Cláudio J. M. de Castilho, do Departamento de Ciências Geográficas, da Universidade Federal de Pernambuco, visando à obtenção do título de doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

**Recife
2017**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Elton Pereira da.
Políticas (públicas?) de turismo no contexto da violência e do medo em espaços livres públicos de Recife, Pernambuco / Elton Pereira da Silva. – 2017.
236 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio J. M. de Castilho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017.
Inclui referências e apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Política pública. 3. Turismo - Planejamento. 4. Espaços públicos. 5. Violência urbana. 6. Medo. I. Castilho, Cláudio J. M. de (Orientador). II. Título

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-020)

Elton Pereira da Silva

POLÍTICAS (PÚBLICAS?) DE TURISMO NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA E DO MEDO EM ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE RECIFE, PERNAMBUCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr Cláudio Jorge Moura de Castilho (orientador) - PRODEMA-UFPE

Profª Drª Wilza Gomes Reis Lopes (primeiro examinador) - PRODEMA-UFPI

Profª Drª Glória Maria Widmer (segundo examinador) - DHT-UFPE

Prof Dr Ivan Vieira de Melo (terceiro examinador) - PRODEMA-UFPE

Profª Drª Luciana Maira da Cruz (quarto examinador) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu e FACEPE

Profª Drª Josiclêda Domiciano Galvêncio (primeiro suplente interno) - PRODEMA-UFPE

Prof Dr Sérgio Rodrigues Leal (segundo suplente externo) - DHT-UFPE

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de inspiração e consolo, SEMPRE!

Aos meus pais, Edvaldo Pereira e Maria Pereira, razão do meu existir e do meu ser.

A minha avó Maria, pelo apoio de SEMPRE. Obrigado por tudo! És, de fato, um exemplo a ser seguido. Sinônimo de AMOR, paz, paciência, solidariedade, força e justiça!

A Tia Doda e Tia Cilene (Bichinha) figuras importantíssimas no meu direcionamento ao caminho do saber e na formação do meu Eu; pessoas muito especiais e importantes!

A Tia Tona (Querida), por existir, e me ensinar, entre muitas coisas, a arte de levar a vida com alegria e leveza; donde o trunfo principal para os momentos de “tubulência” – sem “r” (aflição e adversidades da minha caminhada pessoal e acadêmica) é “o brincar” – o sorriso no rosto – que nos faz seguir e persistir! Afinal, ela é uma pessoa “linda-maravilhosa”.

A todos os meus familiares: Meus irmãos Eder e Elho, Arthur, Tia Chiquinha, Tia Nova, Jó, Clarinha, Vovô Gabriel (*in memoriam*), Fernando Pereira (minha filha), Tio Ildo, Tia Soca, Tio Cidinho, Gabriel Vidal, Dhéssica Gabriela, Zinho, Tia Nida e Riva, Dhérsy Gabriel (Dhesqui), Jocinho (Apathuthulitis), Meu Padrinho, Galante, “Julhinho”, “Dudelícia”, ... por existirem. Em especial, a Pedro Henrique e a Ludmilla fiéis companheiros em quase todos os momentos de redação deste trabalho!

Aos meus amores, amigos, colegas: Rosivaldo Morais, Danilo Mergulhão, Marcelo Alves, Sunamita Iris, Débora Ferraz, Luana Dubeux, João Lucas, Jotta Hilton Pereira, Bruno Lima, Gustavo Targino, Jackson Pereira, Leandro Correia, Joalison Leo, Thiago Nunes, Ilson Velez, Allan Charles, Marcelo Ferreira, Fábio Peixoto, Alberto Castro, Alexsandro Andrade, Cleiton Ferreira, colegas do MSEU e do doutorado, pelos momentos compartilhados (sorrisos, choros, aprendizados, farras, quebradas de galho etc.), bem como pela compreensão e pelo apoio, sobretudo, nesta reta final; por fazerem parte da minha vida, da minha história!

Aos meus queridos alunos do curso de bacharelado em turismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do curso técnico em eventos da Escola Técnica Estadual Alcides do Nascimento Lins (ETEANL), pelos momentos prazerosíssimos de aprendizados mútuos. Vocês foram e são estímulos diários à construção do saber compartilhado!

Ao meu orientador Professor Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho, pela confiança, ensinamentos e apoio durante toda minha trajetória acadêmica (juntos desde a graduação!). Procurando espelhar-me em seu compromisso para com a ciência e, sobretudo, melhoramento da sociedade, gostaria de agradecer ao Senhor pelos momentos vividos; foram de GRANDES aprendizados! Suas valiosas orientações ficarão para a VIDA. Obrigado pela parceria!

A todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-graduação em desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE.

A Prefeitura do Recife, e, especial, a disponibilidade de alguns colaboradores da Secretaria de Turismo e Lazer.

A todos, enfim, que contribuíram, contribuem e contribuirão na construção da minha VIDA.

“As pessoas não escolhem o governo que colocará o mercado sob controle, em vez disso, o mercado condiciona os governos de todas as formas de colocar as pessoas sob seu controle.”

(José Saramago)

RESUMO

O papel das Políticas Públicas de Turismo (PPTUR) deveria ser o de propiciar o desenvolvimento sustentável, buscando beneficiar e atender, ao mesmo tempo, populações locais e turistas. No âmbito desse desenvolvimento, compreendido em sua complexidade, destaca-se uma série de elementos socioambientais indispensáveis ao ordenamento territorial de “cidades turísticas”, tais como a garantia de espaços públicos urbanos seguros e de qualidade. Acontece que vivenciamos hoje um contexto de “cidades do medo”; em que o próprio medo e a percepção do crescente risco, através do aumento da violência urbana, fazem com que a população opte por práticas de lazer em ambientes fechados e privados, indo de encontro à necessidade (individual e social) dos cidadãos da vivência do lazer fora do contexto domiciliar. Nesta perspectiva, o objetivo geral deste trabalho foi analisar se as Políticas (Públicas?) de Turismo de Recife contribuíram, em consórcio com outras políticas setoriais, para resolver os problemas da violência e do medo nos espaços livres públicos da cidade no período de 2013 a 2016. Para tanto, buscou-se especificamente: verificar em que medida os principais documentos de planejamento de turismo (global, nacional, estadual e municipal) consideram a questão do trinômio: turismo, espaço livre público, violência e medo urbanos; identificar, através de análise da gestão do turismo nos espaços livres públicos de Recife, como a (in) sustentabilidade das ações voltadas ao turismo na cidade, repercute na diminuição ou no aumento da violência e medo urbanos; e apontar elementos que subsidiem o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis nas áreas de turismo e de ordenamento territorial de espaços públicos urbanos, visando contribuir à resolução da problemática da violência e do medo urbanos na cidade do Recife. Como resultado, teve-se, a partir da análise dos documentos de planejamento nos níveis mundial, nacional, regional, estadual e municipal a constatação da hipótese inicial de que não existem planos, programas ou projetos específicos que tratem, de maneira articulada, do trinômio: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos. Do ponto de vista da gestão, este é o maior gargalo ao desenvolvimento do turismo sustentável, pois os benefícios gerados pelo fenômeno turístico não são distribuídos de maneira equitativa entre os atores socioambientais envolvidos com este fenômeno, retirando o turismo da pauta de elementos que poderiam vir a contribuir à diminuição da violência e do medo urbanos, pois é (in) ação decisiva para que um ambiente possua, ou não, uma Política Pública de Turismo (PPTUR). Constatou-se por fim que, apesar da Secretaria de Turismo e Lazer (SETUR-L) vir desenvolvendo um conjunto de ações em que se propõe priorizar a oferta gratuita de lazer para comunidade local e visitantes (turistas e excursionistas), possuindo um conjunto de planos, programas e, sobretudo, projetos direcionados para o setor, a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), não possui uma Política Pública de Turismo real e em funcionamento, considerando as três dimensões que uma PPTUR engloba: ideológica, normativa e técnico-administrativa. Além disso, não se percebe uma participação efetiva dos agentes socioambientais do turismo em todo o processo que envolve o ciclo de (o que deveria ser!) uma política pública. Verificou-se, notadamente, o esforço e o trabalho de alguns burocratas, sobretudo, dos que formam a mão-de-obra mais técnica especializada do turismo que compõe a SETUR-L no que tange ao planejamento e gestão de um conjunto de ações bem aceitas por visitantes, pelo trade turístico e por segmentos específicos da população recifense, mas que necessitariam de um melhor aperfeiçoamento para vir a se tornar, efetivamente, uma PPTUR. Assim, o turismo, que apesar de na literatura ser defendido enquanto um instrumento de promoção de paz, apontado no discurso de “políticos” e de agentes econômicos beneficiados com o setor como sendo um fator de desenvolvimento urbano e regional, com impactos positivos indiretos na inclusão dos criminosos marginalizados da/na cidade, a lógica e a forma pela qual vem se realizando as

“Políticas Públicas de Turismo” não contribuiu, efetivamente, à diminuição da violência e do medo urbanos nos espaços livres públicos do Recife no período analisado.

Palavras-chave: Meio ambiente; Política pública de turismo; Planejamento do turismo; Gestão do turismo; Espaço livre público; Violência e medo urbanos.

ABSTRACT

The role of Tourism Public Policies (PPTUR) should be to propitiate sustainable development, seeking, simultaneously, benefit local populations and tourists. In the context of this development, a series of socio-environmental elements essential for the spatial planning of "tourist cities" are highlighted, such as the guarantee of safe and quality urban public spaces. But today we live a context of "cities of fear", in which fear itself and the perception of increasing risk, through the increase of urban violence, make the population opt for leisure practices in private and enclosed environments, being contrary to necessity (individual and social) of the leisure experience outside the home context. Thus, the general objective of this work was to analyze if the Tourism (Public?) Policies of Recife contribute, along with other sectoral policies, to solve the problems of violence and fear in the public spaces of the city in the period from 2013 to 2016. It was sought to verify to what extent the main tourism planning documents (global, national, state and municipal) consider of the tourism, public space, violence and urban fear's; To identify, through the analysis of tourism management in public spaces in Recife, how the sustainability of actions geared to tourism in the city, has repercussions on the reduction or increase of violence and urban fear's; and to point out elements that support the development of sustainable public policies in the areas of tourism and territorial planning of urban public spaces, aiming to contribute to solve the problem of violence and urban fear's in the city of Recife. As a result, the initial hypothesis was confirmed, that is, there are no specific plans, programs or projects that address, in an articulated way: sustainable tourism, public space, violence and urban fear's. From the management point of view, this is the biggest bottleneck in the development of sustainable tourism, since the benefits generated by the tourism phenomenon are not equitably distributed among the socio-environmental actors involved in this phenomenon, removing tourism from the list of elements that could come to contribute to the reduction of violence and urban fear's, since it is a decisive action for an environment to have or not a Tourism Public Policies (PPTUR). It was also verified that, despite the Secretariat for Tourism and Leisure (SETUR-L), develop a set of actions to offer free leisure to the local community and visitors (tourists and hikers), having a set of plans, programs directed to the sector, the City Hall of Recife, does not have a real and functioning Tourism Public Policies, considering the three dimensions that a PPTUR encompasses: ideological, normative and technical-administrative. Moreover, there is no perception of an effective participation of socio-environmental agents of tourism in the whole process that involves the cycle of a public policy. The efforts and work of some bureaucrats, especially those that make up the more specialized technical workforce of tourism that make up SETUR-L with regard to the planning and management of a set of well- accepted by visitors, by the tourist trade and by specific segments of the Recife population, but that would need a better improvement in order to become, effectively, a PPTUR. Thus, the tourism, which in literature is defended as an instrument for promoting peace, in the discourse of "politicians" and economic agents benefited from the sector is a factor of urban and regional development, with indirect positive impacts on the inclusion of criminals marginalized, the logic and the way in which the "Tourism Public Policies " have been carried out did not effectively contribute to the reduction of urban violence and fear in the public spaces of Recife during the analyzed period.

Keywords: Public policy; Tourism planning; Tourism management; Environment; Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação do conceito de Meio Ambiente.....	28
Figura 2 - Funções do Estado na atividade turística.....	33
Figura 3 - Estágios no ciclo da Política Pública.....	39
Figura 4 - Dimensões da Política Pública de Turismo.....	43
Figura 5 - Tipos de documentos de planejamento, que compõem uma política pública de turismo.....	46
Figura 6 - Tripé dos elementos que compõem uma destinação turística.....	82
Figura 7 - Níveis de documentos de planejamento turístico.....	87
Figura 8 - Fases e etapas do processo de planejamento turístico.....	88
Figura 9 - Diferença entre igualdade, equidade e realidade.....	143
Figura 10 - Situação geográfica dos hotpoints da violência de Recife por bairro, segundo número de ocorrências, identificados nos ELP.....	162
Figura 11 - Situação geográfica das ocorrências relatadas no contexto da renda média domiciliar, por bairro, de Recife.....	164
Figura 12 - Notícia que demonstra que a SETUR-L entende que possui PPTUR.....	173
 Quadro 1 - Papéis e responsabilidades do Estado no Turismo.....	 34
Quadro 2 - Principais eventos e documentos relacionados à construção do conceito de desenvolvimento sustentável.....	52
Quadro 3- Documentos de planejamento turístico e relatórios analisados	69
Quadro 4 - Impactos do turismo no meio ambiente.....	84
Quadro 5 - Classificação temporal do planejamento segundo diferentes autores.....	87
Quadro 6 - Marcos legais municipais relacionados ao planejamento turístico de Recife.....	102
Quadro 7 - Evolução da despesa anual da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife (2013-2016), com recursos da administração direta.....	105
Quadro 8 - Ranking do número de HAF nas capitais do Nordeste, com destaque para Recife (2004/2014).....	152
Quadro 9 - Síntese de notícias sobre violência e medo envolvendo ELP e turistas em Recife.....	153
Quadro 10 - Comentários dos respondentes, quando na identificação de se Recife possui, ou não, PPTUR.....	175
Quadro 11 - Comentários dos respondentes, segundo as opiniões de que o turismo contribui para aumentar ou para diminuir a violência e o medo urbanos.....	189
 Gráfico 1 - Caracterização dos respondentes da pesquisa empírica.....	 75
Gráfico 2 - Taxa anual de CVP em Pernambuco, interior do estado, RD metropolitana e Recife - 2010-2014.....	78
Gráfico 3 - Dinâmica de classes no Brasil 2005-2010.....	127
Gráfico 5 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2013.....	135
Gráfico 6 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2014.....	136
Gráfico 7 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2015.....	137
Gráfico 8 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2016.....	138
Gráfico 9 - Renda mensal individual dos respondentes.....	138
Gráfico 10- Escolaridade dos respondentes.....	139
Gráfico 11 - Espaços livres públicos de Recife utilizados pelos agentes socioambientais do turismo para vivenciar o lazer.....	140
Gráfico 12 - Nível de conhecimento das ações da SETUR-L pelos agentes	

socioambientais do turismo de Recife.....	141
Gráfico 13 - Avaliação do desempenho da SETUR-L nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife.....	144
Gráfico 14 - Avaliação do desempenho da SETUREL-PE nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife.....	145
Gráfico 15 - Avaliação do desempenho do Ministério do Turismo nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife.....	146
Gráfico 16 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo sobre se o conjunto de ações da SETUR-L (2013-2016) conseguiram atingir a todos os bairros que compõem as 6 RPA da cidade e os 96 bairros da cidade.....	147
Gráfico 17 - Principais tipos de ocorrências relatadas pelos agentes socioambientais do turismo de Recife.....	161
Gráfico 18 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo quanto à sensação de segurança nos ELP de Recife.....	165
Gráfico 19 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo de Recife sobre se a cidade possui, ou não, uma política pública de turismo.....	174
Gráfico 20 - Participação dos agentes socioambientais do turismo nas fases de elaboração, implementação e avaliação nos planos programas ou projetos desenvolvidos pela SETUR-L.....	178
Gráfico 21 - Participação da Instituição da qual o agentes socioambientais do turismo fazem parte nas fases de elaboração, implementação e avaliação nos planos programas ou projetos desenvolvidos pela SETUR-L.....	179
Gráfico 22 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se turismo tem relação com o aumento da criminalidade em Recife nos últimos quatro anos (2013-2016).....	185
Gráfico 23 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se o turismo, através da totalidade de seus elementos e relações entre visitantes e visitados contribuiu para aumentar ou para diminuir a violência e o medo em Recife (2013-2016).....	189
Gráfico 24 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se os projetos e ações da Secretaria Turismo e Lazer da Prefeitura do Recife (2013-2016) contribuíram para aumentar ou para diminuir a questão da violência e do medo na cidade do Recife.....	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocorrências de CVP e taxa de criminalidade violenta contra o patrimônio em Pernambuco, segundo regiões de desenvolvimento e municípios - 2013-2014.....	78
Tabela 2 - Competitividade turística internacional – aspectos avaliados (Brasil), com destaque para regras políticas e regulação e para segurança.....	100
Tabela 3 - Listagem das Academias Recife com principais informações.....	115
Tabela 4 - Edições especiais do Recife Antigo de Coração.....	122
Tabela 5 - Evolução anual dos números de ocorrências de CVP em Recife – janeiro de 2013 a dezembro de 2016.....	151
Tabela 6 - Evolução anual dos números de ocorrências de CVLI em Recife – janeiro de 2013 a dezembro de 2016.....	151
Tabela 7 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2013), com destaque para a segurança.....	183
Tabela 8 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2014), com destaque para a segurança.....	184
Tabela 9 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2015), com destaque para a segurança.....	184
Tabela 10 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2016), com destaque para a segurança.....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD: Associação de Assistência à Criança Deficiente
Abav: Associação Brasileira das Agências de Viagem
Abeoc: Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABIH: Associação de Brasileira da Indústria de Hotéis
Abrasel: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
BNTM: Brazil National Tourism Mart
CAT: Centro de Atendimento ao Turista
CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo
Cesar: Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CFTV: Circuito Fechado de Televisão
CIATur: Companhia Independente de Apoio ao Turista
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Comtur: Conselho Municipal de Turismo
Conture: Conselho de Turismo do Recife
Crea: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CTTU: Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife
CVLI: Crime Violento Letal e Intencional
CVP: Crime Violento Contra o Patrimônio
ELP: Espaço Livre Público
Emlurb: Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana
Empetur: Empresa de Turismo de Pernambuco
FCCR: Fundação de Cultura da Cidade do Recife
FEQUAJUPE: Federação de Quadrilhas Juninas de Pernambuco
FGV: Fundação Getúlio Vargas
Funase: Fundação de Atendimento Socioeducativo
Fundarpe: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GAC: Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer
GPCA: Gerência de Programação e Controle de Avaliação
HAF: Homicídio por Arma de Fogo
IAHGP: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
IC: Iniciação Científica
IMC: Índice de Massa Corpórea
Iphan: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA: Lei Orçamentária Anual
MA: Meio Ambiente
MAB: Museu da Abolição
MAMAM: Museu Aloísio Magalhães
MEPE: Museu do Estado de Pernambuco
MHNE: Museu do Homem do Nordeste
Mtur: Ministério do Turismo
OMT: Organização Mundial do Turismo
ONG: Organização Não Governamental
OPT: Organizações Públicas de Turismo
Oscip: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCR: Prefeitura da Cidade do Recife
PE: Pernambuco
PEP: Plano Estratégico de Pernambuco
Pibic: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNT: Plano Nacional do Turismo
PP: Política Pública
PPTur: Política Pública de Turismo
Prodarte: Programa de Desenvolvimento do Artesanato
Prodetur: Programa de Desenvolvimento do Turismo
Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Público e Emprego
Propesq: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RAC: Recife Antigo de Coração
RMR: Região Metropolitana do Recife
RPA: Região Político-Administrativa
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDS: Secretaria de Defesa Social
Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secopa: Secretaria Extraordinária da Copa
Selp: Sistema de Espaços Livres Públicos
Semoc: Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife
Senac: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Seplag: Secretaria de Planejamento e Gestão
Seturel: Secretaria de Turismo Esportes e Lazer
SETUR-L: Secretaria de Turismo e Lazer
Siconv: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SPDU: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação
TIP: Terminal Integrado de Passageiros
URB: Empresa de Urbanização do Recife
WTM: World Travel Market Latin America

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	INTERFACES ENTRE MEIO AMBIENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS, MEDO E VIOLÊNCIA URBANOS.....	24
3	METODOLOGIA À REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	68
3.1	Método e técnicas.....	68
3.2	Percalços à realização da pesquisa e ajustes necessários.....	76
4	A FÁBULA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO: ONDE ESTÃO AS AÇÕES, QUE VISAM DIMINUIR O TURISMO ENQUANTO CONDICIONALIDADE AO CRIME?	81
4.1	Notas sobre os documentos do turismo sustentável em nível global: um enfoque a partir do “Código de Ética Mundial para o Turismo” e do documento “Medidas recomendadas para la seguridad en turismo (1991)”.....	90
4.2	Considerações sobre os documentos de planejamento visando ao turismo sustentável no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.....	94
4.3	Reflexões sobre planejamento turístico em Recife (2013-2016).....	102
4.3.1	Principais ações da SETUR-L ligadas ao tema desta tese.....	106
4.3.1.1	Conselho Municipal de Turismo.....	106
4.3.1.2	Turismo de Base Comunitária.....	109
4.3.1.3	Ciclofaixa de Turismo e Lazer.....	111
4.3.1.4	Lazer na Rua.....	112
4.3.1.5	Requalificação da Orla de Boa Viagem.....	113
4.3.1.6	Academia Recife.....	114
4.3.1.7	Parques Públicos.....	116
4.3.1.8	Ações para o Bairro Recife (Recife Antigo).....	116
4.3.1.8.1	Comitê Gestor do Bairro do Recife.....	118
4.3.1.8.2	Parque das Esculturas Francisco Brennand.....	119
4.3.1.8.3	Travessia do marco Zero ao Parque das Esculturas.....	119
4.3.1.8.4	Manual de Ordenamento do Bairro do Recife.....	120
4.3.1.8.5	Eventos no Bairro.....	120
4.3.1.8.6	Playtown.....	120
4.3.1.8.7	Recife Antigo de Coração.....	121
4.3.1.8.8	Central do Carnaval.....	123
4.3.1.9	RECverão.....	123
4.3.1.10	Olha! Recife.....	124
5	GESTÃO DO TURISMO, VIOLÊNCIA(S) E MEDO EM ELP RECIFENSES: ENTRE OS INTERESSES INDIVIDUAIS E AS GRANTIAS SOCIAIS.....	126
5.1	A globalização e a lógica desigual e excludente de organização socioambiental de espaços turísticos.....	129
5.2	Gestão das ações voltadas aos espaços livres públicos (turísticos?): reflexões acerca do foco dos investimentos da SETUR-L / PCR.....	131
5.3	Alguns dados sobre violência e medo e seus reflexos em espaços livres públicos de Recife.....	150
6	POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, UMA POSSIBILIDADE! (...) AFINAL, O TURISMO CONTRIBUI PARA AUMENTAR OU DIMINUIR A VIOLÊNCIA E O MEDO EM RECIFE?.....	168

6.1	Reflexões sobre a (in)existência de uma política pública de turismo em Recife.....	172
6.2	O turismo na encruzilhada da violência e do medo nos ELP de Recife (...) ainda há esperança?.....	182
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
	REFERÊNCIAS.....	204
	APÊNDICES.....	224
	APÊNDICE A - Questionário teste aplicado junto aos agentes socioambientais do Recife.....	225
	APÊNDICE B - <i>Checklist</i> utilizado para obter informações sobre violência e medo em Recife- PE junto aos órgãos de segurança pública.....	229
	APÊNDICE C – Quadro síntese utilizado na análise de conteúdo dos documentos de planejamento.....	230

1 INTRODUÇÃO

Vivenciamos hoje “cidades do medo”; em que o próprio medo e a percepção do crescente risco são cada vez mais marcantes nas cidades grandes, médias e até mesmo nas pequenas. Bauman (2001) alerta-nos para o fenômeno da liquefação da sociedade contemporânea, onde vida pública, privada, relacionamentos humanos, mundo do trabalho, Estado e instituições sociais estão sob a influência e, ao mesmo tempo, configuram a modernidade que é “leve”, “líquida” e “fluída”. Nessa perspectiva, tornou-se comum ouvir em diversos tipos de mídia que: “cresce o número de mortos...”, “é alarmante o número de homicídios no feriadão”, “jovem é assinado a mão armada”, “turista é mantido refém durante dias e acaba sendo assassinado”, etc. Mata-se hoje porque o celular que você tem é um modelo dos mais antigos, e que, portanto, não está de acordo com as “exigências” do assaltante. A vida tornou-se algo banal!¹

Souza (2008) utiliza, inclusive, o termo *Fobópole* para discutir o medo e a militarização da questão urbana. Mediante este quadro de violência e medo urbanos, que dificulta a concretização de um turismo sustentável nas cidades brasileiras, turistas e populações locais vêm optando por desenvolver práticas de lazer em ambientes fechados e privados. Apesar deste contexto de medo e violência urbanos, Camargo (2001) defende que, embora haja uma predominância da vivência do lazer dentro do próprio domicílio (televisão, rádio, internet etc.), é de extrema importância a vivência do lazer fora do contexto domiciliar, haja vista o desenvolvimento psicossocial das pessoas.

Souza (2006a) lembra-nos que a sociedade atual é profundamente marcada por prisões reais e metafóricas que estimulam cada vez mais o individualismo e o privatismo onde os espaços públicos são tratados com desleixo pelo Estado e, inclusive, pela sociedade civil, onde o “espaço de todos” é, no fundo, uma “terra de ninguém” e são abandonados ou

¹ Esclarecemos que se tem plena consciência do problema da reprodução do imaginário coletivo do medo a partir, apenas, do *discurso* da violência urbana que é veiculado e, em alguns casos, potencializados por uma mídia viciada (que tem como maior objetivo o aumento da audiência de seus canais de comunicação, e, em algumas situações, até mesmo o objetivo de “arranhar” a imagem do governo que está no poder, visando “preparar caminho” para o que deseja assumi-lo). Todavia, é inegável que o aumento do medo possui uma relação direta com o aumento no número de ocorrências, mesmo que esta sensação não seja, rigorosamente, proporcional à violência real. Cabe destacar, inclusive, que a mesma mídia viciada, a qual fez-se referência, é, também, a que tenta negar a violência urbana, visando preservar a imagem de um determinado governo que encontra-se no poder. O fato é que ninguém vai ter medo de sair na rua, ou mesmo de utilizar praças, parques etc. em função apenas de um “medo generalizado” (re) produzido. Se existe medo, existe violência. Independentemente do que é divulgado nos canais de comunicação, as pessoas são vítimas e/ou possuem pessoas próximas a elas (parentes, vizinhos, colegas de trabalho, etc.) que “sofreram na pele” algum tipo de ato violento (roubo ou furto de celular, roubo de carro, assalto a ônibus, arrastões em vias públicas etc.) que, em certa medida, expressam a “real curva” no aumento ou na diminuição da violência e do medo da violência.

monitorados e cercados (e, assim, “corrompidos”, às vezes até privatizados”) devido ao medo da violência.

Neste contexto, o papel das Políticas Públicas de Turismo – associadas às demais, saúde, educação, cultura, lazer etc. – deveria ser o de propiciar o desenvolvimento sustentável a partir desta atividade, promovendo a implementação de infraestruturas necessárias, para beneficiar e atender, ao mesmo tempo, turistas e populações locais (BARRETTO, 2003). No âmbito desse desenvolvimento, compreendido em sua complexidade, destaca-se uma série de elementos socioambientais indispensáveis ao ordenamento territorial de “cidades turísticas”, destacando-se a garantia de espaços públicos urbanos seguros e com a qualidade devida à sociedade.

Acontece que o turismo, apesar de ser apontado como fator de desenvolvimento econômico e social sustentável nas literaturas e nos discursos políticos, ainda se constitui, segundo Castilho (2008), em uma prática socioespacial reforçadora de uma economia urbana voltada preponderantemente aos interesses de mercado, (re) produzindo desigualdades, ao invés de diminuí-las. Neste contexto, não muito raro, tem-se que: a presença de turistas e/ou excursionistas com todos os seus aparatos utilizados em uma viagem (câmera, dinheiro, melhores roupas etc.), quando em espaços públicos, despertam a atenção dos marginais, desencadeando práticas ilícitas (roubos, furtos, sequestros, homicídios etc.). Praças e parques urbanos e/ou outros espaços públicos, planejados e geridos com o objetivo de atender turistas, são pichados repetidas vezes, configurando crimes contra o patrimônio.

Nessa perspectiva, a questão central desta pesquisa traduz-se em investigar o seguinte: Até que ponto as políticas (públicas?) de turismo de Recife, em consórcio com outras políticas setoriais, contribuiu para resolver os problemas da violência e do medo nos espaços livres públicos da cidade no período de 2013 a 2016? Como questões secundárias têm-se: a) Pode-se dizer que existem, de fato, Políticas Públicas de Turismo em Recife; ou seja, políticas que estejam de acordo com os interesses sociais, e, portanto, voltadas ao exercício da cidadania? b) Como os principais documentos de planejamento do turismo que influenciam a dinâmica socioambiental dos espaços livres públicos de Recife tratam a questão do trinômio: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos? c) Em que medida a gestão do turismo, que é realizada no território dos espaços livres públicos de Recife se dá de forma que os benefícios gerados pelo fenômeno turístico sejam distribuídos de maneira equitativa entre os atores socioambientais envolvidos com este fenômeno?

Cabe esclarecer que a conotação atribuída ao termo “fenômeno turístico”, diz respeito ao caráter complexo do turismo; ao turismo enquanto um fenômeno socioambiental, dotado

das dimensões político-institucional, sociocultural, físico-natural e econômica. Tal concepção diz respeito ao turismo na sua totalidade, “especializado”; e, portanto, enquanto um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que compõem e derivam dos Conjuntos (das Relações Ambientais, da Organização Estrutural, e das Ações Operacionais) do SISTUR proposto por Beni (2001). O referido conceito considera, principalmente, as contribuições de Morin (2014), que vai de encontro à ideia de completude, defende a multidimensionalidade, e critica a inteligência cega que destrói os conjuntos e as totalidades, isola todos os seus objetos do seu Meio Ambiente e não concebe o elo inseparável entre o observador e a coisa observada.

Destarte, o conceito de “fenômeno turístico” por hora adotado exige um caráter transdisciplinar e transescalar que contemple a diversidade de atores socioambientais que o compõe (visitantes, comunidade local, setor público, setor privado, terceiro setor, mídia, academia e consultores), na complexidade da relação ordem/desordem/(re)organização. Assim, os conceitos de “atividade turística” e “indústria turística” são antônimos ao de “fenômeno turístico”, por imprimir uma visão reducionista e simplificadora do turismo: unidimensional e reificadora.

Segundo Morin (2014, p. 336), hoje a simplificação das teorias toma três rostos:

- A degradação tecnicista. Conserva-se da teoria aquilo que é operacional, manipulador, aquilo que pode ser aplicado; a teoria deixa de ser *logos* e torna-se *techné*.
- A degradação doutrinária. A teoria torna-se doutrina, ou seja, torna-se cada vez menos capaz de abrir-se a contestação da experiência, à prova do mundo exterior, e resta-lhe, então, abafar e fazer calar no mundo aquilo que a contradiz.
- A pop-degradação. Eliminam-se as obscuridades, as dificuldades, reduz-se a teoria a uma ou duas fórmulas de choque; assim a teoria vulgariza-se e difunde-se, à custa dessa simplificação do consumo.

Como hipótese central, defende-se que, apesar do turismo, na literatura e no discurso de muitos políticos e de agentes econômicos beneficiados com o turismo ser idealizado enquanto fator de desenvolvimento urbano e regional, a lógica e a forma pela qual vem se desenvolvendo as Políticas de Turismo (que não são Públicas!) não contribui, efetivamente, à diminuição da violência e do medo urbano nos espaços livres públicos do Recife, quiçá ao desenvolvimento sustentável. Isso porque, o direcionamento que se dá às políticas públicas, através do planejamento e da gestão do turismo nos níveis nacional, regional, estadual e municipal, está, em sua grande maioria, a serviço dos interesses de mercado, usurpando,

portanto, o real sentido de tais políticas que é o de atender equitativa e satisfatoriamente todas as demandas sociais, através da realização de um turismo consequente².

Desta forma, apresentam-se as hipóteses secundárias, a) Acreditamos existirem “documentos de planejamento”, haja vista a presença de planos, programas e projetos nos mais variados níveis da administração pública. Todavia, considerando a ontologia de Estado, governo e políticas públicas, pode-se questionar a natureza destas “políticas públicas”; uma vez que as reais intenções do Estado, assim como os reais benefícios gerados em função dos rebatimentos socioespaciais destas políticas nos ambientes da pesquisa, expressarão, em certa medida, até que ponto esse conjunto de ações é de fato política pública ou é, na verdade, um conjunto de ações pontuais compensatórias do ponto de vista do planejamento e da gestão do turismo, constituindo-se em pseudopolíticas públicas. b) No que se refere ao planejamento, acreditamos não existir planos, programas ou projetos específicos que tratem, de maneira articulada, o trinômio turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos. Acreditamos ter ações isoladas no intuito de compensar a ineficiência do Estado, assim como de governos, no que tange ao provimento das reais demandas sociais no âmbito do desenvolvimento do turismo. c) Do ponto de vista da gestão, acreditamos que este é o maior gargalo ao desenvolvimento do turismo consequente no Brasil, em Pernambuco e em Recife. Os benefícios gerados pelo fenômeno turístico não são distribuídos de maneira equitativa entre os atores socioambientais envolvidos com este fenômeno, retirando o turismo da pauta de elementos que contribuem à diminuição da violência e do medo urbanos.

Nessa perspectiva, tem-se como objetivo geral analisar se as Políticas (Públicas?) de Turismo de Recife contribuíram, em consórcio com outras políticas setoriais, para resolver os problemas da violência e do medo nos espaços livres públicos da cidade no período de 2013 a 2016.

Como objetivos específicos:

- Identificar se existe, efetivamente, Políticas Públicas de Turismo em Recife, que estejam de acordo com os interesses sociais e voltadas ao exercício da cidadania;
- Verificar em que medida os principais documentos de planejamento do turismo (global, nacional, estadual e, sobretudo, municipal) consideram a questão do trinômio: turismo, espaço livre público, violência e medo urbanos;

² Contrapondo-se ao turismo obrigatório onde o maior objetivo é o lucro, o turismo consequente, segundo Yázigi (2003), refere-se a uma forma de turismo que visa à sustentabilidade dos ambientes político-institucional, físico-natural, sociocultural e econômico do turismo, bem como o beneficiamento equitativo dos atores socioambientais do turismo.

- Identificar, através de análise da gestão do turismo nos espaços livres públicos de Recife, como a (in) sustentabilidade das ações voltadas ao turismo na cidade repercute na diminuição ou no aumento da violência e medo urbanos;
- Apontar elementos que subsidiem o desenvolvimento de PPTur sustentáveis, capazes de construir ambientes de cidadania, e, consequentemente, de espaços livres públicos menos violentos e mais seguros na cidade do Recife.

Assim, a justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa traduz-se na assertiva de que, diante do atual quadro de violência e medo urbanos, faz-se extremamente necessário desenvolver um sentimento de solidariedade mútua e a mobilização social; donde cada ator social contribua, através de suas práticas, ao combate dessas mazelas sociais. Nessa perspectiva, a academia deverá estimular e desenvolver pesquisas mais orgânicas, ou seja, pesquisas que sejam capazes de ir além das reflexões teóricas, que estejam comprometidas com o desenvolvimento sustentável, contribuindo, enfim, à construção de ambientes urbanos que permitam o exercício da cidadania.

Bauman (2009) chama atenção para o grande desafio dos pensadores e políticos contemporâneos, de recuperar a dimensão comunitária do espaço público, como forma de apreender a arte de uma coexistência segura, pacífica e amigável. Isto será feito, na medida em que se busca o conhecimento das especificidades, lacunas, prioridades e oportunidades no âmbito do conjunto de ações realizadas pela Secretaria de Turismo e Lazer do Recife nestes últimos quatro anos (2013-2016), traduzindo-se em uma contribuição teórica que poderá vir a se tornar prática, se devidamente utilizadas pelos gestores públicos.

Reflexões teóricas acerca da temática “Políticas Públicas de Turismo, Espaço Livre Público, Medo e Violência Urbanos”, a partir de um entendimento transdisciplinar, possibilitam-nos a ter uma visão mais ampla das diversas forças sociais, muitas vezes antagônicas, que integram o Estado, assim como das ações governamentais em situações espaço-temporais distintas e seus respectivos rebatimentos no espaço urbano. O que torna tal ação um meio ao apontamento de alternativas reais; ou seja, de soluções práticas à sociedade.

Ademais, é papel do Estado a busca do desenvolvimento não apenas econômico, mas também social (ARAÚJO, 2000a); e, ao mesmo tempo, é extremamente importante a descentralização das políticas públicas, através da valorização do poder local para um desenvolvimento sustentável, o que ratifica a importância de todos os atores socioambientais (inclusive, dos intelectuais/pesquisadores da academia).

Sobretudo num contexto segundo o qual o Relatório Brundtland, em função da crise das cidades dos países subdesenvolvidos, aponta que “poucos governos das cidades do mundo em desenvolvimento, cujas populações crescem a um ritmo acelerado, dispõem de poderes, recursos e pessoal treinado para fornecer-lhes [...] os sistemas adequados a condições humanas de vida.” Assim, “o resultado disso é a *mortalidade desenfreada decorrente de um meio ambiente insalubre*.” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.266, Grifo nosso).

Outro aspecto que justificou a realização desta tese é o fato de já termos pesquisando sobre este tema em trabalhos anteriores (relatório final de pesquisa de Iniciação Científica – IC, apoiada pela PROPESQ/PIBIC/CNPq³; trabalho de conclusão de curso de graduação e dissertação de mestrado), desejando aprofundar/enriquecer nossas reflexões.

Ademais, turismo e ambiente constitui uma relação que, dada a realização de políticas públicas de turismo efetivas, poderá vir a contribuir à materialização da sustentabilidade tão almejada nos dias atuais.

Vale salientar que a originalidade deste trabalho, com relação aos anteriores, diz respeito à inserção de um novo elemento a ser analisado (que é o das políticas públicas de turismo), ao objeto empírico (antes Camaragibe; agora Recife); assim como ao número de tipologias de espaços públicos analisados. Até onde nos foi possível averiguar, inexistem trabalhos de pesquisa no âmbito da Ciência Ambiental, do Turismo e do Desenvolvimento Sustentável em Ambientes Urbanos que tratem, especificamente, da relação dialética do trinômio políticas públicas de turismo, espaços públicos, medo e violência urbanos. E como se sabe, esta é uma análise extremamente necessária, haja vista a relação intrínseca existente entre eles.

Vale destacar que a presente proposta de pesquisa possui um caráter transdisciplinar na medida em que busca uma compreensão dialógica e complexa entre os conceitos e temas que envolvem a pesquisa; tornando-se necessária a utilização do arcabouço teórico de diversas áreas de conhecimento propostas pelo CNPq, a destacar: Turismo; Ciências Ambientais; Geografia Urbana; Arquitetura e Urbanismo; Psicologia Social; Sociologia Urbana; Economia Urbana; Antropologia Urbana; Administração Pública; Teoria do Desenvolvimento Regional; Regionalização; Análise Regional; Geografia Regional; Planejamento Urbano e Regional; Aspectos Físico-Ambientais do Planejamento Urbano e

³ O referido trabalho recebeu a premiação de “primeiro lugar” na grande área das Ciências Humanas quando apresentado no XVI Congresso de Iniciação Científica da UFPE no ano de 2008; e, posteriormente, foi escolhido entre os três trabalhos que representou a UFPE, em Manaus – AM, na Jornada Nacional de Iniciação Científica da SBPC no ano de 2009.

Regional; Política e Planejamento Governamentais; e Projetos de Espaços Livres Urbanos, entre outros.

No que se refere à organização dos capítulos, a presente tese foi estruturada da seguinte maneira: no Capítulo 1 introduziu-se o problema de pesquisa, apresentou-se as hipóteses (geral e secundárias), os objetivos (geral e específicos) e justificou-se a realização do estudo em tela.

No Capítulo 2, foi apresentada a fundamentação teórica, em que foram apresentados os principais conceitos que envolvem a pesquisa (Meio Ambiente, Políticas Públicas de Turismo, Espaços Livres Públicos, Violência e Medo urbanos).

No Capítulo 3, foi descrita a metodologia utilizada à realização desta tese.

No capítulo 4, discutiu-se a fábula do planejamento turístico, em que se buscou identificar em que medida os documentos de planejamento turístico “ditos sustentáveis”, nos seus diferentes níveis, consideram, dentro de sua noção de sustentabilidade, a relação do fenômeno turístico com a espacialização do crime em espaços livres públicos urbanos.

No Capítulo 5, discutiu-se a perversidade na gestão do turismo de Recife, elucidando interesses do capital e individuais em detrimento das garantias sociais, não desconsiderando a influência do papel das especificidades inerentes à própria formação territorial-ambiental brasileira nessa problemática. Na ocasião discutiu-se: a lógica global desigual e excludente de organização socioespacial do turismo e suas implicações dialéticas na organização territorial de Recife; a gestão das ações voltadas aos espaços livres públicos, destacando o foco dos investimentos da Secretaria de Turismo e Lazer de Recife; o pequeno número de ações que consideram os espaços livres públicos do subúrbio da cidade, e, portanto, a cidade na sua totalidade, restando aos moradores destas áreas as “migalhas do turismo”; a dinâmica da violência e do medo nos espaços livres públicos recifenses, a partir de alguns dados (primários e secundários).

No Capítulo 6, defendeu-se a ideia das Políticas Públicas de Turismo de Recife enquanto uma possibilidade para que o turismo possa vir a contribuir, em consórcio com outras políticas setoriais, à resolução dos problemas da violência e do medo urbanos. Na ocasião, fez-se reflexões sobre a (in)existência de uma política pública de turismo em Recife e discutiu-se, considerando os dados empíricos, a dialética do turismo que pode contribuir para aumentar e/ou diminuir os fenômenos em tela.

Posteriormente, fez-se as considerações finais da pesquisa e, em seguida, listou-se as Referências utilizadas, seguida dos apêndices e anexos.

2. INTERFACES ENTRE MEIO AMBIENTE, POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS, MEDO E VIOLÊNCIA URBANOS

“É difícil ver os conteúdos da experiência através das paredes da teoria. Muitas vezes se tem de furar as paredes – ‘desconstruí-las’, decompô-las – para ver o que elas escondem” (BAUMAN, 1998, p.106).

A complexidade do Meio Ambiente requer um tratamento transdisciplinar, visando a constituição do saber ambiental, na busca de uma estratégia epistemológica para a construção de uma “racionalidade ambiental”, visando ao “desenvolvimento sustentável” (LEFF, 2001 b).

Partindo desta premissa, o corpo teórico desta tese será constituído, via de regra, a partir das contribuições de diversas áreas do conhecimento, haja visto o caráter transdisciplinar do Programa de Pós-graduação do qual a mesma resulta e do tema a ser investigado.

Segundo Artigo 3º, inciso I, da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), “Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Para Reigota (2004, p. 14), Meio Ambiente revela-se como “Lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído”.

Gonçalves (2013, p. 22), ao discorrer sobre a problemática ecológica, defende que Meio Ambiente está imbuído de questões extremamente complexas, englobando “questões de ordem cultural, filosófica e *política*”.

Leff (2001 a) define o ambiente como uma "visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, *política e cultural*".

Nesta perspectiva, Leff (2001 b) argumenta que o "ambiente" não pode ser reduzido simplesmente àquilo que circunda os indivíduos e espécies biológicas, porque esse tipo de reducionismo escamoteia o fato de que o Meio Ambiente é também uma construção social, defendendo que ambiente é produto de uma conjugação de processos que tem raízes tanto numa ordem física quanto social.

Deste modo, a concepção de Meio Ambiente aqui adotada é bem mais abrangente do que aquela segmentada e reducionista concebida por “pseudos” movimentos ambientalistas (em defesa de algumas espécies animais ou vegetais ameaçadas de extinção), em que o grande objetivo é o lucro institucional e o beneficiamento individual em detrimento da efetiva conservação e/ou preservação do(s) recurso(s). Ao mesmo tempo, a compreensão do termo não deverá ser tomada como panaceia, atribuindo-lhe um caráter demasiadamente generalista: “Meio ambiente é tudo!”

Movimentos ambientais excessivamente particular ou generalistas estão fadados, na maioria das vezes, ao fracasso, pois relegam o caráter complexo e as relações de poder incutidas à realização de uma vida plenamente sustentável. Isto porque, a real lógica que permeia a montagem da agenda, a captação de recursos, elaboração, execução, avaliação e acompanhamento de planos, programas e projetos relacionados aos “movimentos ambientalistas” se dá à luz de duas forças amorais dinâmicas fundamentais da pós-modernidade (o dinheiro e a razão). Lógica segundo a qual o Homem pós-moderno traduz-se, na verdade, em meras peças da civilização mecanicista (“Homem-coisa”) dentro da grande engrenagem do Sistema Capitalista, motivados eminentemente por um gigantesco paradoxo que é a desumanização da humanidade (SÁBATO, 1993).

Assim, há de se divergir, veementemente, do entendimento de Meio Ambiente enquanto “profecia a se cumprir”, segundo o qual “especialistas da área”, baseados quase sempre na teoria dos sistemas – isto é uma ironia!, ou através de modelos matemáticos e imagens de satélite (muitas vezes incompreensíveis pelos próprios autores, haja vista o uso indiscriminado e irracional de programas de computadores e fórmulas totalmente descabidas por não considerarem a real complexidade do Meio Ambiente, sobretudo no que se refere às questões políticas), fazem projeções muito frágeis, desenhando cenários apocalípticos, no qual o maior objetivo é ganhar destaque internacional enquanto pesquisador na área de Meio Ambiente, tornando-se um “furo de notícia” para as mídias de massa e para os pares da academia, satisfazendo o ego individual de “ser pesquisador famoso” e, ganhando muito dinheiro com o “negócio” Meio Ambiente⁴.

Tais posicionamentos só enfraquecem a noção de Meio Ambiente, denotando a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre o tema, com vistas a um melhor aprofundamento epistemológico e ao despertar da seguinte reflexão: quem são os maiores beneficiados com a questão ambiental: o Meio Ambiente ou o mercado?

⁴ Cabe destacar que a crítica realizada não negligencia às contribuições e o uso racional dos estudos realizados no âmbito das ciências da natureza, com destaque para aqueles desenvolvidos por Capra (1997, 2002). Assim como entende como fundamental os avanços no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) à compreensão e intervenção consequentes no Meio Ambiente. Acontece que estas não podem ser um fim nelas mesmas; muito menos, meio para beneficiamento individual.

O conceito de Meio Ambiente, aqui tratado, é o de Meio Ambiente como palco, mas, ao mesmo tempo, reflexo da (in) ação humana ao longo do tempo, compreendido a partir da dialética das questões de ordem físico-natural, sociocultural, econômica e político-institucional, sob uma perspectiva transescalar e transdisciplinar. É o Meio Ambiente segundo o qual a tônica para a definição do conceito é a “*política*”, na medida em que esta inter-relaciona-se transversalmente com todas as dimensões anteriormente citadas.

A dimensão político-institucional é a mais expressiva por influenciar de modo significativo a dinâmica de todas as outras dimensões que constituem o meio ambiente. Seus principais agentes são o Estado, os governos e o povo (concomitantemente, enquanto indivíduos e seres sociais). O esclarecimento, a organização, a vontade e, sobretudo, a “*atuação e força política*” de uma pessoa, grupo social, município, Estado e/ou país serão, via de regra, os responsáveis pela (des) organização do meio ambiente. Nesse sentido, terá de se considerar o protagonismo de um poder difuso e relacional, defendido por Foucault (1979), em todos os acontecimentos ligados à compreensão e à materialização do meio ambiente. Desse modo, é fundamental a participação efetiva de todas as pessoas, assumindo seus papéis sociais e contribuindo através de suas habilidades e competências, de maneira autônoma e em uma perspectiva erga omnes.

A físico-natural é composta por todos os elementos e relações de natureza natural (vegetação, espécies animais, conjuntos geológico-geomorfológicos, clima, dinâmica atmosférica, hidrologia, etc.) que formam a Terra. Trata-se nesta dimensão de diversas questões como: preservação e conservação das espécies, qualidade dos biomas, questões climáticas, qualidade dos corpos hídricos (mar, rio, lagos, etc.). Vale lembrar que, apesar de, nesta dimensão, o enfoque ser nos elementos naturais, não se pode negligenciar as dimensões político-institucional, sociocultural e econômica.

A dimensão sociocultural é composta pelo conjunto de instituições sociais que possuem uma relação de interdependência, têm uma autoridade legal racional sobre um grupo de indivíduos ou sobre a sociedade inteira, e surgem para suprir diversas necessidades humanas. Destaca-se o papel destas instituições e dos indivíduos, dialeticamente, na organização da sociedade, de modo a considerar padrões, papéis, valores, comportamentos e relações entre membros de uma mesma cultura e entre membros de culturas diferentes. A participação, a autonomia e o respeito desempenham um papel fundamental no funcionamento desta dimensão. Deste modo, ela engloba os problemas e mazelas de grupos sociais específicos e, ao mesmo tempo, da sociedade como um todo, bem como os meios necessários para solucionar tais “mazelas sociais”.

A econômica, por sua vez, engloba o conjunto de organizações privadas com fins lucrativos, incluindo as relações comerciais, e, portanto, oferta, mercado e demanda. Inclui, também, o papel dos organismos governamentais e a intervenção estatal na economia. Nesta dimensão, o mercado e

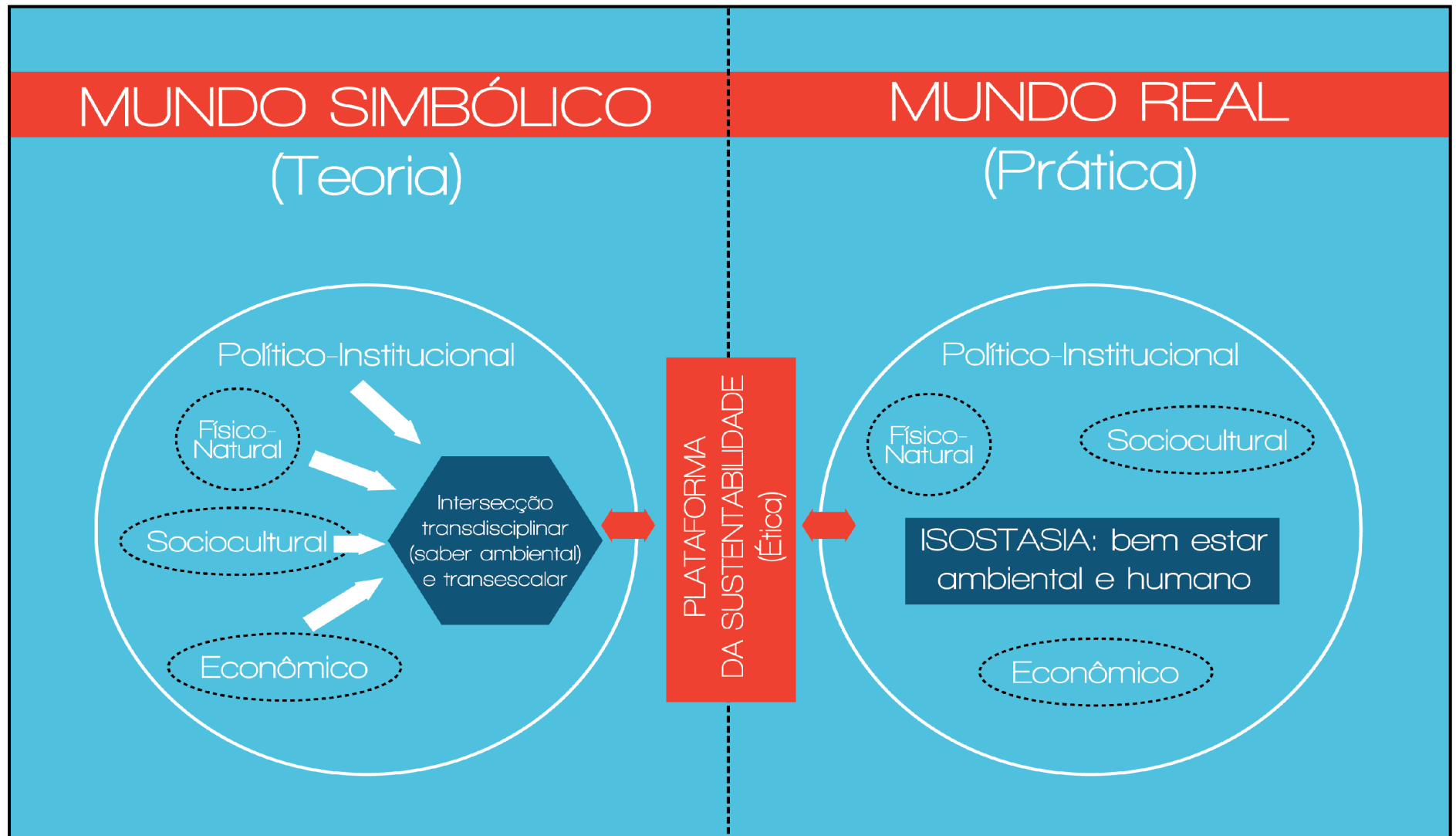
o lucro, são os elementos de destaque, todavia a responsabilidade socioambiental das empresas nas relações intra e interorganizacionais deverá ser o objetivo das organizações nos setores da economia (primário, secundário e terciário.). Ademais, os interesses do capital não deverão, em nenhuma hipótese, se sobrepor sobre as demandas e necessidades humanas.

Logo, meio ambiente é uma totalidade complexa formada pelo mundo simbólico (teoria) e pelo mundo real (prática), que para acontecer de maneira consequente, deve-se considerar a plataforma da sustentabilidade, e, portanto, a ética na (re) configuração dos elementos e relações que o compõe. A Plataforma da Sustentabilidade trata-se de uma linha tênue entre como deveriam ser e como atualmente estão (des) organizados os elementos e as relações que compõem as dimensões que constituem o meio ambiente.

Deste modo, a complexidade do meio ambiente remete-nos à natureza dos estudos que são desenvolvidos nesta área e às reais intencionalidades dos mesmos.

As dimensões do meio ambiente, em seu conjunto, devem ser tomadas de maneira integrada, numa perspectiva transdisciplinar e transescalar, considerando as relações entre os fenômenos locais e globais, com vistas à construção de um meio ambiente tecido sob os parâmetros da sustentabilidade almejada, no qual se tem a isostasia entre o bem-estar social e natural (figura 1).

Figura 1 - Representação do conceito de Meio Ambiente



Fonte: Elaboração própria.

O conceito ora apresentado dialoga com o de espaço geográfico de Santos (2008a, p. 63) o qual constitui “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. Assim como com outros conceitos identificados na obra deste mesmo autor (SANTOS, 2000, 2007, 2008 b, 2008 c), com destaque para “fixos e fluxos”; “tecnosfera e psicosfera”; “forma, função estrutura e processo”; e “espaço do cidadão”, compreendidos em “totalidade, num constante processo de totalização” e “em algum sentido”.

A “Teoria do turismo” retratada por Lohmann e Panosso Netto (2012), com destaque para o aspecto totalizador das teorias sobre Sistemas Turísticos defendidas por Cuervo (1967), Leiper (1990), Molina (1997) e Beni (2001), também foram considerados para construção da noção de Meio Ambiente aqui defendida. No cerne da questão sistêmica, especificamente no que se refere a construção da representação gráfica da concepção de Meio Ambiente aqui adotada, cabe destacar que o ponto de partida foi Constanza (2014). Tal noção de complexidade foi, finalmente, embasada através das reflexões propostas por Capra (1997) e Morin (2015)⁵.

Cabe destacar, ainda, que, permearam as reflexões que desembocaram no referido conceito: as ideias propostas através do modelo “Interdisciplinar de Turismo” de Jafari (2005), a concepção de “Turismo Humanizado” de Krippendorff (2009); as discussões sobre “Turismo Sustentável e Meio Ambiente” de Rushmann (1997), Swarbrooke (2000 a, 2000 b, 2000 c), Lage e Milone (2000), Cooper (2001), Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002), OMT (2003), OMT (2004), OMT (2005), Coriolano e Lima (2003), Philippi Jr. et. al (2010), Dias (2012), dentre outros autores.

Ao mesmo tempo, considerou-se a necessidade apresentada por McBeth, (2005, apud REJOWSKI, 2015) e por Souza (2013) de se ter cuidado com as visões de turismo sustentável, através de teorizações com o foco orientado apenas aos negócios, donde se faz necessário considerar a estreita relação entre “turismo, ética e sustentabilidade”.

Nesse contexto cabe considerar a tese de Morin (2014) de se buscar a construção de uma “ciência com consciência” que considere a ética, a partir do pensamento complexo e da nova

⁵ Segundo a visão de dois dos principais autores da área de turismo no Brasil, Beni e Moesch (2015, p. 8-9), o Paradigma da Complexidade de Morin se apresenta como um edifício de vários andares. A base é formada a partir das três teorias (informação, cibernética e sistemas) e contém elementos necessários para uma teoria da organização. Em seguida, vem o segundo sobre a auto-organização. A esse edifício ele acrescentou elementos suplementares como os três princípios: o dialógico, o recursão e o hologramático. O princípio dialógico une dois princípios ou noções antagônicas, que aparentemente deveriam repelir uma à outra, mas que são indissociáveis e imprescindíveis para compreender uma mesma realidade. O problema é unir noções antagônicas para analisar os processos organizadores e criadores no mundo complexo da vida e da história humana. Mas não se deve paralisar diante deste problema.

transdisciplinaridade, visando à construção de uma “*scienza nuova*”, e, portanto, uma “ciência da autonomia”⁶.

Deste modo, propõe-se um alinhamento, macro e microambiental, das necessidades dos elementos, atores socioambientais e relações que compõem e resultam dos subsistemas político-institucional, físico-natural, sociocultural e econômico que constituem o Meio Ambiente, visando uma compreensão e intervenção do mesmo à luz “do desafio da complexidade”⁷, permitindo a materialização de um desenvolvimento sustentável real e em funcionamento, sobretudo, no que tange a relação “Turismo e Meio ambiente”.

Coriolano e Vasconcelos (2007), ao apresentar alguns conceitos de Meio Ambiente, defende que “Turismo e Meio Ambiente são realidades inseparáveis” tanto em âmbito teórico quanto prático, destacando que

O meio ambiente como espaço do homem no exercício de suas atividades, foi revalorizado pelo turismo, mas esta revalorização na natureza implicou ainda mais o acirramento dos impactos ambientais. À medida em que a natureza foi transformada em mercadoria *compreendeu-se a questão ambiental como de múltipla dimensão política*, econômica e social associada ao modo de produzir e não mais como questão natural especificamente. (CORIOLANO e VASCONCELOS, 2007, p. 28, grifo nosso.).

Turismo e meio ambiente são, portanto, conceitos interdisciplinares e transdisciplinares que ajudam a entender a realidade do mundo contemporâneo, pois são abstrações e realidades que emergem de uma construção social e manifestam os limites da racionalidade econômica e mercantilização da natureza. O turismo é inevitavelmente um fenômeno ambiental e humano e, com tal, deve respeitar o princípio da sustentabilidade com equidade, integridade, individualidade, justiça social, discrição e privacidade das pessoas. (CORIOLANO e VASCONCELOS, 2007, p. 40.).

⁶[...] o ponto mais crucial da nova noção de autonomia: um sistema aberto é um sistema que pode alimentar sua autonomia, mas mediante a dependência em relação ao meio externo. Isso significa que, contrariamente à oposição simplificadora entre uma autonomia sem dependência e um determinismo de dependência sem autonomia, vemos que a noção de autonomia só pode ser concebida em relação à ideia de dependência, e esse paradoxo fundamental é invisível a todas as visões dissociadoras para as quais há antinomia absoluta entre dependência e independência. É esse pensamento-chave de autonomia/dependência que a realidade nos obriga a conceber. E, de resto, quanto mais um sistema desenvolver sua complexidade, mais poderá desenvolver sua autonomia, mais dependências múltiplas terá. Nós mesmos construímos nossa autonomia psicológica, individual, pessoal, por meio das dependências que suportamos, que são as da família, a dura dependência na escola, as dependências na universidade. Toda a vida humana autônoma é uma trama de incríveis dependências. É claro que, se nos falta aquilo de que dependemos, estamos perdidos, estamos mortos; isso significa também que o conceito de autonomia não é substancial, mas relativo e relacional. Não digo que quanto mais dependente mais autônomo; não há reciprocidade entre esses termos. Digo que não se pode conceber autonomia sem dependência (MORIN, 2014, p. 282).

⁷ Isso quer dizer que não podemos mais considerar um sistema complexo segundo a alternativa do reducionismo (que quer compreender o todo partindo só das qualidades das partes) ou do "holismo", que não é menos simplificador e que negligencia as partes para compreender o todo. Pascal já dizia: "Só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conhecer o todo." Isso significa que abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular, donde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno (MORIN, 2014, p. 181-182).

No bojo da questão levantada por estes últimos autores e do conceito de Meio Ambiente adotado para esta tese, faz-se mister remontar à concepção clássica, assim como a compreensão e vivência contemporâneos do termo “Política”; o qual se faz muito relevante para o problema desta tese

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. [...] Na época moderna, o termo perdeu seu significado original, substituído pouco a pouco por outras expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência política", "filosofia política", etc, passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado. Dessa atividade a pólis é, por vezes, o sujeito, quando referidos à esfera da Política atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc. [...] O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre os outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" ou, mais exatamente, "os efeitos desejados", como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados". O poder político⁸ pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (BOBBIO, 1998, p.954-956).

Buscando, ainda, evidenciar a conotação mais contemporânea de Política, Bauman (2000, p. 9), fundamentando-se em Cornelius Castoriadis, defende que

O aspecto mais notável da política contemporânea é [...] a sua *insignificância*". Os políticos são impotentes... Já não têm programa, seu objetivo é manter-se no cargo."

⁸ Na tradição clássica que remonta especificamente a Aristóteles, eram consideradas três formas principais de poder: o *poder paterno*, o *poder despótico* e o *poder político*. Os critérios de distinção têm sido vários com o variar dos tempos. Em Aristóteles se entrevê a distinção baseada no interesse daquele em benefício de quem se exerce o poder: o paterno se exerce pelo interesse dos filhos; o despótico, pelo interesse do senhor; o político, pelo interesse de quem governa e de quem é governado, o que ocorre apenas nas formas corretas de Governo, pois, nas viciadas, o característico é que o poder seja exercido em benefício dos governantes (BOBBIO, 1998, p.955. Grifo nosso.).

As mudanças de governo — até de “campo político” — não são um divisor de águas, mas no máximo uma ondulação na superfície de um rio a correr sem parar, monotonamente, com sombria determinação, em seu leito, levado por seu próprio ímpeto. Há um século, a fórmula política dominante de liberalismo era uma ideologia desafiadora e impudente de “grande salto à frente”. Hoje em dia, não passa de uma auto-apologia da rendição: “Este não é o melhor dos mundos imagináveis, mas o único mundo real. Além disso, todas as alternativas são, devem ser e se revelarão piores se experimentadas na prática.” O liberalismo reduz-se hoje ao mero credo de que “não há alternativa”. Se quiser descobrir quais são as raízes da crescente apatia política, também não precisa procurar muito. Esta política louva e promove o conformismo. E o conformismo bem que podia ser um negócio auto-resolvível — será que a política é necessária para nos conformarmos? Por que nos preocuparmos com políticos que, seja qual for o matiz, só podem prometer sempre as mesmas coisas? (BAUMAN, 2000, p. 9, grifos no original).

No contexto da reunião bibliográfica dos conceitos desta tese, destacamos que buscando uma compreensão do conceito de política na área de turismo, Beni (2006, p. 91) destaca que “a *política* é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais, para o planejamento e gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recursos”, onde o Estado possui um papel fundamental.

Estado é o sujeito constante da política e do governo; a constituição política não é senão a ordem dos habitantes que o compõem. Como qualquer totalidade, o Estado consiste numa multidão de partes: é a universalidade dos cidadãos (ARISTÓTELES, 2007, p.27).

Segundo Hermet et.al (2014, p.104), “o Estado deve ser concebido, com Max Weber, como um empreendimento político de caráter institucional cuja direção administrativa reivindica com sucesso, e no quadro da aplicação das normas, o monopólio da coação física”. Assim, a noção de Estado implica, de uma forma mais geral, tanto o domínio completo do território como o estabelecimento de uma burocracia diferenciada das outras forças sociais, possuindo uma laicidade mínima que reforce a separação entre o espaço estatal e o religioso. Tal concepção asseguraria um direito público protetor das fronteiras do Estado, garantindo uma concepção forte de cidadania, que liga diretamente os cidadãos ao Estado e limita a influência dos grupos e das comunidades intermediárias; afirmando-se, também, por uma quase fusão entre a nacionalidade e a cidadania.

Assim, Estado Democrático refere-se a uma instituição política, social e juridicamente organizada, que ocupa território definido, onde a lei máxima é a Constituição, sendo dirigida por um governo que possui soberania reconhecida, tanto interna como externamente, sendo composto por três elementos: povo, território e governo (WIKIPÉDIA, 2011)⁹. Ou seja,

⁹ A escolha desta fonte deveu-se ao fato do conceito apresentado trazer os principais elementos que constituem o Estado. Conceito extremamente complexo que, ainda hoje, é bastante (re) discutido no âmbito dos mais variados campos da ciência (Ciência Política, Sociologia, Direito, etc.). Vale destacar, ainda, que, a noção de Estado

Estado é o “conjunto das instituições que asseguram a administração de um país.” (DICIONÁRIO *MOBILE* DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2016).

Estado, no sentido técnico deste termo, só existe onde uma convivência, estabelecida em um determinado território, esteja sujeita a um complexo de regras que se denomina "ordenamento", sendo esse ordenamento garantido por um poder uno. Sem unidade de poder não há Estado, embora possa ser múltipla a forma de seu exercício, como acontece em uma Federação. **Daí podermos dizer que o Estado é a organização de uma convivência em uma unidade de poder. [...] Poderemos comparar o Estado a uma pirâmide de três faces: há uma de ordem sociológica, uma segunda de natureza jurídica e uma terceira de caráter político ou técnico-pragmático** (REALI, 1952, p. 88-90, grifo nosso).

Segundo Nogueira (1987, apud Henz, 2009, p.50), o Estado possui quatro funções principais na atividade turística (figura 2).

Figura 2 - Funções do Estado na atividade turística



Fonte: HENZ, 2009, p.50.

apresentada, não se trata, ao nosso ver, de um conceito fim, haja vista sua amplitude e o fato do Estado possuir diversas formas de organização e ação ao longo do espaço-tempo e no qual está situado. Cabe destacar, ainda, que defendemos a tese de que “é possível utilizar-se das mais variadas fontes, inclusive, daquelas cujo uso é na maioria das vezes recusado, desde que se justifique e se fundamente sua utilização” (SILVA, 2012 a, p. 114.).

No âmbito da presente discussão, Lopes (2013), a partir da convergência das ideias de diferentes autores, especifica e amplia o *hall* dos papéis e funções do Estado no Turismo (quadro 01).

Quadro 1- Papéis e responsabilidades do Estado no Turismo

AUTORES	PAPEL DO ESTADO	FUNÇÃO
Ferraz (1992); Hall (2001); OMT (2003)	Produtor/Empresário	O Estado atua como empreendedor, exercendo atividades diretamente relacionadas com as atividades características do setor;
Ferraz (1992)	Indutor	O Estado atua como indutor, orientando o comportamento dos agentes de mercado notadamente através da concessão de incentivos financeiros e fiscais;
Durand, Gouirand; Spindler (1994); Keller (2005)	Regulamentador/Legislator	O Estado atua como mediador de interesses distintos, podendo atuar na regulamentação visando proteger os turistas e melhorando suas experiências de viagens. Pode também restringir atividades em áreas ambientalmente vulneráveis ou limitando-lhe o acesso; organizar e manter a ordem de rotas aéreas;
Hall (2001); OMT (2003)	Coordenador/Político	O Estado coordena o conjunto multissetorial do turismo, envolvendo bens, serviços e atividades de diversos outros setores. Ele também coordena as diversas organizações públicas responsáveis ou interessadas no setor. Esta função também envolve a elaboração e aplicação de uma política de turismo;
Hall (2001); Durand, Gouirand; Spindler (1994)	Redistribuidor	O Estado incentiva o turismo social como forma de reduzir as desigualdades existentes. Esta ação visa possibilitar a oportunidade de todos, especialmente os desfavorecidos economicamente, o acesso ao lazer e as férias de suas escolhas.

Fonte: LOPES, 2013, p.61.

Bittar (2005 apud HENZ, 2009, p.30) encerra defendendo que é tarefa do Estado não somente gerenciar os interesses particulares ou de grupos sociais específicos, constituídos, em grande maioria das vezes, pelos atores econômicos no processo de geração de riquezas (visão liberal); mas também, agir de modo interventivo, sobretudo quando e onde a economia falha no processo de distribuição de riquezas, criando desigualdades. O Estado deve estar presente na economia, já que o mesmo representa o exercício da soberania, sendo sua missão, sobretudo em territórios de fortes desigualdades, subordinar a ordem capitalista à lógica dos interesses maiores da nação, e, portanto, aos interesses sociais.

Ademais, se considerada a visão de Brandão (2013) e Castilho (2015), o turismo configura-se, na contemporaneidade, como uma atividade econômica geradora de desigualdades socioespaciais voltada aos interesses de mercado, sendo os territórios do turismo privilégio para poucos, traduzindo-se, em alguns casos, como uma atividade econômica ilusória e perversa.

Há de se pontuar que a “fábula do turismo”, na medida em que só privilegia alguns grupos sociais mais abastados, reforçando a desigualdade e a exclusão social de grupos já explorados historicamente, acaba contribuindo para o aumento da violência e do ambiente de medo urbanos em espaços livres públicos (SILVA, 2012 b), usurpando o real sentido do fenômeno turístico contemporâneo: contribuir ao desenvolvimento sustentável das destinações turísticas, considerando o papel do Estado e dos Governos.

Cabe destacar que, segundo Höfling (2001), Estado e Governo são elementos diferentes, de modo que o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo diz respeito a Estado. Enquanto governo diz respeito ao conjunto de programas e ações de grupos sociais.

A diferença entre Estado e governo é atualmente mais acentuada com a personalização jurídica do Estado, porque o Estado como pessoa tem vontade própria, distinta da vontade individual do governante. No Estado Democrático e de Direito há a perspectiva de reduzir a participação do governo ao máximo possível. Fazem parte deste Estado e não fazem parte do seu governo a Constituição, o conjunto de servidores públicos estáveis, o patrimônio público, a máquina burocrática pública, as forças públicas, etc. Isto porque a sociedade precisa que estas instituições sejam estáveis e impessoais, que não estejam sujeitas às mudanças de governo no processo eleitoral e que sejam republicanas – pertencente ao conjunto da sociedade e não aos interesses de quem está no poder (ROCHA, 2009, apud FERREIRA, 2013, p. 141).

É importante, portanto, esclarecer que existem, também, diferenças entre Políticas de Governo e Política de Estado e isto na medida em que

Políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo bem mais elementar de formulação e implementação de determinadas medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna – pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo – ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. Elas podem até envolver escolhas complexas, mas pode-se dizer que o caminho entre a apresentação do problema e a definição de uma política determinada (de governo) é bem mais curto e simples, ficando geralmente no plano administrativo, ou na competência dos próprios ministérios setoriais.

Políticas de Estado, por sua vez, são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. O trabalho da burocracia pode levar meses, bem como o eventual exame e discussão no Parlamento, pois políticas de Estado, que respondem efetivamente a essa designação, geralmente envolvem mudanças de outras normas ou disposições pré-existentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (ALMEIDA, p. 1-2, 2016).

Na área de turismo, tais políticas também possuem significados distintos: enquanto a Política de Governo materializa-se no espaço turístico, em grande maioria dos casos, através da assegurar dos interesses de determinado grupo social, partidários e/ou individuais, a Política de Estado pressupõe, ideologicamente, a distribuição equitativa dos benefícios gerados a todos os atores socioambientais envolvidos no processo de elaboração, execução e acompanhamento da referida política.

No que tange ao papel do Estado para o Desenvolvimento de uma Nação, destaca-se as ressalvas de Araújo (2000a) que nos alerta sobre as heranças e urgências para o Desenvolvimento do Brasil; e de Araújo (2000b) que defende a importância da descentralização das Políticas Públicas, destacando a valorização do poder local. Para esta autora, a justiça social pode acontecer se forem desenvolvidas políticas públicas em consonância com as reais necessidades da sociedade.

Tecendo considerações sobre o Estado e a sociedade no Brasil, Tomazi (2013), indo ao encontro do que disse Araújo (2000), alerta para a “privatização do público” e para a “política do favor”, também conhecido como clientelismo, o que, lamentavelmente, ainda é muito comum no nosso país.

O Estado no Brasil sempre se sobrepôs à sociedade, como se fosse algo fora dela. Aprende-se desde cedo que tudo depende do Estado e que nada se pode fazer sem a presença dele, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos problemas da sociedade e por suas soluções. Assim, se o Estado é culpado pelas dificuldades que a sociedade enfrenta, também dele se espera socorro e proteção – o que vale tanto para os proprietários de terras, os empresários industriais e os banqueiros quanto para o restante da população. [...] Podemos dizer que houve no Brasil uma apropriação privada do que é público, ou seja, quem chega ao poder toma conta do público como se fosse seu. ***Dessa forma, a instituição que deveria proteger a maioria da população - o Estado - adota como princípio o favorecimento dos setores privados, que dominaram economicamente a sociedade e dão sustentação ao governo.*** Para o restante da sociedade, as ***políticas públicas*** foram sendo desenvolvidas na forma de “doação” ou de dominação, em nome da tranquilidade social. Isso não significa que a população tenha sido sempre passiva. Ao contrário, muitas ações do Estado resultaram da pressão dos ***movimentos sociais*** no país (TOMAZI, 2013, p.173-173, grifo nosso).

Fica evidente que o conceito de política foi sendo “minado”, “vulgarizado” e, em alguns casos, até “discriminado”, ao longo do tempo. Não é difícil ver e ouvir pessoas encher o peito e se orgulharem em afirmar, em tempo real para todo mundo através das redes sociais: “eu odeio política!” “Eu tenho nojo de política!” “Política me dá embrulho no estômago!” “Se eu pudesse eu rasgava meu título de eleitor!” “O voto no Brasil é obrigatório, para que; para votar neste arsenal de ladrões?!”

O “esquartejamento” do conceito e da prática política, que deveria ser um exercício diário do cidadão em todos os seus espaços de vida, hoje aparece como um sonho distante. O indivíduo que busca exercer o seu papel político na sociedade (no setor público ou no privado, no ambiente intradomiciliar ou na rua) visando exercer sua cidadania, é taxado como “diferente”, “sonhador” ou até mesmo como “louco”.

É neste cenário de crise (teórica e prática) da política contemporânea que ganha força o conceito de Política Pública, enquanto uma alternativa.

Dias (2008, p. 121) define “a política pública como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda sociedade”.

Jenkins (1978 apud Howlett, 2013, p.8) amplia o referido conceito na medida em que

[...] define a política pública como o conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica, em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores.

Boneti (2011, p.17-18) apresenta uma compreensão ainda mais aprofundada do termo; resultando que

[...] é possível compreender políticas públicas as *ações que nascem do contexto social*, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública de uma realidade social, quer seja *para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa*. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do *jogo de forças* que se estabelece no âmbito das *relações de poder*, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas a instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso pode-se dizer que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras e valores) de decisões *originadas do debate público* entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos. Outro aspecto importante a ser lembrado em relação do que vem a ser uma política pública e como ela se constitui diz desrespeito ao seu caráter de futuro. Se cabe ao Estado o gerenciamento das demandas e dos interesses dos diversos agentes sociais, isto se faz, por meio de um conjunto de ações de investimentos e/ou regulação numa perspectiva de futuro. Isto é, entende-se como uma política pública quando a ação do Estado, ou um conjunto delas, tem como objetivo *transformar a realidade numa perspectiva de futuro, não apenas momentânea* (BONETI, 2011, p.17-18, grifo nosso).

Considerando a contribuição de diversos autores da área políticas públicas, Hall (2004, p.26) adota uma compreensão mais filosófica do conceito, definindo que

Política pública “é tudo que o governo decide fazer ou não” (Dye, 1992, 2). Essa definição abrange a ação do governo, a inação, as decisões e não-decisões uma vez que implica uma escolha deliberada entre alternativas. Para que uma política seja considerada pública, ela deve, no mínimo, ter passado por um processo, mesmo que apenas autorizada ou ratificada, por órgãos públicos (Hall e Jenkins, 1995). Esta é uma importante advertência por que significa que a “política pode não ter sido desenvolvida de modo significativo dentro da estrutura do governo” (Hogwood e Gunn, 1984, 23) (HALL, 2004, p.26).

Teixeira (2002, p.2), defendendo que Políticas Públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, destaca que

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. [...] Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. ***Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.*** As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente (TEIXEIRA, 2002, p.2-3. Grifo nosso).

Castells e Cardoso (2005, p.26) destacaram que, nos dias atuais, inevitavelmente, estamos na Sociedade em rede (“formada pelas pessoas, os actores sociais, as empresas, e os políticos”), apesar de nem todos, nem todas as coisas estarem incluídas nas redes. “Assim, do ponto de vista político, a questão-chave é como proceder para maximizar as hipóteses de cumprir os projectos individuais e colectivos expressos pelas necessidades sociais e pelos valores, em novas condições estruturais”.

O sector público é actualmente o actor decisivo para desenvolver e moldar a sociedade em rede. Indivíduos inovadores, comunidades contraculturais e empresas de negócios, já fizeram o seu trabalho ao inventar uma nova sociedade e ao difundir-la por todo o mundo. A moldagem e a condução desta sociedade está, como esteve sempre no caso das outras, nas mãos do sector público, apesar do discurso ideológico que pretende esconder esta realidade. Contudo, o sector público é a esfera da sociedade em que as novas tecnologias de comunicação estão menos difundidas e os obstáculos à inovação e ao funcionamento em rede são mais pronunciados. Assim, a reforma do sector público comanda tudo o resto, no processo de moldagem produtiva da sociedade em rede. Isto inclui a difusão da e-governança (um conceito mais vasto do que o governo electrónico — porque inclui a participação dos cidadãos e a tomada de decisões políticas); e-saúde, e-formação, e-segurança, etc.; e um sistema de regulação dinâmica da indústria de comunicação, adaptando-se aos valores e necessidades da sociedade. Todas estas transformações requerem a difusão

da interactividade, multiplicando as redes em função da forma organizacional do sector público. Isto é equivalente a uma reforma do Estado. De facto, o modelo burocrático racional do Estado da Era Industrial está em completa contradição com as exigências e os processos da sociedade em rede (CASTELLS e CARDOSO, 2005, p.27. Grifos no original).

Howlett (2013, p. 16) destaca os estágios no ciclo da Política Pública: 1. Montagem da agenda; 2. Formulação de políticas; 3. Tomada de decisão política; 4. Implementação de políticas; 5. Avaliação de políticas (figura 3)

Figura 3 - Estágios no ciclo da Política Pública



Fonte: Adaptado de Howlett (2013, p. 16)

Este ciclo da Política Pública não é, em nenhuma medida, neutro; como “nenhum termo da linguagem política é ideologicamente neutro” (BOBBIO, 1998, p.vi). Cada etapa deste ciclo é concebida e materializada tendo como base a orientação política dos governos (nacionais, estaduais ou municipais) vigentes, visando gerar reações emocionais na sociedade, para obter aprovação ou desaprovação; consenso ou dissenso.

Vale lembrar que “explícita ou implicitamente, as instituições políticas vigentes vivem hoje um processo de abandono ou diminuição do seu papel de criadoras de código e agenda.” (BAUMAN, 2000, p.66.).

Cabe destacar que, segundo Rua (2009, apud Lima, 2012, p. 50), “embora uma Política Pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma Política Pública”.

No que tange, especificamente, ao conceito de políticas públicas de turismo, Capece (2014, p.112-113) defende que é necessário, inicialmente, assinalar o que **não é** uma Política turística:

- *Política turística no es decirle a los demás lo que tienen que hacer.*
- *Política turística no es elaborar uno de esos erróneamente llamados planes estratégicos.*
- *Política turística no es establecer estrategias o planes para ser competitivos por un liderazgo preeminencia general en costos, diferenciación o especialización.*
- *Política turística no es contratar una serie de especialistas para que nos digan qué tenemos que hacer para que la actividad crezca.*
- *Política turística no es lo que puede definir si sola la administración pública local, regional o nacional.*

Política turística es el arte y la ciencia de establecer el horizonte hacia el cual una comunidad, región, país, bloque o cualquier conglomerado humano quiere dirigirse utilizando al turismo como argumento para su logro.

- *Política turística no es lo que puede definir por si sola la actividad privada compuesta por las empresas de servicios destinados al turista como cliente principal.*
 - *Política turística no es una estrategia de promoción o de comercialización.*
 - *Política turística no es plantear grandes líneas de acción, iniciativa, planes, proyectos, y similares.*
 - *Política turística no es diagnóstico.*
- Bien, respecto a lo que no es parece que está claro. Pero, ¿ qué es ?*
Para nosotros, y como definición propia,
De allí podemos llegar a establecer que

el horizonte es el fin
 el turismo, el medio
 la gestión, el proceso
 y
 la política es el soporte ideológico

(CAPECE (2014, p.112-113, grifos no original.)

Ao mesmo tempo, cabe relembra as considerações da OMT (2003, p.192.)

As políticas geralmente dizem respeito a um plano geral de alto nível que inclui objetivos e procedimentos. As políticas públicas, assim sendo, levam em conta os resultados finais desejados e os métodos para obtê-los. [...] As políticas têm o objetivo de proporcionar

orientação, tratando de questões que sejam centrais a qualquer iniciativa para desenvolver e sustentar o turismo. [...] as políticas geralmente concretizam-se na forma de declarações formais, como leis ou documentos ou falas oficiais. [...] A **política de turismo** costuma ser uma parte da política econômica geral de um país. (OMT, 2003, p.192, grifo no original.).

Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294) definem política de turismo como

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação. **O propósito da política de turismo: propiciar benefícios máximos aos interessados na região, ao mesmo tempo em que deve minimizar os impactos negativos.** [...] a política de turismo busca garantir que a recepção de visitantes seja feita de forma que maximize benefícios aos interessados, enquanto minimiza os efeitos, custos e impactos associados à garantia do sucesso da destinação, enquanto garantem que essa não seja comprometida em termos de sua integridade ambiental, social e cultural (GOELDNER, RITCHIE e MCINTOSH, 2002, p. 294, grifos no original.).

Acerca do referido conceito, Beni (2006, p. 91) complementa

A política é um curso de ação calculado para alcançar objetivos, ou seja, direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo baseadas em necessidades identificadas dentro de restrições de mercado e de recurso. Políticas são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade. Numa visão bem simplista, elas procuram maximizar os benefícios e minimizar possíveis efeitos adversos e, como tal, fazem parte do desenvolvimento planejado de uma região ou país, em que é necessário criar, desenvolver, conservar e proteger recursos turísticos. (BENI, 2006, p. 91).

Em relação ao papel da Política Pública de turismo, Cruz (2000, p.9) defende que

À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orientem o desenvolvimento socioespacial da atividade, tanto no que tange à esfera pública como no que se refere à iniciativa privada. Na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares (CRUZ, 2000, p.9.).

Para Hall (2004, p.26),

A elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como, pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político. A política deve, portanto, ser encarada como uma consequência do ambiente político, dos valores e das ideologias, da distribuição do poder, das estruturas institucionais e dos processos de tomada de decisão (SIMEON, 1976; HALL e JENKINS 1995; ELLIOT, 1997).

[...] Grupos de pressão (por exemplo, associações ligadas ao turismo, grupos conservacionistas, grupos comunitários), indivíduos representativos (membros do governo local, líderes empresariais), membros de entidades burocráticas (funcionários de organizações de turismo ou órgãos de desenvolvimento) e outros (acadêmicos e

consultores), todos influenciam e percebem as políticas públicas de maneiras significativas e muitas vezes marcadamente diferentes (HALL, 2004, p.26.).

Nesta perspectiva, Gastal e Moesch (2007, p.42) defendem que

[...] uma política pública de turismo deve ter clareza sobre a concepção de Turismo que defende, sobre qual a visão de desenvolvimento buscar e sobre quais são os seus compromissos. Deve, ainda, ter como objetivo democratizar o bem público chamado Turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos os visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como uma realidade, e que a sociedade incida nessas definições. (GASTAL; MOESCH, 2007, p.42),

Deste modo, pode-se afirmar que Política Pública de Turismo¹⁰ (PPTUR) é o conjunto de esforços que resultam das ações consequentes do Estado, Governo e Povo no sentido de promover o desenvolvimento sustentável do fenômeno turístico. As Políticas Públicas de Turismo pressupõem, ideologicamente, antes de qualquer prioridade, a participação efetiva e a distribuição equitativa dos benefícios gerados a todos os atores socioambientais que o fenômeno turístico contempla no ciclo global da referida PPTUR.

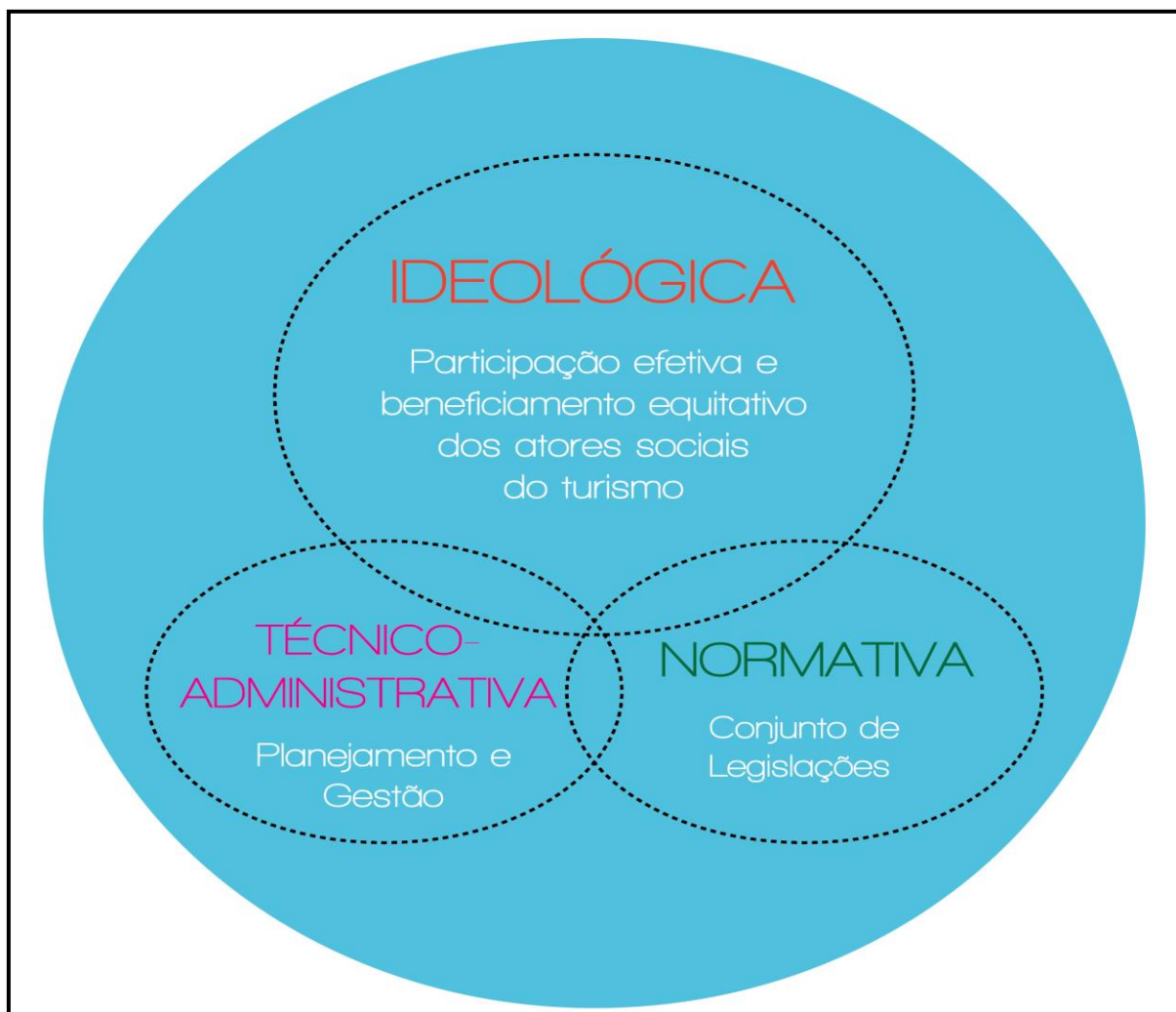
Cabe, ainda, salientar o papel de destaque do setor público neste ciclo, através do ação dos burocratas que deve sempre estar pautada na ideia *erga omnes*. Nesse sentido, o caráter ideológico será o principal elemento que irá dizer se uma localidade possui, ou não, uma PPTUR; todavia, tais políticas deverão ser o resultado de três dimensões, a serem consideradas na sua totalidade: *a ideológica, a técnico-administrativa, e a normativa* (figura 4).

¹⁰ É importante esclarecer que existe uma tendência equivocada, no meio acadêmico e na sociedade em geral, de restringir o entendimento do turismo exclusivamente a duas conotações. A primeira seria a de turismo enquanto sinônimo de realização de viagens com o objetivo de lazer e/ou recreação. A segunda seria a ideia de turismo enquanto realização de viagens mais longas e os meios práticos necessários ao deslocamento e a permanência do visitante no destino turístico, o que configura uma visão limitada e tecnicista do turismo.

Além disso, existe uma confusão entre os conceitos de lazer e turismo, que apesar de serem fenômenos socioambientais afins, materializam-se no meio ambiente e na vida das pessoas de maneira particular, apresentando diferenças e semelhanças. O lazer pode ser definido como “[...] um conjunto de atividades desenvolvidas pelos indivíduos seja para o descanso, seja para o divertimento, seja para o seu desenvolvimento pessoal e social, após cumpridas suas obrigações profissionais, familiares e sociais”. Conteúdos ou interesses culturais do lazer: artísticos, intelectuais, físico-desportivos, manuais e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p.34). O turismo é um fenômeno socioambiental muito mais abrangente de que o deslocamento de uma ou mais pessoas por um período superior a 24 horas e inferior a um ano para fins de lazer e recreação, que se encerra com a prestação de serviços de qualidade do trade turístico composto por agência de viagens, companhia aérea, locadoras de veículos, meios de hospedagem etc. Turismo é muito mais do que uma atividade de mercado! O conceito de turismo adotado para esta tese encontra-se no primeiro parágrafo do capítulo quatro “Planejamento turístico e a fábula das ações que visam diminuir o turismo enquanto condicionalidade ao crime”.

Nesse sentido, existem as viagens que são motivadas por lazer, mas existem, também, outros fatores motivacionais que desencadeiam a realização de viagens, dando origem aos outros segmentos do turismo, a citar: turismo de eventos, turismo de negócios, turismo pedagógico, turismo de saúde etc. Além disso, o turismo enquanto fenômeno socioambiental não tem seu fim na viagem em si, possuindo, portanto, uma dialogicidade com o meio ambiente em que ele acontece.

Figura 4 - Dimensões da Política Pública de Turismo



Fonte: Elaboração Própria.

No que tange à dimensão ideológica de uma Política Pública de Turismo, apesar de todo ciclo (montagem da agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação, avaliação) ser fortemente influenciando pelas relações de poder dos atores socioambientais do turismo, o princípio *erga omnes* deverá ser a tônica da concepção à materialização da referida política.

Assim, uma PPTUR, considerando a ideia de justiça social, deverá garantir, satisfatoriamente, os gostos, as necessidades, as preferências e, inclusive, as exigências de todos os agentes socioambientais do turismo: 1. Comunidade local; 2. Setor público; 3. Visitantes (turistas e excursionistas), 4. Setor privado, 5. Terceiro setor; 6. Mídia; 7. Academia (Professores, estudantes e pesquisadores do turismo); 8. Consultores.

A Comunidade local é formada pelos moradores que vivenciam, todos os dias, as benesses e os problemas existentes na destinação turística (localidade onde o turismo

acontece: país, estado ou cidade). Deste modo, carece de locais destinados à visita (atrativos turísticos) minimamente estruturados para que seja possível praticar atividades de lazer, entretenimento, pedagógicas etc. Necessitam de um conjunto de equipamentos e serviços acessíveis e de qualidade (bares, restaurantes, casas noturnas, etc.). E precisam, também, de uma localidade dotada de um conjunto de infraestruturas funcionando dignamente (sistema de segurança, de espaços livres públicos propícios à vivência do lazer, de comunicação, de saúde, de educação, de emprego, saneamento básico etc.). Ao mesmo tempo, é imprescindível o respeito aos seus direitos e suas tradições, de modo que faz-se necessário a garantia de sua participação, com autonomia, nas tomadas de decisões que irão definir rumos da localidade em que vivem, inclusive, no que tange ao turismo. Ademais, o turismo passa acontecer nos ambientes que já se constituíam em lugares de vida de pessoas que já vivem há anos na localidade. Assim, esta atividade econômica tem que vir no sentido de agregar valor as coisas positivas que ali já existem e, inclusive, contribuindo à resolução de alguns problemas, cabendo à comunidade ter voz ativa na forma de desenvolvimento do turismo que se quer nos seus lugares.

O Setor público é formado pelos burocratas que fazem parte do quadro de funcionários permanentes, contratados, prestadores de serviços e cargos comissionados que constituem as Organizações Públicas do Turismo (OPT) nos diversos níveis de planejamento e gestão do turismo (mundial, nacional, estadual e municipal). Seria, constituído, portanto, pelos colaboradores da Organização Mundial do Turismo (OMT), Ministério do Turismo (Mtur), Secretaria Estadual de Turismo, Esporte e Lazer (Seturel), e das secretarias municipais de turismo, como o caso da Secretaria de Turismo e Lazer (SETUR-L) da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

Os visitantes dividem-se em turistas considerados como aqueles que permanecem mais de 24 horas e menos de 1 ano na localidade visitada; e excursionistas que são os visitantes que permanecem menos de 24 horas na destinação turística.

O Setor privado é formado pelo conjunto de proprietários e funcionários de meios de hospedagem (resort, hotel, *flat*, albergue, pousada etc.), agência de viagem e turismo, cia aérea, casas noturnas, bares e restaurantes, lanchonetes, lojas e locais de venda de artesanato etc.

O Terceiro setor é constituído pelas ONG e Oscip, a citar: associação de pescadores, de artesãos, de tapioqueiras, etc.; bem como pelas associações de classe ligadas diretamente com o setor de turismo como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel),

Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira de Empresas de Eventos (Abeoc), *Convention and Visitors Bureau* etc.

A Mídia é formada pelo conjunto de pessoas que constituem os canais de comunicação social de massas, abrangendo a internet, o rádio, o jornal, a televisão e, inclusive, as agências publicitárias responsáveis pela propaganda e divulgação dos atrativos e destinos turísticos.

A Academia é constituída por professores, estudantes e pesquisadores do turismo responsáveis por refletir acerca das questões que o turismo envolve, desenvolvendo pesquisas, apontando problemas e, ao mesmo tempo, os direcionamentos necessários ao desenvolvimento sustentável do fenômeno.

Os Consultores, que quase sempre também fazem parte do grupo “Academia”, é formado por “nomes de referência” na área de turismo (pessoa física ou jurídica) que são contratados para dar os direcionamentos necessários ao planejamento e gestão do turismo no âmbito público e/ou privado. São, geralmente, os responsáveis por elaborar o Planejamento Estratégico das OPT, bem como dos planos estratégicos das organizações privadas de grande porte do setor.

É importante esclarecer que, para se ter uma PPTUR real e em funcionamento, em hipótese alguma, deve-se priorizar o atendimento das demandas e/ou beneficiamento de um ator social em detrimento dos outros.

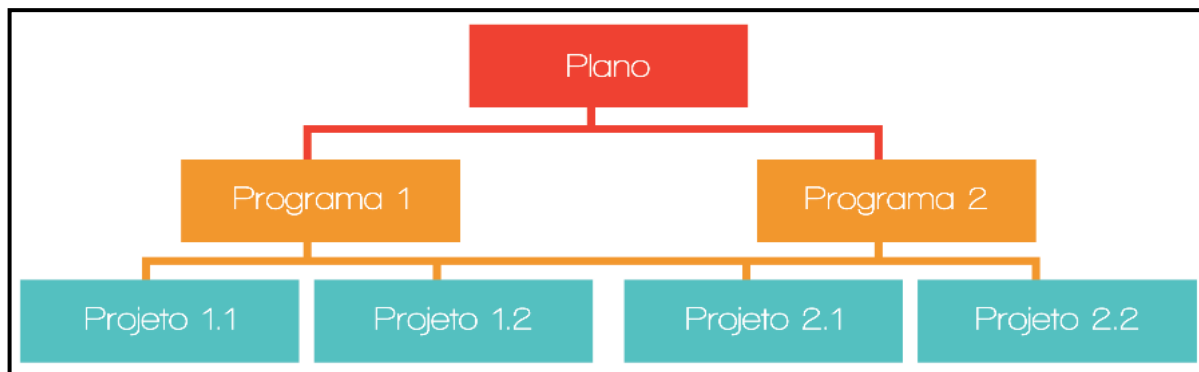
Além disso, a participação destes atores deverá ser ativa nos cinco estágios do ciclo de uma PPTUR, de modo a não se admitir “faz de conta”, “simulacros” e/ou “inação” por parte de nenhum dos atores sociais do turismo.

Sobre a Dimensão técnico-administrativa, engloba os aspectos técnicos do planejamento e a gestão do fenômeno, com destaque para a importância dos planos programas e projetos.

O *plano* é um documento abrangente e com menor grau de detalhamento, que possibilita a visão geral. Resume o conjunto de ações e propostas a serem levadas a cabo durante o processo de planejamento. O *programa* é um conjunto de projetos semelhantes ou complementares, integrados entre si, por uma ou várias características comuns. O objetivo de um programa deve materializar uma ou mais metas fixadas no plano turístico do qual faz parte. O *projeto* aborda um elemento específico estuda-o de forma detalhada. É qualquer propósito de ação definido e organizado, de forma racional que permite determinar os custos e benefícios de um investimento (PARANÁ, 2004).

Ignarra (2002) explica esses três tipos de documentos relativos ao planejamento através de um esquema (figura 5).

Figura 5 - Tipos de documentos de planejamento, que compõem uma política pública de turismo



Fonte: Adaptado de Ignarra, 2002, p. 63.

Em relação à dimensão normativa, poderá, ou não, possuir uma legislação que a regulamente, dispensando em alguns casos, o caráter normativo; muito embora esta dimensão seja de extrema importância, considerando a descontinuidade das ações intra e inter governos. Vale salientar que o conjunto de marcos legais que foram sendo desenvolvidos no Brasil ao longo dos anos, foram imprescindíveis para se ter os avanços, que, apesar de muito tímidos, podem ser verificados no setor. “Após longos anos na marginalidade da administração pública, o turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento governamental, processo este que culmina, em 2003, com a criação do Ministério do Turismo” (CRUZ, 2005, p.29).

Fica evidente, portanto, que o papel destas PPTur deveria ser o de garantir o desenvolvimento sustentável das destinações turísticas. Acontece que, infelizmente, em muitos casos, esta é uma realidade apenas teórica/livresca; o que se observa, na prática, através da análise de muitas das destinações turísticas brasileiras, é um verdadeiro simulacro no que se refere às PPTur. E isto, sem dúvidas, reflete no papel do turismo enquanto fenômeno socioespacial que irá aumentar ou diminuir a questão da violência e medo urbanos.

É preciso considerar que atualmente se tem uma tendência ao simulacro das melhorias urbanas, logo, ao desenvolvimento de políticas fragmentadas. Vive-se hoje a produção capitalista do espaço, conforme enuncia Harvey (2005), a qual, no Brasil, acontece de maneira ainda mais perversa.

Se observado criticamente, a repercussão socioespacial do conjunto de ações executadas pelos poderes públicos, o que se “vende” em termos de PPTur no Brasil, estejam elas em nível nacional, estadual ou municipal, está muito aquém do que, de fato, é uma “política pública”. É preciso reconhecer que houve avanços significativos em termos de “elaboração de documentos de planejamento”, sobretudo na escala nacional, com destaque para os Planos Nacionais do Turismo

e o Programa de Regionalização do Turismo: documentos que possuem uma coerência teórica e técnica. No entanto, tais marcos deveriam ser, inclusive, melhor utilizados no planejamento e gestão estaduais e municipais¹¹. Vale destacar que planejamento, gestão e políticas públicas de turismo são conceitos complementares, porém, distintos.

Planejamento é, antes de tudo, um exercício de preparação racional, para ações que visam concretizar um estado futuro desejado; donde planejamento socioeconômico constitui-se de “um processo de mobilização de forças e atores socioambientais para edificação de um estado desejado coletivo” (SANTANA, 1990, p. 11). Assim, o grande desafio do planejamento é ir além do viável, ultrapassar o possível e realizar o ideal.

Ao mesmo tempo, tem-se que considerar a diferença entre planejamento e gestão que reside principalmente no tempo de ações consequentes e nos tipos de atividades. Se na gestão as respostas às ações devem ser imediatas, no planejamento o médio e o longo prazos são os tempos necessários para que os resultados apareçam. A esse respeito, Souza (2006 b, p. 46) diz:

[...] gestão remete ao presente, gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*. O planejamento é preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre indispensáveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem decorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são *distintos e complementares*. (Itálicos no original).

No âmbito da discussão do planejamento, Souza (2006 c) resume a questão das políticas públicas dizendo que depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, base de dados ou sistema de informação e pesquisa. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Acontece que nem sempre fica estabelecido qual o plano global de desenvolvimento de uma destinação turística, não existindo, deste modo, uma referência concreta para os planos, programas e projetos. No entanto, isso não significa que não haja uma política de governo estabelecida. Essa sempre existe, pois se constitui pelo conjunto de ações que objetivam atingir determinado fim. E pode não estar organizada em um documento, ou plano de governo, mas suas linhas gerais estão estabelecidas por ações concretas (DIAS, 2008).

Beni (2006) alerta para o fato da inexistência de políticas públicas de turismo em nível nacional, durante muitos anos, justificarem, em parte, os desacertos das ações de estados e

¹¹ Vale destacar a significativa contribuição dos pesquisadores da área de turismo que trabalharam em parceria com o Ministério do Turismo na construção dos documentos de planejamento em nível nacional.

municípios para o setor, uma vez que não se tinha uma orientação maior que indicasse explicitamente objetivos, metas, prioridades e metodologia na elaboração de projetos e programas. Tais “políticas”, uma vez constituídas, traduziam a visão de alguns poucos e sofreram com a ausência de uma integração com outras políticas setoriais.

Outro aspecto relevante, destacado por Beni (2006), é a inconsistência de vínculo dos órgãos oficiais de turismo em nível nacional, também observada nos estados e municípios, que igualmente, vivenciaram numerosas concepções, extinções e recriações de organismos direcionados à atividade turística, denotando a histórica deficiência/fragilidade no âmbito do planejamento e gestão do turismo no Brasil, em suas diferentes escalas.

Becker (2001, p. 7) lembra que “há uma necessidade mínima de integração e articulação entre as políticas”, defendendo a necessidade de se “implementar uma política integrada, para acabar com esses conflitos setoriais que se criaram no Brasil, onde se multiplicaram agências, empresas e cada um faz a sua política, gerando desordem e insustentabilidade institucional”. Neste cenário, “Os técnicos e muitas vezes os gestores não tem conhecimento suficiente sobre as outras políticas públicas que atuam em um mesmo território e assim desconhece a atuação e limites e possibilidades de complementaridade.” (LUMBABO; COSTA, 2009 *apud* SELVA, 2012, p.48).

Nesta perspectiva, Selva (2012) defende que as políticas públicas de turismo são multi setoriais, tornando sua implementação cada vez mais complexa, de modo a se concretizarem articuladas/integradas com outras políticas setoriais, como é o caso das infraestruturas urbanas, educação, desenvolvimento regional, emprego e renda, conservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural; e que a necessidade de planejamento e regulação das políticas de turismo constitui condição para a execução das práticas turísticas, pois estas são promotoras de novas formas de ocupação do território.

Diante das questões expostas, destaca-se a necessidade dos municípios desenvolverem mecanismos para um planejamento e gestão articulados e integrados, capazes, em seu conjunto, de pôr em prática um turismo orientado para a promoção do local no sentido do ordenamento das atividades turísticas, devendo ter como princípio o planejamento integrado envolvendo interesses e necessidades locais para uma gestão adequada e sustentável. As municipalidades desempenham um papel fundamental na condução do ordenamento dos espaços construídos, pois é o governo municipal o agente ordenador e gerenciador dos territórios onde o turismo acontece (SELVA, 2012, p.49).

Isso porque, segundo Rushmann (1997), o planejamento sustentável do turismo é a principal via de maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente.

No caso dos impactos sociais do turismo, Doxey (1988 *apud* Rushmann, 1997, p. 47) identifica cinco estágios da crescente desilusão de uma comunidade receptora com a atividade turística:

O estágio inicial é o da euforia, no qual as pessoas estão entusiasmadas e vibram com o desenvolvimento do turismo. Recebem os turistas e registram-se sentimentos de satisfação mútua. As oportunidades de emprego, negócios e lucro são abundantes e aumentam com o crescimento do número de turistas. A segunda fase é a da apatia, na medida em que a atividade cresce e se consolida a população receptora considera a rentabilidade de setor como garantida e o turista passa a ser considerada um “meio” para a obtenção de lucro fácil, o que torna os contatos humanos mais formais do que no estágio anterior. A irritação caracteriza a terceira fase, que se manifesta conforme a atividade turística começa a atingir níveis de saturação ou quando a localidade já não consegue atender às exigências da demanda que, quantitativamente excessiva, torna os equipamentos existentes incapazes de atendê-las. O quarto nível caracteriza-se pelo antagonismo. Os moradores já não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por todos os seus males, e pelos problemas da localidade, tais como aumento de impostos, de **criminalidade**, de desajustes da juventude etc. a polidez e o respeito mútuo desaparecem, dão lugar ao antagonismo e o turista passa a ser hostilizado pela população da localidade receptora. O quinto e último estágio ocorre quando a população se conscientiza de que, na ânsia de obter todas as vantagens da atividade turística, ela não considerou as mudanças que estavam ocorrendo e nem pensou em impedi-las. Agora, terá de conviver com o fato de que seu ecossistema jamais voltará a ser o que era antes do advento do turismo. Ela poderá tentar atrair um tipo de turista diferente do que recebeu com euforia no passado, ou então, se a destinação for suficientemente grande para absorvê-lo, o turismo de massa continuará a crescer- com ou sem a aprovação da população local. [...] Além desses estágios, registram-se outros impactos sociais do turismo: O efeito demonstração ocorre quando a presença de um grande número de turistas estimula hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis para a população receptora. Eles variam desde a importação de produtos (comidas/bebidas/vestuário) caros até criação de novos hábitos de entretenimento, como o jogo (cassinos) ou o consumo excessivo de drogas e bebidas alcoólicas. As alterações na moralidade estão presentes em grande parte dos estudos sobre os impactos do turismo nas comunidades receptoras e indicam o aumento da prostituição, da criminalidade e do jogo organizado. Apesar de não se poder responsabilizar o turismo por esses males, constatou-se que eles se intensificam com o desenvolvimento de atividade. A prostituição, associada no turismo às atitudes mais liberais dos países do terceiro Mundo se comparadas àquelas dos países de origem da maioria dos turistas (Europa e EUA), tem se caracterizado como uma estratégia de marketing para atrair visitantes para o Taiti, a Tailândia e, recentemente, para as cidades do Recife e de Salvador, no Brasil. Acredita-se que a ameaça da Aids como doença incurável e sexualmente transmissível possa reduzir esse tipo de turismo em um futuro próximo, porém não há perspectivas, a curto prazo, de limitação desse efeito (RUSCHMANN, 1997, p. 47, grifo nosso.).

Ruschmann e Solha (2005) afirmam que o planejamento do turismo passou a abordar outras questões que vão além da simples necessidade de planejar, incluindo uma série de elementos indispensáveis para o seu sucesso - definição de políticas de turismo, aspectos ambientais, mudanças nos valores da sociedade, importância da participação da comunidade, entre outros.

Todavia, os problemas encontrados nas localidades onde o turismo acontece possui sua causa, também, na formação do lugar, e, portanto, com a (in)existência de outras políticas setoriais (emprego e renda, habitação, saúde, educação etc.). Nesse sentido, o turismo não é, e nem deverá ser

considerado o principal responsável por resolver os problemas socioambientais das localidades onde ele acontece(rá). O que não isenta a sua corresponsabilidade no desenvolvimento de municípios, estados e países!

Ao mesmo tempo, percebe-se um ponto de intersecção negativo entre as políticas de turismo e as políticas setoriais de uma forma geral: a *não* participação da sociedade (sobretudo, dos segmentos mais desfavorecidos) na definição dos rumos de seus lugares de vida, e, portanto, no acontecer da cidade. Cabe lembrar, inclusive, que é muito comum se perceber simulacros de participação quando da realização de ações por parte do setor público.

Nesse contexto, Petrocchi (1998, p. 69) defende que “o planejamento deve envolver toda comunidade do núcleo turístico; a participação das pessoas do local é imprescindível para o desenvolvimento do turismo [...]”. “Sem a participação e o firme engajamento da comunidade não há como pensar em crescimento do turismo”.

Nos últimos anos, há uma tendência de evolução do conceito de “produto turístico” para “experiência turística”, isso porque, atualmente, os turistas não compram apenas bens e serviços, mas o que estes lhes proporcionam (PETROCCHI, 2006).

Ademais,

Assistimos à passagem para um novo modo de produzir, baseado em novas tecnologias, numa inovação contínua de produtos e processos. A velocidade é um elemento decisivo nessa passagem, impactando sobre os territórios em todas as escalas geográficas, com redes técnico-informacionais, permitindo articulações diretas entre o local e o espaço transacional. A presença das redes é extremamente importante na viabilização da mercantilização da imagem dos lugares. A mídia tem papel fundamental para o desenvolvimento das estratégias de marketing, elemento central na questão do turismo. O marketing, as redes de informação e de circulação atraem crescente número de consumidores, inserindo-os num circuito de mercado através de “pacotes” diversos. Mas há um outro elemento fundamental nesta mudança do modo de produzir, associado à crise ambiental: a mudança de significado da natureza. A natureza muda de significado. Ela perde significados antigos, para passar a ser capital de realização atual ou futura. Reserva de valor, em alguns casos, (como as grandes reservas de natureza dos países subdesenvolvidos), com sua utilização num outro patamar condicionada à disponibilidade de tecnologias avançadas. Esse é caso de uma vasta gama de elementos como a água, a biodiversidade. E desde essa perspectiva, dos novos significados atribuídos à natureza, podemos considerar também a valorização da natureza como mercadoria para o turismo. O novo significado da natureza está gerando um novo mercado turístico, o chamado ecoturismo, com indivíduos submetidos ao desejo de “retornar à natureza”, nela inserindo-se sem deformá-la, desfigurá-la ou depredá-la. A experiência desse “retorno” se dá de forma turisticamente organizada em pontos seletivos no espaço. Assim temos, desde uma perspectiva geográfica uma valorização seletiva dos territórios. Os territórios são valorizados em função da sua acessibilidade, às vezes para o marketing do turismo de massas, às vezes do ecoturismo. E essa valorização incide de modo importante sobre as zonas costeiras e os países periféricos, tropicais e mediterrâneos. É óbvio que aquelas praias ensolaradas são produtos de venda fácil, mercadorias valorizadas para as populações dos países temperados e frios. Esta questão, na verdade, cria um potencial de desenvolvimento, que pode ser um fato portador de uma multiplicação de serviços, de empregos diretos e indiretos e de circulação de mercadorias. Mas que também inclui um potencial de impactos perversos, tanto ambientais como sociais. *É o que ocorre quando o turismo revela uma face obscura associada ao crime organizado, drogas,*

prostituição e práticas ambientalmente predatórias, afetando, às vezes, circuitos produtivos tradicionais e fazendo emergir conflitos de uso do território, e engendrando verdadeiros guetos fechados, que estabelecem uma clivagem em relação à sociedade local, muitas vezes muito pobre e que tem sua identidade cultural desestruturada. (BECKER, 2001, p. 3-4, grifo nosso).

Yázigi (1999), ao discorrer acerca das políticas públicas para o turismo no Brasil, afirma que há uma certa inércia técnico-administrativa, no âmbito do planejamento do turismo, resultando em grande empecilho para o desenvolvimento do turismo consequente no país. Isso acontece em virtude, também, da ausência de políticas públicas voltadas para o planejamento turístico sustentável que permita fazer do turismo, não apenas uma alavanca para multiplicar a economia privada, mas sim, antes de tudo, um meio para a obtenção de uma gestão sustentável, para promover a inclusão social. Nesse sentido, este autor coloca o turismo enquanto uma esperança condicional ao desenvolvimento socioespacial.

Sobre o conceito de desenvolvimento socioespacial, Souza (2006b) esclarece que este é um desenvolvimento que não se restringe à conceituação simplista que o termo desenvolvimento traz (limitado ao crescimento econômico e à modernização tecnológica), mas sim um “desenvolvimento mais amplo”, que satisfaça as necessidades básicas das populações locais e promova a preservação ambiental. Para tanto, é necessário compreender a sociedade como um todo indivisível, constituído de dimensões interdependentes, em que cada dimensão não pode ter sua própria dinâmica apreendida se a desconectarmos das demais; dimensões essas que podem ser as relações sociais (econômica, política, cultural etc.), a dimensão espacial da sociedade e a dimensão histórica.

O referido conceito dialoga com os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Constanza (1994, p.75) define sustentabilidade como:

a relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças mais vagarosas, na qual: a) vida humana possa continuar indefinidamente, b) individualidades humanas possam florescer, c) cultura humana possa desenvolver, d) efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, Dias (2012, p.69) afirma que, embora seja um conceito amplamente utilizado, não existe uma visão única do que seja o desenvolvimento sustentável evidenciando que o referido conceito “não pode identificar-se com um estado ideal, praticamente utópico”, mas um modo de desenvolvimento real e em

funcionamento, haja vista os vários movimentos ao longo da história, eventos realizados e recursos financeiros dispendidos em prol deste modelo de desenvolvimento (quadro 2).

Quadro 2 - Principais eventos e documentos relacionados à construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Ano	Documento	Conteúdo
1968	<i>The population bomb</i>	Crescimento demográfico e suas consequências prejudiciais (ERLICH, 1968).
1968	<i>The tragedy of the commons</i>	Problemas associados a questões do coletivo (HARDIN, 1968).
1972	<i>The limits to growth. A report to the Club of Rome</i>	Estudo sobre a acelerada industrialização, o rápido crescimento populacional, a desnutrição, a depleção dos recursos não renováveis e a deteriorização do meio ambiente. (MEADOWS et. al., 1972).
1972	Declaração de Estocolmo	A preocupação principal estava centrada no crescimento populacional, no processo de urbanização e na tecnologia envolvida na industrialização (ONU, 1972).
1980	<i>World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development</i>	Primeira divulgação do termo desenvolvimento sustentável, apresentando uma clara definição do conceito de conservação. A ênfase foi dada a dimensão humana, que consistia na observação de três fatores: manutenção dos processos ecológicos, preservação da diversidade genética e utilização das espécies e ecossistemas de modo sustentável (IUCN, 1980).
1987	Nosso futuro comum	Define desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).
1991	<i>Caring for the Earth</i> (revisão da publicação de 1980)	Benefícios sociais e econômicos da conservação da natureza, tanto no sentido de um uso mais sustentável dos recursos naturais quanto no da utilização socialmente mais equitativa, tornando esse documento mais social e político do que o primeiro (IUCN, 1991).
1992	Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Agenda 21 Global	Elevação da questão ambiental a primeiro plano nos compromissos internacionais, restando a tarefa de buscar a integração da problemática ambiental no planejamento e nas tomadas de decisão econômicas em todos os níveis (ONU, 1992, 1992a)
2000	Declaração do Milênio	Foram identificados oito objetivos a serem alcançados até o ano de 2015: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000).
2002	Declaração de	Reafirma a necessidade de cooperação e comprometimento

	Joanesburgo	para a adoção dos princípios constantes da Declaração do Rio (1992), para a total implementação da Agenda 21 e dos objetivos constantes da Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), bem como de todos os acordos e conferências ocorridos desde 1992 (ONU, 2002a).
--	-------------	---

Fonte: PHILLIP JR. e MALHEIROS, 2012.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), com base no Relatório Brundtland, define o desenvolvimento sustentável para a área de turismo como aquele que

[...] atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida. [...] O turismo sustentável não pode funcionar unicamente à base de imposições da administração pública; é preciso, também, que o setor turístico privado aceite esse conceito e coopere em sua execução, assim como as comunidades locais e os turistas que devem prestar sua colaboração ao processo (OMT, 1993 apud DIAS, 2012, p.68).

Partindo da ideia do mesmo Dias (2012, p. 69) de que o desenvolvimento sustentável na área de turismo será viabilizado através de “um processo de mudança qualitativo, produto da vontade política que se expressa mediante o planejamento e a gestão, com a participação imprescindível da população local”, admite-se que uma forma de se alcançar este tipo de desenvolvimento é através da realização de políticas públicas de turismo efetivas nos níveis global, nacional, estadual e municipal.

Vale destacar, nesse contexto, o papel da *Educação Ambiental* como uma alternativa ao desenvolvimento turístico sustentável, que é aquele baseado no equilíbrio entre a conservação e/ou preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social na distribuição dos benefícios resultantes do turismo.

Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º.)

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º.)

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas

relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação. (Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru (1976)

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores socioambientais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática. (LAYRARGUES; P.P. Crise ambiental e suas implicações na educação, 2002.) (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>> Acesso em: 17/06/2016).

Assim, faz-se necessário educar ambientalmente os atores socioambientais do turismo (considerando, sobretudo, a dimensão política do termo), no sentido de propiciar um real *empoderamento* dos mesmos, pautado sobretudo no *compromisso ético da construção de ambientes turísticos efetivamente sustentáveis*.

Pois, conforme enunciado por diversos autores nacionais e internacionais, o turismo, a depender do modelo de desenvolvimento turístico adotado para sua realização no espaço geográfico, poderá trazer *impactos positivos e negativos ao meio ambiente*.

O turismo tem o poder para aprimorar o meio ambiente, prover fundos para conservação, preservar cultura e história, estabelecer limites sustentáveis de utilização e proteger atrações naturais. ***Também tem o poder de destruir.*** Se não for planejado e implementado de maneira apropriada, pode destruir a vegetação, gerar superpopulação, sujar as trilhas, poluir as praias, causar excessos de construções, eliminar espaços abertos, criar problemas de esgotos e habitação e ignorar necessidades e a estrutura da comunidade receptora (GOELDNER; RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 356, grifo nosso).

Castilho (2006) defende que o turismo constitui-se não somente como um elemento, mas também um fator importante do processo de produção do espaço geográfico, que promove o crescimento de muitas atividades (hospedagem, equipamentos de alimentação, transportes, manifestações culturais etc.), além de criar espaços mediante a sua turistificação – lugares turísticos.

Mas que, a despeito de promoverem certa dinâmica sócio-territorial nos lugares onde acontecem, essas atividades e esses lugares turísticos não conseguem promover a integração sócio-espacial e, por sua vez, a mobilidade sócio-espacial da grande maioria das populações que a ele recorre como alternativa de mudança de vida. E isto porque o turismo continua atendendo mais aos interesses externos ao lugar do que aos interesses do lugar, alienando o espaço (CASTILHO, 2006, p. 76-77)

Os espaços livres públicos enquanto parte integrante da infraestrutura de destinos turísticos, em alguns casos traduzindo-se no próprio atrativo turístico, devem ser desenvolvidos e/ou estruturados

de modo que atendam gostos, necessidades, preferências e exigências de turistas (cidadãos temporários) e, principalmente, população local (cidadãos perenes), de modo que tais espaços se traduzam em “ambientes de participação popular e da cidadania”.

Ao mesmo tempo,

O espaço público é compreendido, sobretudo, como o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. É visto ainda como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, de intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos (SERPA, 2013, p. 9).

Nesse contexto, cabe resgatar a ideia de pólis, assim como o significado das ágoras atenienses. A ideia de pólis está associada à persistência histórica e difusão geográfica da “Cidade-Estado” e a concepção de cidade enquanto *locus da democracia*, ambiente no qual a ideologia que permeia o pensar e o fazer a cidade derivam da ideia de *poder político*, traduzindo-se em um espaço de todos¹². Assim, “Por Pólis se entende uma cidade *autônoma e soberana*, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembléia de cidadãos (*politai*)” (BOBBIO, 1998, p. 949, grifo nosso.).

Sobre o significado das Ágoras Atenienses, na Grécia Antiga, e já defendendo a necessidade de processos de planejamento e gestão de espaços livres públicos contemporâneos efetivamente autônomos e libertadores, no sentido Amartyaseniano de Liberdade¹³, tem-se que:

O símbolo por excelência da democracia ateniense (e da democracia grega em geral, que teve em Atenas seu exemplar mais fulgurante e centro de decisão principal) é *agora*. [...] A agora era um misto de praça de mercado e local de encontro confabulação e reunião mais do que isso: era o local onde se concentrava a cena pública da *pólis* democrática, abrangendo dentro dos seus limites ou no seu entorno, diversos edifícios públicos. Significativamente, *ágora* vem do verbo *ageiro*, que significa juntar, reunir e a própria palavra *ágora* significa, originalmente, reunião, e era utilizado para referir-se à reunião de tropas militares. A *ágora* mais célebre é, sem dúvida, aquela da *pólis* mais importante e emblemática da democracia grega, que exerceu influência sobre as outras cidades: a *ágora* de Atenas (SOUZA, 2006a, 321-322. Grifos no original.).

Neste contexto, faz-se mister evidenciar que, para se chegar ao conceito de espaços livres públicos, considerou-se o conceito de *espaço livre* de Lynch (*apud* CARNEIRO; MESQUITA,

¹² Evidente que, considerando o contexto histórico da Grécia Antiga, a ideia de polis ateniense, enquanto espaço da democracia, possuía algumas limitações se considerado o papel dos escravos e da mulher. Todavia, a de se considerar para esta tese, sobretudo, a ideia de *autonomia* e *participação* dos que tinham voz àquela época.

¹³ Ver conceito de “Desenvolvimento como liberdade” em Sen (2010).

2000, p.24), que está apoiada na condição de oferecer livre acesso às pessoas, permitindo-lhes agirem livremente, no sentido de obterem o seu bem-estar.

Espaços livres, no contexto da estrutura urbana, referem-se, também, às áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação (avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc.) ou com a presença efetiva de vegetação (parques, praças, jardins, etc.) com funções de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental. São ainda denominados espaços livres as áreas ocupadas por maciços arbóreos cultivados (quintais residenciais), áreas de condomínio fechado, áreas remanescentes de ecossistemas primitivos (matas, manguezais, lagoas, restingas, etc.) (CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

Considerou-se, também, o fato desses espaços livres dividirem-se em *públicos* e *privados*. Os espaços públicos são aqueles abertos à população em geral sob condições pré-estabelecidas pelo poder público (parques, praças, etc.). Os espaços privados correspondem àqueles que podem ser de uso unifamiliar ou de uma comunidade específica (quintais e condomínios residenciais, clubes sociais, pátios de escolas, de hospitais, etc.) (CARNEIRO; MESQUITA, 2000).

Segundo Vernant (1999) o que define o espaço público é o fato, justamente, de não ser submetido à autoridade de nenhum senhor, de não abrir espaço a um poder despótico¹⁴.

Cabe salientar que a adoção do termo “livre”, junto ao de “espaço público”, derivando no conceito de “espaço livre público”, é justificado pela consideração do caráter ideológico destes espaços. O próprio papel destes espaços, ao longo do tempo, enquanto espaços de “liberdade”, “solidariedade”, “lutas”, “reinvindicações”, “protestos” e “debates”, por si só já justificam a adoção do termo “livre”.

Os espaços *livres públicos*, portanto, exercem diversas funções na sociedade: estar, descanso, esporte, contemplação, festa, ecológica, estética/paisagística, educativa, recreativa, cultural, econômica, psicológica, de lazer e social (LEITÃO, 2002).

Segundo Leite (2011), praças, ruas, jardins e parques, em suas múltiplas funções, constituem o cerne do sistema de espaços livres públicos das cidades, e neles a sociabilidade não pode ser relegada a plano secundário, nem ofuscada pelas questões unicamente físico-naturais. Até porque os processos econômicos vigentes no mundo contemporâneo continuam a ser estruturados em bases antiecológicas e ambientalmente discutíveis. Nesse sentido, praças, jardins e parques devem estar efetivamente integrados entre si e com as demais

¹⁴ Poder despótico ou patriarcal: exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependência econômica e militar e por alianças matrimoniais. Nessa forma de poder, a relação era pessoal, e o chefe garantia proteção enquanto os súditos lhe ofereciam lealdade e obediência (CHAUI, 2014, p. 313.).

funções da cidade e do urbano, numa rede articulada de elementos com localizações, desempenho e tamanhos variados, tal como sugere o termo sistema e seus elementos constituintes.

Nesse contexto, é importante destacar a importância dos “Parques urbanos” e das “Áreas Verdes Urbanas”, enquanto “uma” das “diversas” tipologias de espaços livres públicos que podem contribuir na construção das ditas “cidades sustentáveis”, “cidades inteligentes”, “cidades criativas”, “cidades inovadoras” ou, simplesmente, “*smart city*”.

Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados.

Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes. (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes> Acesso em: 17/06/2016).

Ao mesmo tempo, cabe destacar que o termo “Áreas Verdes Urbanas” é utilizado pelo Ministério do Meio Ambiente, denotando o forte apelo às questões eminentemente naturais, por parte da instituição, quando no tratamento das questões ligadas ao meio ambiente, inclusive, aquelas relacionadas ao ambiente urbano; ambiente se traduz, antes de tudo, em palco e reflexo da ação *social*. Vale destacar que “o verde”, e, portanto, a dimensão natural da dinâmica ecológica das cidades é um ponto bastante relevante; todavia, é necessário admitir que o meio ambiente, no contexto das cidades, deverá ser entendido, planejado e gerido enquanto uma teia complexa formada pelas dimensões político-institucional, sociocultural, econômica e (também, mas não apenas!) a físico-natural. Haja vista, o entendimento complexo de meio ambiente adotado para esta tese.

Nesse contexto, Silva (2015) alerta para o fato de que o atual panorama da construção e/ou a revitalização de espaços livres públicos não deriva de políticas públicas, mas de ações (pontuais) desenvolvidas pelos administradores públicos. Isso porque, por mais que alguns destes espaços, por alguma razão, tenham sido construídos segundo os anseios sociais e

correspondido as necessidades de alguns segmentos da sociedade em períodos específicos, eles não foram parte integrante de um projeto político mais amplo que previsse e permitisse mudanças estruturais mais profundas através da adoção de Sistemas de Espaços Livres Públicos (Selp) traria à cidade.

Ademais, os Selp urbanos constituem um complexo em inter-relação com outros sistemas – de drenagem, transportes, proteção – cujas funções podem coincidir com as dele ou apenas justapor-se, tecendo relações de conectividade e complementaridade com a preservação, conservação e requalificação ambientais, a circulação e drenagem urbanas, as atividades de lazer, o imaginário, a memória e o convívio social públicos (QUEIROGA, 2009).

É bastante curiosa e interessante a dicotomia dos ELP. Isso porque, ao mesmo tempo em que a construção de praças ou parques pode ser utilizada pelo poder público enquanto uma estratégia de combate ao medo e à violência, algumas pessoas poderão utilizá-los como cenário para o desdobramento de práticas ilícitas (tráfico de drogas, assaltos, práticas violentas de uma maneira geral etc.).

Existe, assim, certa discordância quanto ao papel destes ELP como amenizadores da violência e do medo na cidade. Leite (2011), por exemplo, defende que os ELP são locais eminentemente perigosos. Em contrapartida, Arendt (2004), utilizando-se das três dimensões da vida ativa: labor, trabalho e ação, defende o resgate da esfera pública, destacando a importância da liberdade e comunicação neste processo. Para compreensão desta discordância aparente, destacam-se duas questões: “a noção de público enquanto terra de ninguém” e “o papel indutor do espaço geográfico”, enquanto aspectos bastante consideráveis dentro desta discussão.

Na noção de ELP como terra de ninguém se tem a errônea e infeliz ideia desse espaço como um local onde pode ser feito tudo o que não deve ser praticado em ambientes de caráter particular; “onde pode ser feito tudo que não se deve fazer em casa.” Nesta ótica equivocada o espaço privado seria aquele que possui proprietário, logo, o espaço no qual não se deve, em hipótese alguma, desenvolver qualquer tipo de prática que vá de encontro com a ética, valores ou regras de convivência estabelecidas para tais espaços; enquanto o espaço público e, por conseguinte, os ELP sob a forma de praças e parques, estes são os “melhores” locais para quebrar regras, para fazer o proibido, para praticar a violência. Vale lembrar que o conceito de violência urbana está associado a qualquer ato desenvolvido no contexto da cidade que se contrapõe às leis, à ordem pública ou à ordem social, ou ainda, qualquer ação que possa vir a ferir a integridade física ou moral do indivíduo.

No que se refere ao papel indutor do espaço geográfico no caso específico das praças e dos parques, consideramos o seguinte: quando os ELP não possuem boa infraestrutura física, eles se encontram degradados, não possuem uma gestão efetiva, não atendendo, enfim, aos gostos, necessidades, preferências e exigências de seus usuários reais e/ou potenciais, o local começa a induzir usos ilícitos que desembocam no surgimento de práticas violentas e na (re) produção da psicosfera do medo. Ao mesmo tempo, ELP de qualidade sob a forma de parques e praças, através da oportunização do lazer a grandes parcelas da população pobre, poderão ser tomados como uma estratégia para diminuir a violência e o medo, tornando evidente o papel positivo destes espaços no que se refere à questão em tela.

Existem algumas tentativas dos poderes públicos de colocar em prática estratégias voltadas à implementação de praças e parques em cidades tidas como bastante violentas a exemplo do que vem ocorrendo em Medellín (Colômbia)¹⁵ e Recife (Brasil). Neste último caso, o executivo local busca inserir equipamentos de lazer em áreas da cidade tidas como muito violentas: o Conjunto de Lazer e Desportos e o Programa Academia das Cidades¹⁶ nos bairros de Santo Amaro (situado próximo às favelas de Santo Amaro, Ilha de Juaneiro e da área da antiga favela Vila Imperial) e no de Joana Bezerra (situado próximo à favela do Coque).

No cerne destas questões, propõe-se, no momento da gestão dos ELP, estar atento aos elementos inerentes a duas dimensões fundamentais de análise – as da psicosfera e tecnosfera sobre as quais Santos (2008 a, p.256) disse que:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercambio e, deste modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido também faz parte da produção desse ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas.

Assim, ao se considerar a dimensão da tecnosfera e da psicosfera na gestão dos ELP, deve-se ter bastante cautela com relação aos elementos de ordem local e levar em consideração, também, os fatores de ordem global; além, obviamente, de considerar tais fatores dialogicamente. Nesta perspectiva, Souza (2006, p. 561) defende que é necessário questionar “fórmulas e *slogans* simplistas

¹⁵ Sobre este assunto ver a seguinte reportagem: “A outra imagem de Medellín: sinônimo de tráfico de drogas, a cidade colombiana diminui a violência e agora é modelo de urbanização bem-sucedida”, publicada na Revista Isto É na Edição: 2056 de 08 de Abril de 2009. Consultar, também, site oficial de Alcaldía de Medellín: <http://www.medellin.gov.co/irj/portal/medellin>

¹⁶ Para maiores informações sobre o Programa Academia da Cidade, consultar Castilho (2012).

como agir localmente e pensar globalmente”, destacando que é preciso refletir e desenvolver ações a partir de perspectivas multiescalares e transescalares.

No âmbito da tecnosfera, é necessário estar atento à quantidade, conservação e disposição dos equipamentos existentes no ELP, assim como aos aparatos técnicos e humanos de segurança (iluminação adequada, presença de câmeras, presença e atuação efetiva de policiais e/ou da guarda municipal etc.). Aumentando um pouco a escala, deve-se considerar, também, a quantidade e qualidade de ELP existentes na cidade como um todo, sem deixar de extrapolar os limites dos territórios municipais.

No que se refere à psicosfera, pode-se destacar que uma praça que já é reconhecida socialmente como “praça da maconha”, ou um parque estigmatizado como “parque de marginais” deverá ter uma gestão considerando tais especificidades, levando em conta, portanto, o imaginário do medo que se desdobrou em relação aos referidos espaços, independentemente da (in) existência da violência no referido ELP. Neste caso, uma das saídas seria o marketing social¹⁷.

Vale salientar, também, que, em alguns casos, a psicosfera poderá ser relacionada a estereótipos que, apesar de traduzirem-se em manifestações socioespaciais de caráter mais local, estão, também, ligados a fatores de ordem mais global, a citar o modelo de sociedade que se tem na atualidade: a sociedade do consumo, do individualismo exacerbado. Sobre este modelo de sociedade vale destacar a reflexão feita por Lima e Sá (2009, p. 68):

Na sociedade do consumo, o ‘eu’ se confronta com o ‘outro’; o consumidor com o cidadão; a pobreza com o luxo; o bem contra o mal. O ‘tudo pode’, o ‘salve-se quem puder’, o ‘e eu com isso?’, a competição desfreada e a voracidade de crescer a qualquer custo, sem padrões humanitários e éticos, com a supressão da solidariedade e o desrespeito ao próximo, aliada à tirania do dinheiro e da informação nos levam a pensar que descambamos para a selvageria, precisamos voltar às cavernas ou voltamos ao canibalismo, já que a convivência (harmoniosa) e a tolerância do peso da diferença do outro que caracterizam a civilidade praticamente inexistem, diante de tanta ganância, egoísmos, narcisismos e outras coisas que dificultam um convívio social saudável e o exercício da democracia e da civilidade (LIMA; SÁ, 2009, p. 68).

Além disso, deve-se, também, considerar psicosfera e tecnosfera numa perspectiva dialética, uma vez que o espaço geográfico é dinâmico e os ELP são e estão susceptíveis a sofrer influência dessa dinamicidade no tempo, seja pelo seu desgaste natural, seja pela ação dos vândalos. Assim, tem-se que considerar, também, que a própria sociedade vai sofrendo alterações ao longo do tempo, alterando, por conseguinte, gostos, necessidades, preferências e exigências dos frequentadores do ELP.

¹⁷ O objetivo do marketing social é desenvolver atitudes construtivas para auxiliar mudanças de comportamento desejadas, que se materializa através de “um esforço organizado, feito por um grupo (o agente de mudança), visando a convencer terceiros (os adotantes escolhidos como alvo) a aceitar, modificar ou abandonar certas ideias, atitudes, práticas e comportamentos” (KOTLER; ROBERTO, 1992, p. 6). Sobre este assunto consultar, também, Kotler; Lee (2008).

Isto porque, um ELP, como é o caso de um parque ou uma praça, que atendeu satisfatoriamente as demandas sociais nos seus primeiros cinco anos de vida, por exemplo, podem, fadidamente, começar a não atender as expectativas de seus usuários. O que ocasionará o afastamento das pessoas que frequentavam este objeto espacial. O local torna-se ocioso. E, na medida em que não se reanima aquele ELP, através de uma gestão consequente (intervenção em sua estrutura física; promoção de atividades de recreação, atividades de ginástica acompanhada de profissional, atividades lúdicas de uma maneira geral, voltadas, de fato, aos interesses sociais) o local passa a assumir papel altamente controverso ao que um parque ou uma praça sugere. Ao invés de atuar enquanto equipamentos propiciadores da vivência do lazer, do convívio social, do lúdico, do brincar, do caminhar e do contemplar, o local passa a atuar, muitas vezes, como espaço indutor de práticas ilícitas, configurando uma geografia do medo e da violência (SILVA, 2012 a).

Nesta perspectiva, não basta apenas planejá-los ou revitalizá-los, sem pensar numa retroalimentação contínua de todas estas fases, sem pensá-las como processo; é preciso ir além da fase da gestão, ir além de ações pontuais por parte do poder público, considerando que planejamento e gestão são distintos e complementares, e que ambos devem ser flexíveis e contínuos. Dessa forma, é necessário considerar os interesses sociais para além do momento do planejamento, sabendo que tão importante quanto considerar tais demandas no momento da planificação, é de grande relevância levar em consideração as especificidades e mudanças ocorridas nos ELP e nas demandas sociais ao longo do tempo/espaço, e, portanto, no momento da gestão.

Vale salientar que a atuação efetiva do poder público, a partir de parcerias público-privadas e de uma gestão compartilhada do ELP com a população local, é de suma importância para a manutenção e aceitabilidade efetiva desses espaços pelos cidadãos e, consequentemente, para que os ELP cumpram seu papel de amenizadores da violência e do medo na dinâmica espacial intra-urbana. Nessa perspectiva, nota-se que é preciso ir além das estratégias convencionais de combate à violência (geralmente as coercivas) e perceber que existem outras alternativas (de caráter preventivo) que devem ser consideradas numa perspectiva holística do ponto de vista do planejamento e da gestão urbanos.

Cabe esclarecer que as parcerias público-privadas voltadas ao planejamento e à gestão de ELP devem ser firmadas no sentido de garantir os interesses sociais, não devendo ser, portanto, um interstício à privatização do espaço livre público, muito menos um meio à corrupção. Isso porque, alguns governos firmam “parcerias” nas quais se “comercializa” o Espaço Livre Público para que empresas façam seu *marketing*, em troca de um melhoramento pontual, precário, sem perspectiva de gestão contínua e de qualidade destes espaços. O objetivo maior, nestes casos, seria o estabelecimento de interesses individuais/privados; em que a “praça adotada” é, na verdade, um meio para um “acordo de mercado” em que o empresário quer um local estratégico para fazer a promoção de seu produto e o burocrata do setor público mais uma “obra realizada” para dar evidência ao seu governo.

Assim, é extremamente necessário pensar, no contexto da cidade, alternativas públicas permanentes de lazer, e mais que isso, permanentes e de qualidade, no sentido de que a população atual

carece e vem exigindo, a cada dia, mais alternativas de lazer. Não basta mais apenas “pão e circo”! Afinal de contas, o circo é uma alternativa de lazer efêmera que surge e logo após alguns dias vai embora.

Com vistas a aprofundar a discussão sobre a questão da violência e do medo no ambiente dos espaços livres públicos, cabe trazer à tona as reflexões propostas por DaMatta (1986; 1997) sobre “a casa e a rua”:

Tudo, afinal de contas que está no espaço de nossa casa é bom é belo e, sobretudo, decente. Até mesmo as nossas plantas são mais viçosas que as dos vizinhos e amigos. [...] e como membros diferenciados que residem numa dada parte da cidade e que podem transformar este local onde moram em algo único, especial, singular e “legal”. Tudo isso, repito, que nós diferenciamos como espaço do lar. [...] Como espaço moral importante e diferenciado, a casa se exprime numa rede complexa e fascinante de símbolos que são parte da cosmologia brasileira, isto é, de uma ordem mais profunda e perene. Assim, a casa demarca um espaço definitivamente amoroso onde a harmonia deve reinar sobre a confusão, a competição e a desordem. [...] as discussões políticas, que revela e indicam posições individualizadas e quase sempre discordantes dos membros de uma família, estão banidas da mesa e das salas íntimas, sobretudo dos quartos. Se elas são inevitáveis, transcorrem certamente nas varandas e quintais, locais marginais da casa [...] e a rua: o mundo exterior que se mede pela “luta”, pela competição e pelo anonimato cruel de individualidades e individualismos [...] é o local de “movimento”. Como um rio, a rua se move sempre num fluxo de pessoas indiferenciadas e desconhecidas que nós chamamos de “povo” e de “massa”. [...] Na rua não há, teoricamente, nem amor, nem consideração, nem respeito, nem amizade. É local perigoso, conforme atesta o ritual aflitivo e complexo que realizamos quando um filho nosso sai sozinho, pela primeira vez [...]. Que a insegurança nos possui quando um pedaço de nosso sangue e de nossa casa vai ao encontro desse oceano de maldade que é a rua brasileira (DAMATTA, 1986, p. 27-29.).

Apesar de retratar a realidade da violência e, sobretudo, do medo da rua na década de oitenta, o retrato antropológico proposto por DaMatta (1986) resume bem a realidade de insegurança dos espaços livres públicos contemporâneos. Sobretudo, se considerado o aumento exponencial da violência nos últimos anos, que são verificados, por exemplo, através do crescente índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLP) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) em Recife nos últimos quatro anos, evidenciados nos tabelas 1 e 2 desta tese.

Nesse sentido, a violência e o medo urbanos vêm limitando o uso dos espaços livres públicos, donde, através de uma “imobilidade forçada”, há uma tendência do indivíduo contemporâneo à vivência das práticas do lazer em ambientes fechados, privativos¹⁸.

Sá (2009, p.17-18) ressalta que:

[...] a cidade parece viver um impasse: a ‘elite’ e a classe média não cedem e se fecham nos seus condomínios; a outra parte da população (a maioria) se tranca nos

¹⁸ A de se considerar que existem questões de cunho cultural bastante significativas, proporcionadas pelo uso da grande variedade de aparelhos tecnológicos associado à internet (smartphones, tablets, notebooks etc.) também contribuíram para diminuição dos espaços livres públicos para fins de lazer. Não sendo, portanto, a violência e o medo urbanos os únicos responsáveis pela diminuição de tais espaços.

‘guetos’ e suas ‘casas’. A convivência – quando há – agora é cada vez mais virtual e os vínculos de socialibilidade vão se esmaecendo. Enfim, depois da razão (virtual) ter triunfado e vivermos em uma ‘pós- modernidade’ na qual todas as ‘tribos’ buscam comungar (pelo menos pelas infovias, internet, celular), paradoxalmente, nunca fomos tão carentes de cavernas. Na disputa entre a liberdade e segurança, nossa (s) cidade (s) parece ter optado pela segunda (de preferência bem armada e treinada). Ao invés de praças, parques, ruas, calçadas, cafés e bares ao ar livre, espaços civis e civilizados, sobrou-nos o projeto moderno de uma geografia cavernosa de Shoppings, cinemas, discotecas, bares fechados, parques temáticos, resorts, escolas vigiadas, camarotes Vips; ou seja, à luz de toda sapiência humana, uma regressão à exclusão, à segregação e à escuridão. [...] Mas apesar de toda esta geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transformá-la, pois paralelamente à força racional e ‘eficiente’ do mercado globalizado, fingimos ignorar o papel do Estado e todas as suas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova Paidéia, uma nova educação onde a ética e a civilidade voltem a reinar (SÁ, 2009, p.17-1).

Esse cenário desalentador de acasos, mas de uma razão histórica equivocada, é bem expressa numa geografia brasileira historicamente irresponsável, excludente, na qual nunca se ponderou a necessidade da construção de um “Estado de Direito” minimamente cidadão (SÁ, 2008 b).

Vale lembrar que “‘seguridad’ no significa impedir el desorden. El paradigma de la seguridad se inventó precisamente para lo contrario: para gestionar el desorden”. (AGAMBEN, 2008 *apud* HAESBAERT, 2014, p.26).

Bauman (2006) afirma que a imobilidade forçada, a condição de estar preso a um lugar, sem permissão de se mudar para parte alguma, parece abominável, cruel e repulsiva; é a proibição de movimento, mais do que um efetivo desejo de mudar, que torna essa situação especificamente ofensiva. Estar proibido de mover-se é um símbolo poderosíssimo de incapacidade e de dor. A prisão, porém, significa não apenas imobilidade, mas também expulsão.

Com a crise do chamado Estado do bem-estar social (welfare state) que, em níveis muito distintos segundo as regiões do planeta, marcou a organização da sociedade capitalista no período pós-Segunda Grande Guerra, principalmente nos chamados países centrais, emerge aquilo que alguns autores, como Wacquant (2003), denominam “Estado penal”. Outros, como Faleiros (2006) utilizam explicitamente o termo “estado de contenção social” – paralelamente ao que tratamos aqui como “*Estado biopolítico*” ou “de segurança”. Segundo Faleiros (2006): O Estado de bem-estar está sendo substituído por um estado de contenção social que se expressa nos mecanismos de vigilância física e eletrônica, na construção de prisões e ampliação dos aparatos de punição. A competitividade e não a solidariedade é que é valorizada pelas políticas de responsabilização individual pela sua sorte, acentuando-se a desigualdade e a polarização entre mais ricos e mais pobres. (p.79). Diante dos processos crescentes de “exclusão” – ou, como preferimos, de precarização – social, o welfare state perde seu papel de válvula de escape diante de grandes dilemas sociais – por exemplo, ao promover postos de trabalho e iniciativas de redistribuição de renda em épocas de crise econômica. Essa massa praticamente “inutilizada/inutilizável” – pelo menos na ótica do capital – poderá tão somente ser “contida” ou restringida/redirecionada em sua expansão e/ou mobilidade. No nosso ponto de vista e nesse contexto, pode-se no máximo, principalmente no que se refere a espaços periféricos como o latino-americano, realizar medidas de contenção,

não somente no sentido social, mais amplo, reconhecido por tantos, mas também no sentido do des-ordenamento territorial em que estamos mergulhados. **Contenção territorial**, assim, foi o termo que encontramos para revelar, sobretudo, o sentido ambivalente, a ambiguidade envolvida nas formas contemporâneas de territorialização. A começar pelas novas cercas e muros, de toda ordem, que proliferam pela superfície do planeta, e que não significam, simplesmente, um processo de “exclusão” (HAESBAERT, 2014, p.31-32).

Nesse contexto cabe a seguinte reflexão: até que ponto os espaços livres públicos urbanos atuais são, de fato, “livres” e “públicos”, considerando as prisões reais e metafóricas existentes nos ambientes destes espaços?

Cabe lembrar que, segundo Michaud (1989 apud Silva, 2012, p.42), a violência decorre de uma situação de interação, quando um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Todavia, há de se considerar, também, para esta tese, o entendimento do termo associado ao fenômeno da globalização, segundo o qual “a cidade contemporânea é perigosa na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses” (CALDEIRA, 2006 apud SÁ e CRUZ, 2011, p. 19.).

Neste ínterim, cabe relemburar o caráter perverso da globalização defendido por Santos (2000), segundo o qual, em função da diminuição do papel do Estado e sobrepujamento dos interesses do capital em detrimento dos interesses sociais, tem-se um cenário de violências socioespaciais: fome, desabrigo, AIDS, mortalidade infantil, analfabetismo, enfim, graves problemas sociais¹⁹.

Sobre o medo, Bauman (2008, p. 8-11) afirma:

Medo é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. [...] O medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. Os estudiosos do comportamento animal descrevem de modo altamente detalhado o rico repertório de reações dos animais à presença imediata de uma ameaça que ponha em risco suas vidas- que todos, como no caso de seres humanos ao enfrentar uma ameaça, oscilam entre as alternativas da fuga e da agressão. Os humanos, porém, conhecem algo mais, além disso: uma espécie de medo de “segundo grau”, um medo, por assim dizer, social e culturalmente “reciclado”, ou (como o chama Hughes Lagrange em seu fundamental estudo do medo) um “medo derivado” que orienta seu comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente. [...] O “medo derivado” é uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de

¹⁹A tese de Santos (2000) é a de que a globalização se materializa no espaço geográfico de três formas: enquanto fábula, perversidade e possibilidade.

insegurança (o mundo está cheio de perigos que podem se abater sobre nós a qualquer momento com algum ou nenhum aviso) e vulnerabilidade (no caso de o perigo se concretizar , haverá pouca ou nenhuma chance de fugir ou de se defender com sucesso; o pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais). Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, as reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão. [...] Já foi amplamente observado, por exemplo, que a opinião de que “o mundo lá fora” é perigoso e é melhor evitá-lo é mais comum entre as pessoas que raramente saem à noite- se é que chegam a sair-, quando os perigos parecem mais aterrorizantes. E não há como saber se essas pessoas evitam sair de casa devido ao senso de perigo ou se têm medo dos perigos indizíveis à espreita nas ruas escuras porque, na ausência do hábito, perderam a capacidade de lidar com a presença de uma ameaça ou tendem a deixar correr solta a imaginação já aflita pelo medo, ao carecer de experiências pessoais diretas de ameaça. [...] O que mais amedronta é a ubiquidade dos medos; eles podem vazar de qualquer canto ou fresta de nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metrô que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber. De algo ingerimos e de algo com o qual nossos corpos entraram em contato. Do que chamamos “natureza “ (pronta, como dificilmente antes em nossa memória, a devastar nossos lares e empregos e ameaçando destruir nossos corpos com a proliferação de terremotos, inundações , furações, deslizamentos, secas e ondas de calor) ou de outras pessoas (prontas, como dificilmente antes em nossa memória, a devastar nossos lares e empregos e ameaçando destruir nossos corpos com a súbita abundância de atrocidades terroristas, crimes violentos, agressões sexuais, comida envenenada, água ou ar poluídos). (BAUMAN, 2008 a, p. 8-11)

Segundo Sá e Cruz (2011, p.17), “o medo **na cidade** transformou-se em **medo da cidade** e, nos últimos anos passou a comandar transformações na configuração sócio-espacial desses ambientes”. A cidade que outrora foi “construída para corrigir o caos aparente e assustador da natureza, há algum tempo passou a ser visto como um ambiente ainda mais selvagem e atemorizante”.

De acordo com Caldeira (2008 apud Sá e Cruz, 2011, p. 19), “o medo contemporâneo da cidade e as mudanças que ele vem ajudando a gerar nos espaços urbanos representam um ataque a noção de que o espaço público é aberto à circulação de todos os cidadãos a despeito de suas diferenças sociais”.

Cabe lembrar que a violência e o medo urbanos assumem configurações e formas diferentes. Sá (2007, 2008 a, 2009 e 2010), através da compilação de diversos artigos (de cunho, eminentemente, teórico e, também, de estudos de caso) de variados autores, busca a compreensão dos fenômenos “espacializados”; e, portanto, como elementos que é condição e reflexo de uma dinâmica socioespacial total e, ao mesmo tempo, das relações de poder de um território específico.

Becken e Carmignani (2016), a partir de um estudo que envolveu dados de 126 países, chegou à constatação de que “há evidências” que sugerem que o turismo estabiliza paz, onde destacou que o aumento da chegada de turistas reduzem a probabilidade de guerra. Mas, ao mesmo tempo, destaca a necessidade dos formuladores de políticas de turismo reforçarem as

ações que amplificam os impactos positivos do turismo de modo a ter um efeito maior na construção da paz.

O argumento de que o turismo pode vir a ser um elemento de promoção da paz, mesmo tendo pesquisado 126 países, torna-se, portanto, muito frágil, pois conforme atesta Becken e Carmignani (2016) apenas “há evidências”.

Rodríguez, Williams e Hall (2014), ao analisarem a implementação da política de inovação do turismo nos *Spanish Programme of Innovative Business Groups*, apesar de fazerem as reflexões mais voltadas aos *business*, defendem a policentricidade na formulação e implementação de políticas efetivas para a área de turismo.

Deste modo, afirmar que o turismo é uma fator de promoção de paz entre os povos, ou mesmo, que contribui para a diminuição da violência e do medo urbanos é, em certa medida, um argumento falacioso, sobretudo se considerada a atual lógica segregadora segundo a qual vem se planejando e gerindo este fenômeno socioambiental nas escalas mundial, nacional, regional, estadual e municipal.

Pode-se afirmar que, em alguns casos, dependendo do modelo de desenvolvimento adotado pelas políticas públicas de turismo, percebe-se que o turismo pode vir a contribuir positivamente ao aperfeiçoamento de algumas questões ambientais na localidade em que ele acontece. Mas que, para tanto, é necessário que o desenvolvimento do turismo seja orientado por uma PPTur efetiva, que dialogue, inclusive, com outras políticas setoriais.

Assim, as políticas públicas de turismo, através do planejamento e da gestão consequentes do espaço turístico, devem visar o desenvolvimento sustentável da infraestrutura das cidades, contribuindo, inclusive, ao aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública e de Espaços Livres Públicos das cidades, de modo a contribuir para a diminuição da violência e do medo urbanos nas destinações turísticas.

Até porque, se o turismo deverá promover o desenvolvimento social e econômico das localidades em que ele acontece, conforme atesta a própria Constituição Brasileira e o conjunto de leis direcionadas ao setor no Brasil, é, também, dever do turismo contribuir para o aperfeiçoamento de todos os sistemas que compõem as cidades: sistema de segurança, sistema de espaços livres públicos, saneamento básico, sistema de iluminação, sistema de comunicação, sistema de saúde etc.

Obviamente, que as políticas públicas de turismo entram como corresponsáveis no desenvolvimento das questões que seriam responsabilidades das políticas setoriais de cada área. Nesse sentido, o papel principal das PPTur seria, a partir de uma visão transdisciplinar e de um efetivo diálogo intersetorial compreendido em todo o seu ciclo, minimizar, ao máximo,

os impactos negativos do crescimento da atividade, e garantir a distribuição equitativa de todos benefícios advindos do turismo a todos os atores socioambientais que compõem o sistema turístico.

Até porque, um dos pré-requisitos para se desenvolver o turismo em uma dada localidade é o fato de se ter uma destinação minimamente segura. Deste modo, as políticas públicas de turismo podem assumir um papel fundamental na garantia da segurança da população local e dos visitantes nos espaços livres públicos (ruas, largos, calçadas, praias, praças, parques etc.).

Mas, até que ponto o atual entendimento e uso equivocados do termo “política pública de turismo”, na verdade, não só aumenta as desigualdades e segregação no ambiente das cidades, comprometendo o real sentido de tais políticas (que seria o desenvolvimento sustentável do fenômeno)? Sobretudo se considerado o atual cenário pós-moderno de individualidades em que a real solução para os problemas da violência e do medo identificados nos ELP urbanos, não estão, exclusivamente, no turismo, mas na sociedade.

Por fim, cabe defender que mesmo que, apesar deste cenário desolador de medo e violência urbanos, é necessário ser esperançoso, tendo como meta, seja no âmbito da academia, seja no do setor público, a construção do espaço do cidadão defendido por Santos (2007). Da mesma forma, é necessário buscar a ideia de Lefebvre (2001) de pensar a cidade – nosso ambiente urbano – enquanto um espaço pré-acabado (*a cidade enquanto um processo*). E isto levando em consideração a ideia de *utopismo dialético*, de Harvey (2006), segundo a qual é preciso desconstruir a ideia de que não há mais alternativas, desenvolvendo reflexão e posterior apontamento de soluções aos problemas socioambientais urbanos, visando à construção de cidades efetivamente sustentáveis. E, portanto, a construção de espaços de esperança, diante deste atual contexto de medo e violência vivenciados na atualidade, visando à concretização de cidades efetivamente sustentáveis.

3. METODOLOGIA À REALIZAÇÃO DA PESQUISA

[...] não podemos mais considerar um sistema complexo segundo a alternativa do reducionismo (que quer compreender o todo partindo só das qualidades das partes) ou do "holismo", que não é menos simplificador e que negligencia as partes para compreender o todo. Pascal já dizia: "Só posso compreender um todo se conheço, especificamente, as partes, mas só posso compreender as partes se conhecer o todo." Isso significa que abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular, onde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno (MORIN, 2014, p. 181-182).

O problema da presente pesquisa trata-se de uma seara bastante desafiadora na medida em que envolve diferentes conceitos (meio ambiente, sustentabilidade, política pública, política pública de turismo, espaço livre público, violência e medo – os principais) que se discutidos isoladamente, pelas áreas do conhecimento que habitualmente discutem estes temas, já exigiriam um grande esforço de pesquisa. E se tomados de maneira relacional (que é o que se pretende neste estudo) exige um nível de complexidade ainda maior.

Ao mesmo tempo, a transdisciplinaridade no momento de uma pesquisa científica é fator-chave à aplicabilidade e democratização do conhecimento. Isso porque, intelectual é quem faz ciência de cultura; é quem torna comum e leva a todos o que é produzido no ambiente acadêmico, através de contribuições reais à resolução de problemas existentes na sociedade (SILVA, 2009). Para tanto, faz-se necessário a adoção de um norte metodológico e de técnicas de pesquisa condizentes à complexidade do tema, bem como, do problema de pesquisa que se pretende responder, mesmo que que seja uma resposta provisória (como a grande maioria das respostas identificadas no campo do saber científico).

3.1 Método e técnicas

O norte metodológico adotado como guia para reflexão aqui proposta foi o do pensamento complexo de Morin (2015) segundo o qual

A primeira vista, é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades. De fato, todo sistema auto-organizador (vivo), mesmo o mais simples, combina um número muito grande de unidades da ordem de bilhões, seja de moléculas numa célula, seja de células no organismo (mais de 10 bilhões de células para cérebro humano, mais de 30 bilhões para o organismo). Mas a complexidade não compreende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: ela compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num

certo sentido *sempre tem relação com o acaso*. Assim, a complexidade coincide com uma parte de incerteza, seja proveniente dos limites do nosso entendimento, seja inscrita nos fenômenos. Mas a complexidade não se reduz à incerteza, *é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados*. Ela diz respeito a sistemas semialeatórios cuja ordem é inseparável dos acasos que os concernem. A complexidade está, pois, ligada a certa mistura de ordem e de desordem, mistura íntima, ao contrário da ordem/desordem estatística, onde a ordem (pobre e estática) reina no nível das grandes populações e a desordem (pobre, porque pura indeterminação) reina no nível das unidades elementares (MORIN, 2015, p.34-35.).

No que se refere às técnicas de pesquisa e, portanto, aos procedimentos metodológicos, dividiu-se o trabalho de pesquisa nas seguintes etapas:

- a) *Aprofundamento teórico-metodológico e análise documental*: Nesta etapa foi aprofundada a discussão dos conceitos e categorias teóricas de análise para aprimorar a metodologia adotada na pesquisa. Nesse sentido, foi adotada a técnica de análise documental para analisar os principais documentos de planejamento do turismo em escalas: global, nacional, estadual e municipal, para identificar, especialmente, como é tratada a tríade: 1. Meio ambiente e turismo sustentáveis; 2. Espaço livre público; 3. Violência e medo urbanos (quadro 3).

Quadro 3- Documentos de planejamento turístico e relatórios analisados

Documentos de planejamento turístico analisados	
Níveis	Título
Mundial	Código de Ética Mundial para o Turismo
	Medidas recomendadas para a segurança no turismo (1991)
Nacional	Lei Geral do Turismo n.º 11.771/08, de 17 de setembro de 2008
	Plano Nacional do Turismo (2003 - 2007)
	Plano Nacional do Turismo (2007 - 2010)
	Plano Nacional do Turismo (2010-2016)
Regional	Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste I
	Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II
Estadual	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Pernambuco (2008-2020)
Municipal ²⁰	Revisão do Planejamento Estratégico da SETUR-L (2014 – 2017)
	Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife de 2013
	Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife de 2014
	Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife de 2015
	Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife de 2016
	Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade do Portal da transparência de Recife de 2013.
	Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade do Portal da transparência de Recife de 2014.

	Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade do Portal da transparência de Recife de 2015.
	Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade do Portal da transparência de Recife de 2016.
	Relatório de gestão da SETUR-L de 2013
	Relatório de gestão da SETUR-L de 2014
	Relatório de gestão da SETUR-L de 2015
	Relatório de gestão da SETUR-L de 2016

Fonte: Elaboração própria, com base em OMT (1991, 1999); BRASIL (2003, 2006, 2007 e 2010); BNB (2010); PERNAMBUCO (2010); RECIFE (2013, 2014a, 2014b, 2015, 2016a); LOA de Recife (2013, 2014, 2015, 2016) e Portal da transparência de Recife (2013, 2014, 2015 e 2016).

A pesquisa documental diferencia-se da pesquisa bibliográfica por estar restrita a documentos internos de uma organização, seja ela governamental ou não governamental, enquanto a bibliográfica pode ser qualquer dado já tornado público (MEDEIROS, 2010, p. 430; ZANELLA, 2009, p.122).

A partir de leituras convergentes dos documentos acessados, procedeu-se à análise do conteúdo proposta por Bardin (2011), a qual se desenvolveu nas seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados e sua interpretação.

É importante esclarecer que a análise documental foi utilizada tanto no capítulo de planejamento quanto no de gestão turísticos.

b) *Levantamento de dados secundários*: foi acessado e analisado o conjunto dos dados de ocorrências policiais de Recife, do período de 2013 a 2016, adquiridos no site da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE). Trabalhou-se com os seguintes dados: dados gerais, por ano (2013, 2014, 2015, 2016), de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP). Foi realizada, também, uma triagem dos dados da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) sobre a percepção dos turistas em relação à questão da segurança pública em Recife, visando confrontá-los com os sobre as práticas ilícitas ocorridas nos espaços públicos analisados. Buscou-se reunir, ainda, nesta etapa o máximo de textos, vídeos, imagens e mapas, disponíveis nos mais variados veículos de comunicação, que retratassem o desdobramento de práticas violentas contra turistas e excursionistas nos espaços livres públicos recifenses.

c) *Ênfase no trabalho empírico*: foram realizadas inicialmente visitas exploratórias aos principais espaços livres públicos de Recife propícios ao lazer, em que se percebe os maiores números de visitantes na cidade, a citar: principais ruas do bairro Recife; Praça Barão do Rio Branco (Marco Zero); Orla de Boa Viagem; principais ruas do bairro Boa Vista, bem como os principais parques e praças da cidade.

Cabe esclarecer que a escolha dos ELP elegidos para a realização do trabalho empírico deu-se a partir dos seguintes argumentos:

- Consulta aos principais pesquisadores dos temas turismo, espaços livres públicos, violência e medo urbanos; a citar: a professora Ana Rita Sá Carneiro, professora do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDU/UFPE), pesquisadora na área de espaços livres públicos, que destacou a RPA 1 como a mais propícia à análise envolvendo o trinômio;
- Dentre a totalidade das RPA de Recife, as Regiões Político-Administrativas I e VI são as que concentram o maior número de equipamentos e serviços turísticos da cidade do Recife. É importante lembrar que a Região Político Administrativa I (RPA 1) é composta pelos bairros: Recife; Santo Amaro; Boa Vista; Cabanga; Ilha do Leite; Paissandu; Santo Antônio; São José; Coelhos; Soledade; Ilha Joana Bezerra. Já a Região Político Administrativa VI (RPA6) é composta pelos bairros: Boa Viagem; Brasília Teimosa; Imbiribeira; Ipsep; Pina; Ibura; Jordão; Cohab. (RECIFE, 2017);
- Espaços livres públicos que a Prefeitura do Recife realizou algum tipo de ação entre os anos de 2013-2016, dando condições de analisar empiricamente a relação da tríade: política pública de turismo, espaço livre público, violência e medo urbanos;
- Locais onde fosse possível encontrar a maior diversidade e o maior número de agentes socioambientais do turismo, visando levantar informações *in loco* sobre a opinião destes agentes sobre as principais questões que a pesquisa em tela envolvia;

Os agentes socioambientais do turismo constitui-se em representatividades responsáveis pelo “acontecer do turismo no meio ambiente”; ou seja, representatividades sociais (pessoas e/ou instituições) que suas ações são, ao mesmo tempo, condição e reflexo do meio ambiente, identificados como:

1. Comunidade local;
2. Setor público;
3. Visitantes (turistas e excursionistas);
4. Setor privado;
5. Terceiro setor;
6. Mídia;

7. Academia (Professores, estudantes e pesquisadores do turismo);
8. Consultores.

O que constitui cada um destes oito grupos já foi especificado no capítulo 2 desta tese, quando evidenciada a necessidade de se garantir a justiça social entre estes agentes, quando na realização de políticas públicas de turismo; especificamente, na parte em que se discutiu a dimensão ideológica das PPTUR.

É importante esclarecer que, nesta fase de trabalho empírico, visitou-se as principais ações desenvolvidas pela SETUR-L, com destaque para aquelas desenvolvidas nos espaços livres públicos recifenses. Entre os projetos visitados, destacam-se: Recverão, RecFérias, Atividades e eventos nos Parques Santana, da Macaxeira e 13 de maio, Recife de Coração nos Bairros, Lazer na Rua, Recife Antigo de Coração, Academia Recife, Ciclofaixa de Turismo e Lazer, Eventos programados, Orla Recife, Olha! Recife, Receptivos Turísticos, Prêmio Gerando Conhecimento, Centro de Atendimento ao Turista (CAT) e CAT Móvel.

Após estas visitas exploratórias, realizou-se pré-testes nos próprios ELP recifenses, entre os meses de julho a agosto de 2016, onde se identificou a necessidade de ajustes no questionário outrora elaborado.

Vale salientar que outro aspecto que, também, contribuiu para necessidade de ajustes no questionário previamente elaborado no trabalho de gabinete foi a impossibilidade de obtenção de alguns dados junto aos órgãos de segurança pública sobre a percepção dos agentes socioambientais do turismo de Recife em relação a violência e ao medo de frequentar os espaços livres públicos de Recife.

Na ocasião, identificou-se, também, que, ao invés de aplicar questionários em campo, como havia sido definido outrora, a melhor opção seria a adoção de questionários eletrônicos, em função do fator temporal e para evitar que a pesquisa se tornasse tendenciosa sendo aplicada mais junto a um agente socioambiental do turismo em detrimento de outro.

Adotou-se, portanto, a técnica de pesquisa bola de neve, diminuindo o risco de direcionar a aplicação junto a grupos específicos, tais como aplicar um número maior junto à comunidade local, ou a turistas, ou a um público mais rico etc. Além disso, o fato do período da pesquisa envolver quatro anos (2013-2016), e quando da aplicação do número de “não se aplica” e “não sei responder” era muito alto, sobretudo nas questões referentes à avaliação da gestão da SETUR-L.

Cabe lembrar que, segundo Albuquerque et al. (2010, p. 28), a técnica de pesquisa bola de neve ou *snow ball*, usada para uma seleção intencional de informantes, é bastante indicada quando “o universo selecionado é numeroso”.

Assim, os dados coletados corriam o risco de não expressarem a realidade, sobretudo, dos fenômenos da violência e do medo, uma vez que a avaliação que seria feita pelo entrevistado iria se limitar até àquele em que o mesmo foi entrevistado e notou-se um aumento exponencial da violência em Recife nos últimos quatro anos e, em especial, de 2015 para 2016.

Destarte, se considerássemos os dados colhidos na íntegra estaríamos reproduzindo o que criticamos, veementemente: “a maquiagem dos dados”. Assim, preferimos situar a aplicação dos questionários como sendo a fase exploratória e utilizar as informações que não estariam comprometidas em função do tempo. Para tanto, foi adotado o uso de questionários eletrônicos.

O questionário eletrônico é aquele que utiliza meio eletrônico para sua aplicação. A aplicação através da Internet para coleta de dados primários tem sido implementada de duas formas: 1. envio do questionário por e-mail, pelo que o questionário é enviado diretamente para o participante da pesquisa, que deve responder à mensagem com as questões preenchidas; 2. através da disponibilização do questionário em uma página da Internet (SILVA, SANTOS E SIQUEIRA, 1997 *apud* VASCONCELLOS e GUEDES 2007).

Para a presente pesquisa foram disponibilizados os questionários eletrônicos através de e-mail e, sobretudo, das redes sociais *Facebook* e *WhatsApp* (que em consórcio com a utilização de ligações telefônicas notou-se ser mais efetivo entre a maioria dos respondentes em potencial), encaminhando-os a alguns agentes socioambientais do turismo que possuíam uma certa representatividade dentro daquele grupo amostral e solicitou-se que eles respondessem e encaminhassem os referidos questionários eletrônicos aos seus conhecidos que faziam parte daquele mesmo grupo, não impedindo que eles encaminhassem para outros agentes.

Dentre as principais vantagens do questionário eletrônico, destacam-se:

- agilidade na aplicação, no controle e follow-up das respostas;
- agilidade na tabulação dos resultados;
- facilidade de utilizar maiores amostras;
- flexibilidade e diversidade na elaboração de questões;
- baixo custo de implementação;
- exigência de resposta completa. (EVANS e MATHUR, 2005; HIPÓLITO et al., 1996 *apud* VASCONCELLOS e GUEDES 2007, p. 7.)

Segundo Vasconcellos e Guedes (2007), as vantagens para o respondente dizem respeito, em geral, à rapidez do preenchimento, facilidade de leitura, atratividade propiciada pela interatividade e “limpeza” do questionário sem rasuras. Além disso, os respondentes têm mais tempo para preencher as informações e espera-se que tendam a fazê-lo com mais qualidade informacional.

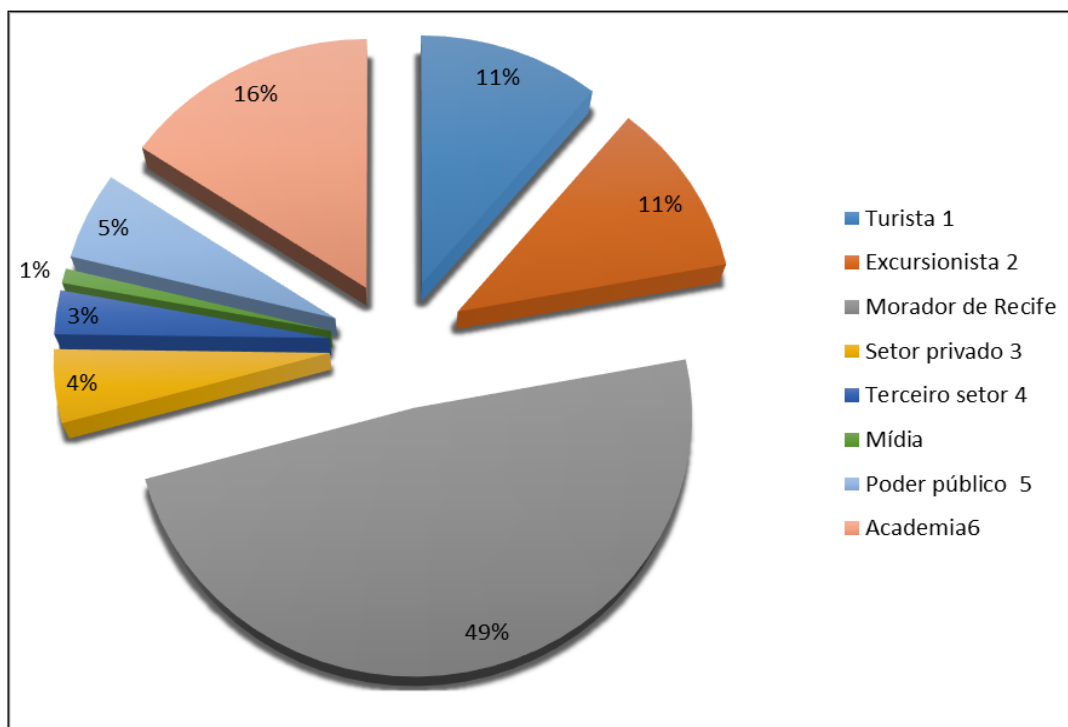
Vasconcellos e Guedes (2007), evidenciam, também, que, sob o ponto de vista do pesquisador, destaca-se o controle sobre o preenchimento incorreto do questionário, impedindo, por exemplo, que o respondente avance para um item seguinte, se a questão presente não for respondida de modo correto, obedecendo rigorosamente às instruções fornecidas. Esse recurso pode ser particularmente vantajoso na aplicação de questionários compostos por itens que exigem diferentes comportamentos do respondente, como o assinalamento de uma única alternativa, obrigatoriedade de preenchimento de espaços em branco, ordenação de um conjunto de alternativas mediante atribuição de postos (ranking). O questionário eletrônico possibilita, também, sensível aumento na credibilidade e na velocidade de apuração dos dados coletados. De fato, o questionário eletrônico é programado de modo que a tabulação seja automática, uma vez que as respostas são postadas diretamente no servidor da entidade pesquisadora. Essa característica torna também inteiramente confiável a tabulação, reduzindo a zero a possibilidade de erro (a menos, é claro, de um erro sistemático na elaboração das estatísticas).

Os questionários digitais foram disponibilizados através da plataforma *google docs*, no período de outubro de 2016 a março de 2017, visando levantar a opinião dos agentes socioambientais do turismo sobre as questões que envolviam a pesquisa em tela.

Em relação ao número da amostra, teve-se 150 respondentes, donde a amostra foi caracterizada como não probabilística, “uma amostra cujo elementos são escolhidos de forma intencional, atendendo as características da pesquisa a ser desenvolvida” (ALBUQUERQUE et al. 2010, p. 34).

Cabe esclarecer que se teve uma amostra significativa de todos os agentes socioambientais do turismo de Recife, considerando a proporção da quantidade que constitui cada grupo na cidade, bem como a importância destes agentes no desenvolvimento da capital pernambucana enquanto uma destinação turística (gráfico 1).

Gráfico 1 - Caracterização dos respondentes da pesquisa empírica



Fonte: Dados Primários - Pesquisa de campo realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Notas: 1 – Permaneceu mais de 24 horas e menos de 1 ano em Recife.

2 – Permaneceu menos de 24 horas em Recife.

3 – Hotel, agência de viagem e turismo, cia aérea, casas noturnas, bares e restaurantes, etc.

4 – ONG, associações, etc.

5 – Órgão público de turismo municipal, estadual ou federal.

6 – Pesquisador, professor, estudante de turismo e consultores.

O agente socioambiental “Consultores”, não apareceu no gráfico pelo fato de grande maioria deles fazerem parte, também, do grupo “Academia”, tendo preferido ter se identificado como sendo representatividade deste último.

É importante que a Comunidade local (morador de Recife) tenha chegado à quase metade dos respondentes porque, apesar da reponsabilidade pelo acontecer do turismo no meio ambiente ser de todos, a comunidade local é quem de fato vive na destinação turística. Todavia, cabe lembrar que todos os agentes devem estar comprometidos com a construção, execução e acompanhamento das PPTUR, bem como com o controle da sustentabilidade do desenvolvimento da atividade turística no meio ambiente.

Através destes questionários, foram levantados, entre outras informações, os principais tipos de ocorrências de práticas ilícitas ocorridas no âmbito dos ELP recifenses, especificando o período e indicação geográfica das mesmas (o que não foi possível junto aos órgãos de segurança pública), visando fazer a correlação entre a (não) realização efetiva das políticas públicas de turismo com a questão da violência e do medo urbanos verificados nos espaços públicos recifenses.

Esclarecemos que o referido questionário não foi submetido a Comitê de Ética uma vez que, segundo a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, em seu Art. 1º, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, normatiza que “Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados”. (BRASIL, 2016).

d) *Análise e discussão dos resultados*: nesta etapa foram feitas as análises e discussão conjunta das informações adquiridas:

- nas visitas exploratórias realizadas nos espaços livres públicos que são palco das ações da SETUR-L;
- através da análise de conteúdo dos documentos de planejamento turístico (mundial, nacional, regional estadual e municipal).
- sobre os dados secundários da SDS de CVLI e CVP, da EMPETUR sobre a percepção dos turistas em relação à segurança pública em Recife e do Portal da Transparência do Recife sobre a gestão dos recursos para o setor de turismo pela PCR.
- por meio dos questionários eletrônicos, com destaque para os dados sobre a percepção dos agentes socioambientais de Recife sobre as principais questões que a presente pesquisa envolve e para a utilização das falas dos entrevistados.

Vale salientar que, para a referida análise considerou-se o “Roteiro Metodológico Avaliação de Políticas e Experiências de Gestão” proposto por Leal e Souza (2009) que consideram os seguintes aspectos para se avaliar política pública: perfil da experiência; concepção do ideário da experiência; prática desenvolvida; avaliação da experiência; resultados e relação entre o modelo proposto e a práxis política. Ocasão em que se fez a análise geral das informações, buscando contemplar a totalidade dos elementos teóricos e empíricos envolvidos na pesquisa, com vistas à realização e defesa de nossa tese.

3.2 Percalços à realização da pesquisa e os ajustes necessários

A partir do aprofundamento teórico (e identificação da complexidade do tema políticas públicas) da análise de dados secundários (sobretudo os da SDS-PE) e, sobretudo, das pesquisas exploratórias, identificou-se que seria necessário realizar um recorte territorial e temporal do objeto.

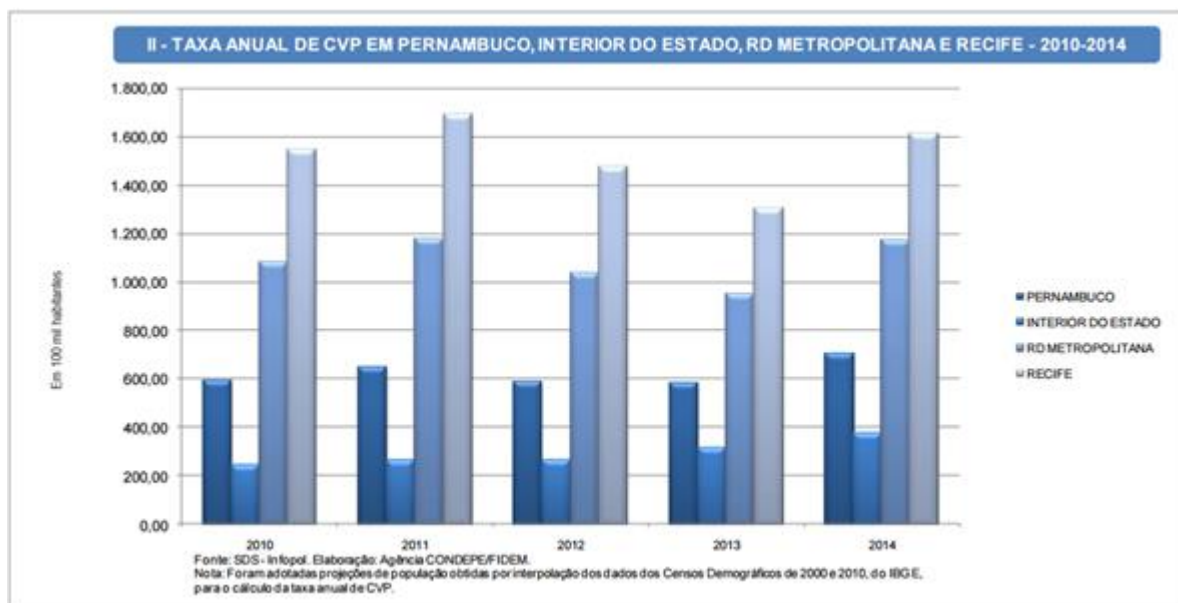
Inicialmente tinha-se elegido 4 grupos de ambientes urbanos (A, B, C e D) para a realização da pesquisa empírica, sendo um para cada Microrregião Geográfica que compõe a Mesorregião Metropolitana do Recife, considerando que seria impossível trabalhar com a totalidade dos municípios e espaços públicos da RMR, diante do tempo que se tinha disponível e do que se objetivava. Assim, no que tange à definição do objeto da pesquisa, havia se definido inicialmente:

- Microrregião de Itamaracá: Praça do Pilar e a Praia do Forte (Ambientes A);
- Microrregião de Recife: Rua do Bom Jesus, a Praça Barão do Rio Branco (Marco Zero), a Praça de Boa Viagem, o Parque D. Lindu, um trecho da praia de Boa Viagem e o Alto da Sé de Olinda (Ambientes B);
- Microrregião de Suape: Rua Cavic e por um trecho específico da Praia de Porto de Galinhas (Ambientes C);
- Microrregião de Fernando de Noronha: Praça Bosque dos Flamboyants e pela Praia do Cachorro (Ambientes D).

Estes espaços previamente identificados para o trabalho empírico (Recife, Ipojuca, Itamaracá e Fernando de Noronha), possuíam características sociais, culturais, econômicas, naturais e políticas bastantes distintas, tornando-se inviável colocá-los no mesmo grupo analítico.

Outro aspecto relevante para redefinição do objeto de pesquisa dizia respeito aos índices de CVP de Recife que em 2014 ultrapassavam os de Pernambuco (gráfico 2), o que que por si só já justificava o recorte territorial adotado apenas para a cidade do Recife, considerando os objetivos desta tese.

Gráfico 2 - Taxa anual de CVP em Pernambuco, interior do estado, RD metropolitana e Recife – 2010-2014



Fonte: PERNAMBUCO, 2015. Secretaria de Defesa Social. Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco – 2014. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2015.

Ao mesmo tempo, Fernando de Noronha, por exemplo, possuía nenhuma ocorrência de CVLI em 2013 e 2014 e apenas 1 de CVP (tabela 1).

Tabela 1 - Ocorrências de CVP e taxa de criminalidade violenta contra o patrimônio em Pernambuco, segundo regiões de desenvolvimento e municípios - 2013-2014

TABELA 1.1				
Ocorrências de CVP e taxa de criminalidade violenta contra o patrimônio em Pernambuco, segundo regiões de desenvolvimento e municípios - 2013-2014				
RD/Município	Ocorrências de CVP		Taxa de CVP ⁽¹⁾	
	2013	2014	2013	2014
Metropolitana	36.070	45.095	948,55	1.173,77
Abreu e Lima	503	677	523,63	700,63
Araçoiaba	25	36	130,62	184,68
Cabo de Santo Agostinho	1.516	1.868	774,60	936,43
Camaragibe	674	1.237	450,92	818,05
Fernando de Noronha	1	1	35,37	34,51
Igarassu	627	814	577,45	733,75
Ilha de Itamaracá	83	129	334,08	501,52
Ipojuca	341	648	387,17	713,54
Itapissuma	37	92	148,64	363,55
Jaboatão dos Guararapes	4.757	5.539	716,01	825,17
Moreno	277	364	468,02	606,29
Olinda	3.852	4.565	1.019,53	1.205,75
Paulista	2.484	3.113	794,05	981,62
Recife	20.489	25.478	1.303,47	1.608,41
São Lourenço da Mata	404	534	377,80	492,91

Fonte: PERNAMBUCO, 2015, p. 9. Secretaria de Defesa Social Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco – 2014 Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2015.

Além disso, constatou-se que as especificidades da Legislação Ambiental da Fernando de Noronha influenciava diretamente no desenvolvimento das Políticas Públicas de Turismo da localidade, uma particularidade significativa para quem pretendia comparar a dinâmica socioambiental em função do turismo de Noronha com os outros destinos turísticos de realidades tão distintas.

Associado a isso, no que tange à teoria do planejamento e gestão do turismo sustentáveis, o estado atual das destinações turísticas em tela, no que tange ao ciclo de vida das destinações turísticas proposto por Butler (1980), eram totalmente diferentes (Itamaracá²¹: colapso turístico; Porto²²: em declínio; Recife²³: consolidado, porém estagnado; Noronha: buscando rejuvenescimento);

E o principal fator de mudança da escala de análise territorial e temporal do objeto trata-se do nível de organização e atuação dos agentes socioambientais do turismo, no que se refere aos estágios no ciclo da política pública, defendidos por Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 16): 1. montagem da agenda; 2. formulação de políticas; 3. tomada de decisão política; 4. implementação de políticas; 5. avaliação de políticas, são totalmente diferentes.

Todos estes motivos, tomados em sua totalidade, enfraqueceriam nossa tese de que “as Políticas Públicas de Turismo contribuiriam, ou não, para aumentar a violência e medo urbanos”. Destarte, para o trabalho empírico de nossa tese optamos pela escala municipal, especificamente o Destino Recife e no período de 2013 a 2016.

Ademais, constatamos que o trabalho empírico em escala metropolitana demandaria um esforço de pesquisa e tempo bem maiores do que previsto; que não seria possível considerando o amadurecimento teórico necessário a um doutorado e o elevado número de créditos obrigatórios do PRODEMA/UFPE²⁴.

Cabe elencar outros aspectos que justificaram, também, o recorte temporal e territorial do objeto empírico: 1. Ausência de dados mais antigos sobre CVLI e CVP na Secretaria de Defesa Social (SDS); 2. Dificuldade e, em alguns casos, a impossibilidade de conseguir planos, programas e projetos das gestões anteriores nos demais municípios e, em especial, Itamaracá; 3. Atualidade da pesquisa. 4. Maior tempo para o aprofundamento conceitual

²¹ Contando, inclusive, com a psicoesfera do medo em função do presídio.

²² Porto de Galinhas receber, inclusive, muitos turistas que ficam toda sua permanência no destino hospedado em resort e que, portanto, não se utiliza efetivamente do espaço público.

²³ Esclarecemos que Recife possui forte potencial para a discussão proposta nos objetivos de nossa pesquisa

²⁴ Apesar de não ter sido possível a realização do trabalho empírico em escala metropolitana, acredita-se que este deva ser mote para um outro projeto de pesquisa mais amplo, desenvolvido, de preferência, por um Grupo de Pesquisa, com a colaboração de pesquisadores em diversos níveis (iniciação científica - IC -, monografia, dissertação, tese).

necessário a uma tese, considerando a necessidade de precisão conceitual, com vistas a construção de uma tese mais consistente; 5. Maior conhecimento empírico do objeto Recife, no âmbito das ações (não) realizadas pelo poder público, bem como dos espaços públicos “turísticos” de Recife); 6. Maior facilidade de obtenção das informações na PCR, em função da proximidade geográfica e presença de colegas de profissão conhecidos na SETUR-L.

Outra dificuldade foi em relação à coleta de dados junto a Delegacia do Turista. Por diversas vezes tentou-se a obtenção dos dados (presencialmente, por telefone e por e-mail), mas sem sucesso. E quando deram o feedback informaram que os dados que eles tinham não seriam só de ocorrências com turistas, só possuindo dados gerais e sem indicação geográfica.

Vale salientar, também, que a maioria das reflexões que apontam o turismo como um dos fenômenos que podem contribuir para (re) produzir a violência e medo urbanos encontravam-se nos manuais de introdução ao turismo (como um dos impactos negativos do turismo) e através de alguns poucos estudos de caso sob a forma de trabalhos de graduação e pós-graduação. Notou-se, também, poucos artigos que abordavam tal temática. Fato justificado, talvez, pelo elevado nível de complexidade do tema que envolve três universos bastantes amplos (PPTUR, ELP, violência e medo urbanos), bem como pela aparente inexistência de relação entre os fenômenos em tela.

4. PLANEJAMENTO TURÍSTICO E A FÁBULA DAS AÇÕES QUE VISAM DIMINUIR O TURISMO ENQUANTO CONDICIONALIDADE AO CRIME

A ausência de um planejamento adequado do destino turístico que traga qualidade de vida e justiça social à comunidade residente pode causar danos ao desenvolvimento local. [...] Planejar um destino turístico significa também tornar a comunidade participativa no processo, minimizando os riscos sociais (MARULO; OLIVEIRA; BATISTA, 2016, p.128)

Partindo do entendimento dos suíços Hunziker e Krapf (apud BENI, 2001, p. 36) e do conceito técnico de turismo da OMT, turismo é “A soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente [devendo a permanência está compreendida em um período superior a 24 horas e inferior a um ano] e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória [no destino turístico].”

O turismo, tomado na sua totalidade e considerando o seu caráter dialético, é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia a configuração do meio ambiente em todas as suas dimensões: político-institucional, sociocultural, físico-natural e econômica.

Destarte, o turismo, como toda atividade humana, acarreta impactos no meio ambiente no qual ele acontece, gerando impactos positivos e negativos. Isso porque, o turismo, enquanto fenômeno socioambiental, é muito mais do que meramente uma atividade econômica.

O turismo, portanto, envolve a soma dos elementos, relações e fenômenos que constituem os três pilares que formam uma destinação turística: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo (figura 6).

Figura 6 - Tripé dos elementos que compõem uma destinação turística



Fonte: Elaboração própria, baseado em BRASIL (2006).

Os atrativos turísticos traduzem-se no que irá motivar o deslocamento de uma ou mais pessoa até a destinação turística e no que a população local utiliza para vivenciar o lazer através de visitas pendulares. Ou seja, é todo o conjunto de elementos que constituem os patrimônios natural e cultural de localidade. Assim, tem-se diversos tipos de atrativos turísticos: naturais (exemplo: praias, ilhas, arquipélagos, formações geológico-geomorfológicas etc.); histórico-culturais (exemplo: arquitetura civil representada pela fachada de casas e prédios históricos, praças e parques urbanos, calçadões de orlas marítima e fluvial); eventos programados (exemplo: Carnaval, São João, Réveillon etc.); realizações técnicas e científicas (exemplo: congressos, simpósios, feiras, exposições, workshops etc.); manifestações e usos tradicionais e populares (exemplo: a gastronomia, o frevo, a cultura árabe, oriental, de locais de clima frio etc.).

Os equipamentos e serviços turísticos referem-se ao conjunto de bens e serviços consumidos por turistas, excursionistas e, também, pela população local. É composto pelo conjunto de bares, restaurantes, lanchonetes, boates, casas de shows, centro de convenções, meios de hospedagem, shopping centers, lojas e locais de venda de artesanato, postos de abastecimento de veículos, agências de viagem, locadoras de veículos etc. Um aspecto muito importante neste pilar que constitui uma destinação turística é a qualidade dos produtos (bens e serviços) ofertados. Esta deverá sempre buscar ser oferecida considerando as particularidades do público-alvo a ser atingido, de modo a garantir a excelência na comercialização dos produtos para todos, indiscriminadamente.

A infraestrutura de apoio ao turismo é composta pelo conjunto dos sistemas que irão garantir o funcionamento dos serviços de interesse social de uma localidade: sistema de saúde, saneamento básico, sistema de abastecimento de água, sistema de comunicação, sistema de segurança, sistema de espaços livres públicos. Serviços, portanto, indispensáveis para a vivência da população local em seus lugares de vida e aos visitantes durante a sua permanência na destinação.

A infra-estrutura de apoio ao turismo está relacionada à área de atuação de outros setores da administração pública, demandando uma articulação intersetorial sistemática nas três esferas de governo. Nesse sentido, o PNT deve priorizar uma ação transversal de articulação para a implementação da infraestrutura de apoio aos destinos turísticos. (BRASIL, 2007, p.30).

Considerando a complexidade dos elementos e das relações que constituem uma destinação turística, o turismo, ao passo que poderá atuar enquanto condicionalidade à preservação e conservação dos recursos naturais de uma dada destinação turística, poderá ser altamente nocivo aos elementos naturais presentes na localidade em que o turismo acontece, sobretudo naqueles locais onde se desenvolve o turismo de massa.

Deste modo, o turismo pode ser o principal responsável por determinar a preservação de uma área, restringindo o contato com o atrativo turístico apenas à contemplação, como é o caso da proibição do banho em algumas piscinas naturais de Porto de Galinhas-PE, e da proibição do skibunda no Morro do Careca em Natal-RN, impactando positivamente nos ecossistemas ali presentes.

Entretanto, o turismo poderá, também, através de uma festa *rave*²⁵ ou da construção de uma arena de shows em uma área em que predominam os elementos naturais, degradar a vegetação, gerar resíduos sólidos, ruídos, fumaça etc., impactando negativamente no meio ambiente. Um exemplo de construção equivocada de arena de shows para atender cegamente as externalidades de visitantes, e, portanto, aos interesses do capital é o caso da casa de shows Arena Fest Verão Porto, que está sendo levantada às margens da PE-09, em Ipojuca-PE, e que foram embargadas por tempo indeterminado pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Para ilustrar tal situação, a Folha de Pernambuco (2016), em 11 de novembro de 2016, publicou: “quatro autos de infração foram aplicados aos empreendedores, com multa total estipulada em R\$ 600 mil. Por meio de imagens de satélite e registros fotográficos antigos, o

²⁵ É um tipo de festa que acontece, geralmente, longe dos centros urbanos (em ambientes onde se tem a predominância de elementos naturais ou em galpões), com música eletrônica. É um evento de longa duração, normalmente acima de 12 horas, onde DJs e artistas (plásticos, visuais, da dança etc.) desenvolvem performances, apresentando seus trabalhos de modo a interagir com o público.

órgão ambiental constatou que o empreendimento está sendo levantado em área de mangue e restinga, ambas do bioma Mata Atlântica e consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP), conforme o Código Florestal”.²⁶

Cabe esclarecer que tais impactos são identificados em todas as dimensões que constituem o meio ambiente (quadro 4).

Quadro 4 - Impactos do turismo no meio ambiente

IMPACTOS POSITIVOS			
Político-institucionais	Socioculturais	Biofísico-naturais	Econômicos
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento dos movimentos sociais; - Reavivamento do espírito de cooperação entre os agentes socioambientais da destinação; - Aperfeiçoamento da capacidade diplomática das pessoas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação entre os povos (intercâmbio cultural); - Promoção de paz; - Acentua os valores da necessidade do relaxamento e do lazer; - Contribui para o renascimento das manifestações culturais tradicionais locais; - Preservação de locais históricos e arqueológicos; - Reativar a vida social e cultural da população residente, através da melhora da melhora da autoestima dos residentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação e preservação a longo prazo de áreas de beleza natural; - Criação de reservas de proteção ambiental; - Fortalecimento na conservação e preservação de áreas já protegidas por legislação ambiental; - Renovar as manifestações culturais locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do PIB; - Geração de emprego e renda; - Redistribuição de renda (“efeito dominó do turismo); - Desenvolvimento regional; - Melhorias na infraestrutura local; - Substituição de atividades tradicionais em declínio (ex.: cana de açúcar);
IMPACTOS NEGATIVOS			
Político-institucionais	Socioculturais	Biofísico-naturais	Econômicos

²⁶

<ul style="list-style-type: none"> - Cabides de emprego; - Nepotismo; - Superfaturamento de obras; - Corrosão do poder dos movimentos sociais locais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crime; - Descaracterização da cultura local; - Autenticidade encenada; - Espetacularização da cultura; - Prostituição infantil; - Tráfico de drogas; - Ruídos em excesso; - Conflitos culturais entre na relação anfitrião-hóspede; - Danos aos locais históricos e arqueológicos; - Superlotação e congestionamentos; - Problemas quanto ao uso de terras; 	<ul style="list-style-type: none"> - Proliferação de doenças; - Degradação de formações rochosas mais frágeis (formações sedimentares); - Desmatamento; - Desvio de cursos d'água; - Diminuição da fauna em função da construção de estradas; - Poluição da água; - Poluição do ar; - Poluição sonora; - Poluição visual; - Ruptura ecológica; - Despejo impróprio do lixo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inflação dos preços locais; - Monocultura do turismo;
---	---	--	--

Fonte: Elaboração própria, a partir de COOPER et al. (2001), PANOSSO NETTO (2013), LICKORISCH e JENKINS (2000).

No bojo dessa discussão surge a importância do planejamento turístico no sentido de maximizar os impactos positivos e minimizar os impactos negativos advindos do turismo que recaem sobre o meio ambiente. Ademais, “o turismo é um evento ‘totalmente social’ que pode levar a mudanças estruturais na sociedade (LICKORISCH; JENKINS 2000, p. 107, grifo no original.).”

Planejamento turístico é um processo complexo, racional, e permeado por relações de poder, segundo o qual se estabelece um estado futuro positivo desejado para o turismo (o turismo sustentável) e os meios necessários para tornar este futuro uma realidade, seja na área pública ou privada.

Para Hall (2001, p.24):

Os termos planejamento e política são termos intimamente ligados, [...] e devem ser entendidos como um processo [...] de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais. Planejar é portanto, apenas uma parte do processo global de ‘planejamento-decisão-ação’. Além disso, pode ser difícil isolar muitas atividades desse processo, haja vista que o planejamento e outras atividades envolvem aspectos como barganhas e negociação, compromisso, coerção, valores, escolha e política.

Segundo Molina e Rodríguez (2001, p.58) “[...] os resultados do planejamento dependem do meio abrangente”. O êxito ou o fracasso do planejamento, segundo os referidos autores, está estritamente relacionado com as características do meio e, portanto, com a realidade dos contextos *político, social, econômico, administrativo institucional, científico e ambiental*²⁷ da localidade na qual e para a qual o mesmo está sendo feito.

Baseando-se em Bound e Bovy (1977), Ruschmann (1997, p. 85-86), argumenta que o processo de planejamento turístico possui alguns objetivos:

- Definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades, e seus respectivos prazos;
- Coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo;
- Prover os incentivos necessários para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos, tanto para empresas públicas como privadas;
- Maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos (tanto os de investimentos como os de operação), visando ao bem-estar da comunidade receptora e à rentabilidade dos empreendimentos do setor;
- Garantir que os espaços necessários ao desenvolvimento turístico não sejam utilizados para outras atividades econômicas;
- Evitar deficiências ou congestionamentos onerosos (por exemplo: um resort torna-se quase inacessível por causa da ausência de um aeroporto) por meio de uma determinação cuidadosa das fases do desenvolvimento;
- Minimizar a degradação dos locais e recursos sobre os quais o turismo se estrutura, e proteger aqueles que são únicos;
- Cientificar a autoridade política responsável pela sua implantação de todas as implicações do planejamento;
- Capacitar os vários serviços públicos para a atividade turística, a fim de que se organizem e correspondam favoravelmente quando solicitados;
- Garantir a introdução e o cumprimento dos padrões reguladores exigidos da iniciativa privada;
- Garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental e a qualidade dos serviços prestados;
- Atrair financiamentos nacionais ou internacionais e assistência técnica para o desenvolvimento do turismo e a preservação ambiental;
- Coordenar o turismo com outras atividades econômicas, integrando seu desenvolvimento aos planos econômicos e físicos do país.

O planejamento turístico engloba, também, alguns aspectos técnicos, com destaque para abrangência territorial, prazos, níveis de documentos, fases e etapas do planejamento.

No que se refere à abrangência territorial, o planejamento turístico deverá existir, de maneira articulada, nas escalas internacional, nacional, regional, estadual e municipal.

Em relação aos prazos, existe um consenso entre os principais autores da área de Planejamento e Organização do Turismo (POT) no que tange à periodização do planejamento turístico: curto, médio e longo prazos. Todavia, há uma divergência no tempo que constitui estas periodizações (quadro 5).

²⁷ Apresentou-se de maneira fidedigna os contextos apontados por Molina e Rodríguez (2001).

Quadro 5 - Classificação temporal do planejamento segundo diferentes autores

Autor	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Ruschmann (1997)	1 ano	5 anos	20 anos
Molina (2005)	Até 5 ou 7 anos	Dos 5 ou 7 até os 15 ou 20 anos	Mais de 15 ou 20 anos
Dias (2008)	Até 3anos	4 a 5 anos	Aproximadamente maior que 10 anos

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos níveis de documentos de planejamento turístico, tem-se os níveis: estratégico, tático e operacional (figura 7).

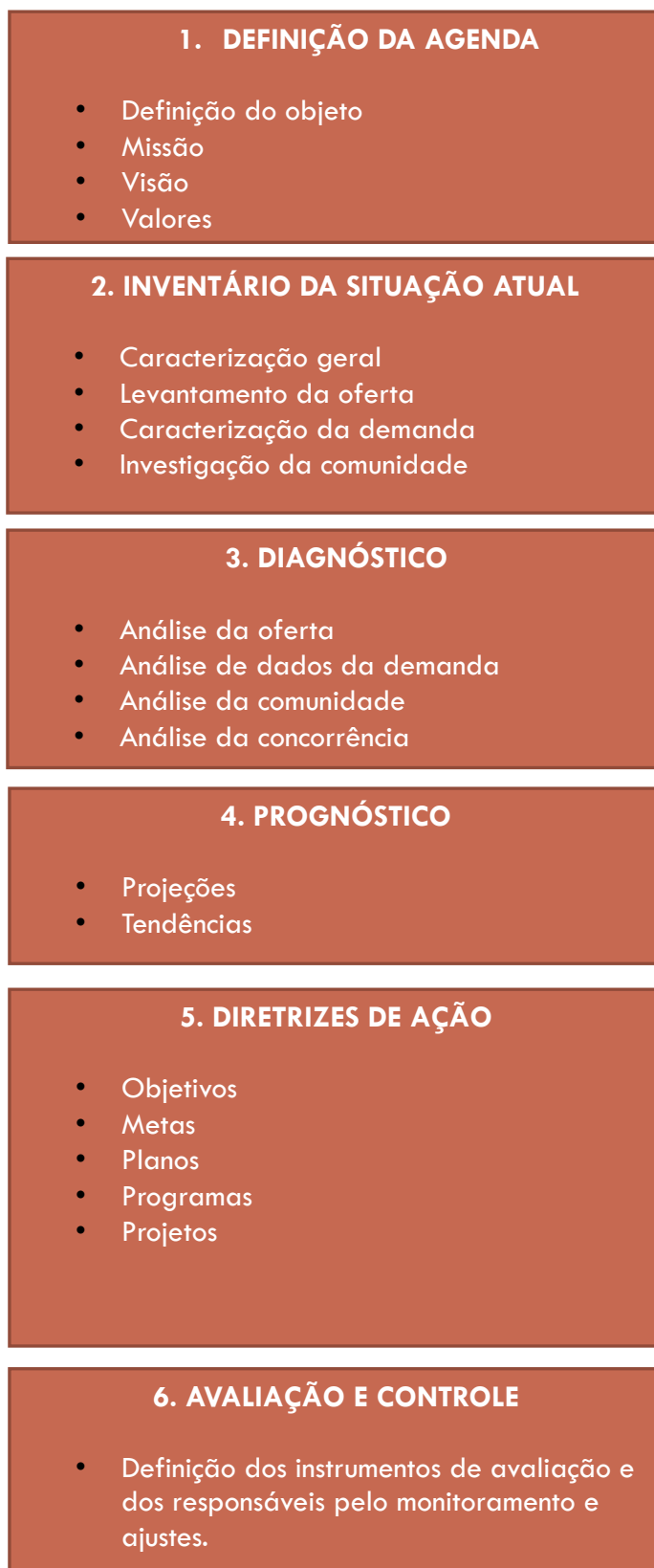
Figura 7 - Níveis de documentos de planejamento turístico



Fonte: Adaptado de CHIAVENATTO, 2003.

Em relação as fases e etapas do planejamento, após definido o objeto e o principal agente do planejamento turístico - uma empresa privada, um país, um estado, um município - desenvolve-se, geralmente, em 6 etapas (Figura 8).

Figura 8: Fases e etapas do processo de planejamento turístico



Fonte: Adaptado de Braga, 2007.

Outro aspecto muito relevante no âmbito do planejamento turístico refere-se à *participação*. É fundamental ter a participação de todos os agentes socioambientais do turismo no processo de planejamento do turismo.

Segundo Barretto, (2005, p. 20). “A comunidade deve ter o direito de pronunciar-se, inclusive, sobre o não-desenvolvimento do turismo em determinado local”. Esse planejamento que ouve a comunidade não deve ser confundido com as campanhas de conscientização que constam de algumas diretrizes de planejamento oficial do turismo, geralmente pró-forma, simulacros de participação. Deste modo, o planejamento “participativo” deverá melhorar qualitativamente o nível de participação dos agentes socioambientais do turismo. Isto implica, por parte dos governos, a decisão política de descentralizar, e por parte das pessoas, serem menos individualistas, pensarem e agirem mais positivamente em relação ao meio ambiente. “O planejamento participativo (...) envolve a participação de todos os setores da sociedade e de todos os indivíduos” (MOLINA; RODRIGUEZ ABITIA, 1987 *apud* BARRETTO, 2005, p. 21).

A questão da participação, portanto, precisa ser melhor discutida e estruturada do ponto de vista metodológico em todas as escalas territoriais, em todos os níveis de documentos, fases e etapas do planejamento turístico. Isso porque, muitas vezes, chama-se de “participação” a simples consulta pontual, durante uma reunião, de que determinado plano (ideologicamente já construído) será implementado; cabendo aos “consultados” (e não partícipes!), contribuições medíocres. Afinal, o que será estabelecido em termos de plano, programa ou projeto turístico já foi definido há muito tempo em gabinete pelos burocratas à luz do poder despótico.

Além disso, o planejamento turístico deve ser, ao mesmo tempo, consistente e flexível. Barretto (2005, p.30) lembra que planejamento não é algo estático. “Sendo um processo dinâmico, está em permanente revisão e sofre muitas correções de rumo. Exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos”.

O planejamento turístico, portanto, “é a única possibilidade de evitar os efeitos negativos do turismo.” Enfatiza o papel do Estado na construção de infraestruturas e na regulamentação das atividades privadas, assim como na elaboração de políticas para buscar soluções para um efetivo desenvolvimento turístico (GUNN, 1988 *apud* BARRETTO, 2005, p.19).

Deste modo, fica evidente a necessidade do planejamento turístico nos níveis internacional, nacional, regional, estadual e municipal para que o turismo seja, efetivamente, uma fator desenvolvimento no meio ambiente. Impactando positivamente em todas as

dimensões que o constitui e, inclusive, contribuindo, na dimensão sociocultural do Meio Ambiente (MA), à diminuição da violência e do medo urbanos.

Caso contrário, o turismo será uma fábula; ou seja, apesar de ser colocado como fenômeno socioambiental com impactos positivos no meio ambiente (em todas as suas dimensões), contribuindo, inclusive, para melhorar a segurança das localidades em que ele acontece, o mesmo atuará mais enquanto um fator de degradação ambiental (não ético!), que aumenta as desigualdades e a segregação pré-existentes, tornando-se, ao invés do que foi evidenciado no parágrafo anterior, mais uma condicionalidade ao crime.

4.1 Notas sobre os documentos do turismo sustentável em nível global: um enfoque a partir do “Código de Ética Mundial para o Turismo” e do documento “Medidas recomendadas para la seguridad en turismo (1991)”

Após análise dos principais documentos globais, que se traduzem no ponto de partida para a elaboração do planejamento territorial do turismo de países, estados e municípios, constatou-se a hipótese de que não se trata, de maneira articulada o trinômio: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos.

Na maioria das publicações a questão ambiental e o próprio sentido do termo “sustentabilidade” e / ou “sustentável” está, em sua grande maioria, associados, exclusivamente, à dimensão físico-natural do meio ambiente, expressando a visão reducionista da OMT em relação ao MA e às questões ambientais. Na quase totalidade das recomendações ditas “ambientais”, tem-se uma grande ênfase nos elementos de natureza natural que compõem o meio ambiente, conforme demonstra o discurso do artigo 3º do Código de Ética do Turismo:

Artigo 3: O TURISMO, FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 1. Todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, com vistas a um crescimento econômico estruturado, constante e sustentável, que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. 2. As autoridades públicas nacionais, regionais e locais favorecerão e incentivarão todas as modalidades de desenvolvimento turístico que permitam **preservar recursos naturais escassos e valiosos, em particular a água e a energia, e evitar no que for possível a produção de resíduos.** 3. Serão feitos esforços para distribuir no tempo e no espaço os movimentos de turistas e visitantes, em particular por meio das férias remuneradas e das férias escolares, e equilibrar melhor o fluxo turístico, com o objetivo de reduzir a pressão causada pela atividade turística no meio ambiente e de aumentar seus efeitos benéficos no setor turístico e na economia local. 4. A infraestrutura e as atividades turísticas serão planejadas de modo a proteger o **patrimônio natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica e a preservar as espécies da fauna e da flora silvestre em perigo.** Os agentes do desenvolvimento turístico, e em particular os profissionais do setor, devem admitir que se imponham limites a suas atividades quando exercidas em espaços particularmente vulneráveis: **regiões desérticas, polares ou de montanha, litorâneas, florestas tropicais ou zonas úmidas, que sejam**

idôneos para a criação de parques ou reservas protegidas. 5. O **turismo de natureza e o ecoturismo** são reconhecidos como formas de turismo particularmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o **patrimônio natural** e a população local e se ajustem à capacidade de carga dos lugares turísticos (OMT, 1999, p. 4-5, grifo nosso.).

Excetuando o inciso 1, percebe-se que em todo o discurso das recomendações do artigo 3º, a ênfase maior é dada aos elementos naturais que constituem o meio ambiente.

Os documentos analisados padecem, também, da falta de direcionamentos mais específicos para se planejar os ELP urbanos, e, portanto, praças, parques, largos, ruas de lazer, calçadas, praias etc. que fazem parte do cotidiano das populações locais e dos visitantes. Isto traduz-se em um problema, dada a importância destes espaços enquanto ambientes propícios à vivência do lazer por parte das populações locais e turistas e, ao mesmo tempo, enquanto ambientes vulneráveis à violência e medo urbanos que necessitam, via de regra, de um processo de planejamento efetivo para que cumpram sua função social no contexto das cidades.

As recomendações que mais se aproximam daquelas que deveriam nortear o uso dos ELP são aquelas voltadas ao planejamento de parques nacionais e de patrimônios culturais mais específicos, como museus e arquitetura civil e religiosa.

Outro aspecto relevante observado é que quando a violência, o medo e a segurança urbanos são destacados como elementos a serem considerados no planejamento turístico, eles estão diretamente associados a segurança dos visitantes ou coloca o turismo enquanto um elemento demasiadamente genérico de “promoção de paz entre os povos”, uma realidade que, também, foi observada, na maioria da literatura da área de turismo que tenta relacionar o turismo com a questão da segurança pública, conforme elucidam os trechos do Código de Ética Mundial para o Turismo a seguir:

Preâmbulo: Profundamente convencidos de que, graças ao contato direto, espontâneo e imediato que permite entre homens e mulheres de culturas e formas de vida diferentes, **o turismo é uma força viva a serviço da paz e um fator de amizade e compreensão entre os povos** (OMT, 1999, p.1, grifo nosso.)

Artigo 1º: CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O ENTENDIMENTO E O RESPEITO MÚTUO ENTRE HOMENS E SOCIEDADES [...] 4. As autoridades públicas têm a missão de assegurar **a proteção dos turistas e dos visitantes**, assim como de seus pertences. Neste sentido, prestarão especial atenção aos **turistas estrangeiros**, devido a sua particular vulnerabilidade. Com esta finalidade, facilitarão o estabelecimento de meios de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específicos que correspondam às suas necessidades. Os atentados, agressões, sequestros e ameaças dirigidos contra **turistas** ou trabalhadores do setor turístico, assim como a destruição intencional de instalações turísticas ou de elementos do patrimônio cultural ou natural devem ser condenados e reprimidos com severidade, em conformidade com a respectiva legislação nacional. 5. Em seus deslocamentos, os turistas e visitantes deverão evitar todo ato criminal ou considerado delitivo pelas leis do país que visitam, bem como qualquer comportamento que possa chocar ou

prejudicar a população local, ou ainda danificar o entorno do lugar. Deverão se abster de qualquer tipo de tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas e produtos e substâncias perigosas e proibidas pelas regulamentações nacionais. 6. Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de informar-se, desde antes de sua saída, sobre as características do país que se dispõem a visitar. Além disso, estarão conscientes dos riscos à saúde e à segurança inerentes a todos os deslocamentos fora de seu entorno habitual e deverão se comportar de modo a minimizar esses riscos (OMT, 1999, p. 4).

[...] Artigo 6º: OBRIGAÇÕES DOS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO [...] 2. No que lhes couber e em cooperação com as autoridades públicas, os profissionais do turismo velarão pela segurança, a prevenção de acidentes as condições sanitárias e a higiene dos alimentos daqueles que recorram a seus serviços; se preocuparão com a existência de sistemas de seguros e de assistência adequados. [...] 5. **Os Governos têm o direito – e o dever –, especialmente em casos de crise, de informar aos seus cidadãos as condições difíceis, inclusive os perigos com os quais possam se deparar durante seus deslocamentos ao exterior.** Além disso, é de sua incumbência facilitar essas informações sem prejudicar de forma injustificada nem exagerada o setor turístico dos países receptores e os interesses de seus próprios operadores. O conteúdo das eventuais advertências deverá ser previamente discutido com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que forem formuladas guardarão estrita proporção com a gravidade das situações reais e se limitarão às zonas geográficas onde se haja comprovado a situação de insegurança. Essas recomendações serão atenuadas ou anuladas quando suceder a volta à normalidade. 6. **A imprensa, e em particular a imprensa especializada em turismo, e os demais meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrônica, difundirão uma informação verdadeira e equilibrada sobre os acontecimentos e as situações que possam influir no fluxo turístico. Deverão ainda ter o cuidado de disponibilizar indicações precisas e fiéis aos consumidores dos serviços turísticos.** Com esse objetivo, serão desenvolvidas e implementadas as novas tecnologias de comunicação e comércio eletrônico, que, como a imprensa e os demais meios de comunicação, não deverão facilitar de forma alguma o turismo sexual (OMT, 1999, p. 6, grifo nosso.).

Os trechos anteriores elucidam, também, o tom contraditório destes documentos que, ao mesmo tempo em que orientam um desenvolvimento que permita a distribuição equitativa dos benefícios decorrentes do turismo entre todos os agentes socioambientais da destinação, a maioria das recomendações coloca as necessidades dos visitantes em detrimento das demandas do lugar em que o mesmo acontece. Assim, o foco da segurança é mais no sentido de garantir a segurança de turistas e excursionistas, de que propriamente garantir a não violência e a utilização sem medo dos ELP da cidade pelas populações locais.

Outro aspecto relevante é que se destaca o papel dos governos da mídia no sentido de alertar, de maneira fidedigna, os visitantes sobre a insegurança nos destinos quando de suas viagens internacionais, mas, em momento algum, coloca-se o turismo enquanto elemento socioambiental que pode contribuir positivamente à resolução dos problemas da violência e medo urbanos.

Além disso, observou-se que a insegurança tratada nos documentos analisados é mais relacionada à questão do terrorismo (muito comum em países onde são construídos a maioria

dos documentos de planejamento globais: na Europa) do que propriamente a violência e medo urbanos presentes nos países em desenvolvimento. Situação que leva a seguinte reflexão: Até que ponto tais documentos de planejamento turísticos globais não deveriam considerar melhor a realidade dos ambientes de vida das destinações turísticas que não são o centro do turismo do mundo: EUA, Europa e Sudeste asiático? Não seria momento de se pensar orientações gerais ao planejamento mundial do turismo que considerassem as realidades da América Latina e África, locais em que os fenômenos da violência e do medo assumem características próprias, a partir de suas realidades socioambientais locais?

A análise dos documentos globais de planejamento turístico demonstraram, também, a fragilidade no que se refere a precisão e profundidade teórico-conceitual dos documentos em tela (sobretudo dos conceitos da área de meio ambiente).

É importante esclarecer que para eleger os documentos referenciais globais para planejamento socioambiental do turismo, considerou-se o documento da OMT “Compilación de recomendaciones de la OMT 1975–2015” em que foi dada evidência àqueles documentos que possuíam uma maior relação com o tema desta pesquisa, com destaque para o “Código de Ética do Turismo” e para o documento de planejamento “Medidas recomendadas para a segurança turismo (1991)”.

O Código de Ética porque, apesar de poder ser aperfeiçoado em alguns aspectos, considera o caráter complexo do turismo, reconhecendo que o mesmo poderá impactar de maneira positiva ou negativa no Meio Ambiente, dependendo diretamente da atuação política dos agentes do desenvolvimento turístico.

E o documento Medidas recomendadas para a segurança turismo (1991) porque, apesar de apontar direcionamentos mais voltados aos turistas internacionais, ser o documento de planejamento global mais direcionado à questão da violência e medo urbanos.

Deste modo, os documentos considerados foram: Declaración de Manila sobre el turismo mundial (1980); Carta del turismo y código del turista (1985); Prácticas recomendadas relativas al estatuto de las representaciones turísticas en el extranjero (1985); Normas y practicas recomendadas en materia de pasaportes y visados (1985); Medidas recomendadas para la seguridad en turismo (1991); Para un turismo accesible a los minusválidos en los años 90 (1991); Recomendaciones sobre estadísticas del turismo (1991); Cuenta satélite de turismo: recomendaciones sobre el marco conceptual (1999); Código ético mundial para el turismo (1999); Hacia un turismo accesible para todos (2005); Directrices sobre recomendaciones a los viajeros (2005); Hoja de ruta para la recuperación – el turismo y los viajes: un factor fundamental para la creación de empleo y la recuperación de la economía (2009); Declaración

sobre la facilitación de los desplazamientos turísticos (2009); Recomendaciones sobre el uso de georreferencias (2011); Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo 2008; Cuenta satélite de turismo: recomendaciones sobre el marco conceptual 2008; Recomendaciones sobre el turismo joven (2013); Recomendaciones de la OMT por un turismo accesible para todos (2013); Recomendaciones de la OMT sobre accesibilidad de la información turística (2015); Recomendaciones sobre señales y símbolos turísticos (2000).

Em todos os documentos analisados percebe-se claramente que, por traduzirem-se em documentos em nível mundial dotados de orientações gerais, faz-se necessário uma atuação efetiva dos Estados nacionais no sentido de desenvolverem os planejamentos turísticos nacionais, implementando os ajustes necessários de acordo com a dinâmica socioambiental de cada nação.

4.2 Considerações sobre os documentos de planejamento visando ao turismo sustentável no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco

Após análise dos principais documentos de planejamento nacional (Plano Nacional do Turismo 2003-2007; Plano Nacional do Turismo 2007-2010; Plano Nacional do Turismo 2010-2016; Política Nacional de Turismo - Lei 11.771 de 18 de setembro de 2008), confirmou-se a hipótese de que, também nestes, não se trata, de maneira articulada o trinômio: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos. Esta constatação foi, também, verificada nos principais documentos de planejamento regional (PRODETUR NE I e II) e estadual (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Pernambuco 2008-2020).

Nos documentos de planejamento anteriormente citados o entendimento e aplicação dos conceitos de “meio ambiente” e “sustentabilidade” e dos termos “ambiental” e “sustentável” são tomados em um sentido mais abrangente do que os documentos em nível mundial.

Um dos principais pontos identificados, refere-se aos avanços da visão restritiva da OMT de meio ambiente enquanto dimensão físico-natural, de alguns documentos de planejamento analisado, conforme evidencia o trecho a seguir:

Desta forma, estamos apresentando à sociedade brasileira o Plano Nacional do Turismo, cuja construção, consolidação e execução deverão ocorrer ao longo dos próximos anos, tendo presente que o turismo: [...] deverá transformar-se em um agente da valorização e conservação do **patrimônio ambiental (cultural e natural)**, fortalecendo o princípio da sustentabilidade (PLANO NACIONAL DO TURISMO 2003-2007, p. 8-9, grifo nosso.).

Notou-se, portanto, um avanço nos documentos de planejamento nacionais, regionais e estadual em relação aos documentos globais, uma vez que àqueles evoluem da visão reducionista das orientações apontadas pela OMT em relação ao meio ambiente.

Todavia, de maneira contraditória, apesar dos avanços em relação aos documentos globais de planejamento, percebe-se um número expressivo de trechos segundo o qual em diferentes documentos analisados, utiliza-se o conceito de meio ambiente e o termo ambiental enquanto sinônimo de elemento natural, evidenciando que, apesar do avanço identificado em relação aos da OMT, ainda persiste a fragilidade em termos de precisão conceitual nos principais documentos de planejamento do turismo em tela, conforme pode-se constatar nos trechos a seguir:

Visão: O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao **meio ambiente**, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007-2010, p. 16, grifo nosso.).

Por meio dessa transversalidade, o programa deve dar encaminhamento às propostas e ações relacionadas com a elaboração da Agenda **Ambiental** para o Turismo, que deve orientar as políticas públicas do setor no que se refere à **sustentabilidade ambiental** [no sentido de recursos naturais] e também ao combate à exploração sexual infanto-juvenil, em um trabalho articulado com o Ministério da Justiça (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007-2010, p. 60, grifo nosso.).

Em relação aos conceitos “sustentável e sustentabilidade”, em quase totalidade das vezes em que foram utilizados, fez-se de maneira adequada. Nos trechos a seguir, pode-se verificar claramente a utilização assertiva na conotação do termo “sustentabilidade” e equivocada do termo “ambiental”:

Pretende-se que, até o final de 2008, 15 desses destinos possam estar estruturados e ter alcançado esse padrão modelar de qualidade referido, por meio da atuação do Ministério do Turismo e suas instituições parceiras, nos âmbitos nacional, estadual, regional e municipal. Essa ação deve ser desenvolvida com base no princípio da **sustentabilidade ambiental** [no sentido de recursos naturais], **sociocultural e econômica**, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a conseqüente organização e ampliação da oferta turística (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007-2010, p.52, grifo nosso.).

Nesse sentido, é necessário um programa contínuo que não só pesquise a estruturação dos destinos na ótica da oferta e da demanda, mas que constitua um sistema que possibilite a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e **ambientais** [no sentido de recursos naturais] da atividade e auxilie na tomada de decisões, criando condições para o fortalecimento da sustentabilidade do setor (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007-2010, p.62, grifo nosso.).

O turismo ambiental e sustentável tem aqui um potencial no qual poucas nações do mundo podem se comparar ao Brasil. Nossas **belezas naturais, rios, florestas, mananciais, praias e montanhas** são um atrativo sem concorrência neste mundo assustado pelo aquecimento global e pela destruição da natureza (PLANO NACIONAL DO TURISMO, 2007-2010, p.5, grifo nosso.).

Todavia, no Plano 2013-2016, apesar de em alguns momentos utilizar-se do termo de maneira mais restritiva, nota-se que a compreensão e utilização do mesmo avança da realizada no PNT anterior, em que se tinha um uso ligado, quase que exclusivamente, às questões da dimensão físico-natural que constituem o meio ambiente.

Tal constatação demonstra que, apesar das lacunas conceituais, ainda existentes no atual PNT, houve um avanço do PNT 2007-2010 em relação ao PNT 2013-2016, no que se refere à precisão conceitual e uso adequado dos termos da área de meio ambiente, ampliando, inclusive, o entendimento e aplicação do referido conceito, conforme pode-se observar no trecho a seguir:

6.5 Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística

6.5.1 Combater a exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo Divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, com caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, destinado fundamentalmente aos prestadores ou usuários de serviços turísticos. O conteúdo da ação refere-se à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e de adolescentes nos equipamentos turísticos.

Finalidade: dar publicidade às informações de utilidade pública que visem à prevenção e ao enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo.

6.5.2 Integrar a produção associada na cadeia produtiva do turismo Promoção da integração da produção local à cadeia produtiva do turismo por meio de ações de promoção e comercialização, apoio a projetos para o desenvolvimento de atividades turísticas, criação de metodologias inovadoras e de incentivo à formação de redes que garantam a sustentabilidade das iniciativas locais.

Finalidade: contribuir para a diversificação da oferta com o incremento de diferencial competitivo de destinos e roteiros turísticos.

6.5.3 Fomentar o turismo de base comunitária Fomento e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção desses produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente.

Finalidade: promover a qualificação e a diversificação da oferta turística, com a geração de trabalho e renda, e a valorização da cultura e do modo de vida local.

A partir do trecho anterior, nota-se, claramente, que a atual visão do MTUR sobre meio ambiente contempla, também, o conjunto de elementos e relações que constituem a dimensão sociocultural que o compõe, avançando da visão restritiva do plano anterior, em que o conceito de meio ambiente era tomado enquanto sinônimo de recursos naturais, sendo citado uma única

vez em sentido mais amplo: “patrimônio *ambiental* (cultural e natural)” (PNT, 2007-2010, p. 09, grifo nosso.).

Cabe destacar que, apesar da observação apontada parecer para alguns (sobretudo, para o setor privado e para alguns profissionais do próprio setor público do turismo cooptados pela lógica pós-moderna do capital cada vez mais fluída e veloz) uma questão meramente conceitual sem maior importância, esta é uma informação bastante relevante, uma vez que estes documentos de planejamento, serão a referência, via de regra, para o desenvolvimento do turismo no mundo real, de modo que tais contradições e inconsistências teóricas identificadas no mundo simbólico irão se materializar no cotidiano dos agentes socioambientais que constituem os territórios turísticos nas escalas regional, estadual e municipal.

Outro aspecto relevante a ser destacado nos documentos de planejamento analisados é que em nenhum momento considera-se o espaço livre público no planejamento nacional, regional e estadual do turismo. Um grande equívoco! Quando se sabe que são nestes espaços que se materializa grande parte dos acontecimentos relacionados aos fenômenos da violência, do medo e da (não) segurança das populações locais e de turistas.

Ademais, não é no espaço privado que acontece a maioria das ocorrências do tipo CVLI e CVP. É na rua (passeios públicos urbanos, calçadas marítimos e fluviais, praias, largos, parques, praças) que acontecem os tão frequentes roubos e furtos de celular, roubo de veículos, estupro, latrocínio etc.

Além disso, tem-se a importância destes espaços, através da função socioambiental que os ELP exercem no contexto da cidade, já evidenciados no capítulo anterior através da contribuição dos diferentes autores utilizados para a construção teórica do conceito em tela, com destaque para a tese de Serpa (2013) de que o espaço livre público traduz-se no “espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade”.

Destarte, o setor público, através das OPT, deve estar atento à proposição de ações específicas voltadas ao planejamento e à gestão de espaços livres públicos “turísticos”, efetivamente seguros, integradores e ao exercício da cidadania.

Para tanto, é preciso admitir, primeiramente, que esta é uma questão da “pasta do turismo”, sim! Não devendo os burocratas do setor de turismo “empurrar” responsabilidade do planejamento e gestão dos ELP para os demais ministérios, secretarias estaduais e para secretarias e/ou órgãos municipais, que não sejam o do turismo.

Apesar da responsabilidade na construção destes espaços ser dos órgãos ligados mais diretamente à questão do planejamento e gestão urbanos (Ministério das Cidades, em nível federal; Secretaria das Cidades, em nível estadual; Secretaria de obras em nível municipal), o

planejamento turístico deverá considerar tais espaços, sugerindo diretrizes e evidenciando a necessidade de se levar em conta as particularidades das territorialidades decorrentes do turismo nestes espaços buscando maximizar as positivas e minimizar as negativas.

Nesse sentido, o planejamento de um ELP, sobretudo aqueles com vocação turística, quando elaborado com a coparticipação de profissionais éticos das OPT da área de turismo serão planificados considerando, antes de tudo, a finalidade de lazer destes espaços junto à população local, mas sem prescindir das questões e das necessidades globais necessárias ao atendimento das demandas dos visitantes (turistas e excursionistas) locais, regionais, estaduais, mesorregionais, nacionais e internacionais).

Em relação à violência e ao medo urbanos e à segurança pública, são considerados de maneira muito *en passant* nos documentos de planejamento analisados. Nas três únicas vezes em que o fenômeno da “violência” foi considerado nos documentos de planejamento do turismo em tela, a mesma foi colocada de maneira muito superficial:

- “Ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da **violência** urbana, fortalecendo a segurança da população (PNT 2003-2007, p. 8, grifo nosso.)”;
- “O turismo é intensivo em mão-de-obra, com impactos positivos na redução da **violência** no País (PNT 2007-2010, p. 15, grifo nosso.)”;
- “As ações promocionais levadas a cabo atualmente pelos gestores do turismo no estado são reduzidas e concentradas espacialmente no trinômio Recife/Olinda – Porto de Galinhas – Fernando de Noronha; falta exposição na mídia e inexistência de uma imagem turística de fato consolidada do estado e muitos de seus destinos. Nota-se ainda a existência de imagens negativas consolidadas sobre o estado de Pernambuco frente a emissores nacionais, principalmente, que não são revertidas pelas atuais ações promocionais. Problemas como ataques de tubarões em Recife, **violência** na cidade, entre outros, são amplamente divulgados pela mídia nacional. [...] Problemas ambientais, tais como o aumento do nível das marés e a presença de tubarões, começam a reverberar no setor do turismo. Imagens negativas provenientes de problemas ambientais se socioeconômicos do estado também impactam o turismo, como é o caso da existência do polígono da maconha, região de insegurança no estado; dos tubarões nas praias de Recife, largamente explorados pela mídia; e da **violência** acentuada na capital Recife (PLANO ESTRATÉGICO DE PERNAMBUCO 2008-2020, p. 4-5, grifo nosso.)”

Apesar de se apontar que o turismo poderá “interferir positivamente no âmbito da violência urbana”, impactar positivamente “na redução da violência no país” e de se destacar a ocorrência do fenômeno na capital pernambucana como sendo um impacto negativo ao desenvolvimento do turismo na cidade e, portanto, um problema a ser debelado, não se percebe a proposição de programas e ações bem articulados que coloquem, de fato, o turismo no *hall* dos fenômenos socioambientais que possa vir a contribuir, efetivamente, para melhoria da

segurança pública dos lugares turísticos nem nos dois primeiros PNT, nem no Plano Estratégico de Pernambuco (PEP).

Cabe destacar que o termo violência não aparece nem na Política Nacional do Turismo (Lei 11771 de 2008), nem no PNT (2013-2016), documento de planejamento nacional mais recente.

Entretanto, o termo “segurança” é citado duas vezes no PNT (2013-2016). Entre as ocorrências mais significativas do termo, considerando o objetivo da presente tese, destaca-se a ocorrência do termo enquanto um dos indicadores que compõem o índice de competitividade turística internacional do Fórum Econômico Mundial.

Segundo o relatório do Fórum Econômico Mundial, intitulado The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR) e desenvolvido pelo Fórum Mundial de Economia (WEF), divulgado nos últimos cinco anos, que segundo o PNT (2013-2016) também pode ser um instrumento para medir a competitividade dos fatores e políticas de desenvolvimento do setor, na classificação dos países quanto à competitividade no turismo, que abrange 139 economias mundiais, o Brasil, em 2011, ficou com o 52º lugar.

Segundo os aspectos avaliados, o posicionamento do Brasil no ranking revela a necessidade de investimentos articulados e contínuos envolvendo toda a cadeia produtiva do setor para superar dificuldades que dizem respeito a marco regulatório, transportes e preços, conforme apontam os índices a seguir (tabela 2):

Tabela 2 - Competitividade turística internacional – aspectos avaliados (Brasil), com destaque para regras políticas e regulação e para segurança

ASPECTO AVALIADO	RANKING
Marco Regulatório	80
Regras políticas e regulação	114
Sustentabilidade ambiental	29
Segurança	75
Saúde	73
Priorização do setor	108
Ambiente de Negócios e Infraestrutura	75
Transporte aéreo	42
Transporte terrestre	116
Infraestrutura turística	76
Telecomunicações	56
Competitividade dos preços	114
Recursos humanos, culturais e naturais	11
Recursos humanos	70
Recursos naturais	1
Recursos culturais	23
Receptividade ao turismo	97

Fonte: Fórum Econômico Mundial (2011) apud Plano Nacional do Turismo (2013-2016), p. 42.

Percebe-se que o maior gargalo ao desenvolvimento do turismo no Brasil, a partir dos aspectos avaliados, estão associados às questões relacionadas à infraestrutura e aos marcos regulatórios, com destaque para a falta de regras políticas para regulamentação do setor, a falta de priorização do setor de turismo pelo poder público e a deficiência na segurança.

Não obstante, ao fazer uma breve busca nos dados do Índice de Competitividade do Turismo Nacional dos últimos anos, nota-se como sendo também um dos problemas a serem debelados o problema da falta de políticas públicas e de segurança.

A “segurança pública” aparece, também, em um dos objetivos estratégicos do PNT (2013-2016); todavia, como atribuição de outro ministério:

Objetivo 1: Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos. Sendo o Brasil a sede de uma série de megaeventos que acontecerão nos próximos anos, entre eles os maiores eventos esportivos mundiais, como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, na cidade do Rio de Janeiro, em 2016, além da Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude Católica realizadas em 2013, os desafios impõem esforços compartilhados pelos governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil organizada. Do ponto de vista do turismo, é preciso preparar toda a cadeia produtiva para receber os turistas internacionais e o expressivo aumento do fluxo doméstico durante o período dos eventos, qualificando os serviços e os produtos a serem ofertados a esses turistas nacionais e internacionais. Isso será fator decisivo para a projeção da imagem do Brasil e para a consolidação do país como destino turístico de excelência. Além das grandes intervenções programadas por diversos ministérios quanto a temas, estádios, mobilidade urbana, portos, aeroportos e **segurança pública**, a ação do Ministério do Turismo visa fomentar a ampliação e a modernização dos serviços turísticos nas cidades-sede, melhorar a infraestrutura, incrementar a sinalização, qualificar os serviços e promover os destinos turísticos brasileiros, ações fundamentais para aproveitar a oportunidade da realização dos megaeventos esportivos no Brasil (PNT 2013-2016, p.65-66, grifo nosso.).

O que se tem de ação no PNT (2013-2016) que coloca o turismo como corresponsável na resolução do problema da violência e do medo urbanos é uma ação ligada propaganda e publicidade da imagem de um destino turístico seguro (mesmo que este não o seja!):

6.4 Promover os produtos turísticos

6.4.1 Realizar campanhas de promoção do turismo interno Realização de campanhas publicitárias para promoção do turismo interno, as quais possam incentivar os brasileiros a viajarem mais pelo país, colocando a cultura de viajar na cesta de consumo da população do país e privilegiando períodos de baixa ocupação hoteleira, feriados, finais de semana e férias. A promoção nacional do turismo engloba ações de propaganda e publicidade de forma a consolidar a imagem do Brasil como destino seguro, qualificado, diversificado e sustentável, fomentando o mercado interno e as ações de promoção das regiões brasileiras, de forma a contribuir para a diminuição das desigualdades regionais.

Finalidade: incentivar o brasileiro a viajar mais pelo seu país e fomentar o turismo doméstico, objetivando o aumento do fluxo turístico interno (PNT, 2013-2016, p. 93).

Cabe lembrar que, nos documentos globais de planejamento, existia um entendimento de que o turismo poderá intervir no problema da insegurança nos destinos, através de campanhas de marketing promocional, alertando os visitantes na não visitação das áreas mais perigosas. Ou seja, o turismo preocupado em manter um ambiente favorável aos interesses externos e não propriamente com o desenvolvimento local sustentável dos ambientes em que ele acontece.

Na Política Nacional de Turismo (Lei 11.771 de 18 de Setembro de 2008), a segurança está, via de regra, associada à segurança na utilização de serviços e equipamentos turísticos: “XVIII estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos (BRASIL, 2008 a, p. 2)”.

Em relação ao fenômeno do “medo”, em nenhum momento a dimensão da psicoesfera do medo foi contemplada nos documentos de planejamento analisados. E esta é uma problemática latente nos destinos turísticos brasileiros, pernambucanos e em Recife; uma vez que, muitas pessoas deixam de visitar alguns ambientes por medo da violência. Isto reafirma a necessidade de se rever os documentos de planejamento nacionais, regionais, estaduais e municipais, de modo a considerarem a questão da tríade: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos.

Fica evidente, também, que, apesar de todo o “discurso da sustentabilidade”, não se percebe a proposição de ações que visem um Desenvolvimento Amartyaseniano no/do meio ambiente através do turismo, com impactos na redução das desigualdades e uma consequente diminuição da violência e medo urbanos. E sabe-se que só assim o turismo teria uma maior possibilidade de avançar do discurso falacioso, com implicações práticas de melhoria na segurança pública de residentes e visitantes (turistas e/ou excursionista):

E cabe lembrar que são os documentos de planejamento do turismo nacional e estadual que nortearão o desenvolvimento do planejamento municipal do turismo; de modo que se existem inconsistências teóricas, lacunas ou contradições na proposição de ações e metas, tais problemas se refletirão na escala municipal.

4.3 Reflexões sobre planejamento turístico de Recife (2013-2016)

Ao fazer um levantamento sobre os documentos de planejamento da PCR, identificou-se a existência de marcos legais municipais, que visam ao ordenamento do turismo na cidade, desde a década de 1960 (quadro 6).

Quadro 6 - Marcos legais municipais relacionados ao planejamento turístico de Recife

Marco legal	Caput	Comentários
LEI 8485/62	Não localizado	Primeira referência ao turismo na legislação municipal encontrada.
LEI 9725/66	Altera a redação do art. 13, da Lei nº 8485, de 27 de dezembro de 1962.	Estabelece que é competência da Secretaria de Educação e Cultura programar, “executar e coordenar as atividades municipais relativas a educação, cultura, turismo, recreação popular e ensino técnico-profissional e artesanal”. Secretaria composta por três

		<p>departamentos, dentre eles o “Departamento de Turismo e Recreação, compreendendo:</p> <p>a) Divisão Turística e Folclórica;</p> <p>b) Serviço de Recreação, Certamens e Folclórica;</p> <p>c) Secção de Diversões Populares;</p> <p>d) Secção de Divulgação e Serviços Técnicos;</p> <p>e) Secção de Artes Plásticas.”</p> <p>Obs: Percebe-se uma preocupação com o lazer da população local por parte do órgão público responsável pelo turismo desde a década de 60.</p>
LEI 9927/68	<p>Define a Política Municipal do Turismo, cria o Conselho Municipal de Turismo e a Empresa Metropolitana de Turismo da Cidade do Recife e dá outras providências.</p>	<p>Segundo art. 1: “Compreende-se como Política Municipal de Turismo o conjunto de diretrizes e normas integradas no planejamento de tôdas as iniciativas ligadas à indústria turística sejam elas originárias do setor público ou privado isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interêsse para o desenvolvimento do Município do Recife e da área metropolitana compreendida no que se chama de "GRANDE RECIFE".</p>
DECRETO Nº 23.050, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007	<p>Reestrutura o Conselho de Turismo do Recife - Conture.</p>	—
DECRETO Nº 24.666 DE 10 DE AGOSTO DE 2009	<p>Altera o art 4º do Decreto municipal nº 23.050, de 21 de setembro de 2007 e aprova o regimento interno do Conselho de Turismo do Recife – Conture</p>	—
DECRETO Nº 27.143 DE	<p>Altera a redação dos arts. 4º e 8º do Decreto municipal nº 23.050, de 21 de</p>	

07 DE JUNHO DE 2013	setembro de 2007, alterado pelo decreto municipal nº 24.666, de 10 de agosto de 2009.	—
DECRETO Nº 28.327 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014	Altera a redação do art. 4º do Decreto municipal nº 23.050, de 21 de setembro de 2007, alterado pelos Decretos municipais nº 24.666, de 10 de agosto de 2009 e 27.143, de 07 de junho de 2013.	—

Fonte: Elaboração própria, baseado nos principais marcos legais relacionados ao turismo em Recife.

Uma informação bastante relevante identificada junto aos marcos legais pesquisados diz respeito à existência e formalização da “Política Municipal de Turismo do Recife” e do “Conselho Municipal de Turismo do Recife”, que existem “ao menos, no papel”, desde 1968.

Ao mesmo tempo, cabe salientar que em nenhum momento foi considerada a questão da sustentabilidade, dos espaços livres públicos, da violência e do medo urbanos relacionados às orientações presentes no instrumento normativo que define a Política Municipal de Turismo do Recife. Muito menos, destes três elementos tomados de maneira transrelacional.

Cabe esclarecer que, no âmbito dos marcos legais supracitados, que são (ou, ao menos, deveriam ser!) o ponto de partida para o desenvolvimento dos planos, programas e projetos turísticos de Recife, a questão da segurança, só aparece enquanto uma questão que tem relação com o turismo, a partir do Decreto nº 23.050, de 21 de setembro de 2007, quando da reestruturação do Conselho de Turismo do Recife (Conture); ocasião segundo a qual coloca-se como necessidade a indicação de um representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Cidadã como um dos membros do referido Conselho.

Em relação aos documentos de planejamento mais recentes da SETUR-L, o material utilizado para realização das análises foram: as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) de Recife dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016, o detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade do Portal da Transparência de Recife dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016, e o Planejamento Estratégico da Secretaria de Turismo e Lazer da Cidade do Recife (SETUR-L), através, especificamente, do documento “Revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2014 – 2017” e os Relatórios de gestão da SETUR-L da PCR 2013, 2014, 2015, 2016.

Ao fazer análise de conteúdo das ações propostas nas LOA, identificou-se que os programas foram agrupados em três grandes áreas, que, inicialmente, leva-nos a crer que o planejamento turístico de Recife estaria no caminho de um planejamento adequado:

- Programas específicos voltados para a melhoria da vida das pessoas;
- Programas específicos voltados para a melhoria da vida da cidade;
- Programas de melhoria da gestão municipal.

Isso porque, considerando que o referido planejamento está atento à importância da comunidade local para um efetivo desenvolvimento turístico, à construção de uma cidade mais sustentável, e busca uma melhoria contínua na gestão, ter-se-ia um cenário ideal em termos de planejamento turístico.

Acontece que, para a realização do conjunto de projetos, atividades e operações teve-se um descompasso nos investimentos entre os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, inclusive, se comparado o valor previsto inicialmente na LOA e o valor gasto pela SETUR-L ao longo dos últimos quatro anos (quadro 7).

Quadro 7 - Evolução da despesa anual da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife (2013-2016), com recursos da administração direta

EVOLUÇÃO DA DESPESA ANUAL DA SECRETARIA DE TURISMO E LAZER DO RECIFE (2013-2016), COM RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
	2013	2014	2015	2016
Dotação inicial (LOA)	R\$ 12.800.000,00	R\$ 56.579.000,00	R\$ 61.711.000,00	R\$ 45.450.000,00
Pago (Transparência PCR)	R\$ 12.434.835,54	R\$ 41.358.878,29	R\$ 24.786.950,04	R\$ 18.655.241,33

Fonte: Elaboração própria a partir da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, 2014, 2015, 2016 e do Portal da Transparência da PCR.

Percebe-se que, nos últimos quatro anos, se gastou menos do que havia sido previsto na fase de planejamento. Nos dois últimos anos teve-se uma diminuição abrupta do valor que estava orçado nas LOA de 2015 e 2016 que, certamente, é justificada pela necessidade de redimensionamento e realocação dos gastos em função da crise político-econômica que assolou o país a partir de 2015.

O ideal seria que tivesse sido gasto o valor previsto nas LOA, para que o turismo se beneficiasse com os investimentos através de mais planos, programas e projetos turísticos realizados em Recife. Inclusive, controlando no sentido de, também, não gastar mais em função

da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2014, segundo dados do Portal da Transparência da cidade de Recife (2014), a PCR gastou R\$ 24.863.212,61 em serviços de publicidade e propaganda. Ao passo que, neste mesmo ano, não foi gasto nenhum valor (R\$ 00,00) em obras e instalações. Cabe esclarecer que o valor gasto em publicidade e propaganda no ano da Copa do Mundo de 2014 superou o orçamento total dos anos de 2013, 2015 e 2016 (R\$ 12.434.835,54; R\$ R\$ 24.786.950,04; R\$ 18.655.241,33, respectivamente).

Por outro lado, percebeu-se que é uma prioridade latente no planejamento turístico recifense a oferta pública do lazer, conforme evidenciado na missão e visão do Planejamento Estratégico da SETUR-L e no conjunto dos projetos propostos no mesmo plano:

“Missão: Fomentar o turismo e promover o acesso ao lazer (RECIFE, 2014 b, p.05).”

“Visão: Ser referência nacional em gestão de Turismo e Lazer, contribuindo para tornar Recife um dos cinco principais destinos turísticos do Brasil e modelo nas práticas públicas de lazer (RECIFE, 2014 b, p.05).”

No bojo desta preocupação bastante necessária, destaca-se alguns projetos relacionados aos espaços livres públicos e à vivência do lazer por parte da população local, que, ao nosso ver, têm impactos positivos na diminuição da violência e do medo urbanos, por terem potencial para se tornarem em ações efetivas por parte do poder público no âmbito do turismo.

4.3.1 Principais ações da SETUR-L ligados ao tema deste estudo²⁸

4.3.1.1 Conselho Municipal do Turismo do Recife

O Conselho Municipal de Turismo (Comtur) é um elemento fundamental para se definir os rumos do planejamento e da gestão do turismo em um município, sendo condição *sine qua non* à concretização de uma política pública de turismo.

Nos relatórios de gestão da SETUR-L da PCR de 2013 e 2016, por exemplo, é destacada a função do conselho municipal de turismo do Recife, como é possível visualizar nas citações a seguir:

O Conselho de Turismo do Recife (Conture) “é um órgão normativo, que tem como *função definir* as políticas públicas do turismo na cidade, atrelado ao planejamento da atividade turística (RECIFE, 2013, p.12, grifo nosso).”

²⁸ A descrição de todas as ações da SETUR-L, apresentadas nesta sessão, foi feita a partir dos relatórios de gestão da SETUR-L da PCR 2013, 2014, 2015 e 2016 e das informações adquiridas através da pesquisa empírica.

O Conture “é um órgão normativo que tem como função *ajudar* nas definições das políticas públicas do turismo na cidade e está atrelado ao planejamento da atividade turística (RECIFE, 2016, p. 05, grifo nosso.)”.

Em 2013, no segundo semestre, foram realizadas duas reuniões com integrantes do *trade* turístico da cidade, entre entidades públicas e privadas, e representantes de diversas secretarias, para que colaborassem com críticas e sugestões para o desenvolvimento do turismo no Recife. Nesta, que foi a 14ª Reunião do Conture, foram apresentadas, a todo o *trade* turístico presente, as ações que já estavam sendo executadas pela Secretaria de Turismo e Lazer, bem como os projetos futuros, para que o setor ficasse a par do que estava sendo realizado em prol do turismo local. O *trade* também teve a oportunidade de dar sugestões sobre novos projetos e ações. Para celebrar o Dia Mundial do Turismo, no fim de setembro, foi realizada a 15ª Reunião do Conture, em conjunto com a reunião do Fórum Municipal de Representantes de Instituição de Ensino ligadas ao Turismo²⁹, para a elaboração de propostas visando ao desenvolvimento do turismo em Recife. As ações futuras foram elencadas em cinco eixos: marketing, comunicação, desenvolvimento turístico, Recife Antigo, praças e mercados e novas ações. O material foi condensado em um documento e contribuiu na formatação do plano estratégico do turismo do Recife (RECIFE, 2013.).

Em 2014, foram realizados quatro encontros, reunindo integrantes do *trade* turístico da cidade, entre instituições públicas e privadas, além de representantes de diversas secretarias da Prefeitura do Recife. A pauta da primeira reunião, realizada no dia 13 de fevereiro, no Paço do Frevo, contemplou: a apresentação das ações do Carnaval, o projeto de requalificação do Parque das Esculturas e a Agenda Comercial 2014. Na segunda, que aconteceu no dia 22 de maio, no Salão Tamandaré, Centro de Convenções, foi formalizada a posse do novo secretário de Turismo e Lazer, Camilo Simões, e a escolha de uma comissão para discutir e sugerir os temas

²⁹ Uma ação de grande importância da SETUR-L. “O Fórum congrega os coordenadores e representantes de cursos de Turismo, Hotelaria, Gastronomia e Eventos de instituições de ensino superior (IES) do Recife, além de IES de Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A finalidade é debater a atividade e trazer alternativas para o turismo no Recife. Foram realizados dois fóruns (12º e 13º) no primeiro semestre. O primeiro (25/02/16) teve como pauta a apresentação da proposta do Cliente Oculto 2016.1, balanço do Carnaval 2016, decisão sobre a representação do Fórum no Conture, a posição do Recife no Índice de Competitividade e adoção dos projetos SETURL (para as instituições que aderiram à proposta). O segundo (02/05/16) foi realizado na Associação Comercial de Pernambuco e teve como pauta a apresentação do Playtown, Balanço do Cliente Oculto, pré-lançamento Prêmio Recife Gerando Conhecimento 2016 e Dia Mundial do Turismo. No segundo semestre foram realizados mais dois encontros. No dia 23/08/16, houve o 3º encontro do ano e teve como pauta: Balanço do Cliente Oculto 2016.1; Balanço das inscrições do Prêmio Recife Gerando Conhecimento; Montagem da proposta para o evento em comemoração ao Dia Mundial do Turismo; Ações pedagógicas na cozinha escola da Escola Mangue em Brasília Teimosa. Já o 4º e último encontro teve como pauta: Os 7 artefatos do Playtown; Balanço da 2ª edição do Prêmio Recife Gerando Conhecimento; Sugestões para a próxima gestão de ações e projetos relevantes para o desenvolvimento do turismo no Recife, e aconteceu na sala de reuniões da secretaria no dia 24/11/2016. (RECIFE, 2016, p. 05.)”.

das reuniões seguintes. Além disso, foi apresentado o Guia do Investidor do Recife Antigo. No terceiro encontro, no dia 9 de setembro, na Pinacoteca do Forte do Brum, foi feita a apresentação da marca do Conture, validadas as atividades comemorativas do Dia Mundial do Turismo e apresentado o Prêmio Inovação em Turismo. Houve, ainda, uma apresentação sobre a Feira de Boa Viagem e seu papel no turismo local, além de uma breve explanação sobre a influência das etnias e da afro-religiosidade no turismo. Para a última reunião do ano, realizada no dia 16 de dezembro, no Museu da Cidade, Forte das Cinco Pontas, a pauta foi formulada em conjunto com o Fórum dos Coordenadores de Turismo. Entre os temas abordados estiveram: a apresentação da nova estrutura organizacional da Secretaria de Turismo e Lazer e o balanço das ações da secretaria em 2014. Também foi formalizada a entrega do prêmio Gerando Conhecimento (RECIFE, 2014.).

Em 2015, foram realizados os quatro encontros propostos para o ano, reunindo integrantes do *trade* turístico da cidade – entre instituições públicas e privadas – e representantes de diversas secretarias. As quatro reuniões do conselho tiveram como pautas:

- Primeira reunião (31/03/15): Apresentação das ações do balanço do Carnaval, do Calendário de ações do primeiro semestre do Marketing em 2015 e sobre o Pacto Metropolitano;
- Segunda reunião (30/06/15): Apresentação da programação do Dia Mundial do Turismo, do aplicativo Recife para Sempre e Caminhando pelo Recife Antigo, do Centro de Atendimento ao Turista Móvel e do calendário de eventos do CAT Móvel, bem como sobre o calendário do II semestre de eventos da Gerência de Marketing;
- Terceira reunião (15/09/15): As ações de qualificação turística da SETUR-L, as ações para o desenvolvimento do turismo religioso para a cidade do Recife e o Fortalecimento da Marca Recife foram discutidos no Conselho;
- Quarta reunião (01/12/15): Foi apresentado o Balanço das Ações de 2015 da Secretaria, Plano Estratégico de Turismo do Recife e Apresentação do Ciclo Natalino e Réveillon. (RECIFE, 2015, p.35.).

Em 2016, foram realizados dois encontros no primeiro semestre, reunindo integrantes do *trade* turístico da cidade – entre instituições públicas e privadas – e representantes de diversas secretarias. A pauta da 1ª reunião (03/03/16) foi o balanço do Carnaval, Via Sacra (Morro da Conceição), operação especial para receptivo de navios e combate ao *Aedes Aegypti*. A pauta da 2ª edição (02/06/16) foi a apresentação do Playtown, Ações da Gerência de Marketing e Apresentação do Prêmio Recife Gerando Conhecimento 2016. A 3ª reunião do ano aconteceu dia 30/08/16 e teve como pauta: apresentação dos resultados do Road show Recife Encantos

Mil, do Olha!Recife inclusivo, do plano de mobilidade urbana do Recife e lançamento do programa Recife de Braços Abertos. Já a 4ª e última edição do ano foi realizada dia 30/11/2016, tendo o balanço do Road show Pernambuco Coração do Nordeste e do Festuris Gramado, a apresentação dos artefatos interativos do Playtown, do Projeto Cais do Imperador e Jardim do Baobá e uma dinâmica de sugestões para futuras ações para a SETUR-L como pauta do encontro (RECIFE, 2016).

Percebe-se que a maioria das ações realizadas pelo Conture, ao longo dos últimos quatro anos (2013 a 2016), foram ações pontuais; o que alerta-nos para o fato de que é necessário repensar a ação desta organização, tão importante para decidir os rumos do desenvolvimento do turismo no Recife.

Cabe lembrar que os conselhos de turismo são extremamente importantes nos sentido de se captar as opiniões das principais representatividades do turismo local, elencando anseios, necessidades e prioridades a serem consideradas para o desenvolvimento do turismo em um determinado ambiente.

É importante destacar a importância de se ter a “voz ativa” da Comunidade local nestas reuniões, uma vez que o turismo acontece em seu território, cabendo aos moradores locais opinar e, até mesmo, decidir a forma de realização da atividade em seus lugares de vida, decidindo os rumos do turismo que (não) se quer desenvolver na cidade que segundo a lógica de DaMatta (1986 e 1997), trabalhados no capítulo teórico desta tese, seria “a casa” da Comunidade local.

4.3.1.2 Turismo de Base Comunitária

Para impulsionar a economia local através da atividade turística, a Secretaria de Turismo e Lazer do Recife vem executando projetos de turismo de base comunitária para resgatar a história e as tradições de certas áreas da cidade, inventariando espaços de uso gastronômico, capacitando os moradores e fortalecendo a identidade e a diversidade cultural. As ações de turismo de base comunitária contemplaram áreas como Brasília Teimosa, Bomba do Hemetério e Alto José do Pinho. Em convênio com a Fundação Gilberto Freyre, foram realizadas várias intervenções para o fortalecimento dessas comunidades como cartões-postais viáveis e atraentes para visitantes e para os próprios recifenses. Em Brasília Teimosa, foram realizados o Inventário Cultural e Gastronômico e a requalificação de bares e restaurantes. No Alto José do Pinho, foi colocado o corrimão da escadaria do Maracatu Estrela Brilhante e realizada a requalificação da praça, com recuperação dos bancos, brinquedos, calçamento e mesas de jogos. Também foi dado apoio ao Cortejo do Carnaval e a cinco edições do Festival Kizomba. Na

Bomba do Hemetério, as seis edições da feira de arte Bombarte também tiveram apoio da Secretaria de Turismo e Lazer. Foram fornecidos subsídios para a elaboração do roteiro do Turismo de Base Comunitária, bem como para o roteiro de gastronomia popular (RECIFE, 2014).

Projetos desta natureza são extremamente importantes, considerando a temática discutida neste estudo, na medida em que se traduz em oportunidade de se incluir na cidade os segmentos mais excluídos da população local pelas atividades de turismo, através da criação de novas oportunidades de emprego e renda.

O Turismo Comunitário (e não o de base comunitária! como o que ve sendo desenvolvido pela SETUR-L), se devidamente planejado, gerido, e organizado em conformidade com uma PPTUR de turismo efetiva para a cidade na sua totalidade, poderá vir, efetivamente, a diminuir os índices de violência e de medo urbanos nos ELP de Recife.

Isso porque, na medida em que o turismo propicia, verdadeiramente, a criação de postos de trabalho (sejam eles formais ou informais) a segmentos da população que vinham sendo historicamente excluídos e que só tinham no crime a única saída para SUBviver na cidade, o turismo passa a ser um fenômeno, ao mesmo tempo, social e econômico que contribuirá para inclusão das pessoas.

Nesse contexto, o marginalizado (apontado por visitantes e pela população local incluída na cidade, como MARGINAL) ao invés de praticar atos violentos e gerar medo nos ELP da cidade, agora será um CIDADÃO a mais no grupo dos que irão lutar pela segurança pública da cidade.

Cabe lembrar, inclusive, que o “marginal” também sofre violênciaS (no plural!) do sistema, da população incluída na cidade etc.; além de viver numa situação eminente de risco, sentindo, inclusive, diversos medos. E como cidadão que são (pessoa que mora na cidade mas que não é, necessariamente, cidadão; apesar de dever sê-lo!) deverá ser “enxergado” pela sociedade e assistidos pelo poder público através das diversas políticas públicas setoriais voltadas ao ambiente urbanos e, inclusive, as de turismo.

Ademais, quem não conseguir “entrar pela porta da frente do turismo” (viajando ou se beneficiando com as oportunidades de emprego prometidas), “entrará pulando a janela”; afinal de contas, para alguns, o crime é a única alternativa de sobrevivência no atual contexto de violências na pós-modernidade! Como consequência, não é raro ser veiculado notícias de

atos violentos contra turistas do tipo: “turista é brutalmente esfaqueada por um ‘meliante’ nas proximidades do Terminal Marítimo de Passageiros de Recife”³⁰.

4.3.1.3 Ciclofaixa de Turismo e Lazer

Este projeto tem o objetivo estimular o recifense a curtir sua cidade, praticar exercícios e se divertir com amigos e familiares ao ar livre; é realizado pela Secretaria de Turismo e Lazer e operacionalizado pelo Banco Itaú, vencedor do chamamento público para gerir o sistema. No primeiro semestre de 2016 foram comemorados os três anos de criação do projeto da Ciclofaixa de Turismo e Lazer (RECIFE, 2016).

A Ciclofaixa conta com um trajeto, que corta muitos dos principais “cartões-postais da cidade”, ligando Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste, sendo, também, muito utilizada por turistas e excursionistas que visitam Recife. Ao todo, as três rotas somam 36,5 km, incluindo o trecho de 1,5 km que faz ligação até o Parque Santana. O roteiro completo, demarcado por 6,9 mil cones, engloba 31 bairros. A cada domingo ou feriado (dias que o projeto acontece), uma média de 20 mil pessoas pedalam em todo o percurso da Ciclofaixa. Isso quer dizer que aproximadamente 40 mil viagens são realizadas por ciclistas de todas as idades a cada dia de projeto. Até agora, já foram instaladas 80 estações de aluguel de bicicletas do Itaú, pelo projeto Bike PE e pelo Porto Leve (RECIFE, 2016).

Cabe esclarecer que este projeto, apesar de possuir aspectos positivos, apontados pelas pessoas que dele desfruta, as ciclofaixas traduz-se, na prática, de uma implementação *temporária* de vias voltadas ao fluxo de bicicletas direcionadas, em sua grande maioria, a um público específico (visitantes e população mais abastada da cidade), merecendo, portanto, uma reflexão, visando a sua democratização. Sobretudo, considerando que se tem, todos os dias em Recife, um grande fluxo de pessoas que saem de suas casas de bicicletas para seus trabalhos, se arriscando uma vez que não se tem ciclovias permanentes interligando os bairros mais pobres com as outras partes da cidade.

Além disso, esta ação da Ciclofaixa acaba sofrendo, também, os reflexos da violência e do medo urbanos, por não conseguir garantir a segurança de quem dela desfruta.

A partir do trecho da reportagem a seguir, veiculada pelo Portal G1 em 03 de janeiro de 2015, fica evidente a violência e o medo presentes na Ciclofaixa de Turismo e Lazer de Recife:

³⁰ Verificar as notícias do quadro 9, que trata dos atos violentos envolvendo turistas (2013, 2014, 2015 e 2016), no capítulo em que se discute a gestão perversa do turismo (que só beneficia segmentos específicos da sociedade) e sua relação com os crimes verificados nos ELP de Recife.

As ciclofaixas que tomam conta das ruas do Recife aos domingos e feriados fazem parte da rotina de muitas famílias, percorrendo 31 bairros da cidade, mas quem costuma usar esses equipamentos tem reclamado dos assaltos constantes. [...] As advogadas Mariana e Bruna Spíndola saíram de casa para um passeio de bicicleta e levaram um susto. Para fugir de um assaltante que também estava na ciclofaixa, Mariana quase foi atropelada. "Eu estava indo para o Marco Zero com a minha prima. O rapaz veio por trás, ficou do meu lado pedalando e falou para continuar pedalando, que era um assalto. Eu, sem raciocinar, puxei a bicicleta para o meio dos carros", lembra. Mariana não voltou mais a andar de bicicleta. Bruna continua andando todos os domingos, mas agora toma mais cuidado. "Deixo relógio em casa, coisa que eu não fazia. É uma tensão que eu tenho agora em todos os momentos", conta. O vendedor Jean Paulo Neves também teve uma experiência desagradável: sua bicicleta foi roubada no bairro de Boa Viagem, na Zona Sul, quando ele parou para tomar água. "Parei em uma barraquinha de coco, no Primeiro Jardim, encostei a bicicleta e chegaram os três elementos anunciando o assalto", lembra. Os criminosos estavam armados. A maioria das ruas por onde a ciclofaixa passa é bem movimentada, alguns pontos, contudo, deixam os ciclistas com medo. "Ali na Jaqueira é seguro, quando passa no Parque 13 de Maio não fica tão agradável. Eu já fui assaltado aqui", conta o estudante Rafael de Lima, que preferiu trocar o horário que pedala (Portal G1, 2015. Usuários das ciclofaixas do Recife denunciam falta de segurança: assaltos têm sido constantes; alguns usuários deixaram de pedalar por isso. Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/01/usuarios-das-ciclofaixas-do-recife-denunciam-falta-de-seguranca.html>>Acesso em: 30/01/2015.)

Isto ocorre, entre outros motivos, pelo fato de não existir um policiamento exclusivo que considere a dinâmica das novas territorialidades do crime que passam a existir nos ELP da cidade a partir da implementação de um projeto desta natureza. Além disso, tal ação não é parte de uma política pública de real e em funcionamento, nem de turismo nem de mobilidade, para a cidade na sua totalidade, padecendo, inclusive, da visão intersetorial necessária às ações que envolvem a complexa tríade Lazer e turismo, ELP, violência e medo urbanos.

4.3.1.4 Lazer na Rua

Projeto que tem o objetivo de estimular a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer ao ar livre, realizado em parceria com as secretarias de Mobilidade e Controle Urbano e Segurança Urbana. Entre maio e junho foram contempladas mais 17 ruas com os kits de lazer. As ruas selecionadas contemplam todas as Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife. Das 8h às 17h, aos domingos e feriados já previamente estabelecidos, essas ruas são isoladas com cavaletes e cones, ficando proibido estacionar nelas durante o horário de funcionamento da ação. Do contrário, os veículos estarão sujeitos à multa e remoção. No Segundo Jardim de Boa Viagem, o horário de funcionamento do programa é das 8h às 20h (RECIFE, 2016).

As ruas que integram o projeto: RPA 01 (Rua Tupiniquins – Santo Amaro, Rua Tupinambá - Santo Amaro. Rua do Sossego – Santo Amaro, Rua Malhada - Joana Bezerra); RPA 02 (Rua Euclides Fonseca – Encruzilhada, Rua Dr.Machado - Campo Grande, Rua Voluntários da Pátria – Campo Grande, Rua Ministro Albuquerque Lima - Campina do Barreto,

Rua Luceia – Campina do Barreto (chão de estrelas), Rua Jutai – Campina do Barreto, Rua Frei Onofre - Água Fria); RPA 03 (Rua Muniz Galvão - Alto do Mandu, Rua Aviador Rego Barros - Vasco da Gama, Rua Frederico Ozanan – Vasco da Gama, Rua 02 de Maio - Casa Amarela, Rua Severina Barbosa – Dois irmãos); RPA 04 (Rua Zilda S. Santana – Torre, Rua Pajeú – Iputinga, Rua Antônio de Pádua Mourins Fernandes – Torre, Rua Engenheiro Agrônomo Moacir Paraíba – Iputinga, Rua Conselheiro Silveira e Souza – Cordeiro, Rua Carmem de Souza Leão – Cordeiro); RPA 05 (Rua Capitão Domingos da Costa – Areias, Rua Carmópolis – Mustardinha, Rua Felipe Moura – Afogados, Rua Camará – Areias, Rua Garota de Ipanema – Totó, Rua 03 de Agosto – Afogados, Rua Maria Augusta Nogueira- Bongi) e RPA 06 (Rua Albacora - Brasília Teimosa, Segundo Jardim da Av. Boa Viagem - Boa Viagem, Rua Artur Bernardes - Brasília Teimosa, Rua Dr. Henrique Lins - Brasília Teimosa, Rua Golfinho - Brasília Teimosa, Rua Virginia Heráclio – Ipsep, Av. Marechal Juarez Távora – Setubal, Rua Anequim - Brasília Teimosa, Rua Itaimbé – Ipsep, Rua Sargento Silvio Delmar Holembach – Imbiribeira, Rua Joanésia – UR 2 – Ibura, Rua Salgado – Ibura, Rua Dep.Luiz Dias Lins – Ibura, Av. Marechal Juarez Távora – Setubal, Rua Travessa Dr.Benigno Jordão de Vasconcelos – Ibura, Rua Anequim - Brasília Teimosa, Rua Estudante Sinval Meira Henrique – Ipsep, Rua Itaimbé – Ipsep, Rua Professor Nelson Melo – Ipsep, Rua Sargento Silvio Delmar Holembach – Imbiribeira) (RECIFE, 2016).

4.3.1.5 Requalificação da orla de Boa Viagem

A orla da praia de Boa Viagem começou a ganhar uma cara nova no fim de dezembro de 2013. A Secretaria de Turismo e Lazer iniciou as obras de requalificação da orla, com lançamento e divulgação do projeto completo em janeiro de 2014. As obras de requalificação da orla de Boa Viagem incluíram a instalação de rede wi-fi grátis no Segundo Jardim. Também foi feita toda requalificação do Segundo Jardim que agora conta com uma pista de cooper com piso anti-impacto, mais adequado para idosos, num circuito curto de 460 metros, além de equipamentos para a terceira idade, de musculação e exercícios em geral. Uma Academia Recife também foi instalada na praça, com todos os aparelhos em aço inoxidável, resistentes à maresia (RECIFE, 2016).

Ao longo do calçadão existem módulos de aparelhos de ginástica em aço inox, como há na orla do Rio de Janeiro. São 30 módulos, numa distância de 300 metros um do outro em toda a orla. Os brinquedos dos cinco parques infantis foram trocados por outros, feitos de madeira reflorestada e contam com fraldário para uso da população. As quadras poliesportivas foram todas reformadas e atendem diariamente à população: 1 quadra de basquete, 5 quadras

poliesportivas, 4 quadras de tênis e 3 campos de futebol. Os 10 banheiros públicos ao longo do calçadão foram requalificados, as curvas da ciclovia foram suavizadas e o SkatePark Marcelo Lyra foi inaugurado em março e já é o mais utilizado da cidade (RECIFE, 2016).

Em relação à essa ação de requalificação dos equipamentos existentes na orla de Boa Viagem, propostas pela SETUR-L, propõe-se a seguinte reflexão: considerando a crítica contida na obra de Tânia Bacelar à ideia de Desenvolvimento a partir de “ações em foco” voltadas à territórios e classes sociais específicos, quem são os maiores beneficiados com este projeto: 1. a população de Recife no geral?; 2. os segmentos mais abastados da orla e que tem a comodidade de usufruir de equipamentos novos e de qualidade nas proximidades de sua residência?; 3. os visitantes – turistas e excursionistas – que estão nestes espaços temporariamente?; 4. A iniciativa privada que recebe um local privilegiado para fazerem o marketing de suas empresas e um local privilegiado da cidade e que tem a oportunidade de lucrar mais substituindo pisos de um calçadão que ainda encontrava-se em estado de conservação adequado, o que não justificando a sua substituição, mas que é feito com o argumento de que estar se “modernizando” a orla? 5. Ou o próprio poder público que recebe os créditos de estar realizando mais uma “obra” no setor de turismo?

Portanto, não seria o caso de expandir o foco das ações de requalificação dos ELP da zona sul de Recife para a totalidade dos ELP da cidade?

4.3.1.6 Academia Recife

As Academias Recife trata-se de um projeto da PCR que visa proporcionar o acesso gratuito a equipamentos de musculação e a instrutores profissionais, que indicam e acompanham as atividades físicas a serem realizadas pelos usuários. Funcionando totalmente ao ar livre, cada Academia conta com 26 equipamentos, todos em aço inoxidável e resistentes tanto à chuva quanto ao sol. O funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 5h30 às 9h30 e das 17h às 21h, e aos sábados, das 6h às 10h. A primeira foi instalada na Lagoa do Araçá, em dezembro de 2013. Hoje existem 13 academias espalhadas pela cidade, atendendo uma média de 65 mil usuários (tabela 3) (RECIFE, 2016).

Tabela 3 - Listagem das Academias Recife com principais informações

LOCAL	ENDEREÇO	RPA	INAUGURAÇÃO	ATÉ 12/2016
Lagoa do Araçá	Rua Nova Verona, Imbiribeira.	RPA 6	12/12/2013	5.424
Torre	Rua José de Holanda (Praça da Torre)	RPA 4	21/1/2014	4.935
Engenho do Meio	Rua Manoel Alves Deus Dará	RPA 4	10/2/2014	3.249
Santo Amaro	Av Agamenon Magalhães	RPA 1	20/2/2014	3.060
Santana	Rua Astério Rufino Alves	RPA 3	15/3/2014	4.011
Jaqueira	Av Rui Barbosa	RPA 3	29/3/2014	10.377
Ibura	Av. Pernambuco (Praça Maria Sampaio Lucena COHAB) (Ibura)	RPA 6	30/3/2014	5.416
Macaxeira	Av Norte	RPA 3	09/07/14 (funcionou)	8.180
IPSEP	Praça Robert Kennedy	RPA 6	31/7/2014	4.632
Coque	Rua SD9	RPA 1	21/10/2014	3.918
Hipódromo	Praça do Hipódromo	RPA 2	09/03/2015	4.279
Orla de Boa Viagem	2º Jardim	RPA 6	22/03/2015	4.991
Várzea	Praça da Várzea	RPA 4	17/04/2015	3.278
TOTAL DE INSCRITOS	67.584 INSCRITOS			

Fonte: RECIFE, 2016.

Trata-se de um conceito novo de academia, gratuita e ao ar livre, com todos os aparelhos em aço inox e professor presente em todos os momentos. A oferta de espaço e equipamentos para musculação, ginástica localizada e alongamento vem somar ao conceito das Academias da Cidade, da Secretaria de Saúde. Todas as 13 Academias Recife seguem o mesmo padrão: 250 m², espaço para musculação, alongamento e ginástica localizada e uma equipe composta por dois professores, dois a três estagiários, duas secretárias, dois auxiliares de serviços gerais e segurança, dividida em dois turnos (RECIFE, 2016).

Para administrar esses equipamentos, a SETUR-L firmou novo contrato de gestão com o IGEC (Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura), no mês de Fevereiro de 2015. O objeto é a gestão administrativa e esportiva das academias, que contempla desde a manutenção da limpeza e dos equipamentos ao monitoramento das atividades de musculação, ginástica localizada e alongamento, bem como a adoção de melhorias para tais espaços públicos (RECIFE, 2016).

Desde abril de 2016, estão sendo oferecidas novas modalidades esportivas, além da musculação e do alongamento. Entre as novas práticas oferecidas, estão: vôlei, futebol, capoeira, funcional, ginástica localizada e aeróbica, dança popular, jogos populares, recreação, atividades para 3ª Idade, dança de salão, combat e step, viabilizadas por meio de Convênio Firmando com o Ministério dos Esportes. Nas Academias Recife localizadas no Parque Santana e na Jaqueira foi introduzida ainda a corrida como prática regular, oferecida às terças e quintas-feiras das 19h às 20h (RECIFE, 2016).

Visando a sustentabilidade, o projeto começou, numa experiência piloto, a fazer uso somente de energia solar para abastecer a Academia Recife localizada dentro do Parque Santana. Com intenção de incentivar a prática também no final de semana, criamos o Circuito Viva Academia Recife que aconteceu em todos os polos, nos meses de Julho a Setembro, aos Sábado, das 6 da manhã às 12h, e contou com oficinas de todas as modalidades que o núcleo dispõe para os usuários (RECIFE, 2016).

4.3.1.7 Parques Públicos

Segundo Recife (2016), a Secretaria de Turismo e Lazer, através do IGEC (Instituto de Gestão do Esporte e Cultura), realiza a gestão administrativa, esportiva e de lazer dos parques Santana Ariano Suassuna e Urbano da Macaxeira. Esse modelo de gestão visa assegurar ações de melhorias constantes para tais espaços públicos e, assim, incrementar a qualidade das opções de lazer para a população. Entre as ações principais estão: operação; segurança; conservação e limpeza; manutenção e funcionamento dos parques; planejamento e realização de atividades de lazer; desenvolvimento, implementação e aprimoramento do programa esportivo e de atividades socioculturais; suporte administrativo e financeiro; além de serviços de portaria e segurança, com vigilância desarmada e sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV).

Em julho de 2016, o primeiro parque para cachorros da cidade foi inaugurado no Parque Santana. O espaço, destinado a cães de diferentes raças e tamanhos, tem 550 metros quadrados de área, com grama, e um circuito de obstáculos para agility recreativo, com três tipos de obstáculos: túnel, pinos para zig zag e barras para saltos. No local, os proprietários de cachorros encontram sacos plásticos e lixeiras, além de bebedouros para os bichinhos. Para garantir a segurança dos frequentadores do parque e dos cachorros, o ParCão é isolado por uma grade de 1,50 metros de altura (RECIFE, 2016).

Os Parques foram palco de ações infantis nos ciclos de Carnaval e São João. E no Santana, as apresentações do espetáculo Natal Para Sempre aconteceram entre os dias 17 e 25 de dezembro e contaram com a participação de 26 bailarinos pernambucanos (RECIFE, 2016).

4.3.1.8 Ações para o Bairro Recife (Recife Antigo)

Em 2013, criou-se a Gerência Geral do Recife Antigo, vinculada à Secretaria de Turismo e Lazer. Tal ação foi importante no sentido de tirar do papel projetos importantes e iniciar o planejamento e execução de outros. O objetivo de todos eles era consolidar a área para uso dos cidadãos e turistas, com grandes repercussões e impactos positivos, visando à melhoria e à requalificação do bairro Recife (RECIFE, 2013).

No ano de 2014, foi desenvolvida uma série de ações para o bairro, a destacar: um grandioso processo de requalificação do Parque de Esculturas Francisco Brennand; a elaboração e distribuição do Manual do Investidor do Recife Antigo foi criado visando potenciais investidores nacionais e internacionais; inauguração de dezesseis restaurantes, além dos Armazéns 12 e 13 que contam com nove estabelecimentos, entre serviços de alimentação, casa de câmbio e estacionamento; elaboração de folders de roteiro no Bairro com posterior desenvolvimento de aplicativo com o mesmo conteúdo dos folders; instalação de uma estação de carregamento a recarga dos dispositivos móveis, como celulares e smartphones na Praça do Arsenal; Pintura dos imóveis da av. Alfredo Lisboa; reforma, em parceria com a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb), nas calçadas das seguintes ruas: Avenida Mariz e Barros, no trecho entre as Avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda; Rua Álvares Cabral, entre as Ruas Dona Maria César e Madre de Deus; Rua Dona Maria César, entre as Avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda; Rua do Bom Jesus, entre as Avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda; criação do manual de ordenamento do Bairro; Instalação da placa com o letreiro com nome RECIFE; instalação de 76 placas com nomes de ruas, 27 placas de monumento, 10 placas de localização, 3 placas direcionais frente e verso e 5 mapas de localização. Os mapas estão: na Praça do Arsenal, no Cais da Alfândega, no Marco Zero e em frente à Prefeitura do Recife. Apoio na operacionalização dos armazéns 12 e 13; realização de cinco encontros do Comitê Gestor nos meses de janeiro, março, maio, julho e setembro de 2014 (RECIFE, 2014).

No início de 2015, a Gerência do Recife Antigo foi agregada à Gerência de Desenvolvimento Turístico. Todas as ações realizadas no bairro passam diretamente por esse departamento da Prefeitura como uma forma de garantir maior organização do que acontece naquela área histórica. Após um reconhecimento da área e realização de um planejamento para o desenvolvimento sustentável do bairro Recife, a Secretaria de Turismo e Lazer, por meio da Gerência de Desenvolvimento Turístico e Recife Antigo, já conseguiu efetivar projetos importantes, como cadastramento e distribuição de fardamento para os barqueiros do Marco Zero, colocação de placa informativa no Marco Zero sobre o travessia do Marco Zero para o Parque de Esculturas, instalação da serpente marinha no Parque de Esculturas, grafiteagem do edifício da Prefeitura por Eduardo Cobra, por meio da participação da Campanha #PartiuBrasil, do Ministério do Turismo, articulação para reforma e funcionamento do Posto Policial na avenida Alfredo Lisboa, gestão da agenda de eventos do bairro Recife, reuniões do Comitê Gestor do bairro Recife, além de iniciar o planejamento e a execução do projeto Playtown e propostas de ordenamento para o bairro Recife. O objetivo de todos eles é consolidar a área para

uso dos cidadãos e turistas, estabelecendo, assim, grandes repercussões e impactos positivos relativos à melhoria e à requalificação do Bairro do Recife (RECIFE, 2015.).

Em 2016, a Gerência de Desenvolvimento Turístico e Recife Antigo passou a ter como função ser um órgão articulador com outras instituições/órgãos, ao mesmo tempo em que passou a ficar mais atuante na parte administrativa do Bairro (RECIFE, 2016.)

No Relatório de Gestão ao qual se teve acesso destacam-se algumas ações:

4.3.1.8.1 Comitê Gestor do Bairro do Recife

O grupo foi instituído por intermédio de decreto do prefeito Geraldo Julio, publicado no Diário Oficial do dia 19 de julho de 2013, e tem como principal objetivo garantir ações de revitalização e requalificação do bairro Recife. O Grupo Interdisciplinar é presidido por representantes da Secretaria de Turismo e Lazer e composto por representantes dos seguintes órgãos:

- Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano;
- Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- Secretaria de Cultura;
- Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (Semoc);
- Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- Secretaria de Planejamento e Gestão;
- Gabinete de Projetos Especiais;
- Secretaria de Segurança Urbana;
- Secretaria de Esportes e Copa do Mundo;
- Secretaria de Governo e Participação Social;
- Secretaria de Imprensa;
- Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
- Porto Digital;
- Universidades;
- Associações do Bairro do Recife;
- Conselho Municipal de Turismo;
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/Conselho de Arquitetura e Urbanismo (Crea/CAU);
- Comissão de Acessibilidade;
- Câmara de Vereadores;
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

- Instituto Pelópidas Silveira.
- Porto do Recife
- Secretaria de Turismo de Pernambuco
- Prefeitura de Olinda
- Conselho Estadual de Cultura
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)

Além dos integrantes dessas secretarias e instituições, também compõem o Grupo de Trabalho representantes de outros poderes, de entidades e da sociedade em geral. Em 2016, foram realizadas duas edições do Comitê Gestor, em que os temas debatidos foram:

- Segurança no Bairro do Recife;
- Reforma da Avenida Rio Branco;
- Temporada de Cruzeiros;
- Corridas;
- Cais do Imperador;

4.3.1.8.2 Parque das Esculturas Francisco Brennand

Por conta do desgaste do tempo e da maresia foi realizado um plano de restauração para as 90 obras existentes no Parque de Esculturas Francisco Brennand, em 2014. Em meio ao plano, houve a aquisição da serpente marinha, com aproximadamente 22 metros de comprimento, revestida de bronze. Porém ainda não foi inaugurada. A empresa Pública Forma Espaço Cultural Jobson Figueiredo Ltda é a responsável por restaurar as esculturas e confeccionar uma nova obra. A requalificação contou com a articulação da Emlurb, da Guarda Municipal, da Polícia Militar e da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife. Os serviços referentes à restauração das peças cerâmicas, esculturas e painéis foram finalizados em 2014. A reinauguração do Parque e da nova escultura será marcada após a finalização da restauração dos painéis danificados durante o enrocamento (RECIFE, 2016).

4.3.1.8.3 Travessia do Marco Zero ao Parque das Esculturas

A Gerência de Desenvolvimento Turístico e Recife Antigo iniciou, em 2015, o cadastramento dos barqueiros que realizam a travessia do Marco Zero ao Parque de Esculturas Francisco Brennand a fim de viabilizar o credenciamento dos mesmos através da Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano para consequente licença de atuação. Foram disponibilizados fardamentos e crachás aos profissionais e fixadas placas normativas no Marco Zero e nas

embarcações. Foi elaborada uma proposta de regulamentação direcionada especificamente aos operadores que realizam essa travessia, com a finalidade de dar mais segurança aos barqueiros e passageiros. Em setembro deste ano, a Capitania dos Portos realizou vistoria nos barcos. A SETUR-L está aguardando o relatório da vistoria, para dar continuidade ao processo de cadastramento dos barqueiros (RECIFE, 2016).

4.3.1.8.4 Manual de Ordenamento do bairro Recife

Em processo de elaboração, o Manual de Ordenamento do bairro Recife, tem a finalidade de regulamentar o cadastro de ambulantes, flanelinhas e feiras; informar a quantidade de mesas e cadeiras permitidas para utilização colocadas nas calçadas de bares e restaurantes; evitar a poluição sonora; informar os percursos das corridas dentro do bairro, dentre outros. Também foram elaboradas propostas de regulamentação para os ambulantes do bairro e para as corridas realizadas em torno dele (RECIFE, 2016).

4.3.1.8.5 Eventos no Bairro

A Gerência de Desenvolvimento Turístico e Recife Antigo articulou no corrente ano em parceria com os Órgãos competentes (Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife - Semoc, Emlurb, Guarda Municipal, Polícia Militar, entre outros) os Eventos e Corridas realizados no Bairro, contabilizando 36 Corridas e 56 eventos e totalizando 92 no ano. Além do total destes eventos, também foi dado suporte às edições do Recife Antigo de Coração, Carnaval e Ciclos Festivos realizados no Bairro (RECIFE, 2016).

4.3.1.8.6 Playtown

Segundo Recife (2016), o projeto Playtown é resultado do convênio firmado pela Prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Turismo e Lazer, com o Ministério do Turismo, no qual o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar) executa o processo de ideação. Neste processo, foram concluídas as seguintes etapas:

- Workshop Cidade Lúdica: momento para construção coletiva de saberes sobre o tema Cidades Lúdicas, para promover a visibilidade do assunto frente à opinião pública.
- Hackathon Playtown: etapa de ideação junto aos participantes inscritos, que tiveram a missão de realmente criar soluções artísticas e/ou tecnológicas para os frequentadores do bairro Recife.

- Laboratório de Imersão: Etapa de prototipação das 7 melhores ideias elaboradas no Hackathon. Para a conclusão do processo de ideação, resta apenas a etapa Termo de Referência, onde as 7 ideias serão especificadas para se dar início ao processo de aquisição.

Tem-se uma reflexão acerca desta ação: Como se pensar, propor e desenvolver ações efetivas em termos de “*smart cities*” através do turismo, quando não se consegue, ao menos, incluir segmentos mais pobres da população nas atividades relacionadas ao setor e garantir o uso pleno destes moradores com relação aos “espaços turísticos” da cidade, sejam estes públicos ou privados?

4.3.1.8.7 Recife Antigo de Coração (RAC)

O RAC foi lançado desde março de 2013, tem o objetivo de favorecer o acesso ao lazer para a população, visitantes e turistas que circulam no bairro. O evento acontece todos os domingos e feriados, sendo dividido em: Edição Parcial e Edição Especial. A Edição Parcial refere-se à ação da ciclofaixa. Já a Edição Especial do RAC é realizado no último domingo de cada mês, com cinco polos de atividades:

- >Polo Esportivo – Av. Marquês de Olinda;
- >Polo Infantil – Av. Marquês de Olinda;
- >Polo Cultural, Artístico e de Lazer - Av. Rio Branco, Marco Zero e Rua do Observatório;
- >Polo Radical – Av. Alfredo Lisboa;
- >Polo de Saúde e Bem Estar – Av. Rio Branco e Rua do Bom Jesus (RECIFE, 2016).

Segundo Recife (2016), o RAC é um dos projetos mais bem avaliado pela população do Recife, tendo atingido um percentual de 90% de ótimo e bom, através de pesquisas mensais, de janeiro a novembro, realizadas pela Secretaria. Atualmente o RAC trabalha em 6 eixos de produção:

1. Eixo Cultural: São mais de 300 artistas locais e nacionais evidenciando os ritmos da cultura pernambucana e brasileira, além da abertura de um espaço para danças com o palco do evento “Dançando na Rua”;
2. Eixo Econômico: As feirinhas do Programa de Desenvolvimento do Artesanato de Recife (Prodarte), Economia Solidária e a do Bom Jesus abrem espaço para mais de 170 empreendedores ligados à produção local, auxiliando no desenvolvimento econômico dos mesmos;
3. Eixo Social: O evento convida várias instituições sem fins lucrativos como o Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer (GAC), Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), Movimento Pró-criança, Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), o

Transforma Recife e etc., a fim de criar um canal de comunicação com a população, além de auxiliar nas campanhas de doação. O evento ainda desenvolveu a campanha educativa do Maio Amarelo;

4. Eixo Esportivo: São mais de 20 modalidades esportivas, desde esportes tradicionais como o Futebol, Voleibol, Basquete até o Parkour, Slackline e o Futebol Freestyle, além dos “esportes internacionais” como o Rugby;

5. Eixo de Lazer: No polo infantil, camas-estáticas, piscina de bola, recreação, teatro de bonecos e de rua, contação de histórias, show de humor e jogo gigante, no qual as pessoas são as peças do jogo!

6. Saúde e Qualidade de Vida: promoção de várias ações, como teste de aferição de pressão, teste de ICM, Semana do Bebê, ação contra o mosquito aedes aegypti.

Segundo Recife (2016), o RAC ajudou, ainda, a fomentar os empreendedores da gastronomia do bairro. Ao todo, participaram do evento 25 mil pessoas, por mês, nas Edições especiais (tabela 4).

Tabela 4 - Edições especiais do Recife Antigo de Coração

DATAS	EDIÇÕES
31 de janeiro	Férias de Verão / Carnaval
28 de fevereiro	Dia Mundial das Doenças Raras
27 de Março	Aniversário do Recife e 3 anos de Recife Antigo de Coração
24 de Abril	Revivendo o passado
29 de Maio	Maio amarelo / Dia das mães
26 de Junho	Festejos juninos
31 de Julho	Ecotecnologias e Sustentabilidade
28 de Agosto	15ª Semana Municipal da Pessoa Com Deficiência / 14º Festival de Literatura do Recife
25 de Setembro	Uma ação de Solidariedade
Outubro	> Não foi realizado graças ao segundo turno da eleição Municipal
27 de Novembro	Da Gastronomia Local à Cultura Judaica: Um Festival de Sustentabilidade

Fonte: RECIFE, 2016.

Em contrapartida, levantamos os seguintes questionamentos em relação ao RAC, visando levar o leitor desta tese à reflexão: Apesar da SETUR-L ter apontado o RAC como um projeto bem avaliado pela maioria de seus frequentadores, qual é o perfil socioeconômico predominante destes participantes?; Qual segmento da população recifense faz-se presente e é, atualmente, o mais beneficiado com o RAC (será que para os pobres, que, de fato, é quem necessita de alternativas gratuitas de lazer através dos ELP)?; Será que este projeto, quando na fase de montagem de agenda, foi pensado para TODA população de Recife, considerando que aquela área possui um grande valor histórico e simbólico para recifenses de diferentes perfis socioeconômicos e que vivem nos mais diversos bairros da cidade?

4.3.1.8.8 Central do Carnaval

Trata-se de uma ação da SETUR-L para abastecer os foliões entre um bloco e outro, a no bairro Recife (Recife Antigo), visando a oferta de serviços, que vão de lanchonetes a caixa eletrônico e loja de adereços. A estrutura foi dividida em dois espaços, sendo um deles na Rua do Observatório, próximo à Torre Malakoff, e outro no Paço Alfândega. Em parceria com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Pernambuco (Abrasel-PE), foram selecionados dez restaurantes para servir aos foliões lanches e refeições rápidas. Foram, no total, mais de 40 mil atendimentos (RECIFE, 2016).

Na rua do Observatório, foi montado, também, um polo de serviços com estandes da grife do Carnaval e de acessórios carnavalescos; o Espaço Beleza, para penteados e maquiagem; estande com venda de CD e DVD carnavalescos; estande para customizações e tatuagens de henna; estande de moda e artesanato; dois caixas eletrônicos; espaço Cuide-se, de distribuição de preservativos; posto avançado do Procon; farmácia; achados e perdidos; estande da Secretaria Municipal da Mulher, promovendo a campanha de combate à violência contra a mulher. Agregando a Arena Gastronômica e a Central de Serviços, circularam mais de R\$ 520.000,00 (RECIFE, 2016).

Em relação à Central do Carnaval, destaca-se, ainda, as estruturas montadas no Paço Alfândega que disponibilizaram um espaço dedicado aos pequenos foliões, com recreação e fraldário, além da Central de Imprensa, com serviços de apoio aos jornalistas previamente cadastrados para cobrir a festa. Teve fraldário também na rua do Observatório, com fraldas descartáveis e lençinhos umedecidos, montado em parceria com a Pampers (RECIFE, 2016).

4.3.1.9 RECverão

O projeto RECverão tem como objetivo fortalecer a política da ocupação dos espaços públicos com práticas de lazer direcionadas para a população e ofertar para visitantes e turistas mais uma atividade de lazer, neste caso, na Orla da Praia de Boa Viagem, que é um dos principais cartões postais do Recife. O evento se dá a partir do bloqueio de uma parte da avenida Boa Viagem, ao lado da Praça do Segundo Jardim, das 8h às 20h, nos domingos do mês de Janeiro, transformando em uma área recheada de atividades culturais, de recreação, lazer e ações de qualidade vida. O evento é realizado com o apoio de parceiros, como a Secretaria de Saúde, Emlurb, Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, Secretaria de Segurança Urbana, Polícia Militar, PRODARTE, Uninassau, Clube Tênis Recife. O evento teve um público estimado de 20 mil pessoas durante os três dias (RECIFE, 2016).

Segundo Recife (2016) o evento conta com sete polos:

1. Polo Infantil: Composto por Equipamentos Recreativos, Recreação, Jogos infantis, Brincadeiras de Rua, Jogos de Verão e Contação de Histórias;
2. Polo Esportivo e de Bem Estar: Oficina de Beach Tênis e Tênis, Aulões de ginástica, Massoterapia;
3. Polo Cultural: Recebeu as atrações: Faringes da Paixão, Ayrton Montarroyos, Tio Bruninho (Bloco Balança Rolhinha), e o projeto amigos da vida com sketches que objetivam mostrar a fragilidade da vida;
4. Polo Saúde: Ação de combate ao mosquito Aedes Aegypt, transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya e distribuição de Kits desinfecção, Cantinho da pintura, panfletagem e maquete Educativa;
5. Polo Mercado do Artesão: Foram colocadas 10 barracas com a venda de artesanato e comidas típicas;
6. Polo RecGastrô: Tendo como edição especial de Verão, o projeto RecGastrô apresenta os foodtrucks com a venda de picolés, cachorro quente, hambúrguer, entre outros;
7. Polo Informações sobre o Verão: O CAT móvel (Centro de Atendimento ao Turista) foi colocado dando dicas para aproveitar o verão da cidade do Recife.

4.3.1.10 Olha! Recife

O projeto Olha Recife! Programa de sensibilização turística da Prefeitura do Recife possui quatro modalidades de passeios semanais: “Olha! Recife de Ônibus”, passeios temáticos realizado em ônibus pelos principais atrativos da cidade; “Olha! Recife no Rio”, realizado por meio de um catamarã pelo Rio Capibaribe; “Olha! Recife Pedalando”, passeios de bicicleta pelos diversos pontos da cidade; e o “Olha! Recife a Pé”, com caminhadas pelas históricas e turísticas ruas. Os roteiros garantem um passeio acompanhado por guias de turismo em diversos bairros do município, mudando a temática regularmente. O recifense aprende um pouco mais sobre a história e a cultura do Recife, conhece ou redescobre pontos turísticos e, conseqüentemente, desenvolve melhores condições de orientar o turista que chegar à cidade. No ano de 2016 já foram realizados 22 passeios de ônibus, com um total de 760 participantes, 11 passeios de catamarã, com 900 participantes, 37 passeios a pé com um total de 827 pessoas e 29 passeios de bicicleta com um número total de 176 ciclistas. Com os dados deste ano somados aos do restante da vigência do projeto, atinge-se as seguintes marcas: 140 passeios de ônibus com um total de 6.333 participantes; 88 passeios de catamarã com 7.960 participantes; 106

passeios a pé com 2.097 integrantes e 95 passeios de bicicleta com 861 participantes envolvidos. (RECIFE, 2016.).

A partir do descritivo dos principais projetos³¹ que possuem relação com o tema desta tese, percebe-se que apesar de se perceber projetos que, a princípio, podem vir a contribuir para diminuição da violência e do medo urbanos, dada uma gestão efetiva, não se identificou nenhum, em nível de planejamento turístico municipal, que considera de maneira articulada o trinômio: turismo, ELP, violência e medo urbanos.

Os projetos da SETUR-L podem, por um lado, vir a contribuir para recifenses e visitantes “vivenciarem” a cidade, e desta forma, afastar (ou conviver) com o medo da e na cidade, na medida em que levam as pessoas a transitarem pela cidade à pé, de ônibus e catamarã. Tais projetos possuem, também, um grande potencial à diminuição dos atos de violência, através da oferta de opções gratuitas de lazer para *todos* (isto em nível de planejamento, e, portanto, a partir da análise documental).

Por outro lado, estes mesmos projetos possuem o potencial de concentrar um grande número de pessoas nos ELP, que não possuindo a segurança pública devida, poderá deixar os frequentadores destes espaços mais vulneráveis, com grande probabilidade de aumento no número de atos de violência; o que poderá contribuir, inclusive, para a retroalimentação do imaginário do medo da e na cidade.

Então, se realizados os ajustes necessários considerando de maneira mais significativa a complexidade dos ELP e destes com os fenômenos da violência e do medo urbanos, considerando, inclusive, a proposição destas ações em consórcio com uma política pública de turismo global efetiva para o município na sua totalidade, hierarquizando o grau de importância destas ações de modo a beneficiar equitativamente todos os agentes socioambientais do turismo, ter-se-ia maior condições de colocar o turismo no *hall* dos fenômeno socioambientais que contribuem à diminuição da violência e medo urbanos em Recife.

Cabe esclarecer, por fim, que a partir da análise dos documentos de planejamento nos níveis mundial, nacional, regional, estadual e municipal, constatou-se a hipótese inicial de que não existem planos, programas ou projetos específicos que tratem, *de maneira articulada*, do trinômio: turismo sustentável, espaço livre público, violência e medo urbanos.

³¹ É importante deixar claro que a SETUR-L possui outros projetos.

5. GESTÃO DO TURISMO, VIOLÊNCIA(S) E MEDO EM ELP RECIFENSES: ENTRE OS INTERESSES INDIVIDUAIS E AS GARANTIAS SOCIAIS

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, um situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção da outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares. [...] Paralelamente, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual se instala um sistema da perversidade, que, ao mesmo tempo, é resultado e causa da legitimação do dinheiro em seus estado puro, da competitividade em seu estado puro e da potência em estado puro, consagrando, afinal, o fim da ética e da política. (SANTOS, 2017, p.55-56)

Ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, [o turismo] **poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana**, fortalecendo a segurança da população (Plano Nacional do Turismo 2003-2007, p.8, grifo nosso.).

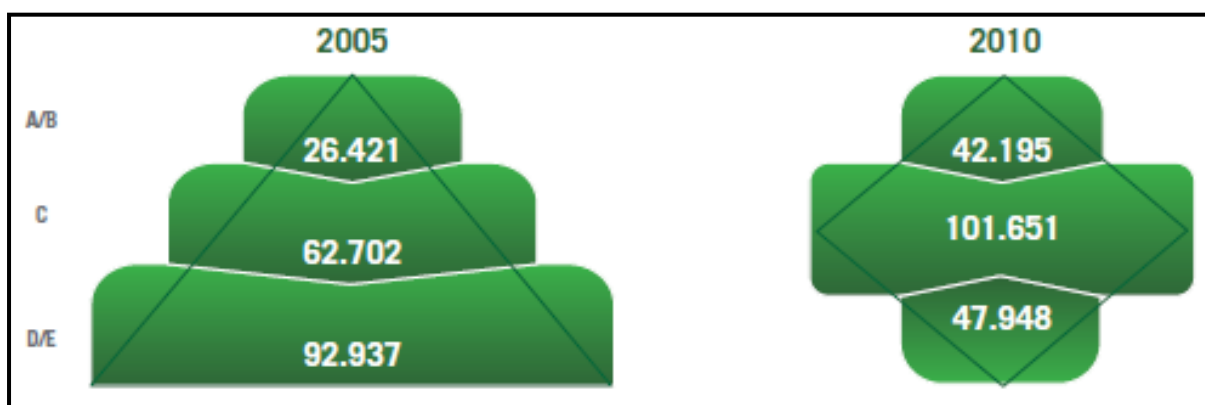
Segundo o artigo 225 da Constituição brasileira de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Entende-se por “todos”, no caso do turismo, os moradores das localidades visitadas, os empresários do turismo (proprietários de atrativos, operadores e agências, guias etc.), os organismos públicos, ONG, pesquisadores e consultores da área de turismo, bem como os próprios visitantes, que têm direito a um ambiente saudável e equilibrado, mas também têm obrigações relacionadas à manutenção da integridade do meio ambiente em todas as suas dimensões.

O PNT (2013-2016, p. 16) contém uma sessão intitulada “Turismo e melhorias sociais”, evidenciando as seguintes informações:

O turismo também vem sendo impactado de forma significativa pelas melhorias sociais registradas nos últimos anos. Cerca de 60 milhões de brasileiros ascenderam de classe social entre os anos de 2005 e 2010. Desses, 45 milhões deixaram as classes D e E, e 15 milhões migraram da classe C para as classes superiores. Com isso, nesse período, ocorreu um aumento acumulado de 62,0% na classe média (classe C), e a classe AB (grupo com renda domiciliar mais elevada, superior a R\$ 4.807,00) aumentou 60,0%, totalizando 42,2 milhões em 2010. A classe C tornou-se dominante pelo percentual populacional, passando a constituir 53,0% da população (gráfico 3).

Gráfico 3- Dinâmica de classes no Brasil 2005-2010



Fonte: Observador Brasil, 2011 *apud* BRASIL (2013 b, p.16).

Segundo o PNT (2013-2016, p.16), “O setor turístico participa dessa nova fase de crescimento e se consolida como importante atividade econômica para geração de emprego, desenvolvimento social, investimentos em infraestrutura, sustentabilidade e modelagem do ambiente competitivo”.

Desta forma podemos afirmar que todos os Programas, Projetos e Ações do Plano Nacional do Turismo terão como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores os seguintes vetores de governo: **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS; GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA; GERAÇÃO DE EMPREGO E OCUPAÇÃO; EQUILÍBRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS** (BRASIL, 2003, p.20, grifos no original.).

O argumento apresentado, em nível de planejamento pelo MTUR traduz-se em uma constatação frágil, na medida em que não se tem mensurado numericamente a contribuição real do turismo na mudança de classes (o turismo enquanto fábula!); muito menos, evidências práticas de um melhoramento social significativo nestas destinações, através da gestão do turismo, estendendo o caráter falacioso do turismo do planejamento à gestão.

O que se percebe na prática, é uma gestão do turismo que chega a ser perversa (como se materializa a dinâmica do capital nos ambientes de vida das diversas sociedades capitalistas), em que o maior beneficiamento que decorre das ações desenvolvidas na área de turismo no Brasil concentra-se nos segmentos historicamente privilegiados da sociedade: o visitante e a população mais abastada que reside no destino que tem a possibilidade de desfrutar dos equipamentos privados de lazer, entretenimento e alimentação (que são o grande foco das ações e incentivos fiscais dos gestores públicos do turismo, que é influenciada, na grande maioria das vezes, por troca de favores).

Tem-se um cenário em que a construção de estradas, viadutos, elevados e até mesmo praças e parques, é realizada mais no sentido de aumentar o lucro de empreiteiras (às vezes, como troca de favores de financiamento de campanhas “políticas” de governos outrora realizados) e agregar valor a empreendimentos privados do que propriamente contribuir à melhoria de vida das pessoas, na diversidade de perfis socioeconômicos, que compõem a totalidade da cidade.

Vale salientar que o argumento defendido nesta tese não é o de que as “obras *ditas* estruturadoras do turismo” não devam beneficiar resorts, flats, e até mesmo viabilizar a construção de conjuntos residenciais de luxo, no sentido de aumentar o número de hóspedes e contribuir para o aumento do valor do m² de imóveis na forma de terrenos, apartamentos, casas etc. Ademais, todos devem se beneficiar através do turismo. Todavia, este não deve ser o principal, muito menos, o único objetivo da gestão de “programas (*ditos*) estruturadores do turismo” no meio ambiente; devendo ser, portanto, um dos objetivos específicos do *hall* de projetos que irão compor tais programas.

A lógica dominante desde a concepção, montagem da agenda, elaboração e, sobretudo, na execução e acompanhamento (gestão) destes programas de desenvolvimento turístico deverá estar pautada na ideia do desenvolvimento sustentável do meio ambiente, que, pressupõe, em sua dimensão político-institucional, prioritariamente, a distribuição equitativa dos benefícios decorrentes do turismo, a partir da ideia de justiça social entre o atores socioambientais que compõem a destinação.

Neste contexto, e, ao mesmo tempo, buscando nortear as reflexões propostas para este capítulo, levanta-se os seguintes questionamentos:

- Quais os reflexos da lógica global desigual e excludente do capital e do “atual modelo de sociedade” na gestão do turismo em Recife?
- Como está sendo realizada a gestão do turismo em Recife? A aplicação dos recursos por parte da SETUR-L está deveras comprometida com o desenvolvimento local sustentável do meio ambiente? ou a maior preocupação é com a propaganda do destino no sentido de atrair mais visitantes?
- Quem é o maior beneficiado com a gestão do turismo na cidade do Recife: a população local, os visitantes (turistas e excursionistas) ou os empresários do setor?
- Quais são as ações desenvolvidas pela SETUR-L voltadas aos ELP recifenses?

- Como as ações da SETUR-L estão sendo avaliadas pelos agentes socioambientais do turismo?
- Estas ações contemplam a totalidade da cidade do Recife? Elas fazem parte de uma política pública de turismo efetiva, com impactos positivos na diminuição da violência e do medo na cidade?

5.1 A globalização e a lógica desigual e excludente de organização socioambiental de espaços turísticos

Bauman (2015, p. 37), evidencia que “A grande maioria das pessoas, por mais que suas crenças e intenções sejam nobres e elevadas, se vê confrontada com realidades hostis, vingativas e acima de tudo indômitas; realidades de cobiça, corrupção, rivalidade e egoísmos onipresentes de todos os lados.”

Segundo Bauman e Mauro (2016, p. 33-34), “não temos mais vida pública. As instituições não são capazes de ouvir, ...canalizar, ... representar [as necessidades públicas]”. Segundo os autores anteriormente citados tem-se um crise na democracia contemporânea, que possui uma relação dialética com a “deteriorada confiança na capacidade das instituições políticas existentes de fazer o que os cidadãos exigiriam caso ainda acreditassem que as demandas seriam ouvidas e levadas a sério”.

Nesse contexto, Santos (2017) destaca o caráter perverso da Globalização:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (SANTOS, 2017, p. 19-20).

Concomitantemente, sabe-se que a gestão da cidade é um dever de todos os cidadãos, inclusive daqueles agentes socioambientais que permanecem temporariamente na cidade (turistas e excursionistas).

A participação e a autonomia no *acontecer da cidade* são elementos fundamentais para se garantir uma cidade mais justa e plena a todos agentes socioambientais; uma cidade que seja sinônimo de uma ambiente de inclusão contínua e de cidadania.

Acontece que esta não é uma realidade tão simples de ser materializada nos dias atuais, haja visto a cultura capitalista marcante arraigada nos ambientes de vida de toda sociedade contemporânea.

A ideia de “vencer a todo custo”, o “tirar vantagem” já é introduzido desde os desde a infância no ambientes intradomiciliares, vai tomando força na adolescência em que os jovens continuam sendo instruídos a alimentarem os seus egoísmos no sentido de atingir a metas desumanas idealizadas pelos pais e desemboca em profissionais adultos em que o foco é muito mais o sucesso individual através de suas profissões do que propriamente os benefícios que o seu ofício profissional poderá trazer à sociedade. Afinal o objetivo principal é ser uma pessoa bem sucedida, que segundo a lógica capitalista é ganhar dinheiro e ser reconhecido profissionalmente (nesta ordem!). Mesmo que para isto tenha-se que prejudicar e, em alguns casos, sacrificar a vida de dezenas, centenas, milhares de pessoas para atender às demandas individuais.

Infelizmente esta realidade está presente, também, nas equipes que compõem os setores públicos da área de turismo; fazendo-se, presente, portanto, na dinâmica da gestão do turismo realizadas pelos órgão públicos: OMT, MTUR, Seturel/PE e, inclusive, na SETUR-L/PCR.

Cabe lembrar que, as pessoas que integram estes órgãos, sejam os burocratas do alto calão ou a mão de obra técnica (turismólogos e profissionais de outras áreas que prestam serviços aos órgãos anteriormente citados), são, inevitavelmente, indivíduos parte integrante da sociedade pós-moderna, em que as pessoas foram transformadas em mercadoria e a lógica que rege a vida contemporânea é o consumo, conforme defende Bauman (2008 b).

Nesse movimento, burocratas e técnicos acabam por serem meras peças da civilização capitalista e ao invés de fazerem uso do poder político, que deveria ser pré-requisito básico para o ofício cotidiano de todas as suas ações (afinal, naquele momento eles são a representação do povo no poder!), o que prevalece é o poder despótico e/ou o poder paterno. Dentro desta lógica o foco é atender, primeiramente, os interesses individuais e os do governo, donde os principais objetivos são, respectivamente, manter-se no emprego e/ou manter as regalias conseguidas com o a nova gestão e garantir a reeleição do governo nas próximas eleições; não poupando, portanto, lançar mão de realizar ações não éticas, corruptas e crimes de nepotismo, donde o mercado é quem dita as regras.

No bojo dessas discussões, Cruz (2010) evidencia que:

Estado e Mercado ainda são atores hegemônicos da produção do espaço. Embora ao longo da história do modo de produção capitalista mudanças profundas tenham ocorrido nos papéis desempenhados por um e por outro, ambos continuam sendo ordenadores daquele processo. Para Milton Santos (1994, p.101), Estado e Mercado formam um par dialético, mas isto não elimina o fato de que o Estado exerça o seu auxílio ao Mercado. Neste caso, o autor chama a atenção para a subserviência cada vez maior do Estado aos interesses (muitas vezes mesquinhos e imediatistas) do Mercado. Subserviente ou não ao Mercado, o Estado tem uma inquestionável hegemonia na produção do espaço, dado seu papel de ente regulador das relações sociais e provedor de infraestruturas. Todo o conjunto de normas que emana do Estado regula tanto a vida pública quanto a vida privada. Não se pode, portanto, confundir “enxugamento da máquina estatal” com diminuição do Estado. [...] Há situações concretas nas escalas local e regional, em que agentes de mercado tomam para si a hegemonia do processo de produção do espaço no sentido de assegurar a consecução de seus interesses. Não são incomuns os casos de empresas que abrem vias de circulação e implementam todo tipo de infraestrutura necessária à realização de seus negócios, não raras vezes, inclusive, subvertendo normas. Daí a necessidade de se “dar nome aos bois”, ou seja, o Mercado não é um amálgama de empresas hegemônicas a render todo o tempo e em todos os lugares, o Estado. O Mercado é formado de sujeitos, ou melhor, de agentes. A forma como uma pequena indústria, voltada para um mercado consumidor regional, participa da produção do espaço é diferente, por exemplo, daquela de indústrias multinacionais, muito mais exigentes com relação à disponibilidade de infraestruturas e à eficiência e rapidez dos fluxos. Por outro lado, a hegemonia de um e de outro não anula as possibilidades de contramovimentos. A sociedade civil organizada, seja na forma de associações, de Organizações Não-Governamentais ou outras, pode “tomar para si as rédeas do processo”, como demonstram experiências nas escalas local e regional. A ausência ou ineficiência do Estado e a voracidade conquistadora de agentes de mercado obrigam sociedades a reagirem na luta cotidiana pela sobrevivência (CRUZ, 2010 b, 21-22)

Nesse sentido, deve-se combater, veementemente, a lógica segundo a qual a gestão do turismo deve acontecer à revelia da lógica desigual e excludente decorrente da face perversa da Globalização, já discutida por Santos (2017), que beneficia uns em detrimento de outros.

5.2 Gestão das ações voltadas aos espaços livres públicos (turísticos?): reflexões acerca do foco dos investimentos da SETUR-L / PCR

Segundo Marulo, Oliveira e Batista (2016), o turismo tem acontecido de maneira a criar e recriar lugares de acordo com sua conveniência dotando o espaço de empreendimentos alheios ao lugar onde estão instalados, configurando-se em um fenômeno socioespacial de segregação territorial entre turistas e residentes.

Os autores supracitados trazem à tona reflexões de Cruz (2007) sobre o Complexo Hoteleiro de Costa do Sauípe, na Bahia, constituído por cinco hotéis resorts de bandeira internacional: “Encravado no litoral do Município de Mata de São João, esse empreendimento **destoa completamente de seu entorno pobre e simula intramuros uma Bahia que não existe: sem pobreza, sem violência, esteticamente impecável**” (MARULO, OLIVEIRA E BATISTA, 2016, p.128, grifo nosso).

Semelhante à configuração socioespacial na Bahia, tem-se a presença de muros, “visíveis e invisíveis”, nos Espaços Livres Públicos do Recife, corrompendo a própria noção de “livre” e de “público”.

A lógica das próprias ações pontuais identificadas anteriormente corroboram para isso na medida em que estão mais preocupadas em atender aos interesses externos dos turistas, do que as necessidades da Comunidade local; neste movimento ao invés de se desenvolver projetos visando o desenvolvimento local sustentável da cidade, em que o foco é a lugarização dos ELP através do turismo.

A lugarização de alguns ELP da cidade por segmentos mais abastados da população local (predominantemente de classe média) e por visitantes (turistas e excursionistas) acabam por estigmatizar alguns ELP como “turísticos”, “local para bacanas” e, portanto, como “lugar de ricos”, o que acontece na perspectiva do “entre-lugar”. Nesta discussão, Castrogiovanni (2007, p. 06) explica que:

O Não-Lugar pode ser tanto as instalações necessárias à circulação de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transportes ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (Augé, 1994, p.36-37). O não-lugar parece ser a simples negação do lugar. O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro não ser completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente. O não-lugar diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, e não apenas pelas suas formas. Ambos são frutos de construções sociais, no entanto, o não-lugar é a medida da época (Castrogiovanni, 2007). Será que o turista, ao negar o lugar, constrói imaterialmente um não-lugar turístico, ou não? O não-lugar seria a ausência do lugar em si mesmo. O lugar existe, também pelas próprias contradições que encerra em si, que lhe dão existência. O não-lugar parece ser um estágio em que a realidade que comporta o lugar se esforça para reproduzir a ficção da inexistência de contradições. Pensamos ser o entre-lugar o lugar praticado pelo sujeito turista, num certo tempo. Assim entendemos o entre-lugar turístico como sendo a lugarização do espaço geográfico, substanciada pelo sujeito visitante na dialogicidade estabelecida entre o seu lugar (lugar conhecido) e o lugar/não-lugar visitado (desconhecido). Ele é simbólico, enquanto existência, mas possui uma densidade representativa, a partir da cultura. Portanto, depende das incorporações tempo-espaciais do sujeito visitante. Ele confunde o lugar de origem com o Lugar/Não-Lugar visitado. Com a sua constituição, este sub espaço passa a ser uma parte do todo que é Espaço Turístico. Assim, o nível de significado, que aproxima a relação entre o espaço geográfico e o espaço turístico, parece ser o mesmo que envolve a aproximação entre o lugar/não-lugar geográfico e a significação do que possa ser o entre-lugar – o lugar provisório que estabelece o sujeito turístico, cada vez mais inserido no processo de globalização (CASTROGIOVANNI, 2007, p. 06).

É preciso estar atento a esta lugarização de ELP por turistas, pois, em alguns casos, a dinâmica socioterritorial acaba inibindo o uso destes espaços por segmentos mais pobres da população local, os quais muitas vezes moram nas proximidades destes espaços, mas que não

se identificam com os mesmos por diversas razões. Dentre tais quais se destacam-se as seguintes:

1. Os ELP são pensados, construídos e geridos, visando mais a atender externalidades (construir um local bonito para turistas) e aos interesses do capital (construir infraestruturas públicas que beneficiem donos de empreendimentos privados tais como: bares, restaurantes, cafés que geralmente compõem o entorno dos ELP), cooptando o real sentido dos ELP;

2. Os frequentadores habituais destes espaços geralmente olham com desprezo e apatia para aqueles que se encorajam a “entrar” em um espaço que deveria ser de todos, mas que acaba sendo território de poucos; o que acaba sendo corroborado, também, por guias turísticos e guias de turismo³² que só orientam os visitantes à visitarem os atrativos e equipamentos e serviços turísticos habitualmente comercializados nos roteiros turísticos da cidade.

3. As barreiras simbólicas construídas através do planejamento e gestão recheado de intencionalidades do poder público local e pela apatia dos frequentadores habituais acabam por inibir o uso dos ELP de interesse turístico por parte das populações mais pobres do lugar.

Tais razões, per se, já sinalizam para o fato de que a inexistência de uma PPtur contribui para estimular a violência e o medo nos espaços livres públicos de Recife.

E, como é sabido, segundo o artigo 4º do Código de Ética do Turismo, “Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades em cujo território se encontram têm com relação a eles *direitos* e obrigações particulares” (OMT, 1999).

Nesse sentido, o patrimônio turístico de uma localidade é, antes de tudo, das populações locais, sem distinção de gênero, raça ou classe social. Destarte, praças, parques, ruas, largos, passeios públicos são de “TODOS” os recifenses, antes de pertencer a turistas e / ou excursionistas. Portanto, tal como disse Castilho (2002), muito antes de se pensar e criar os espaços – lugares, não-lugares, entre-lugares – para os turistas, deve-se fazê-lo predominantemente para as populações locais.

Acontece que, apesar da ideia do desenvolvimento local sustentável do meio ambiente através do turismo estar prevista nos documentos de planejamento do turismo em Recife, percebe-se um forte apelo mercadológico no que tange à gestão do turismo *in loco*.

³² Na teoria do turismo, guia turístico refere-se ao *material promocional impresso* que contém, geralmente, um breve descrito dos principais atrativos turísticos da localidade, indicação de meios de hospedagem, bares, restaurantes, casas noturnas, e a alguns telefones úteis que o visitante possa vir a precisar; Já o guia de turismo, trata-se de *uma pessoa* que acompanhará o turista ou excursionista na visita aos “pontos turísticos” da cidade, orientando-os sobre os locais que devem, ou não, visitar.

Quando, por exemplo se analisa a aplicação dos recursos por parte da SETUR-L, através dos Relatórios da Gestão 2013, 2014, 2015 e 2016, que são elaborados pela própria Secretaria, percebe-se, inclusive, um certo equilíbrio quanto à distribuição dos gastos realizados entre as diretorias.

Porém, quando se confronta os gastos executados apresentados nestes relatórios com os dados do Portal da Transparência de Recife, nota-se um certo descompasso no que tange à gestão da aplicação dos recursos, donde foi constatado que, de um modo geral, a maior parte dos investimentos da SETUR-L foi realizada para o fomento e as ações com publicidade e propaganda do destino, em detrimento das ações que visam o desenvolvimento local sustentável da cidade.

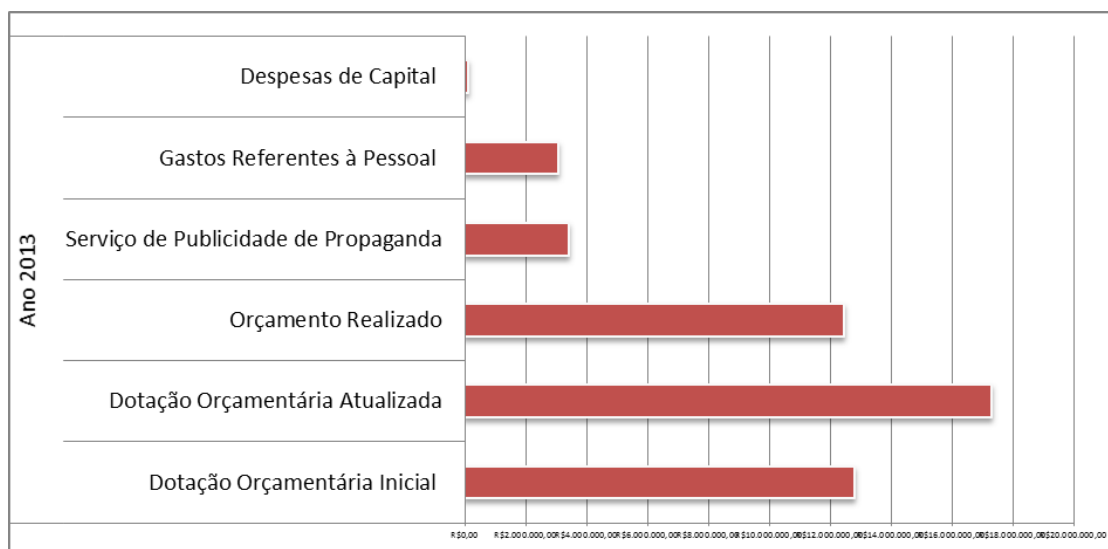
Deste modo, ao analisar as informações do detalhamento dos gastos nos últimos quatro anos (2013, 2014, 2015, 2016), constantes no sítio do referido Portal na internet, verificou-se que o direcionamento da matriz orçamentária da Secretária de Turismo e Lazer da PCR foi muito no sentido de atender aos interesses do turismo enquanto um fenômeno de mercado, do que propriamente ações que permitam desenvolver o turismo enquanto um fenômeno socioambiental humanizado defendido por Krippendorf (2009).

No ano de 2013, a Secretária de Turismo teve dotação orçamentária inicial no montante de R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais), ao qual foi atualizado para o valor de R\$ 17.300.346,64 (dezessete milhões, trezentos mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) e por fim tendo sido realizado o pagamento de R\$ 12.434.835,54 (doze milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

Explorando os valores pagos, podemos chegar a conclusão que foi um montante de R\$ 3.409.612,50 (três milhões, quatrocentos e nove mil, seiscentos e doze reais e cinquenta centavos), com despesas referentes a Serviço de Publicidade de Propaganda, sendo este o maior gasto desta Secretaria, maior inclusive que gastos referentes a pessoal que chegou ao montante de R\$ 3.068.662,34 (três milhões, sessenta e oito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Já os valores gastos com Despesas de Capital que engloba equipamentos e materiais permanentes bem como obras e instalações chegou-se a importância de R\$ 112.675,60 (cento e doze mil, seis centos e setenta e cinco mil e sessenta centavos), conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2013



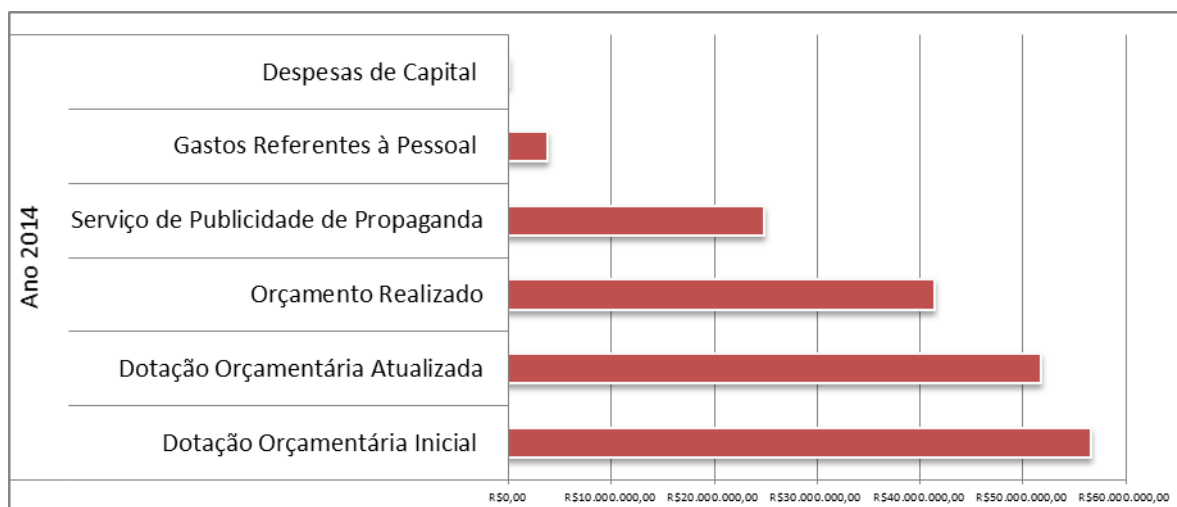
Fonte: Portal da Transparência de Recife.

No ano de 2014, a Secretária de Turismo teve dotação orçamentária inicial no montante de R\$ 56.579.000,00 (cinquenta e seis milhões e quinhentos e setenta e nove mil reais), tendo sido realizado o pagamento de R\$ 41.358.878,29 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

Explorando os valores pagos, podemos chegar a conclusão que um montante de R\$ 24.863.212,61 (vinte e quatro milhões, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos), com despesas referentes a Serviço de Publicidade de Propaganda, sendo este o maior gasto desta Secretaria, valores referentes a gastos com pessoal no montante de R\$ 3.775.783,04 (três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

Já os valores gastos com Despesas de Capital que engloba equipamentos e materiais permanentes bem como obras e instalações chegou-se a importância de R\$ 33.785,92 (trinta e três mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Ao passo que foi investido R\$ 00,00 (nenhum valor) em obras e instalações (gráfico 6). Cabe esclarecer que o valor gasto em publicidade e propaganda no ano da Copa do Mundo de 2014 superou o orçamento total dos anos de 2013, 2015 e 2016 (R\$ 12.434.835,54; R\$ R\$ 24.786.950,04; R\$ 18.655.241,33, respectivamente).

Gráfico 6 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2014



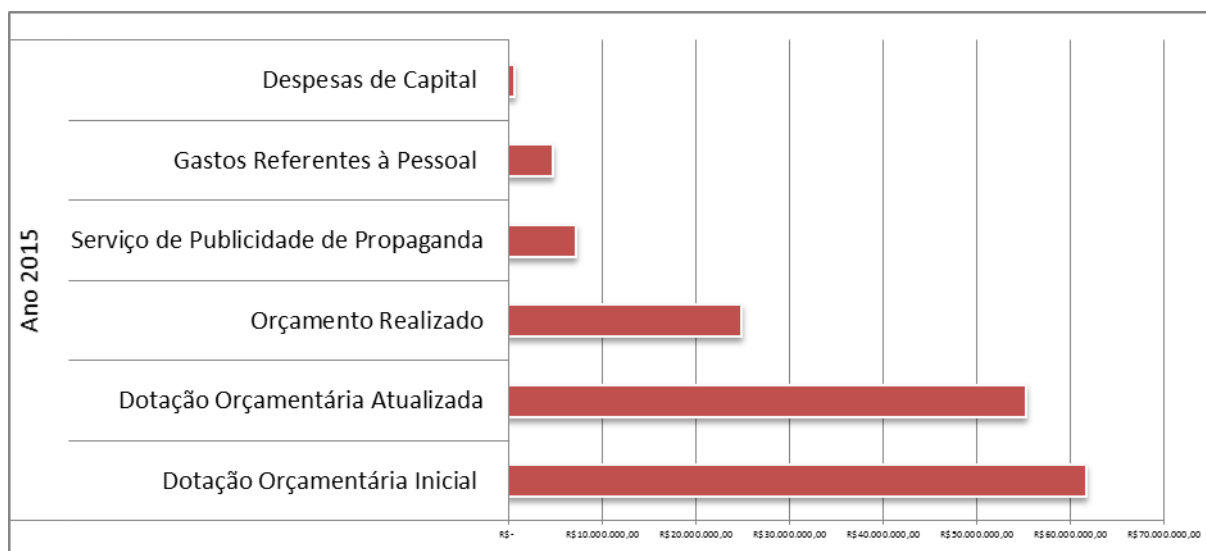
Fonte: Portal da Transparência de Recife.

No ano de 2015, verifica-se a maior discrepância entre a dotação orçamentária e o valor realizado pela Secretária de Turismo. Inicialmente verifica-se uma dotação orçamentária no montante de R\$ 61.711.000,00 (sessenta e um milhões e setecentos e onze mil reais), tendo sido realizado o pagamento de R\$ 24.786.950,04 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e seis mil, novecentos e quatro reais e quatro centavos), ou seja, só houve utilização de 40% do orçamento previsto.

Explorando os valores pagos, podemos chegar a conclusão que um montante de R\$ 7.226.858,93 (sete milhões, duzentos e vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), com despesas referentes a Serviço de Publicidade de Propaganda, sendo este o maior gasto desta Secretaria, valores referentes a gastos com pessoal no montante de R\$ 4.655.921,83 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos).

Já os valores gastos com Despesas de Capital que engloba equipamentos e materiais permanentes bem como obras e instalações chegou-se a importância de R\$ 603.108,25 (seiscentos e três mil, cento e oito reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstra o gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2015



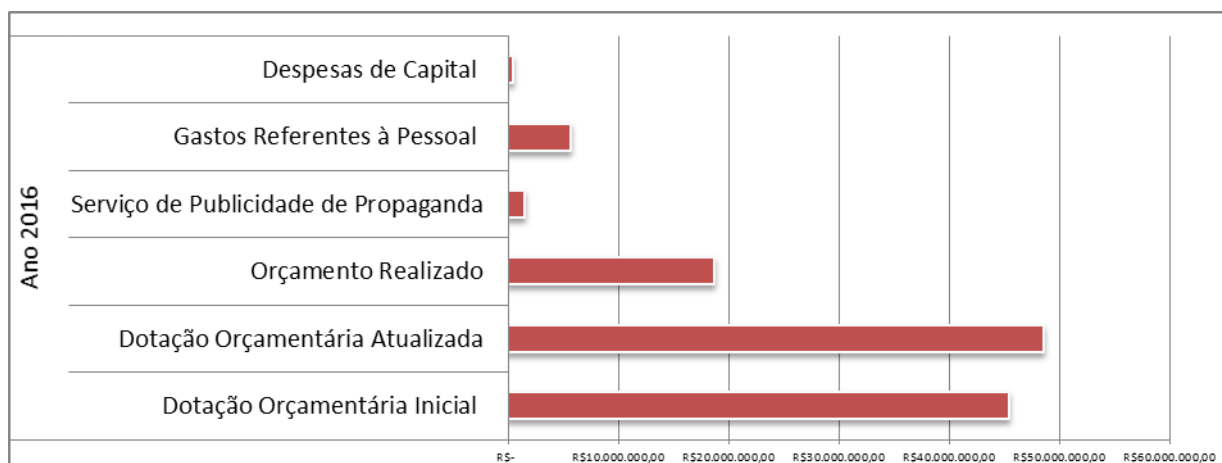
Fonte: Portal da Transparência de Recife.

No ano de 2016, verifica-se uma acentuada diminuição nos investimentos em turismo na municipalidade, constatado pela dotação orçamentária de R\$ 45.450.000,00 (quarenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), dos quais foram pagos o montante de R\$ 18.655.241,33 (dezoito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais e trinta e três centavos), ou seja, só houve utilização de 41% do orçamento previsto.

Explorando os valores pagos, pode-se observar que um montante de R\$ 1.405.570,26 (um milhão, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e setenta reais e vinte e seis centavos) com despesas referentes à Serviço de Publicidade de Propaganda. Já com as despesas referentes a gastos com pessoal no montante de R\$ 5.686.641,09 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e nove centavos).

Já os valores gastos com Despesas de Capital que engloba equipamentos e materiais permanentes bem como obras e instalações chegou-se a importância de R\$ 417.397,35 (quatrocentos e dezessete mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstra o gráfico 8.

Gráfico 8 - Detalhamento dos principais gastos da SETUR-L, 2016

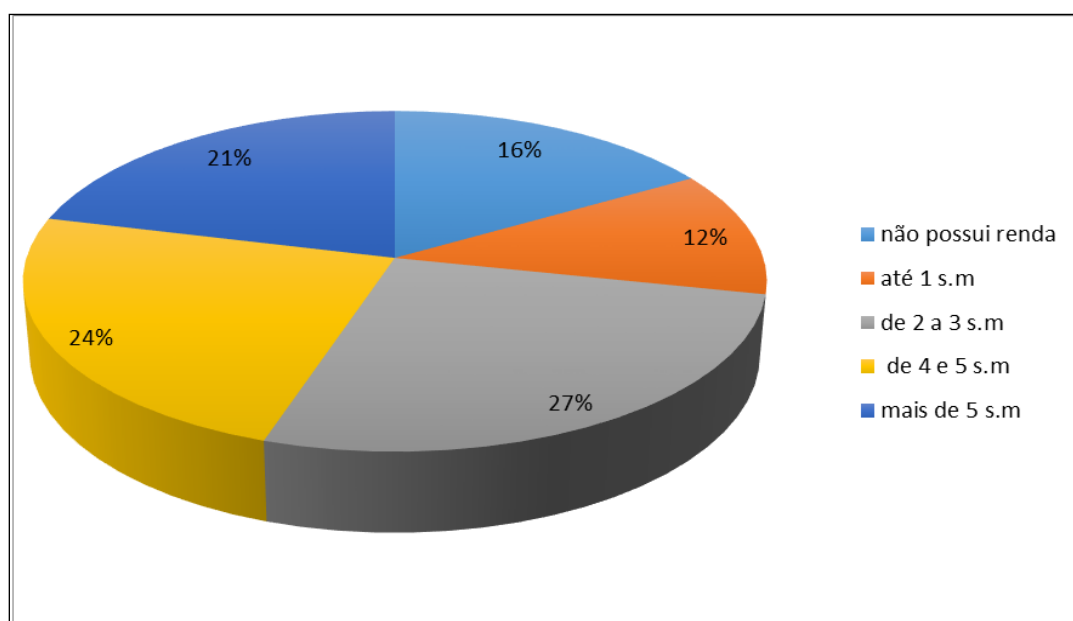


Fonte: Portal da Transparência de Recife.

Nesse sentido, nota-se que o maior beneficiado com a gestão do turismo na cidade do Recife não é a população local na sua totalidade, conforme defende a literatura da área de turismo, mas os segmentos mais privilegiados da população local, os visitantes e os empresários do setor.

Vale salientar que, nas ações desenvolvidas pela SETUR-L voltadas aos ELP recifenses, observa-se uma predominância de público de classe média, com elevado nível de escolaridade (gráficos 9 e 10) beneficiando-se das ações.

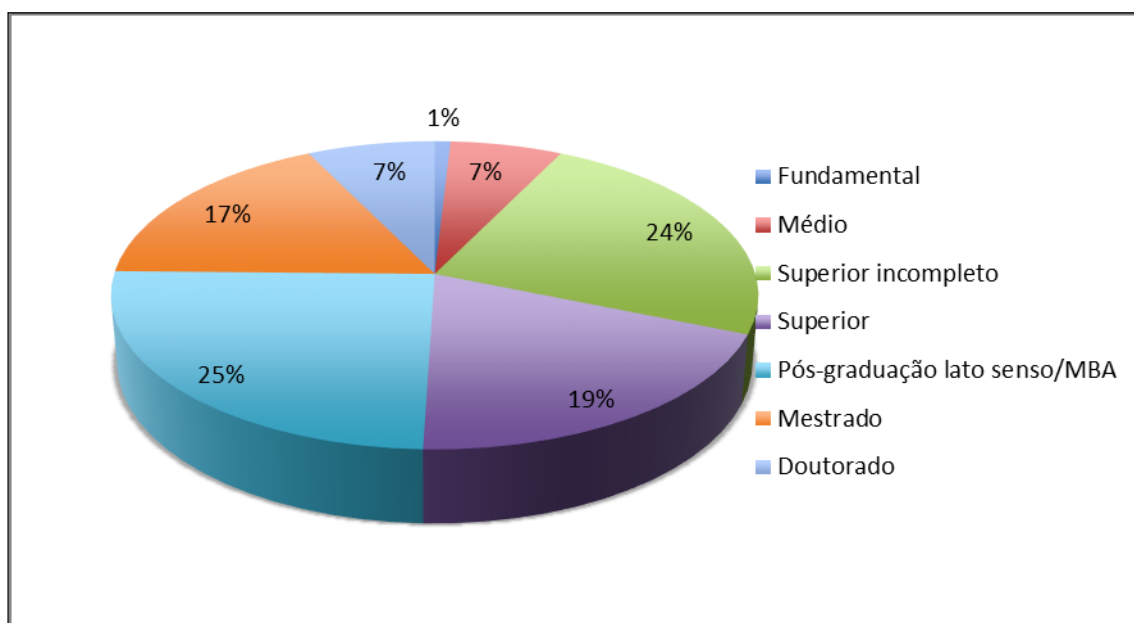
Gráfico 9 - Renda mensal individual dos respondentes



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Na verdade, juntando a classe de “4 e 5 s.m.” com a de “mais de 5 s.m.”, tem-se uma constatação ainda mais expressiva de que os ELP com vocação turística de Recife é predominantemente ocupado pela população mais abastada (seja morador local ou visitante).

Gráfico 10 - Escolaridade dos respondentes



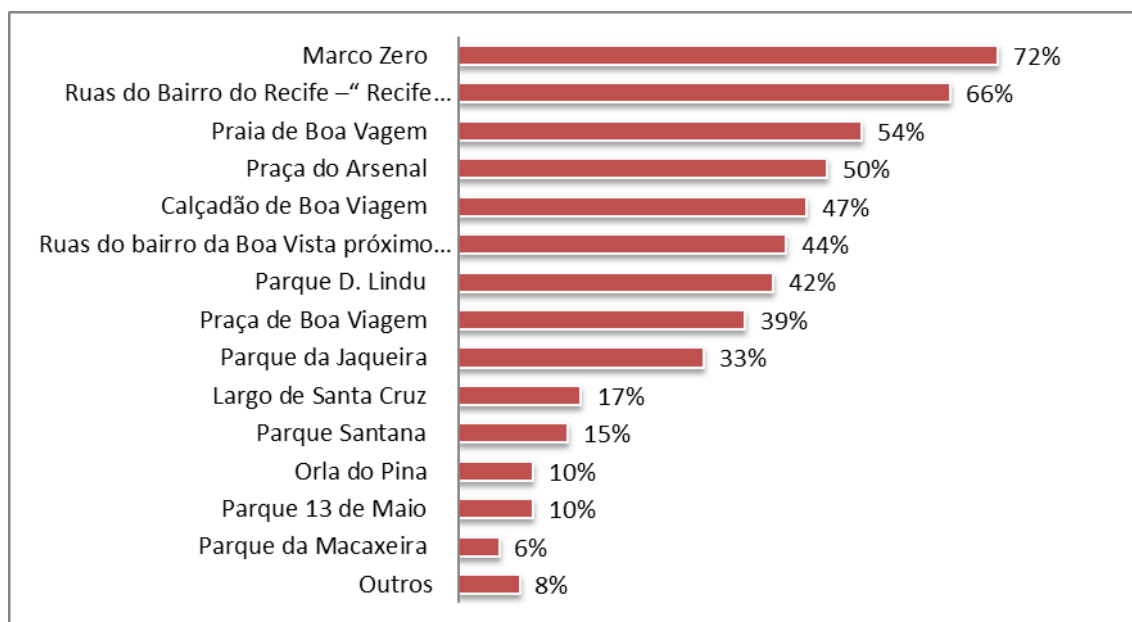
Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Da mesma maneira, juntando as classes que possuem uma escolaridade acima do ensino médio, constatou-se que 92% dos respondentes estão, ao menos, cursando o ensino superior incompleto.

A análise dos gráficos anteriores reforça a ideia de que as ações desenvolvidas nos ELP em apreço concentram, em termos de população beneficiada, predominantemente os segmentos mais abastados da sociedade que possuem, também, um nível de escolaridade mais elevado.

É importante, ainda, esclarecer que os principais ELP utilizados, concomitantemente, pela população local mais abastada e pelos visitantes (turistas e excursionistas) são exatamente os espaços livres públicos que fazem parte do patrimônio turístico de Recife (gráfico 11).

Gráfico 11 - Espaços livres públicos de Recife utilizados pelos agentes socioambientais do turismo para vivenciar o lazer



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Nota-se que os ELP mais visitados estão situados nos principais territórios turísticos de Recife (Recife Antigo, Boa Viagem, Boa Vista), a destacar: Marco Zero (1º mais visitado - 72,5%), ruas do Recife Antigo (2º mais visitado - 66,1%), Praça do Arsenal (3º mais visitado - 49,5%), Praia de Boa Viagem (4º mais visitado - 54,1%), Calçadão de Boa Viagem (5º mais visitado - 46,8%), Ruas do bairro da Boa vista (6º mais visitado - 44%), Parque D. Lindu (7º mais visitado - 42,2%); Praça de Boa Viagem (8º mais visitado – 37,6%), Largo de Santa Cruz (10º mais visitado - 16,5%), Parque 13 de Maio (12º mais visitado - 10,1%).

Verificou-se uma presença significativa de visitantes no Parque da Jaqueira (9º mais visitado - 33%), sendo o sexto ELP mais visitado no *ranking*. Esta importância do Parque é justificada pela infraestrutura que o ELP oferece, pela importância que o espaço tem enquanto alternativa pública de lazer de qualidade há anos em Recife, motivando o deslocamento de visitantes de outros bairros da cidade, bem como pela gestão que é feita no referido Parque em que se nota a realização de atividades recreativas com uma certa periodicidade. Cabe lembrar que não é a SETUR-L e, portanto a PCR, a responsável pela gestão do Parque da Jaqueira.

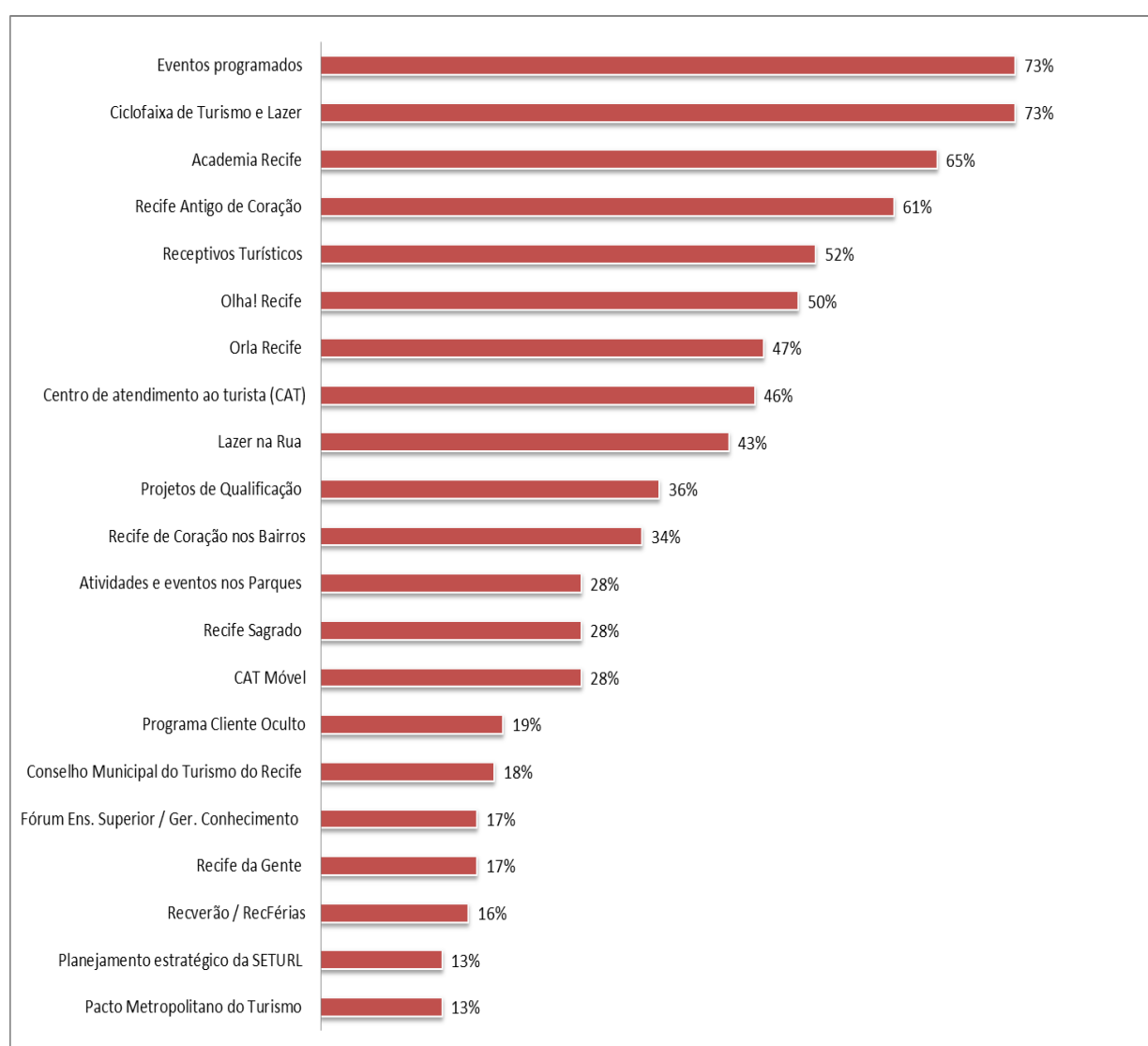
Nota-se, também, que o Parque Santana (11º mais visitado – 14,7%) e o Parque da Macaxeira (13º mais visitado - 5,5%), vem despontando na escolha dos ELP recifenses para vivência do lazer. Isso porque, ultimamente vem estimulando o uso destes espaços através de

ações como o RECFérias, que já foi apresentado anteriormente, no capítulo sobre planejamento turístico, na sessão em que se apresentou os projetos da SETUR-L.

Trata-se, enfim, na sua maioria, de espaços que possuem valor simbólico e material para as classes hegemônicas locais. Ademais, é no entorno de tais espaços que elas residem.

Em relação aos planos, programas, projetos e/ou ações da SETUR-L mais conhecidos pelos agentes socioambientais do turismo, destacam-se os eventos tradicionalmente programados na cidade (Carnaval, Ciclo natalino, Paixão de Cristo do Recife etc.) e a Ciclofaixa de Turismo e Lazer, ambos conhecidos por 73,4% dos respondentes; ocupando, portanto, o 1º lugar no que diz respeito ao conhecimento das pessoas (gráfico 12).

Gráfico 12 – Nível de conhecimento das ações da SETUR-L pelos agentes socioambientais do turismo de Recife



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017– Base: 150 respondentes.

Os outros projetos que estão entre os mais conhecidos são: Academia Recife (2º mais conhecido - 65,1 %), Recife e Antigo de Coração (3º mais conhecido - 60,6%), Receptivos turísticos (4º mais conhecido - 52,3%); Olha! Recife (5º mais conhecido - 50,5%).

Os dados sobre o conhecimento dos projetos da PCR revelaram um aspecto positivo da SETUR-L, o qual reside no fato de desenvolverem projetos que *podem vir* a propiciar lazer e saúde de forma gratuita para coletividade.

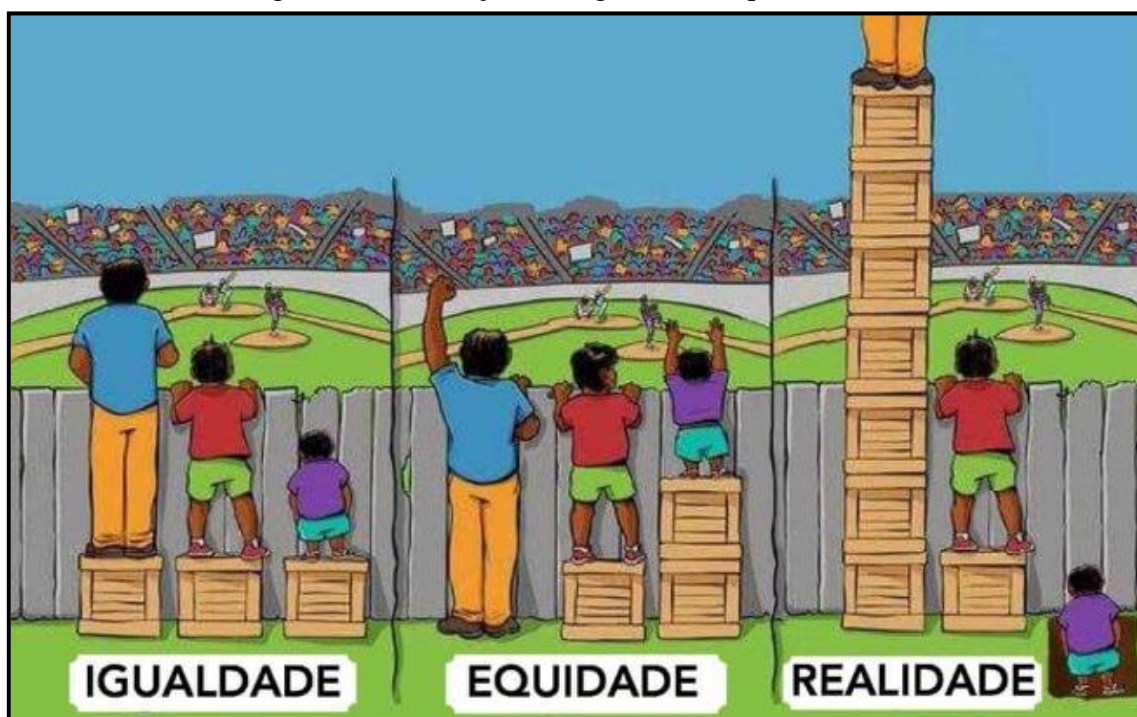
Todavia, a gestão do turismo em Recife trata-se, na verdade, de um conjunto de ações que funciona para preencher os vazios da ausência de uma política pública de turismo.

Mas quem são de fato os maiores beneficiados com a gestão desses projetos (que segundo seus objetivos, definidos na fase de planejamento, deveriam ser ações para, em princípio, beneficiar todos)? E como estes projetos estão sendo recebidos e avaliados pela população local, sobretudo, pelos seus segmentos mais pobres, os quais, via de regra, deveria ser o principal público-alvo destas ações? Primeiro por pertencerem ao lugar e segundo por não terem condições de consumir as opções de lazer ofertadas pelo setor privado e dependerem destas alternativas públicas de lazer, sobretudo porque o lazer tornou-se um direito fundamental nos tempos de hoje.

Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de se colocar em prática a equidade quando na gestão do turismo, de modo a distribuir de maneira justa os benefícios gerados a partir do turismo entre os seus agentes socioambientais.

Cabe lembrar que equidade não é sinônimo de igualdade e que existe um *gap* considerável entre o que se propõe na fase de planejamento e o que se nota na realidade produzida nos ambientes da cidade decorrentes da gestão das ações desenvolvidas no setor de turismo (figura 9).

Figura 9 - Diferença entre igualdade, equidade e realidade



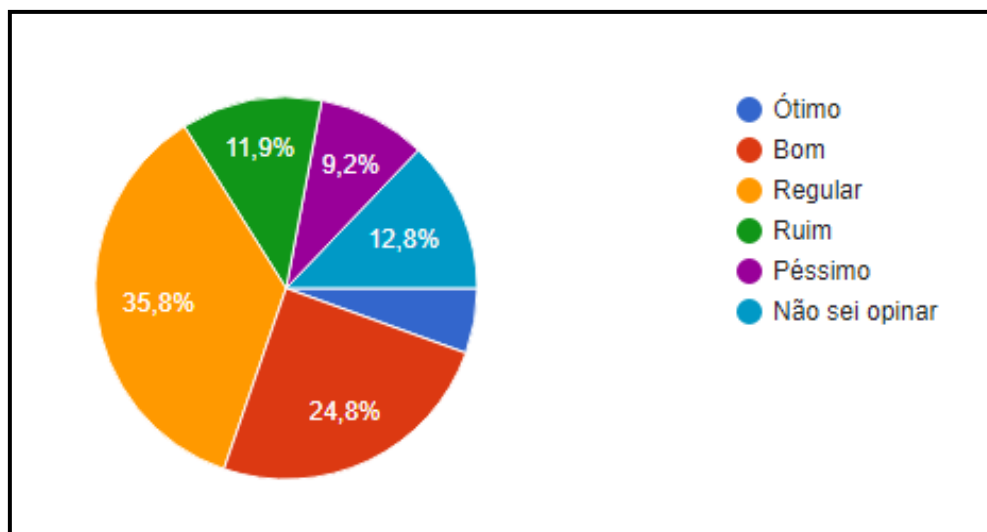
Fonte: Adaptado de Interaction Institute for Social Change | Artist: Angus Maguire, 2017.

Na busca, então, da equidade, dever-se-ia realizar uma gestão do turismo que garantisse uma distribuição de maneira equilibrada dos benefícios decorrentes do turismo entre todos os agentes socioambientais deste fenômeno, considerado as diferenças existentes entre eles em termos de necessidades, condições, direitos, deveres, intencionalidades etc.

A partir das visitas de campo realizadas nos ELP de Recife, na ocasião da realização de algumas ações como Recife Antigo de Coração, Ciclofaixa de Turismo e Lazer, RECférias em Boa Viagem, bem como na realização dos eventos programados no Marco Zero e no Parque D. Lindu, notou-se a predominância de um público mais abastado. No momento da realização destes eventos, o espaço livre público (que deveria ser de todos!) passou a ser exclusivo, prioritariamente, das classes mais abastadas, em função das novas territorialidades ocasionadas pelos eventos *turísticos*.

Sobre como a gestão das ações da SETUR-L está sendo avaliada pelos agentes socioambientais do turismo, apenas 5,5 % avaliam-na como sendo ótima e 24,8% avaliam-na como boa (gráfico 13):

Gráfico 13 - Avaliação do desempenho da SETUR-L nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife

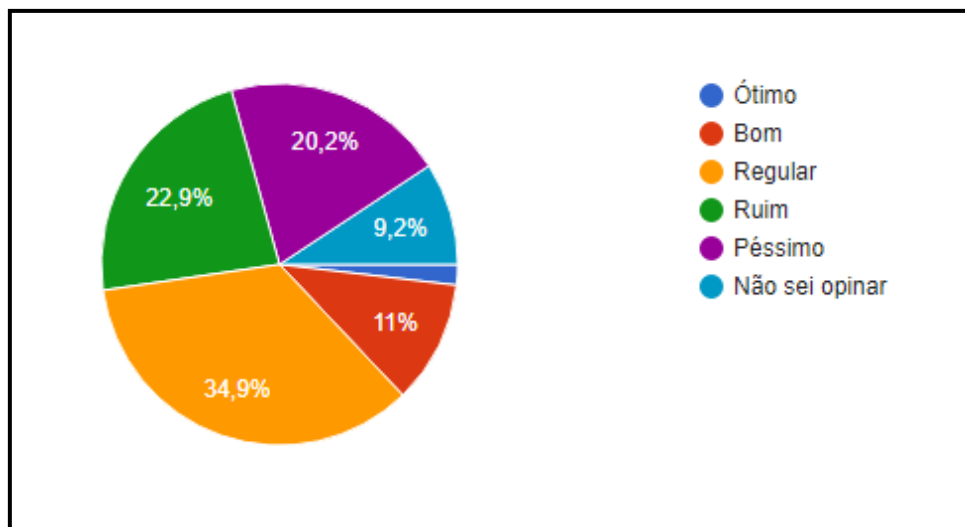


Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Nota-se que mais da metade dos respondentes avaliam o desempenho da referida Secretaria nos últimos quatro anos como sendo regular, ruim e péssimo (56,9%), denotando que, apesar de algumas ações serem bem aceitas por alguns segmentos da população local e pelos visitantes de acordo com os dados da própria SETUR-L em seus relatórios de gestão, o órgão precisa melhorar principalmente no que tange à gestão pois os agentes socioambientais do turismo não estão plenamente satisfeitos.

Considerando a interdependência do trabalho das OPT para a efetividade da gestão do turismo em Recife, foi avaliado, também, o desempenho do Governo do Estado de Pernambuco, através da SETUREL-PE (gráfico 14).

Gráfico 14 - Avaliação do desempenho da SETUREL-PE nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife

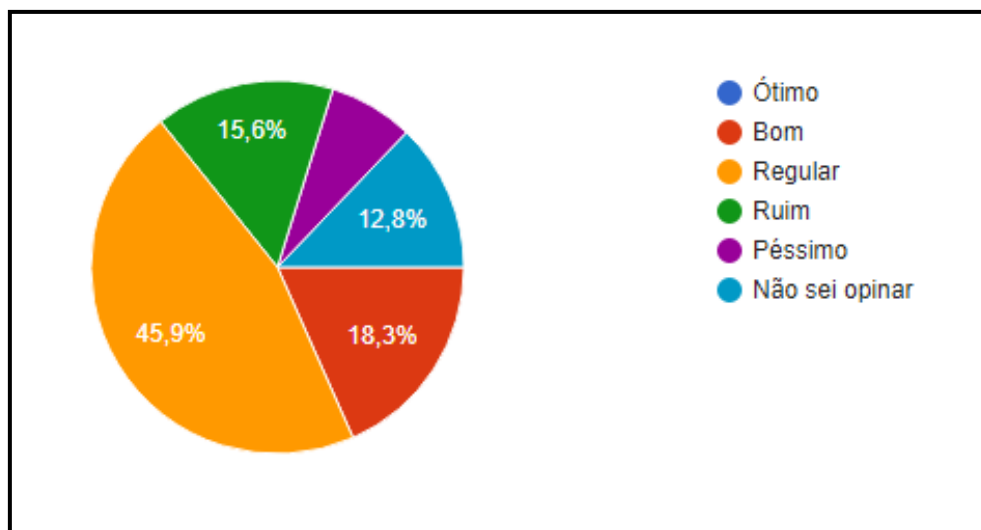


Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

O governo do estado de Pernambuco foi avaliado como sendo a pior OPT no que diz respeito ao desempenho na realização das ações voltadas ao turismo, totalizando 78% entre regular, ruim e péssimo. Isso se deve, entre outros fatores, ao histórico da gestão do turismo realizada pelo governo do estado, que gerou uma certa descrença por parte dos agentes socioambientais do turismo em relação ao trabalho realizado pelo referido órgão.

Considerou-se, também, o desempenho do Ministério do Turismo (Mtur), ocasião segundo a qual se observou que os agentes socioambientais do turismo consideram o desempenho do Mtur um pouco melhor em relação à gestão do governo do estado de Pernambuco. Embora, perceba-se um elevado índice de avaliações regular (45,9%), ruim (15,6%) e péssima (7,3%) (gráfico 15).

Gráfico 15 - Avaliação do desempenho do Ministério do Turismo nos últimos 4 anos (2013-2016) pelos agentes socioambientais do turismo de Recife

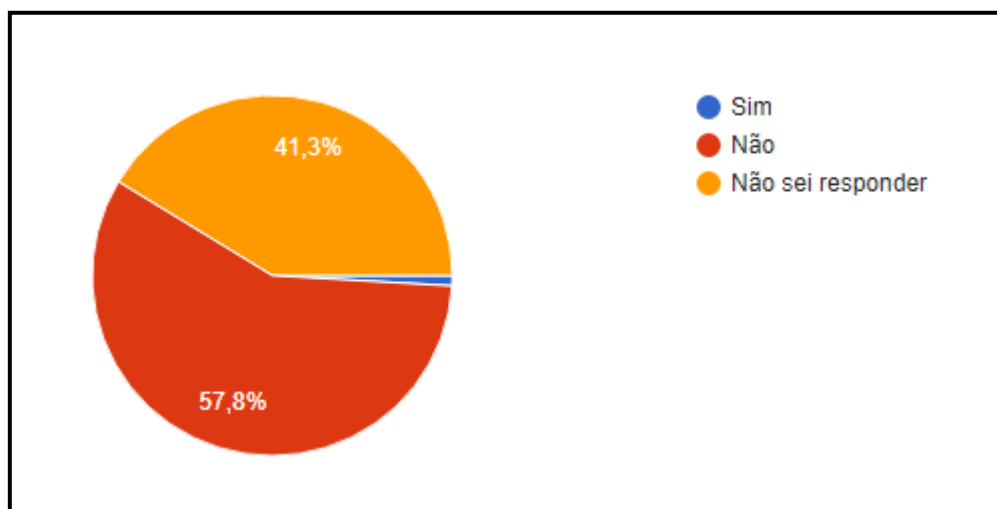


Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Surgiu uma questão a partir da avaliação negativa das OPT por parte dos agentes socioambientais do turismo: não seria o momento da SETUR-L repensar a sua gestão do turismo, estabelecendo um melhor diálogo com a SETUREL-PE e o MTUR, no sentido de promover o prometido desenvolvimento local sustentável da cidade, através da oferta de opções de lazer voltadas à coletividade da população, inclusive, aos mais pobres que são historicamente excluídos da totalidade da cidade e negligenciados pelo poder público em diversos setores, e que, portanto, mais precisam da oferta de lazer por parte do poder público? Ademais, os pobres não possuem condições financeiras de consumirem as opções privadas de lazer como, por exemplo, usufruir do conjunto de bares e restaurantes do Recife Antigo e de Boa Viagem; ou seja, resta a este grupo à vivência do lazer dentro do ambiente domiciliar através da televisão, som e/ou internet (quando estes tem a possibilidade de tê-la em casa) ou “o passear” pelos ELP da cidade (parques, praças, praia, calçadão, andar nas ruas “olhando o mundo” etc.)

Outra questão que surge associada à (não) oferta de ELP acessível e de qualidade para todos os segmentos da população recifense, seria relativa ao direcionamento territorial dado às ações da SETUR-L. Isso porque, como já evidenciado as ações concentram-se nos espaços turísticos já estabelecidos da cidade. Quando questionados sobre isto, 57,8% dos respondentes afirmaram que o conjunto de ações da SETUR-L (2013-2016) não conseguiu atingir todos os bairros que compõem as 6 RPA da cidade e nem os 96 bairros da cidade, 41,3% não souberam responder e apenas 0,9% afirmaram que as ações conseguiram atingir à totalidade (gráfico 16).

Gráfico 16 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo sobre se o conjunto de ações da SETUR-L (2013-2016) conseguiram atingir a todos os bairros que compõem as 6 RPA da cidade e os 96 bairros da cidade



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Neste contexto, cabe evidenciar as falas dos respondentes que apontaram que as ações da SETUR-L (2013-2016) não conseguiram atingir a todos os bairros:

“Não atendem a cidade na sua totalidade. Infelizmente, como citado, a gestão pública, muitas vezes é pautada pelos interesses do partido ou coligação”.

“Por ser uma cidade grande, desorganizada, desestruturada e extremamente violenta em alguns bairros, fica difícil atingir todos os bairros de forma efetiva. A maioria dos eventos e projetos são em bairros específicos e distantes, não havendo uma unidade entre bairros X e Y. Alguns outros bairros conseguem integrar pessoas de bairros e recortes sociais completamente diferentes, como o Recife Antigo e o Largo de Santa Cruz”.

“Nem de longe. Nem os recifenses sabem onde fica Pau Ferro. Na verdade, os recifenses sequer conhecem os 96 bairros. Pensam que Setúbal é bairro, sequer sabem da existência de Ponto de Parada. Política de Turismo, atualmente é Recife Antigo e Boa Viagem. O resto sequer é Recife”.

“Imagino que há um privilégio das RPAs 1 e 6 em detrimento das outras

“Só as áreas turísticas”.

“Há ações no meu bairro, porém ele é muito extenso e não consegue atingir como um todo, sem um conhecimento prévio pode-se pensar que nada existe”.

“Raramente chegam à periferia”.

“As políticas de Turismo do Recife só compreende uma área específica da cidade, zona sul BOA VIAGEM e Recife Antigo”.

“Ainda a muito a ser feito, principalmente nos bairros mais descentralizados”.

“A maioria dos projetos fazem uso de espaços próximos a bairros de classe média a alta ou o Centro histórico da cidade” (FALA DOS RESPONDENTES, 2016-2017).

Destarte, a gestão do turismo em Recife não contempla, de fato, a coletividade social da totalidade da cidade restando as demais áreas, que não constitui o “miolo turístico da cidade” (Recife Antigo, Boa Viagem), e aos menos favorecidos as “migalhas do turismo.

Isso nos leva a dizer que se continua distante da teoria da gestão colocada no nosso referencial teórico, segundo a qual a gestão do turismo deverá a totalidade do território da cidade em que ele acontece e beneficiar equitativamente todos os agentes socioambientais do turismo.

Tal constatação, possui uma relação indireta com à questão da violência e do medo urbanos nos ELP recifenses. Relação esta que não deve ser desconsiderada pela Academia, muito menos negligenciada pelo setor público!

Nesse contexto, a SETUR-L deve empenhar esforços em começar a gerir o turismo considerando a totalidade da cidade e, sobretudo, os ambientes mais pobres da cidade. Isso porque, quem necessita, de fato, das ações públicas de lazer gratuitas é exatamente a população mais pobre que não teria condições financeiras para financiar as opções privadas de lazer e que, em alguns casos, coincide com o indivíduos excluídos que se encontram envolvidos com o crime (os agentes dos CVP e CVLI praticados nos ELP “turísticos”).

Cabe lembrar que o criminoso que geralmente é oriundo das áreas mais pobres da cidade, de uma realidade de escassez, inclusive em termos das necessidades básicas vitais (alimentação, saúde, educação, emprego, renda) não dispõe de ELP propícios à vivência do seu lazer em seus alugares de vida, sequer de condições psicológicas para isso.

Este mesmo indivíduo, que não foi incluído socialmente – e/ou se acha na condição de precariamente incluído - através das oportunidades de emprego “prometidas pelo turismo”, sofre ele mesmo algumas formas de violência que o setor público, em parceria com a ação política de toda sociedade, poderia e deveria evitar através da gestão dos turismo nos ELP na totalidade da cidade: 1. Não se tem a efetiva garantia de emprego e renda, através da fábula do turismo, a este indivíduo historicamente marginalizado que se sente, portanto, lesado mais uma vez pelo poder público; 2. Não possui ELP de qualidade com atividades recreativas em seus locais de vida (alternativas gratuitas de lazer); 3. Resta ao “marginalizado” assistir a apropriação dos espaços livres públicos privilegiados da cidade pela população mais abastada e por visitantes (os “forasteiros” que chegam para usufruir da melhor fatia da cidade que, constitucionalmente, este morador é quem deveria ter direito).

Assim, aguça-se um sentimento de raiva por parte dos excluídos, notadamente pelas sucessões de injustiças em decorrência do privilégio dos moradores mais abastados, do setor empresarial do turismo, e do próprio poder público que prefere implementar ações para “proteger-se” dos marginais com estratégias coercitivas de segurança pública e privada. Isso acontece ao invés de entender e praticar o turismo como uma das alternativas que podem, junto a outras, vir a contribuir à prevenção da violência. Cabe ressaltar que para isto, faz-se

necessário uma gestão do turismo que promova a justiça social nos locais em que ele acontece.

Desse modo, se por um lado o contexto de violência e do medo continua a existir e, em alguns casos, a agravar-se, visitantes tornam-se presas fáceis e bastante oportunas para o “marginal” descarregar toda a sua raiva e indignação traduzindo-se pelo conjunto de violências por ele sofridas. Paralelamente, este visitante, também, torna-se alvo para a busca de uma oportunidade de se enquadrarem no padrão de consumo imposto como realidade ideal pela lógica dominante da cultura capitalista.

Nesse contexto, o turista torna-se sinônimo de oportunidade para possuir os seus objetos de desejo prediletos: “o celular do ano”³³ – modelo mais atualizado de *smartphone*, “a lupa de marca” – óculos escuro, “a máquina” – relógio geralmente grande e dourado, “o cordão” – corrente geralmente grossa que pode ser de prata ou de ouro; afinal, o “marginal”, apesar de excluído, também está sob a égide da cultura capitalista. É importante salientar que o indivíduo fora da lei não é apenas vítima, pois ele encontra, no momento de fúria, algo propício para materializar todos os seus atos de perversidade, que nasceram em um cenário de faltas (materiais e emocionais) e foram sendo nutridos ao longo do tempo.

Não obstante, é sabido que segundo o Código de Ética do Turismo, o fenômeno deverá traduzir-se em algo benéfico para os lugares em que ele acontece e, principalmente para as pessoas que fazem parte dos lugares do destino turístico:

Artigo 5: O TURISMO, ATIVIDADE BENÉFICA PARA OS PAÍSES E AS COMUNIDADES DE DESTINO

1. As populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais relacionados, especialmente na criação direta e indireta de emprego do local. 2. As políticas turísticas se organizarão de modo a contribuir com a melhoria do nível de vida da população das regiões visitadas e corresponder às suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e a forma de exploração das estações e dos meios de hospedagem turísticos buscarão uma ótima integração nos contextos econômico e social locais. Com igual importância se priorizará a contratação de mão de obra local. 3. Será dada particular atenção aos problemas específicos das zonas litorâneas e dos territórios peninsulares, assim como das frágeis zonas rurais e de montanha, onde o turismo representa com frequência uma das poucas oportunidades de desenvolvimento ante o declínio das atividades econômicas tradicionais. 4. Em acordo com a normativa estabelecida pelas autoridades públicas, os profissionais de turismo, e em particular os investidores, executarão estudos de impacto de seus projetos de desenvolvimento no entorno e nos ambientes naturais. Da mesma forma, facilitarão com a máxima transparência e com a objetividade pertinente toda informação relativa aos seus programas futuros e suas consequências previsíveis e favorecerão o diálogo sobre seu conteúdo com as populações interessadas (OMT, 1999, p. 5-6).

³³ Tanto os dados sobre mais recentes (2017) de CVP da SDS quanto os obtidos a partir da pesquisa empírica deste estudo demonstram que o roubo de celular é o campeão entre os crimes apontados pelas vítimas.

Portanto, não obstante a necessidade de se ter uma gestão do turismo que promova o desenvolvimento local pelo turismo, sobretudo pela relevância do papel positivo deste fenômeno no meio ambiente dos lugares de interesse turístico, ainda há muita dificuldade no que tange ao respeito ao citado Código de Ética.

Por fim, cabe lembrar que a gestão do turismo, através do direcionamento e aplicação (não) consequentes do recursos por parte das OPT, contribuirão para aumentar ou para diminuir as violências e dos medos identificados nos ELP da cidade.

5.3 Alguns dados sobre violência e medo e seus reflexos em espaços livres públicos de Recife

Sobre os responsáveis pela segurança dos espaços livres públicos em Recife, destaca-se o papel de algumas instituições, dentre as quais se destacam: a Guarda Municipal do Recife, a Polícia Militar de Pernambuco e a Polícia Civil de Pernambuco.

A Guarda Municipal do Recife, fundada em 22 de fevereiro de 1893, sendo a mais antiga do país, tem como missão resguardar o patrimônio e os equipamentos públicos da cidade, como parques, praças e museus, entre outros. Além da função de cuidar do patrimônio, atua também como brigada ambiental e na fiscalização do trânsito. O trabalho é feito com equipes fixas ou através de patrulhas móveis. Os seus agentes também atuam na segurança de eventos da prefeitura como em inaugurações e sendo apoio a Polícia Militar durante o Carnaval (RECIFE, 2016).

A Polícia Militar de Pernambuco surgiu através do Decreto Imperial, datado de 11 de junho de 1825, firmado pelo Imperador D. Pedro I, possui atribuições e responsabilidades com relação à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, cabendo a ela o policiamento ostensivo e preventivo. Cabe destacar que, no âmbito desta instituição, tem-se a Companhia Independente de Apoio ao Turista (CIATur), responsável pela segurança pública voltada diretamente ao fenômeno turístico, atuando na segurança pública de eventos “turísticos” e, especialmente, das áreas do Recife Antigo e Sítio histórico de Olinda (PERNAMBUCO, 2017 a).

A Polícia Civil de Pernambuco surgiu com o Decreto do Governo Provisório de 13 de abril de 1817, tendo a missão de investigar as infrações penais e desenvolver as atividades de Polícia Judiciária e Administrativa com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo segurança à sociedade e preservando a paz social. É através da Delegacia de Polícia do Turista, instaurada em 30 de novembro de 2004, que o turista pode prestar queixas de roubo,

furtos e agressões, emitir certidões de perda de documentos e providenciar investigações (PERNAMBUCO, 2017 b).

Apesar da atuação destes três órgãos responsáveis pela segurança pública em Recife, teve-se um aumento crescente quanto ao número de ocorrências dos tipos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), entre os anos de 2013, 2014, 2016 e 2016 na cidade (tabelas 5 e 6).

Os Crimes Violentos Contra o Patrimônio são todos os crimes classificados como roubo, exceto o roubo seguido de morte (latrocínio), que já é contabilizado nos indicadores de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI). Sendo roubo o ato de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outro, mediante grave ameaça ou violência à pessoa (ou não), ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência (CEARÁ, 2016).

Os Crimes Violentos Letais e Intencionais são os crimes violentos que têm em comum o fato de produzir a morte da(s) sua(s) vítima(s), que agrupa o homicídio doloso, o roubo seguido de morte (latrocínio) e a lesão corporal seguida de morte (PERNAMBUCO, 2015).

Tabela 5: Evolução anual dos números de ocorrências de CVP em Recife – janeiro de 2013 a dezembro de 2016

CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO (CVP) EM RECIFE (2013-2016)			
2013	2014	2015	2016
20.516	25.656	32.800	41.438

Fonte: Indicadores criminais da SDS/PE, 2017.

Tabela 6 - Evolução anual dos números de ocorrências de CVLI em Recife – janeiro de 2013 a dezembro de 2016

CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS EM RECIFE (2013-2016)			
2013	2014	2015	2016
452	514	571	658

Fonte: Indicadores criminais da SDS/PE, 2017.

Ao mesmo tempo, ao fazer um panorama da violência nos municípios brasileiros, Waiselfsz (2016, p.41) destaca diferentes e/ou novas configurações de focos de violência, além dos já tradicionais - centrados nas capitais e regiões metropolitanas, com destaque para “**Municípios de Turismo Predatório**: Localizados, principalmente, na orla marítima, atraem turismo de fins de semana flutuante e altamente predatório”.

Segundo ainda Waiselfsz (2016), o número de homicídios por arma de fogo vem aumentando em Recife. De 510 homicídios em 2013, a cidade passou para 554 homicídios em 2014, aumentando 8,6% quanto ao número de homicídios, ocupando 14º posição no ranking das capitais com as maiores taxas de homicídios por arma de fogo (HAF) nas capitais brasileiras.

Cabe lembrar que em 2004 Recife já era a primeira neste ranking. (quadro 8).

Quadro 8 - Ranking do número de homicídios por arma de fogo nas capitais do Nordeste, com destaque para Recife (2004/2014)*


Capital	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2
Aracaju	167	139	168	128	141	166	147	194	264	276	313	87,4	13,4
Fortaleza	422	562	606	754	712	765	1.139	1.174	1.718	1.998	2.026	380,1	1,4
João Pessoa	203	239	262	310	346	431	515	575	499	479	464	128,6	-3,1
Maceió	442	511	775	818	898	759	878	902	761	811	710	60,6	-12,5
Natal	74	117	131	185	202	246	254	303	356	419	437	490,5	4,3
Recife	1.147	1.128	1.166	1.144	1.078	937	726	708	615	510	554	-51,7	8,6
Salvador	589	864	964	1.166	1.633	1.747	1.558	1.405	1.367	1.268	1.102	87,1	-13,1
São Luís	142	139	152	206	239	314	311	368	456	658	717	404,9	9,0
Teresina	97	106	138	120	103	129	149	182	234	283	346	256,7	22,3
NORDESTE	3.283	3.805	4.362	4.831	5.352	5.494	5.677	5.811	6.270	6.702	6.669	103,1	-0,5



Fonte: WAISELFSZ, 2016, p.30. Processamento Mapa da Violência 2016. *2014: dados preliminares.


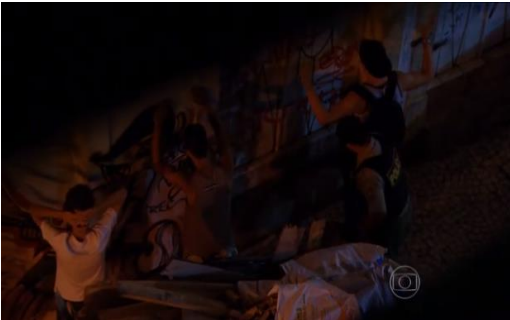
Nota: Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014. *Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014.




Esse aumento do número HAF em Recife foi diretamente proporcional ao aumento da violência e do medo verificados nos espaços livres públicos também com vocação turística de Recife, tal como mostra o quadro 9 através do próprio cotidiano no qual o turismo acontece na cidade.




Quadro 9 - Síntese de notícias sobre violência e medo envolvendo ELP e turistas em Recife

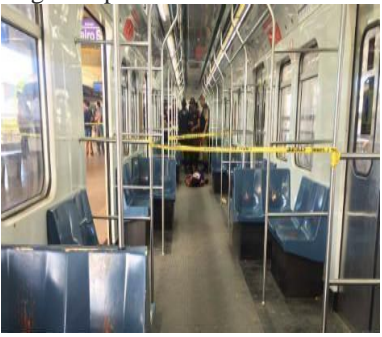

2013		
TÍTULO DA MATÉRIA	FONTE / DATA	TRECHO DA NOTÍCIA
<p>Assalto: Turistas em perigo na Casa da Cultura.</p> 	<p>Blog do Turismo de PE</p> <p>25/08/2013</p>	<p>Ônibus da Lück Viagens, sofreu mais um assalto em frente a Casa da Cultura no centro do Recife, onde somente o motorista do ônibus teve seus pertences roubados, numa atitude de coragem o mesmo, não deixou que os turistas fossem assaltado. Os assaltos nesta localidade são constantes e devido a esses assaltos, os guias não querem mais trabalhar nesta área.</p>
<p>Mapa colaborativo expõe áreas com ocorrência de assaltos no Recife: os usuários cadastraram denúncias de assaltos, furtos, arrombamentos e até sequestros.</p> 	<p>Diário de Pernambuco</p> <p>16/08/2013</p>	<p>No mapa do Recife já foram registradas 160 denúncias e a maioria se trata de furtos e assaltos à mão armada. Os bairros com maior concentração de ocorrências são Recife Antigo, Boa Vista, Madalena, Cidade Universitária e Boa Viagem. Marcadores coloridos identificam os variados tipos de denúncia.</p>
2014		
TÍTULO DA MATÉRIA	FONTE E DATA	TRECHO DA NOTÍCIA
<p>Por conta da violência, recifenses desistem de brincar o carnaval: Pesquisa do IPMN revela que boa parte da população deixa de ir às ruas por causa da insegurança</p> 	<p>Leia já</p> <p>15/02/2014</p>	<p>Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau (IPMN), sobre a expectativa do recifense quanto à comemoração. Dos 624 entrevistados, 62,7% não pretendem brincar o carnaval este ano. Deste grupo, 18,5% garantiram que o principal motivo para evitar sair às ruas é a violência característica da época. Questionada sobre o que poderia melhorar o carnaval de Recife e Olinda, mais da metade da população citou “mais segurança” (52,8%) como medida fundamental.</p>


<p>Japonês é assaltado no Recife, mas consegue pegar pertences de volta: O turista foi roubado no Centro da capital e amigo correu atrás de assaltante.</p>	<p>Portal G1 16/06/2014</p>	<p>O turista japonês foi assaltado quando passeava na Avenida Dantas Barreto, no Centro do Recife, e conseguiu pegar os pertences de volta. Ele estava com um amigo, também japonês, quando dois homens tomaram a bolsa dele e saíram correndo. Dentro da bagagem estava uma câmera fotográfica e um livro com informações turísticas sobre a capital.</p> <p>Uma viatura do 16º Batalhão da Polícia Militar passava pelo local e fez a prisão do homem, que foi levado para o Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel). Em depoimento, o acusado, de 36 anos, informou que é do Maranhão e trabalhava no Porto de Suape. Ele queria dinheiro para comprar crack. Conforme a delegacia, o turista estava hospedado em Olinda e prestou depoimento com o suporte de um intérprete do Consulado do Japão. Na perseguição, o turista teria ficado machucado, mas o ferimento não foi grave.</p>
<p>Maranhense é preso por assaltar turistas japoneses no Centro do Recife.</p> 	<p>NE 10 TV Jornal 16/06/2014</p>	<p>A polícia prendeu um maranhense acusado de roubar dois turistas na Avenida Dantas Barreto, no Centro do Recife. Anixon Bezerra de Oliveira, de 37 anos, teria fugido com a bolsa das vítimas quando se deparou com uma viatura da Polícia Militar. Um dos turistas correu atrás do suspeito e conseguiu recuperar os pertences.</p> <p>De acordo com a polícia, Anixon estava sob efeito do crack e cometeu assalto para comprar mais drogas. O maranhense foi levado ao Centro de Triagem de Abreu e Lima (Cotel).</p>
<p>Pais de Sami Khedira são assaltados no Recife, afirma jornal alemão.</p> 	<p>Globo Esporte 29/06/2014</p>	<p>Doris, de 46 anos, e Lazhar Khedira, de 53, queriam conhecer Recife na véspera da partida, no último domingo. E por isso deixaram o hotel onde estavam sem consultar as recomendações de segurança da agência de viagem da DFB (Federação Alemã de Futebol). Segundo a publicação, dois homens em motocicletas observavam o casal atentamente e praticaram o assalto com armas de fogo. Lazhar e Doris não reagiram e entregaram pertences como carteira, relógio, joias e telefones celulares.</p>

<p>Imagens mostram consumo de drogas e brigas no Recife Antigo: Traficantes e consumidores de drogas agem abertamente no bairro do Recife Antigo, um dos pontos turísticos mais movimentados da cidade.</p> 	<p>G1 Jornal Nacional</p> <p>12/12/2014</p>	<p>Os usuários preparam os cigarros de maconha sem pressa. Ninguém se preocupa em esconder nada. A cocaína também é consumida livremente. As câmeras de monitoramento da Secretaria de Defesa Social não inibem a ação dos criminosos. Existem duas instaladas nas principais ruas onde os traficantes e consumidores de drogas agem abertamente. Sob o efeito das drogas os baderneiros promovem violência. Os arrastões são frequentes. A correria é generalizada. Um policial tenta conter o tumulto e dá um tiro para o alto. Nas raras abordagens da polícia, os suspeitos são revistados e liberados em seguida. E com isso a Violência volta acontecer.</p> 
<p>Homicídios aumentam no Grande Recife durante o carnaval: Número de crimes letais cresceu 4,2% em relação ao mesmo período de 2013.</p>	<p>O Globo.com</p> <p>07/03/2014</p>	<p>O índice de crimes violentos letais intencionais aumentou 4,2% no Grande Recife em relação ao mesmo período de 2013. Mas como houve redução de criminalidade no interior, a quantidade dos chamados CVLIs caiu 6% em todo o estado em comparação com os números registrados no carnaval do ano passado. Pernambuco teve 63 homicídios registrados em 2014, contra 67 de 2013, quatro mortes a menos do que no carnaval anterior. De acordo com o mapa fornecido pela SDS, a quantidade de homicídios se manteve na capital, aumentou na região metropolitana (4,2%) e caiu no interior (15,2%). O Recife teve 10 homicídios no carnaval de 2014, mantendo-se o mesmo patamar de 2013. Na região metropolitana – formada de 14 cidades –houve uma morte a mais: 25 contra 24. E no interior, foram 28 mortes em 2014, contra 33 do mesmo período no ano passado, o que ajudou nas contas da redução geral desse tipo de crime. O número de visitantes aumentou, assim como os focos de folia, que cresceram 10% no estado e 29% no Recife, em relação a 2013. O número de visitantes em Olinda subiu de 2,5 milhões em 2013 para 2,7 milhões em 2014, variação de 8%. Já em Recife, o aumento foi de 13%. Foram 718 mil turistas no ano passado contra 810 mil em 2014.</p>

2015		
TÍTULO DA MATÉRIA	FONTE E DATA	TRECHO DA NOTÍCIA
<p>Turistas assaltadas no Cais José Estelita: Duas belgas foram abordadas por um homem armado com uma faca.</p> 	<p>Diário de Pernambuco 13/10/2015</p>	<p>Após desembarcarem na Capital do Recife as amigas Sarah Hansotte de 23 anos, e Laura Uerlings de 24 anos, foram surpreendidas pela violência de um homem que as ameaçou usando uma faca no Cais José Estelita, bairro de São José, área central do Recife.</p> <p>O assaltante, que vestia uma bermuda laranja, levou uma pochete que Laura usava. O criminoso chegou a agredi-la e só fugiu quando uma equipe do Diário, que passava no local, desceu do carro e foi em direção às turistas.</p> <p>O assaltante não foi localizado. Na pochete de Laura, estavam R\$ 200, 40 euros, cartão de crédito, identidade e um iPhone. O celular não tinha senha de bloqueio. Durante a investida, Sarah chegou a arrancar uma faca tipo peixeira que o criminoso usava quando ele levantou a arma branca para ferir a amiga.</p>
<p>Após assalto no Recife, turistas franceses recuperam câmeras de até R\$ 28 mil: Dois homens foram presos e outro está foragido; ação criminosa aconteceu no Recife Antigo.</p> 	<p>NE 10 – Uol 29/12/2015</p>	<p>Dois homens foram presos na madrugada desta terça-feira (29) na Comunidade do Pilar, área central do Recife. Os mesmos confessaram participação no assalto a um casal de turistas franceses na Praça do Arsenal, no Bairro do Recife. As vítimas foram o casal Lola Paprocki Rupin e Roman Boris Bertil Cadre. Eles foram ameaçados com uma faca e tiveram documentos, celulares e duas câmeras fotográficas roubadas.</p> <p>Após ter os equipamentos recuperados na manhã de ontem, o casal de franceses embarcou em direção a Salvador. Os acusados presos foram autuados por roubo e receptação qualificada. Eles aguardam audiência no Centro de Observação Criminológica e Triagem Professor Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, no Grande Recife.</p>
<p>Briga, tiros e muita correria em arrastão no bairro do Recife Antigo.</p> 	<p>NE 10 TV Jornal 12/01/2015</p>	<p>Um cinegrafista amador registrou imagens da violência que reina nas próximas ao Marco Zero, enquanto várias pessoas tentam se proteger na frente de um prédio, um rapaz chega a ser agredido por três homens, de um total de 15.</p> <p>O 16º Batalhão da Polícia Militar, responsável pela área, confirmou que quatro arrastões fora registrados no Recife Antigo e que policiais militares precisaram efetuar disparos ao alto para conter um dos tumultos. De acordo com a polícia, 30 pessoas foram detidas, dentre essas, 12 foram levadas para Central de Plantões no Bairro de Campo Grande.</p>

<p>Recife lidera ranking de homicídios em Pernambuco: Jaboatão ficou em segundo lugar nos índices, que teve ao todo 309 assassinatos no Estado.</p> 	<p>NE 10 TV Jornal 04/02/2015</p>	<p>Recife lidera o número de ocorrências no ranking de homicídio em Pernambuco. Jaboatão ficou em segundo lugar nos índices, que teve ao todo 309 assassinatos no Estado. Esses dados tiveram registro em janeiro deste ano e teve um aumento de 24%, cerca de 60 mortes a mais em relação ao mesmo período em 2014.</p>
<p style="text-align: center;">2016</p>		
TÍTULO DA MATÉRIA	FONTE E DATA	TRECHO DA NOTÍCIA
<p>Turista sérvia é esfaqueada nas proximidades do Porto do Recife: Violonista de 31 anos chegou à cidade em navio que atracou no porto. Pretendia realizar um passeio quando foi atacada por dois assaltantes.</p> 	<p>Portal G1 Pernambuco 02/04/2016</p>	<p>Segundo relato da cantora lírica brasileira Thayana de Azevedo, também vítima do assalto, a amiga sérvia ficou bastante assustada na hora da abordagem e gritou bastante. "Ela chegou a cair no chão e um dos assaltantes ficou puxando sua bolsa. Foi quando ele puxou a faca e a acertou na cabeça", relatou a brasileira. Além da bolsa, as duas turistas também tiveram os celulares levados pelos criminosos. O golpe atingiu a cabeça da turista sérvia de raspão e provocou um corte profundo no couro cabeludo. Nas imagens divulgadas pela jornalista Taciana Góes, prima de Thayana, é possível ver grande quantidade de sangue pelos braços e pernas da violonista. Tanto Thayana quanto Vera fazem parte de um grupo de músicos que se apresenta durante as viagens do MSC Poesia.</p>
<p>Dupla Suspeita de assaltos é presa na Estação Ipiranga do metrô do Recife: Com eles foi apreendido um simulado de revólver calibre 38.</p>	<p>Diário de Pernambuco 03/10/2016</p>	<p>A dupla detida no dia 03/10/2016, foi encaminhada para Central de Flagrantes da Capital. Uma da vítima teve que ser encaminhada para delegacia, afim de se fazer o reconhecimento dos suspeitos.</p>
<p>Assalto em estação de metrô termina com vigilante morto e três suspeitos presos: Um vigilante do Metrô Recife foi morto após reagir a um assalto dentro da Estação Ipiranga.</p> 	<p>Sistema Jornal do Comércio de Comunicação. 29/08/2016</p>	<p>Três suspeitos tentaram roubar a arma do segurança, o qual tentou se defender e foi baleado na cabeça. Momentos após o crime, o GATI (Grupo de Ações Táticas Intinerantes), deteve os três suspeitos, próximo à estação, dentre eles havia um menor de idade.</p> <p>De acordo com um amigo do segurança, a vítima estava na guarita, quando foi abordada. Segundo relato dos passageiros o clima de insegurança é constante no metrô, "as estações de metrô sofrem com a crise de insegurança pública da cidade e os trabalhadores estão à mercê da bandidagem".</p>

<p>Sindicalista diz que violência no metrô do Recife tende a piorar. Somente num dia, uma pessoa foi morta, outra baleada e outras brigaram pelos trilhos.</p> 	<p>Sistema Jornal do Comércio de Comunicação.</p> <p>23/05/2016</p>	<p>A situação do metrô do Recife tende a piorar, segundo o Presidente dos Metroviários de Pernambuco (Sindmetro-PE), Diogo Moraes. No dia anterior um fugitivo foi morto por um policial que estava no metrô. Segundo a imprensa, o fugitivo tentou obter sucesso em seu assalto e foi surpreendido por um policial que se encontrava no vagão e reagindo a sua conduta. Conforme a assessoria, em 2016 foram registrados 119 ocorrências em todo o sistema e, em 2015, 171.</p>
<p>Metrô do Recife registrou 19 assaltos e furtos este ano: Mulher foi agredida após reagir a assalto no metrô.</p> 	<p>NE10 Notícias</p> <p>05/04/2016</p>	<p>Segundo acesso ao vídeo demonstra a insegurança para os passageiros. De acordo com os dados da operadora do metrô na capital pernambucana, do início do mês até o dia 05, já foram registrados 19 assaltos e furtos. Entre essas ocorrências, 10 foram na linha Centro e nove na linha Sul. A Companhia Sindical teve que apresentar um cronograma para a implantação de um plano de segurança para o metrô, onde estão previstas no documento protocolado ações como a realização de concurso público para a área e a contratação de vigilantes.</p>
<p>Arrastão gera confusão no Parque Dona Lindu: Briga entre grupos de jovens causou tumulto.</p>	<p>Jornal do Comércio</p> <p>03/04/2016</p>	<p>Segundo informes, uma briga entre jovens causou momentos de medo para frequentadores do Parque Dona Lindu, em Boa Viagem - Recife. O arrastão foi contido pelos Guardas Municipal. Quatro viaturas foram enviadas ao local para apaziguar a situação. Cinco jovens foram detidos e, em seguida, liberados. Eles tiveram um atrito entre eles, mas os guardas chegaram, conversaram e resolveram a situação. Segundo relato da Advogada Millena Axiotes que presenciou o fato e disse ter visto "cenas de terror". Ela conta que é frequente esses arrastões e que são causados por adolescentes. Ainda disse que os bandidos correram o parque inteiro e que não tem presença de policiais no local.</p>
<p>A violência do Recife no Carnaval.</p>	<p>Blog do Fernando Machado</p> <p>10/02/2016</p>	<p>O Carnaval do Recife e Olinda morreu. Os responsáveis pela festa em ambos municípios precisam repensar a fórmula. Não há estrutura, segurança, transporte, nada! Os foliões muitas vezes precisam sair andando até o Rio Mar para conseguir um taxi. Os moradores já não desejam brincar o carnaval e já chegaram ao ponto de não indicar mais a Cidade. O jornalista Thiago Guimarães em seu facebook disse: "Nunca mais na minha vida passo um Carnaval em polos de folia nas cidades do Recife e Olinda". Ainda relata que as atrações é uma forma</p>

		sútil que o coordenador do Carnaval do Recife encontrou para boicotar o Encontro dos Blocos. Eu sai tonto do cheiro da maconha e assistir muita porrada das gangs e cadê os ônibus ou táxis.
Número de assaltos a ônibus cresce 38% no 1º semestre, afirma SDS: os dados são referentes ao comparativo com mesmo período de 2015. Este ano, foram 506 casos; ano passado, grande recife teve 366 crimes.	Blog Grande Recife- Mobilidade Pernambuco 20/07/2016	No primeiro semestre de 2016, a Secretaria de Defesa Social (SDS) registrou, oficialmente, 506 assaltos a ônibus no Grande <u>Recife</u> . Isso representa um aumento de 38,2% em relação ao mesmo período, de janeiro a junho de 2015, quando o estado notificou 366 ocorrências. Em todo o ano passado, a polícia contabilizou 799 casos. Os números revelam a dimensão do problema enfrentado diariamente por passageiros, motoristas e cobradores.
Grande Recife registra 34 assaltos a ônibus em 11 dias: alguns assaltantes usam de violência e armas no momento do crime. 	Portal G1 Pernambuco 29/01/2016	De um dia pro outro foram registrados seis assaltos a ônibus na Região Metropolitana do Recife. As linhas Barro/Macaxeira, TI/Tancredo Neves, Estação Cavaleiro/Jaboatão, Cohab/Cabo e um BRT foram roubados nas últimas 24 horas. Desde o <u>reajuste no preço das passagens</u> , que entrou em vigor no dia 18 de janeiro, 34 coletivos foram assaltados na RMR. Está se tornando frequente as ações dos bandidos, nessa localidade. Em nota a Polícia Militar afirma que está promovendo reuniões com o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Pernambuco (Urbana) para planejar um conjunto de ações ostensivas que venham a diminuir os crimes. Ainda segundo a corporação, duas operações de prevenção e policiamento ostensivo já estão em vigor.
Quarta-feira: A violência desenfreada no Recife e no Estado.	Blog do Robson Sampaio 05/04/2016	Gerou repercussão o caso de uma turista esfaqueada na região central do Recife, no último fim de semana. Mais uma vez na Casa de José Mariano, durante a reunião plenária, o vereador Jurandir Liberal (PT) criticou a situação de violência na cidade e refletiu sobre as consequências que ela traz para o turismo. Objetivando obter uma solução pra essa população que tanto sofre com a violência.
Assalto a ônibus termina com passageiro e suspeito feridos no Recife: De acordo com o Sindicato dos Rodoviários foram registrados 756 casos de 1º de janeiro a 10 de		Um passageiro e um suspeito acabaram feridos após um assalto a ônibus registrado no Recife. Dois homens e duas mulheres entraram no coletivo que fazia a linha Cidade Universitária / Várzea, em uma parada de ônibus na Avenida Guararapes,

junho.	Diário de Pernambuco 15/06/2016	quando o veículo chegou na Avenida Caxangá, os quatro anunciaram o assalto, tratando com violência os 10 passageiros que seguiam viagem. Um deles foi esfaqueado na barriga. O motorista percebeu a aproximação de uma viatura da Polícia Militar e fez sinal para que os PMs percebessem a ação criminosa. A viatura passou a perseguir o coletivo, dando início à troca de tiros entre os policiais e um dos assaltantes, armado com um revólver. Um dos suspeitos foi baleado. O outro, que estava armado, conseguiu fugir. As duas mulheres foram presas. Suspeito e passageiros feridos foram socorridos para o Hospital Getúlio Vargas (HGV).
--------	------------------------------------	---

Fonte: Sites de notícia local.

Este aumento generalizado da violência e do medo verificados em Recife nos últimos quatro anos, identificados através das informações retratadas no quadro anterior, impacta negativamente no que diz respeito ao uso dos ELP da cidade, prejudicando o conter do turismo.

Nesse contexto, são prejudicados os visitantes (turistas e excursionista), que poderiam conhecer belos espaços da cidade e, sobretudo, o bem estar dos recifenses que necessitam de áreas de lazer gratuitas seguras para manterem sua qualidade de vida.

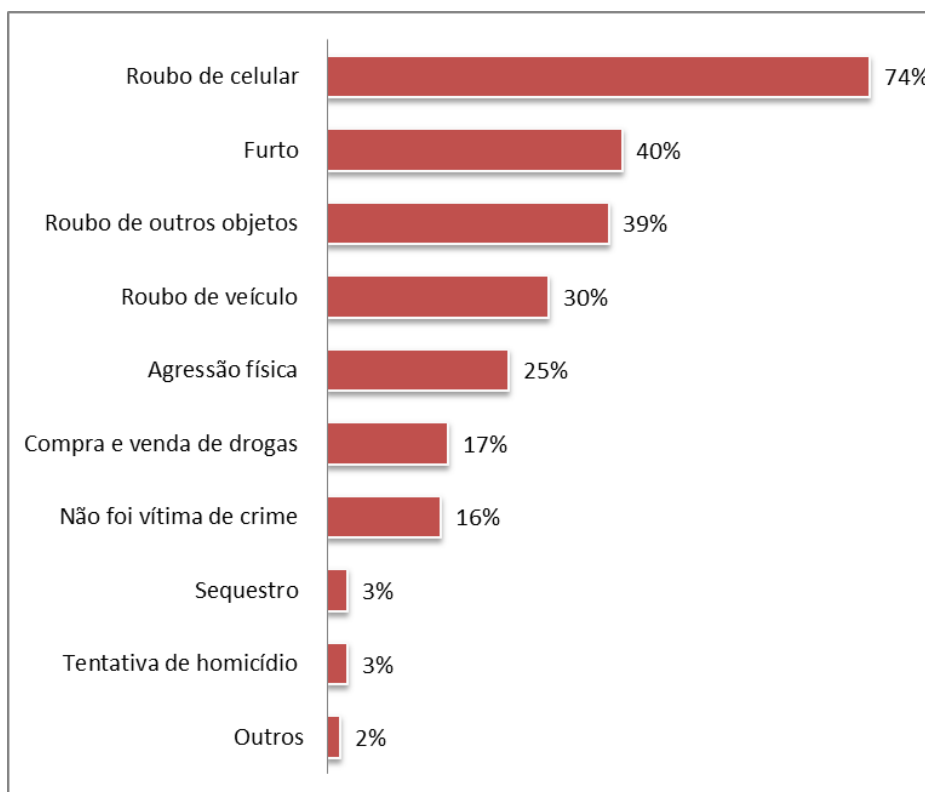
A partir das informações adquiridas através da pesquisa empírica identificou-se alguns *hotpoints* da violência nos ELP de Recife.

Cabe destacar que esta criminalidade violenta foi identificada, sobretudo, nos bairros Recife, Boa Viagem e no chamado centro expandido da cidade, com destaque para Boa Vista e Santo Amaro. Esta espacialização coincide exatamente com as principais áreas turísticas de Recife. O chamado “miolo turístico de Recife”, que tem sua dinâmica socioespacial diretamente afetada em função da presença de visitantes; sejam estes, visitantes dos outros bairros da cidade, de cidades circunvizinhas ou de outros estados e/ou países³⁴ (figura 10).

Os principais tipos de ocorrências apontadas foram: roubo de celular, furto, roubo de outros objetos (a citar: bolsas, relógio, carteira, bicicleta etc.), roubo de veículo, agressão física, compra e venda de drogas, sequestro e tentativa de homicídio (gráfico 17).

³⁴ Cabe lembrar que alguns autores da área de turismo defendem a existência de “turistas locais”. Segundo esta concepção, os moradores que vivem em outros bairros da cidade ou em cidades circunvizinhas e que utilizam para fins de lazer e/ou compras os atrativos e/ou equipamentos e serviços turísticos da cidade estaria realizando turismo.

Gráfico 17 - Principais tipos de ocorrências relatadas pelos agentes socioambientais do turismo de Recife

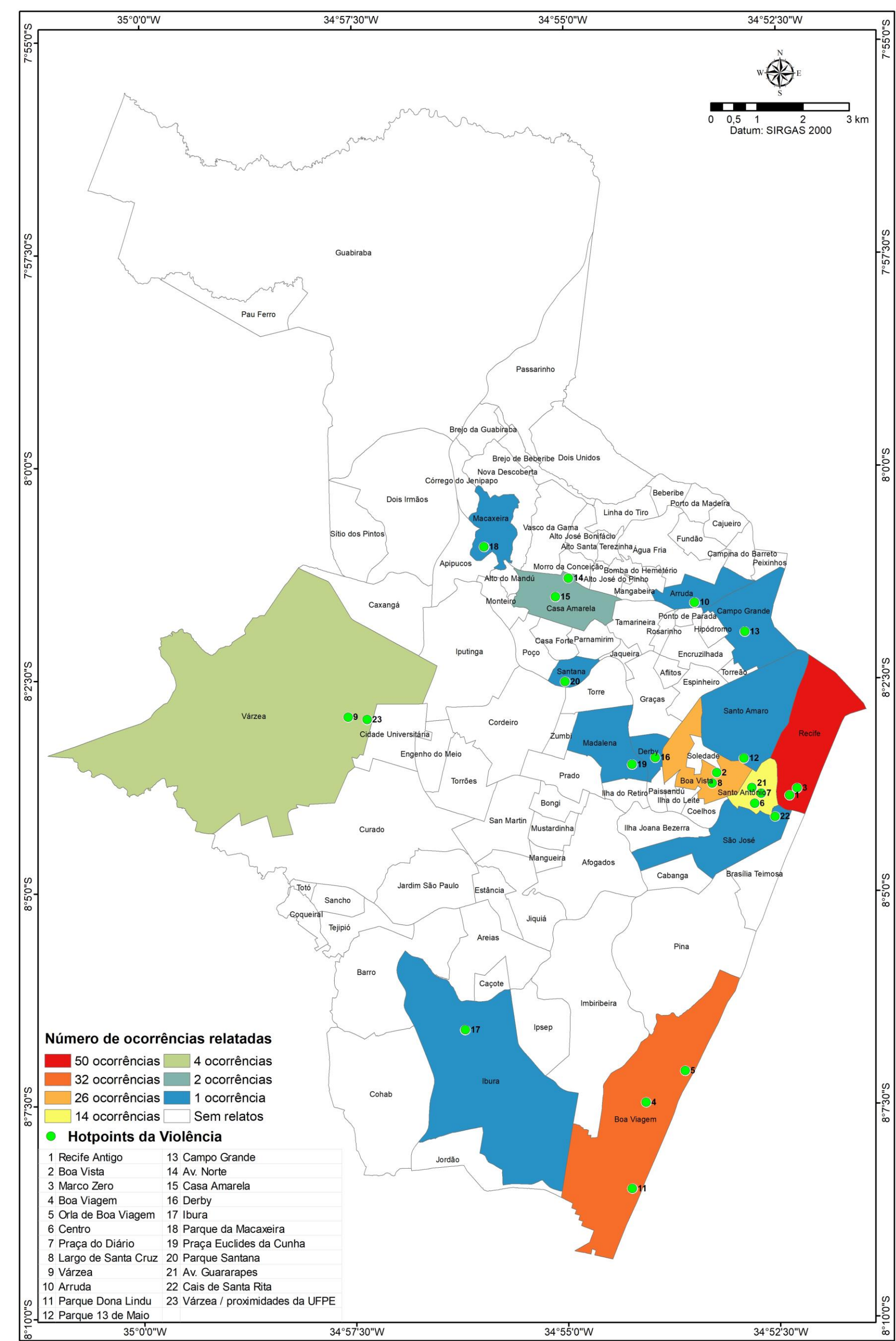


Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

A caracterização dos tipos de ocorrências apontadas caracteriza, em certa medida, a violência sofrida pelas pessoas nos ELP de Recife, possuindo, também, uma relação com o forte imaginário do medo presente na vida daqueles que necessitam e/ou se aventuram utilizar os ELP da cidade para fins de lazer.

Cabe esclarecer, ainda, que estas ocorrências apontadas contemplam as situações de violência sofridas tanto pelos respondentes da pesquisa quanto por parentes e/ou amigos próximos a eles nos últimos quatro anos (2013-2016).

Figura 10 - Situação geográfica dos hotspots da violência de Recife por bairro, segundo número de ocorrências, identificados nos ELP



Fonte: Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Nota-se que os bairros Recife e Boa Viagem, considerados na sua totalidade, foram identificados como sendo os principais *hotpoints* da cidade (1º e 2º locais em que mais aconteceram ocorrências, respectivamente).

Percebeu-se que dentro de um mesmo bairro existem ELP que, também, destacam-se por ter um elevado número de ocorrências: é o caso do Marco Zero (Praça Barão do Rio Branco) no bairro do Recife e da Orla de Boa Viagem (calçadão e a praia) no bairro Boa Viagem. Esta informação torna-se relevante, no sentido de se pensar em estratégias para garantir a segurança também a partir destes ELP.

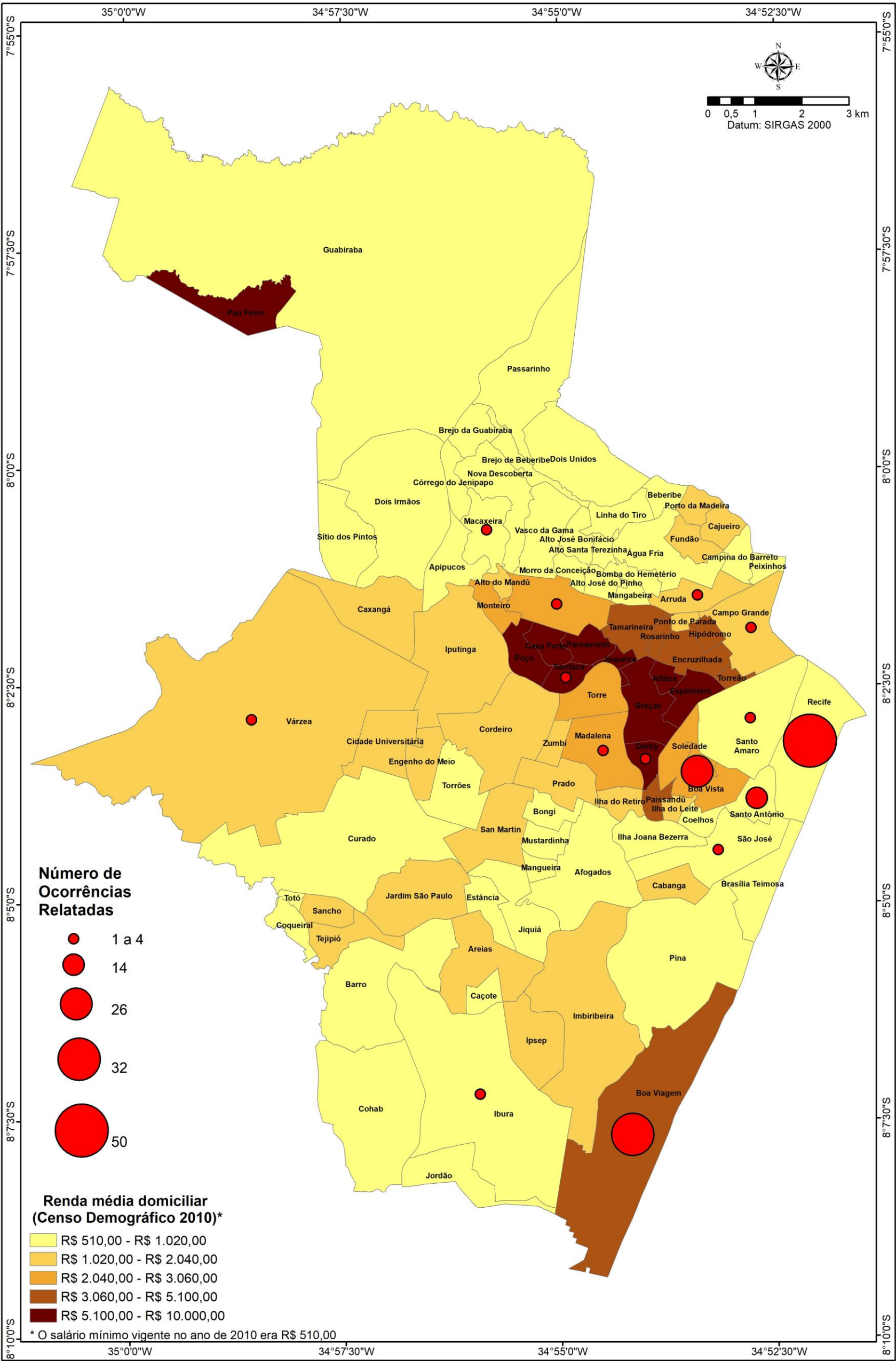
Percebe-se, também, um elevado índice de ocorrências nos bairros Boa Vista e Santo Antônio (centro da cidade), locais em que se percebe, durante dia, uma grande quantidade de pessoas que são motivadas, sobretudo, pela comércio e serviços; e, durante a noite, pelos bares e casa noturnas voltadas ao entretenimento existentes sobretudo no bairro Boa Vista.

Esta espacialização das ocorrências poderá servir, portanto, as estratégias quanto ao quantitativo e à distribuição de efetivo policial entre e intra ELP com vocação turística que se destacaram no *ranking* de ocorrências (que não é o mesmo da SDS, mas o “sentido na pele” pelo pelos usuários destes espaços); bem como para orientar as estratégias de ações de lazer e recreação que possam vir a ser desenvolvidas nos ambientes tecidos nos espaços ora em apreço, considerando as suas territorialidades específicas.

Se cruzada as informações dos *hotpoints* da violência com aquelas atinentes à renda média dos bairros de recifenses pode-se constatar que existe uma tendência às ocorrências de CVP nos bairros de renda mais elevada.

Cabe, ainda, lembrar que, no caso da renda média do bairro Recife, tem-se a particularidade de que este espaço possui, predominantemente, atividades de serviços, tendo os moradores da Comunidade do Pilar uma forte expressividade no que diz respeito à constituição do referido índice (figura 11).

Figura 11 - Situação geográfica das ocorrências relatadas no contexto da renda média domiciliar, por bairro, de Recife



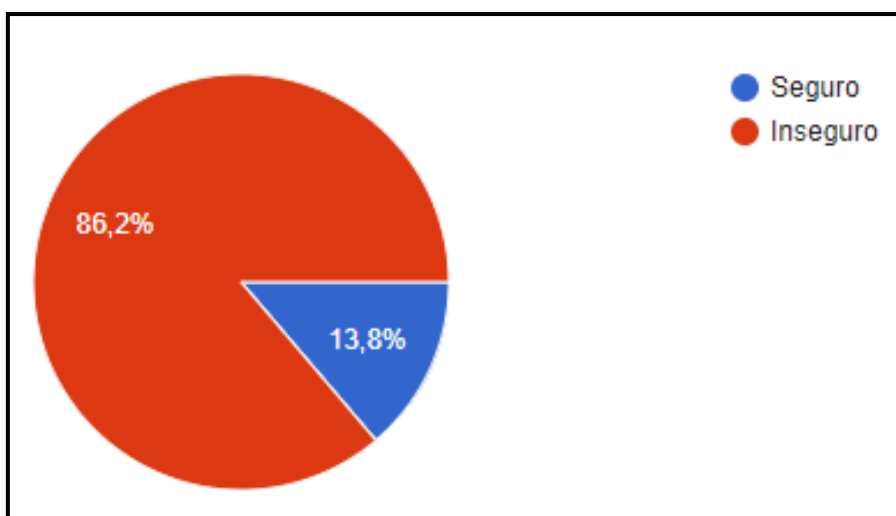
Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes. Dados do IBGE sobre a da renda média domiciliar, por bairro, de Recife (2010).

Esta relação entre alta renda e ocorrências de violência demonstra que existe uma tendência à ocorrência da violência nos bairros de renda elevada, com destaque para os bairros Santana, Derby, Boa Viagem e Boa Vista.

Então, qualquer política pública de turismo tem que ser pensada em associação com a melhoria das condições de vida da pessoas do lugar em que o turismo acontece. Do contrário, a gestão do turismo acaba se materializando no meio ambiente à revelia dos interesses do capital, com grandes chances de se tornar um fator de estímulo ao desdobramento de práticas ilícitas, contribuindo, portanto, para o aumento da violência (simbólica e material) e do medo urbanos.

Quando questionados se ao utilizar os ELP de Recife os agentes socioambientais do turismo sentiam-se seguros ou inseguros, teve-se uma grande maioria (86,2%) que disse não se sentir segura nos ELP da cidade (gráfico 18).

Gráfico 18 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo quanto à sensação de segurança nos ELP de Recife



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Ao mesmo, quando questionados se tinham medo de saírem de casa, andarem nas ruas e de utilizarem os ELP de Recife (praças, parques, ruas, largos, calçadas, orla etc.) 78,9% disseram que o medo aumentou: 13,8% afirmaram que permaneceu como estava; 2,8% considera ter diminuído; e 4,6% não souberam responder. Isto em um cenário em que 81,7% dos agentes socioambientais do turismo apontam que a violência na cidade de Recife, nos últimos anos (2013 – 2016) aumentou, 9,2% afirmaram permanecer como estava, 5,5% não souberam opinar e apenas 3,7% afirmaram que a violência diminuiu.

Os dados no gráfico e no parágrafo anteriores que expressam a atual percepção de risco e do medo latente de utilizar os ELP de Recife, por parte dos agentes socioambientais do turismo de Recife, alertam, portanto, para a urgência de se buscar alternativas concretas à resolução dos problemas da violência e do medo nos espaços livres públicos recifenses. Ademais, como já evidenciado na fundamentação teórica desta tese, os ELP são elementos importantíssimos no contexto da cidade, uma vez que se traduzem em alternativas gratuitas de lazer ao ar livre, que têm o poder de impactar positivamente no desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

Assim, apesar de não ser competência principal dos órgãos públicos de turismo garantir a segurança dos cidadãos e visitantes, tais órgãos são corresponsáveis na gestão dos espaços públicos com vocação turística; o que se faz importante, sobretudo, pelo fato de ser responsabilidade “da pasta do turismo” garantir uma destinação turística segura a seus visitantes (turistas e/ou excursionistas), assim como espaços propícios à prática do lazer seguros à população local.

Ao mesmo tempo, garantir a existência de ELP “vivos”, bem equipados, conservados e seguros no contexto da cidade, e, portanto, ao mesmo tempo, condição e reflexo à (in) existência de uma política pública de turismo.

Diante, portanto, do acima exposto, nota-se que a gestão do território (urbano) ainda não é praticada de maneira interdisciplinar e fazendo valer a necessidade de atingir os territórios como uma totalidade complexa.

Tal constatação estende-se as ações voltadas ao turismo na cidade do Recife que deveriam considerar o caráter transdisciplinar do turismo desenvolvendo uma gestão pautada em um diálogo intersetorial efetivo e na garantia da distribuição equitativa dos benefícios decorrentes do fenômeno turístico entre todos os seus agentes socioambientais.

Ademais, como já discutido também na fundamentação teórica deste trabalho, planejamento e gestão são termos disjuntivos e associativos, de nada adiantando ter um belo planejamento (o que não é o caso, uma vez que os documentos de planejamento turístico existentes nos níveis mundial, nacional, estadual, regional e municipal não contemplam os ELP, quiçá a relação destes com os fenômenos da violência e do medo, como já discutido anteriormente) e não se desenvolver uma gestão efetiva do turismo.

Assim, as políticas públicas de turismo tornam-se um fator-chave à concretização de um planejamento e gestão adequados do turismo, bem como a única alternativa, a

que temos certeza neste momento, que poderia vir a fazer do turismo um fator, efetivo, de promoção de paz; ideia que, como também já constatado nos dois capítulos anteriores, é defendida de forma genérica na literatura e perpetuada de maneira medíocre nos documentos de planejamento do turismo.

6. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO, UMA POSSIBILIDADE! (...) AFINAL, O TURISMO CONTRIBUI PARA AUMENTAR OU DIMINUIR A VIOLÊNCIA E O MEDO NOS ELP DE RECIFE?

Um poder que ao invés de servir é um poder que se serve, este é um poder que não serve! (CORTELLA, 2007.).

A política contemporânea não tem alma – nós o sabemos, ela não tem capacidade de acrescentar algo aos interesses legítimos que representa e aliá-los ao interesse público. E esse “algo” é história, tradição, paixão, valores e ideais, é precisamente o que faz as bandeiras tremularem (BAUMAN; MAURO, 2016).

Como demonstrado ao longo das discussões proferidas até o momento, o turismo enquanto fenômeno socioambiental extremamente complexo, ao mesmo tempo em que possui a capacidade de contribuir para melhorias significativas do lugar em que ele acontece poderá, também, contribuir para potencializar problemas socioambientais já existentes tendo, inclusive, a capacidade de criar novos problemas. Neste contexto, as políticas públicas de turismo (e não planos, programas e projetos executadas aleatoriamente e de modo fragmentado!) são o caminho para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Isso porque, conforme já discutido na fundamentação teórica e reafirmado ao longo de todas as sessões desta tese, uma política pública de turismo, real e em funcionamento, extrapola os limites dos documentos de planejamento (planos, programas e projetos), é muito mais do que um instrumento normativo (“Lei Geral do Turismo – Lei de nº 11.771/08”, “Política Municipal do Turismo de Recife – Lei 9927/68”), e possui, sobretudo, um grande peso ideológico, segundo o qual se deve garantir que o conjunto de ações (a serem) desenvolvidas para o setor deverá materializar no meio ambiente a essência do conceito clássico de *política*, e, portanto, o seu sentido *erga omnes* (o poder na mão de todos!) que resguarda a ontologia do termo. Ou seja, este conjunto de ações deverá ser desenvolvido garantindo a participação democrática e autônoma de todos os agentes socioambientais do turismo, tendo como protagonista o poder público que deverá garantir a distribuição equitativa das responsabilidades e, sobretudo, dos benefícios decorrentes do fenômeno turístico entre todos.

Ao mesmo tempo, a OMT (1999, p.2), lembra que “graças ao contato direto, espontâneo e imediato que permite entre homens e mulheres de culturas e formas de vida diferentes, o turismo *é uma força viva a serviço da paz* e um fator de amizade e compreensão entre os povos”.

Nesta perspectiva,

A formulação e o planejamento de políticas públicas devem ter como pressuposto a obtenção de resultados efetivos que se estendam a toda a sociedade. Em um país com a dimensão e a complexidade do Brasil, o turismo constitui uma atividade econômica com grande potencial de alavancar e contribuir para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico equilibrado, mesmo em distintas condições territoriais.

O potencial de desenvolvimento turístico oferece ao mesmo tempo oportunidade e desafio para a execução de ações de proteção ao meio ambiente e de promoção do seu uso economicamente sustentável, com respeito aos costumes regionais, viabilizando grandes avanços na inclusão social e na distribuição da riqueza.

É nesse contexto que o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 se insere como referência para a política pública setorial do turismo, que deve ter como perspectiva a efetivação do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo (BRASIL, 2013, p.52).

Entretanto, o turismo, quando desenvolvido de modo alheio à dinâmica do lugar em que acontece, pode atuar enquanto um fator de aumento das desigualdades ambientais e, conseqüentemente, como um meio para o desdobramento de práticas ilícitas por parte da população local e de turistas, impactando negativamente no cotidiano de todos.

Na medida em que a população local pobre se vê totalmente excluída da dinâmica socioambiental ocasionada pelo turismo nos ELP “turistificados” da cidade, cria-se um sentimento de desesperança e, em muitos casos, de raiva e revolta por parte da população local. Isso porque, os pobres que não se enquadram no padrão de consumo dos ambientes privilegiados da cidade (que deveriam ser livres e públicos, mas não são!), são empurrados e forçados a permanecerem em seus “guetos” e vivenciarem o lazer em qualquer outro lugar, menos aqueles que se tronaram território dos ricos. Ademais, pobres são “feios”, “mal vestidos” e, portanto, fora do padrão estético tido como ideal na pós-modernidade, “enfeinando” o ambiente dos ELP da cidade que passam a ser exclusivos de cidadãos-consumidores e não mais de todos os cidadãos.

Estes moradores locais sentem-se, portanto, constrangidos em compartilhar o uso dos ELP com ricos e turistas, gerando um sentimento de não pertencimento e de

impotência. Esta mesma população, muitas vezes, não tem, minimamente, suas necessidades básicas vitais garantidas através de habitação, alimentação, saúde, educação (que poderiam ser, inclusive, garantidas através de oportunidades reais de emprego e renda, oportunizadas através do turismo, se este fosse desenvolvido de maneira responsável).

Nesse sentido, cabe destacar uma reflexão sobre vagabundos e turistas, realizadas por Bauman (1998, p. 118-119):

Os turistas se demoram ou se movem segundo o desejo de seus corações. Abandonam o local quando novas oportunidades não experimentadas acenam em outra parte. Vagabundos, porém, sabem que não ficarão por muito tempo, por mais intensamente que o desejem, uma vez que em lugar nenhum em que parem são bem-vindos: se os turistas se movem porque acham o mundo irresistivelmente *atrativo*, os vagabundos se movem porque acham o mundo insuportavelmente *inóspito*. Eles vão para as estradas não quando arrancam a última gota de diversão que as pessoas do lugar podiam oferecer, mas quando estas perdem a paciência e se recusam a tolerar sua presença estranha. [...] Sugiro-lhes que a oposição entre turistas e os vagabundos é a maior, a principal divisão da sociedade pós-moderna. [...] Mas o vagabundo é o *alter ego* do turista – exatamente como o miserável é o *alter ego* do rico, o selvagem é o *alter ego* civilizado, ou o estrangeiro o *alter ego* do nativo (BAUMAN, 1998, p. 118-120).

Percebe-se que um ELP que outrora traduzia-se em um lugar de vida e de práticas de lazer da população local mais pobre, após intervenções urbanas pensadas e materializadas através dos interesses do capital, traduzindo-se em simulacros de melhorias urbanas, passam a reforçar as desigualdades – existentes – impactando no aumento de violência e medo urbano. Assim, a presença do turismo e de turistas em seus lugares de vida acaba traduzindo-se, também, em uma violência com relação às populações que já são historicamente exploradas e excluídas, uma vez que os turistas consomem o que a cidade possui de melhor, inclusive, nos ELP, indo depois embora sem se preocupar com o efetivo desenvolvimento do lugar em que o turismo acontece.

Como alternativa para se combater a ideia de desenvolvimento turístico com foco na obtenção de lucros individuais, Krippendorff (2009) defende a prática de um turismo humanizado por parte de todos dos agentes socioambientais envolvidos com o fenômeno, em que critica o modelo existencial de sociedade industrial baseado no trabalho-moradia-lazer-viagem, em que se busca a evasão do cotidiano para o anticotidiano.

Na ocasião, Krippendorff (2009) defende 23 teses para a “humanização da viagem”³⁵, donde uma delas é “Pregar um turismo ‘suave’ e humano: reconsiderar a escala das prioridades”. Nesta tese, Krippendorff (2009, p.150) lembra-nos que o turismo é de importância vital para um grande número de seres humanos – quer sejam viajantes ou moradores das localidades em que o turismo acontece – defendendo que “o turismo se modifique e se torne melhor”, “as coisas não podem continuar como estão!”

Todos, quer sejam turistas ou vivam do turismo, devem compreender e aceitar uma nova escala de valores. *Caberia desenvolver formas de turismo que tragam a maior satisfação possível a todos os interessados – população local, turistas e empresas de turismo –, mas que não estejam ligadas a inconveniências inaceitáveis sobretudo nos campos ecológicos e social.* Ora, como dizíamos, não procuramos, não encontramos e muito menos realizamos tais formas de turismo. Em outras palavras, uma política de turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo principal: assegurar e otimizar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas e num meio ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone. Isso significa: a política do turismo não estará mais entrada exclusivamente nas finalidades económicas e técnicas, mas também respeitará o meio ambiente e levará em conta as necessidades de todas as pessoas envolvidas. Um turismo que satisfaça essas condições, no meu entender, é um “turismo suave” ou um “turismo adaptado” (em analogia à argumentação em prol da tecnologia adaptada); aquele que obedece apenas às coerções de ordem económica e técnica é o “turismo duro”. Ninguém contestará que foi o “turismo duro” que prevaleceu até o momento, em que todos os lugares e sem nenhuma discriminação. *Para passar do turismo duro ao turismo suave, caberia um ajuste às novas prioridades: a primazia deve incidir sobre o ser humano.* O turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior. O importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não ao contrário. Qualquer evolução, inclusive a do turismo, deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano, e não dos bens materiais. O desabrochar humano deve ser prioridade absoluta. É preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e à ética diante da vida. Não estou invocando um “super-homem ideal”, mas um homem “novo” sendo que o “novo” também pode recorrer aos valores antigos. *Caberia devolver o turismo aos seres humanos, para que ele se torne mais humano.* (KRIPPENDORF, 2009, p. 150-151, grifos no original).

Cabe salientar que uma das maiores contribuições de Krippendorff (2009) é a de que a “desconstrução” de um conceito corriqueiro (o de turismo apenas como uma *atividade de mercado* que gera *lucro* para a localidade em que ele acontece) pode servir para construir uma teoria inteira (a do turismo enquanto um *fenômeno socioambiental complexo* que poderá trazer *benefícios para as pessoas*, quando desenvolvido à luz de uma política pública de turismo, mas que também poderá trazer impactos negativos para

³⁵ Krippendorff (2009) alerta-nos que estas teses devem ser tomadas como “uma via possível, e não como uma cronograma rígido”.

o lugar quando acontece à revelia da cultura capitalista); constatação levada em consideração ao longo de toda esta tese.

Nesse sentido, e, ao mesmo tempo, baseando-se nos direcionamentos enunciados pela OMT (1999), através do Código de Ética do Turismo, defendemos que, no desenvolvimento de uma PPTUR, todos os agentes do desenvolvimento turístico – administrações nacionais, regionais e locais, empresas, associações de classe, trabalhadores do setor, organizações não governamentais, as comunidades receptoras, os órgãos de imprensa, os pesquisadores na área de turismo, os consultores, organismos de todo tipo do setor turístico e também os próprios turistas exercem responsabilidades distintas. Porém, interdependentes, na valorização individual e social do turismo, com destaque para a definição justa dos direitos e deveres de cada um que contribuirá para atingir o objetivo da referida PPTUR.

6.1 Reflexões sobre a (in) existência de uma política pública de turismo em Recife

A partir de análise dos instrumentos normativos responsáveis por orientar o desenvolvimento do turismo em Recife, identificou-se que a cidade possui uma Política Municipal do Turismo desde o ano de 1968, que foi instituída a partir da Lei 9927/1968:

Art. 1º Compreende-se como Política Municipal de Turismo o conjunto de diretrizes e normas integradas no planejamento de todas as iniciativas ligadas à indústria turística sejam elas originárias do setor público ou privado isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento do Município do Recife e da área metropolitana compreendida no que se chama de "GRANDE RECIFE".

Art. 2º As atribuições da Prefeitura Municipal do Recife, na coordenação e no estímulo ao turismo, serão exercidas na forma desta Lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

§ 1º O Poder Executivo orientará a Política Municipal de Turismo, coordenando as iniciativas, de modo compatível com a política nacional de turismo ditada pela Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, a fim de dinamizá-la e adaptá-la às reais necessidades do desenvolvimento econômico e cultural do País;

§ 2º O Poder Executivo, através dos órgãos criados nesta Lei coordenará os programas oficiais e os de iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme orgânico à atividade turística do Município do Recife e de sua área metropolitana.

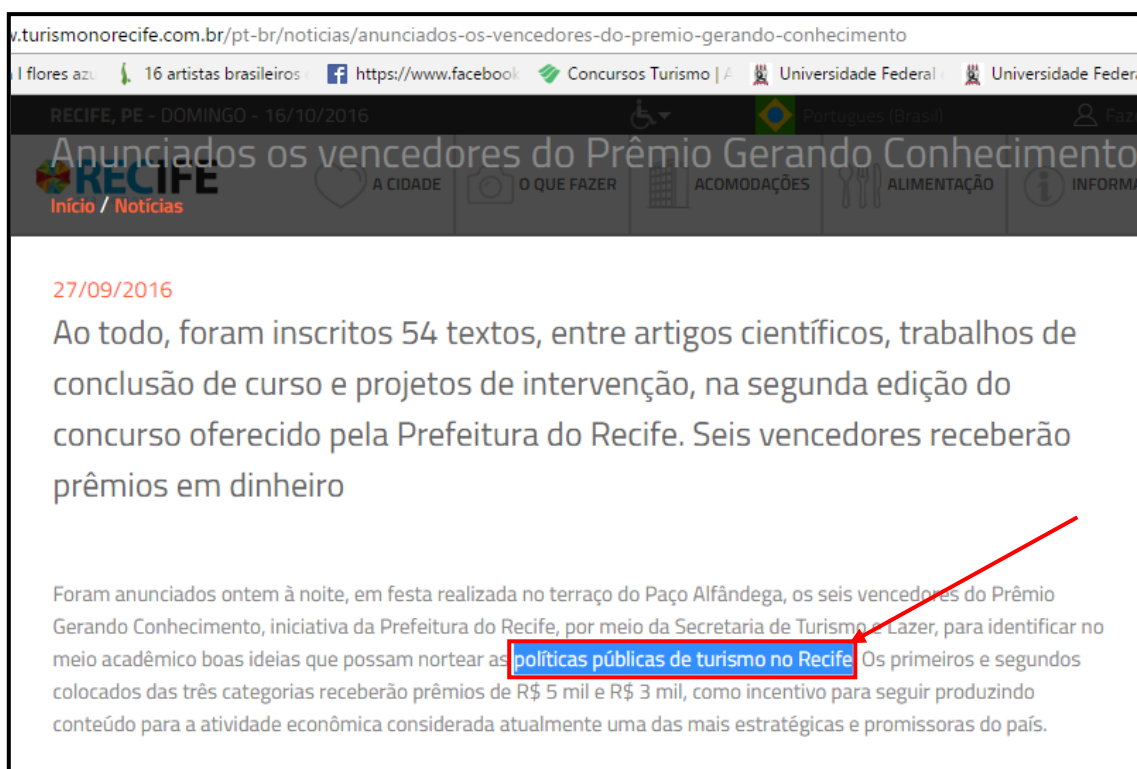
§ 3º O Poder Executivo atuará através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as zonas turísticas da Cidade do Recife as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo (RECIFE, 1968, p. 1).

A referida Lei cria a Política Municipal do Turismo, o Conselho Municipal de Turismo, a Empresa Metropolitana de Turismo da cidade do Recife, além de dar outras providências relacionadas ao setor.

Acontece que, como já evidenciado no capítulo em que se realizou as reflexões sobre os conceitos que a presente pesquisa envolve, uma política de turismo (que geralmente vem sob a forma de uma lei), não é sinônimo de política pública de turismo. Uma vez que a dimensão normativa trata-se apenas de uma das três dimensões necessárias a constituição de um política *pública* de turismo.

Entretanto, através da identificação no texto postado no Portal do Turismo da PCR sobre a entrega do prêmio do “Projeto Gerando Conhecimento”, em outubro de 2016, percebe-se que há um entendimento por parte da SETUR-L que Recife possui uma Política Pública de Turismo (figura 12).

Figura 12 - Notícia que demonstra que a SETUR-L entende que possui PPTUR

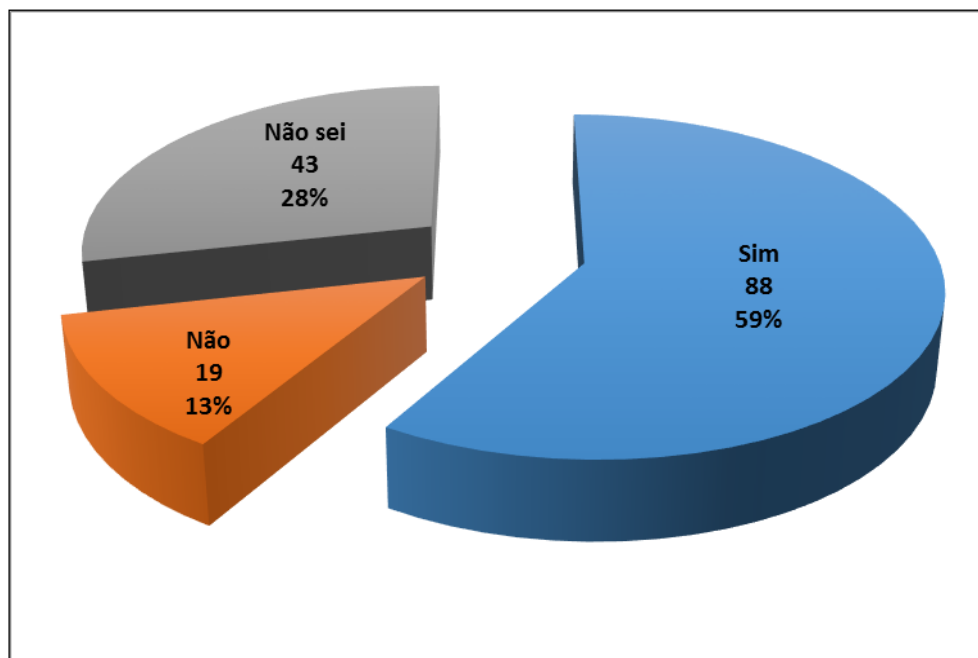


Fonte: Portal Turismo no Recife, 2016.

Da mesma maneira, na pesquisa realizada junto aos agentes socioambientais do turismo, identificou-se, também, que a maioria dos respondentes (59%) entendem que Recife possui uma Política Pública de Turismo, contra 13% que consideram que a

cidade não possui PPTUR, em um cenário em que 28,4% não sabem se Recife possui, ou não PPTUR (gráfico 19).

Gráfico 19 - Opinião dos agentes socioambientais do turismo de Recife sobre se a cidade possui, ou não, uma política pública de turismo



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Os dados do gráfico anterior expressam a falta de conhecimento por parte dos agentes socioambientais do turismo sobre o que, de fato, é uma Política Pública de Turismo. Portanto, não existe clareza desta política entre as pessoas envolvidas com o setor de turismo em Recife. Esta falta de esclarecimento acha-se presente no setor privado (local em que o lucro a curto prazo é a máxima), nas ONG (que têm papel fundamental no turismo para a transformação para melhor do lugar), no dia-a-dia de alguns burocratas que são os principais responsáveis pelo “planejamento” e gestão do turismo da cidade e desemboca na desinformação da população local.

A ausência de tal esclarecimento é um perigo! Isso porque, ao passo que as pessoas desconhecem o real sentido de um PPTUR, elas não se percebem como parte integrante nem, também, como corresponsáveis pelo êxito ou fracasso no desenvolvimento do turismo de seus lugares de vida. Assim, tendem a achar que é de responsabilidade apenas do poder público o desenvolvimento das PPTUR. E, como já discutido anteriormente, TODOS os agentes socioambientais do turismo devem

participar do processo de planejamento e da gestão do turismo que deverá ser crítico, transdisciplinar e visto a partir de uma perspectiva autonomista.

Nesse sentido, faz-se necessário que todos os agentes socioambientais do turismo tomem nota do que, de fato, é uma PPTUR para que possam, inclusive, reivindicar junto ao poder público o seu direito de participar, de maneira autônoma, de todos os estágios inerentes ao ciclo das PPTUR, decidindo o modelo de turismo o qual irá se desenvolver em seus lugares de vida e, inclusive, optar pelo não desenvolvimento do fenômeno em determinados territórios da sua cidade.

Sobretudo, se considerado o atual contexto de “declínio do homem público”, de “erosão da vida pública” e de corrupção, também já discutida nos capítulos anteriores desta tese, e que é endossada por Sennett (2016, p.17-18) ao afirmar que “multidões de pessoas, estão agora preocupadas, mais do que nunca, com as histórias de suas próprias vidas e com as suas emoções particulares; [...] preocupação [que] tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação”.

Além disso, tem-se a particularidade do setor público, em alguns casos, (re) produzir tal desinformação, inclusive, intencionalmente; haja vista que, no movimento pós-moderno de garantir “o bem-estar do meu ambiente” e não “o desenvolvimento sustentável do meio ambiente” através do turismo, a máxima é supervalorizar o desenvolvimento de alguns planos, programas e projetos chamando-os de POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO (em caixa alta!), pois só assim está se trabalhando no sentido de manter o governo que está à frente da gestão da cidade no poder e, conseqüentemente, as regalias individuais.

Cabe, ainda, destacar que os comentários feitos pelos respondentes evidenciam o desconhecimento dos agentes socioambientais do turismo, sinalizando para a não existência de uma PPTUR em Recife (quadro 10).

Quadro 10 - Comentários dos respondentes, quando na identificação de se Recife possui, ou não, PPTUR

Comentários dos respondentes, quando na identificação de se Recife possui, ou não, PPTUR³⁶
Somente estive em Recife uma vez e não pesquisei sobre as políticas públicas da cidade.
No caso de políticas públicas serem um conjunto de ações concatenadas para um fim, de forma fluida, contínua e eficaz, percebemos que a cidade do Recife carece de políticas públicas na área do turismo.

³⁶ Preservou-se, na íntegra, o comentário dos respondentes através dos questionários digitais, visando retratar de maneira fidedigna as informações levantadas.

Entendo com política pública uma ação de logo prazo. Infelizmente a ações que buscam fomentar o turismo local são temporárias e, muitas vezes, presa ao tempo de gestão de um partido ou coligação do poder!

Desconheço se há esse tipo de política.

Há estruturas e projetos municipais, ainda que pontuais, de promoção de atividades na cidade e sobre a cidade.

Não tenho essa informação precisa.

Embora possa haver num papel, há uma certa distância entre estar protegido, e sentir-se protegido. No caso de Recife, nós apenas sabemos que a coisa existe no papel.

Cidade histórica

Sobretudo em ciclos festivos (carnaval, são João)

Intervenções realizadas na cidade.

Nunca procurei saber

Vejo pela TV ações da prefeitura chamando pra ir a praças e eventos.

Deve ter, mas não parece ser o foco apresentá-las de forma acessível aos MORADORES. Falta divulgação na cidade, "má vontade" e despreparo nos setores informativos em alguns pontos turísticos públicos, pouco aproveitamento de uma ferramenta tão massificante como são as redes sociais da prefeitura, no intuito de engajar o público a fazer parte (e números) das ações. E quando há divulgação, parece ser de forma "segmentada" ou "setorizada". Eventos em bairro A não são de conhecimento do bairro C, por exemplo. Em suma, ações relevantes que são imprescindíveis para a prática da atividade turística e que merecem destaque, visto que temos potencial para darmos UNIDADE, expandirmos, desenvolvermos e consolidarmos essas atividades turísticas em Recife, não nos é tão acessível em comparação a cidades do Sul e Sudeste, por exemplo.

Tem investimentos no setor

Tem. Mas é bem fraco.

eu conheço, trabalho na Comunicação da PCR.

Há diretrizes que norteiam a aplicação de esforços e recursos com foco no desenvolvimento do Turismo no Recife. Há o plano municipal do Turismo, planejamento estratégico do principal órgão do município do Recife (Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - SETUREL), entre outros dispositivos que demonstram o fortalecimento de políticas públicas que visam tornar o Turismo do Recife maior e com forte ganhos para a região e toda a população. Há a implantação de importantes ferramentas de gestão da qualidade que monitoram, fiscaliza e, por consequência, dar maior celeridade nas políticas públicas implementadas ou em processo de implementação.

Há movimentação neste sentido. A seretaria de turismo da capital tem projetos pontuais, mas não foca em projetos de longos prazos, salvo alguns.

Não se aplica

Caso o município disponha deste tipo de política, elas não são divulgadas e repassadas aos interessados de forma correta e assertiva.

O município do Recife possui um plano de desenvolvimento de políticas públicas de Turismo. Essas políticas recentemente realizou parcerias público/privada para a revitalização da orla de Boa Viagem, criação de novos voos internacionais vindo de Bogotá, Havana e Santiago no aeroporto internacional do Recife. Programas que que incentivam passeios pelos rios do Recife e etc. Entretanto as ações ainda são modestas.

Tem, só é insuficiente e mal guiada. Pensa na fundamentação dos alicerces do turismo numa grande sacola de ações não inerentes à pasta como se dela fosse e acaba negligenciando a promoção da cidade e dos equipamentos turísticos, sendo incapaz, inclusive, de fomentar e seduzir gestões privadas a explorar o potencial turístico da cidade no ponto de lazer. Na questão de negócios, a questão funciona mais autonomamente e a política pública praticamente nada precisa fazer.

Não pesquisei

Acredito que não dão prioridade.

?

Existem secretarias que trabalham diretamente com o tema

Observo uma série de iniciativas que se voltam a promover pontos turísticos da cidade, e até receber turistas na cidade

Me pareceu que uma secretaria executiva de turismo, imagino que deve exigir uma política Específica para o setor, dado o potencial turístico da cidade.

Pq nunca procurei saber

acredito que a secretaria faça estudos de perfis e mapeie potenciais demandas visando crescimento da esfera turística de lá

Acho que não

Há planejamento e ações educativas de forma geral para os moradores e consequentemente para o turista mesmo que haja falhas.

Vejo algumas propagandas na televisão

Porque existem metas e diretrizes para o desenvolvimento turístico da cidade

tem os projetos de lazer que a prefeitura faz

As ações relacionadas a gestão pública do turismo não contam com a efetiva participação dos envolvidos na atividade. Além disso não há diretrizes claras para o desenvolvimento do turismo na cidade.

Porque prezam a imagem de cidade turística e preservação cultural. Além de estimular projetos voltados para este fim desenvolvendo a economia da cidade.

Falta orientação sobre turismo

Existem projetos e ações

Porquê os espaço sejam culturais e os naturais estão degradados os governos não investe na restauração e também na ampliação dos espaço turísticos, restringindo apenas a uma área da cidade e sendo mais voltada para classe alta. Observando assim a falta de interesse em procurar também incentivar o turismo da cidade com os próprios moradores.

O Recife é uma cidade turística

Porque é nessessário que haja um planejamento adequado e eficiente da atividade.

Nunca pesquisei sobre

Não há divulgação!

Realiza projetos e programas específicos na área.

Porque falta infraestrutura e comunicação

Acredito que sim, pois o turismo deve ser direcionado por meio de políticas que envolvam todos os atores sociais.

Sempre há iniciativa nos períodos festivos ,para receber quem vem de fora

Conheço alguns passeios que são ofertados pela Prefeitura para conhecer o Recife. As vagas são bem limitadas e é muito difícil participar. Além disso, não conheço atividades que incenitvem o turismo.

Nao moro na cidade e nao poderia afirmar

Percebo algumas ações, porém vejo como desarticuladas e insuficientes

Porque possui secretaria de Turismo

Pq utilizei um serviço, em algum momento, de uma atividade gratuita realizada pela prefeitura.

uma cidade grande, histórica e atrativa do ponto de vista turístico

Porque o que? Pergunta mal formulada

Não sei se existe uma política pública, mas se existe precisa ser melhorada ou ao menos colocada em prática.

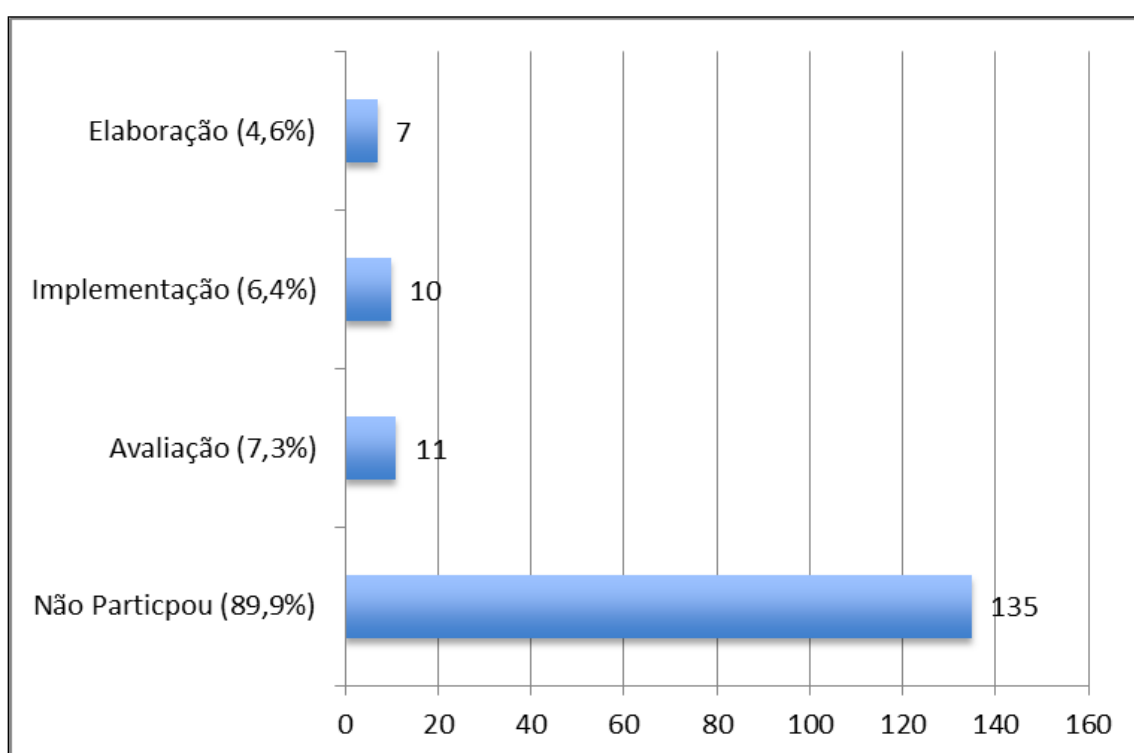
Museus, Centros de Cultura e Artesanato, aluguel de bicicletas, Carnaval etc

Grandes shows e shows com artistas regionais, estímulo ao conhecimento da cidade por projetos como o "olha recife", museus...

Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017.

Ao mesmo tempo, cabe complementar que quando questionados sobre a participação individual e a das instituições das quais os mesmos faziam parte³⁷ no processo de elaboração, implementação e avaliação das ações da SETUR-L, percebeu-se que a grande maioria dos respondentes não participou de nenhuma destas etapas; o que, mais uma vez, enfraquece o discurso de que Recife possui PPTUR (gráficos 20 e 21).

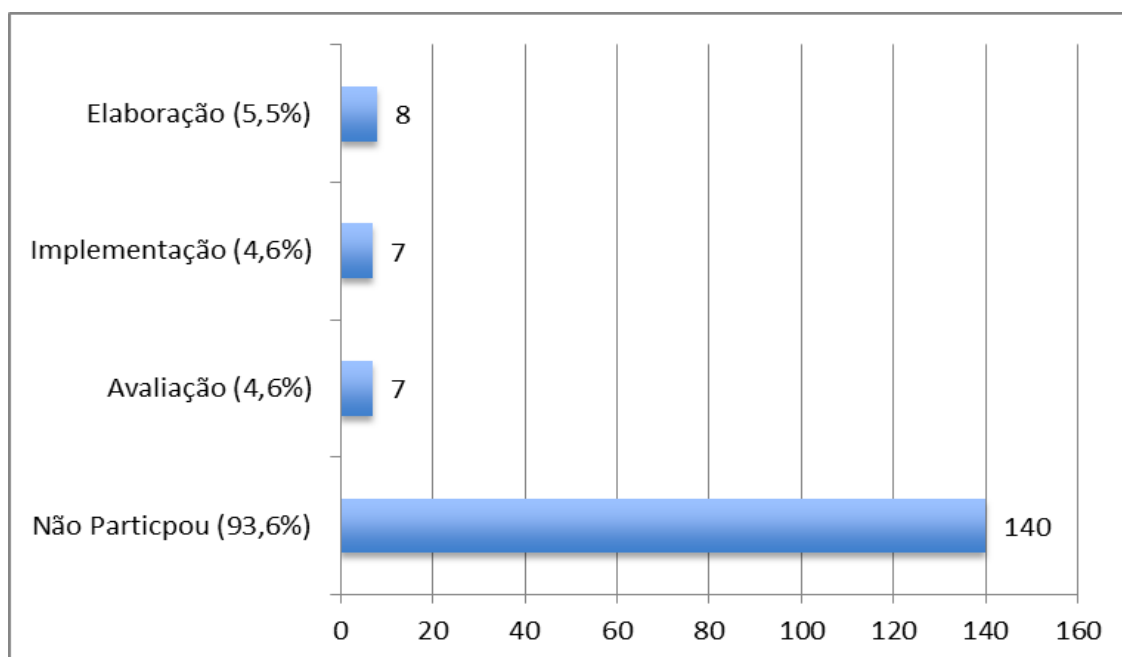
Gráfico 20 - Participação dos agentes socioambientais do turismo nas fases de elaboração, implementação e avaliação nos planos programas ou projetos desenvolvidos pela SETUR-L



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

³⁷ Quando se aplicava.

Gráfico 21 - Participação da Instituição da qual o agentes socioambientais do turismo fazem parte nas fases de elaboração, implementação e avaliação nos planos programas ou projetos desenvolvidos pela SETUR-L



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

A partir dos resultados frutos das reflexões propostas no capítulo teórico desta tese³⁸, da análise dos principais documentos de planejamento para o setor em todos os níveis, bem como da análise empírica da distribuição dos benefícios entre os agentes socioambientais que derivam da gestão do turismo, chegou-se à constatação de que não se tem materializada nos ambientes dos ELP da cidade do Recife uma Política Pública de Turismo (PPTUR).

A PPTUR de Recife existe no discurso dos documentos de planejamento (planos, programas e projetos), dos “políticos” e de alguns agentes socioambientais desinformados, mas não se faz presente, efetivamente, na realidade de vida das pessoas (nem dos moradores locais nem dos visitantes).

PPTUR é muito mais do que a proposição de maneira desarticulada de um conjunto de planos programas e projetos. Transcende a proposição de documentos de planejamento do tipo planejamento estratégico, sendo muito mais, inclusive, do que a mera proposição de um instrumento jurídico intitulado “política de turismo” seja em

³⁸ Considerar as reflexões sobre os conceitos de “Política Pública” e “Política Pública de Turismo” realizados no capítulo teórico desta tese.

nível federal estadual ou municipal. PPTUR é, portanto, um conjunto de ações a serem pensadas e executadas por todos os atores socioambientais do turismo em que é objetivo de todos os agentes socioambientais do turismo, e em maior medida do poder público, agir no sentido de evitar os impactos negativos decorrentes do turismo, garantindo que as benesses advindas do mesmo sejam distribuídas de maneira equitativa.

Cabe reforçar, ainda, que o que irá indicar se o meio ambiente de um município, estado federado ou país possui, ou não, uma política pública de turismo estará associado à resposta das seguintes questões:

1. qual a ideologia do governo, nos níveis nacional, estadual e municipal, que estará responsável por todo ciclo da PPTUR? É um governo que compreende o turismo na sua complexidade e é sensível às causas sociais, ou só percebe o turismo enquanto uma atividade econômica?

2. qual o nível de participação e autonomia dos atores socioambientais envolvidos com o fenômeno turístico (comunidade local, setor público, visitante, setor privado, terceiro setor, mídia, pesquisadores e consultores entre outros) em todo ciclo da PPTUR?

3. partindo do princípio da equidade, quem está, efetivamente, se beneficiando com as ações desenvolvidas pelos governos através dos órgãos oficiais turismo? Todos os atores socioambientais do turismo na mesma medida, ou a “melhor fatia” está sendo entregue a turistas e ao setor privado?

4. qual o poder mais presente nas ações cotidianas percebido no planejamento e gestão realizados pelas pessoas que compõem os órgãos públicos responsáveis pelo turismo: o paterno, o despótico, ou o político? Qual a maior prioridade: os interesses do governo visando uma reeleição futura ou as necessidades do povo? Ademais, os burocratas, independentemente de ocuparem cargos “políticos” ou “cargos técnicos”, são a representação do povo através do exercício do poder político; e como tal, devem justificar o gasto do dinheiro público, desempenhando suas funções de maneira ética e responsável?

5. existem órgãos específicos responsáveis para planejar e gerir o turismo, de modo a considerar a particularidade do fenômeno? Ou a realidade que se tem é a de órgãos mistos e/ou fragmentados em que a necessidade é, muito mais, de gerar um “cabide de empregos”, através da oferta de cargos comissionados?

6. existe um conjunto bem articulado de documentos de planejamento (plano, programas e projetos) por parte do Poder Público, que oriente o desenvolvimento das ações do governo à curto, médio e longo prazos?

7. o que é definido em nível de planejamento, através dos planos, programas e projetos, consideram a complexidade do meio ambiente, de modo a considerar todas as suas dimensões, de modo a garantir a sustentabilidade do destino turístico?

8. o planejamento é, ao mesmo tempo, consistente e flexível e considera a participação ativa e autônoma de todos os atores socioambientais do turismo nas dimensões estratégica, tática e operacional, de modo a garantir o bem-estar ambiental e humano?

9. a gestão pública do turismo resume-se a ações pontuais, tais como a realização de eventos em datas esporádicas (Carnaval, São João, Natal, Festas de Padroeiro etc.), e ao marketing do destino turístico, através da participação em feiras? Ou constitui-se na realização de um conjunto complexo de ações desenvolvidas, considerando a totalidade do destino, através das quais os atores socioambientais do turismo irão se beneficiar equitativamente?

10. existe uma simetria entre o que é planejamento e a gestão entre os governos federal, estadual e municipal?

11. existe uma continuidade das ações?

12. no caso brasileiro, além da Lei Geral do Turismo 11.771 (BRASIL, 2008), existem outros instrumentos normativos (leis, decretos, etc.) que regulamentem o desenvolvimento do turismo nos níveis estadual e municipal? Existem conselhos estadual e municipal de turismo em funcionamento? Desde quando? Como é a sua atuação nas ações realizadas pela administração pública? Pode-se questionar, inclusive, a natureza da própria Lei Geral do Turismo, que é denominada “Política” Nacional do Turismo, em que a maior parte dos artigos são voltadas à perspectiva econômica do Turismo

13. o turismo que está acontecendo na localidade está sendo implementado como um fator ao desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação e preservação do patrimônio natural e cultural? Ou é apenas um meio à (re) produção capitalista do espaço, não respeitando a dinâmica dos ecossistemas locais e os modos de vida de algumas comunidades tradicionais?

O que se tem, portanto, no caso de Recife, é a realização conjunto de ações operacionalizadas pela Secretaria de Turismo e Lazer do Recife que, apesar da boa vontade e do esforço de *alguns* burocratas que compõe, sobretudo, a chamada “mão-de-obra técnica” da referida secretaria, sem maiores resultados positivos na vida dos recifenses. Assim, quando se vai buscar a repercussão material destas “políticas” realizadas pela SETUR-L no meio ambiente, nota-se que Recife, apesar dos avanços verificados no setor, ainda está muito aquém de possuir uma real Política Pública de Turismo em funcionamento.

Como quase totalidade das OPT de turismo brasileiras (federal, estadual e, sobretudo, municipal) continua-se a praticar ações “em foco” descontextualizadas da complexidade do fenômeno e da totalidade da cidade, o que acaba impactando negativamente na dinâmica da violência e do medo dos ELP de Recife, reforçando, ainda mais, o problema da insegurança pública no turismo que já é naturalmente mais expressiva em países onde as desigualdades são maiores.

6.2 O turismo na encruzilhada da violência e do medo dos ELP de Recife ...ainda há esperança?

A partir do aprofundamento teórico, pela análise documental, dos dados secundários e dos dados empíricos, pode-se constatar claramente a relação, indireta e, em alguns casos, até direta, que o turismo possui com os fenômenos da violência e do medo em espaços livres públicos urbanos.

Em termos teóricos, viu-se que grande parte dos autores brasileiros que trataram do tema, mesmo que de forma genérica, apontavam o turismo como sendo um possível fenômeno socioambiental que, quando não devidamente planejado e gerido, poderia impactar negativamente no meio ambiente, constituindo-se em uma condicionalidade ao crime, com destaque para Cooper et. al (2001), Panosso Netto (2013), Lickorisch e Jenkins (2000), já apontados no capítulo de planejamento turístico.

Nos documentos de planejamento, apesar de se trabalhar de maneira equivocada a questão da violência e do medo nos ELP, como já discutida no capítulo em que se fez análise de conteúdo dos principais documentos de planejamento turístico, foi ratificada a latência da questão discutida por hora nesta tese para o setor de turismo.

Através dos dados fornecidos pela Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), ficou claro que a segurança pública é um dos itens mais mal avaliados pelos turistas que visitaram Recife nos últimos quatro anos, tendo sido o terceiro item

mais mal avaliado nos anos de 2013, 2014 e 2015, consecutivamente; e o segundo mais mal avaliado no ano de 2016 (tabelas 7, 8, 9 e 10).

Tabela 7 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2013), com destaque para a segurança

ASPECTOS QUE DESAGRADARAM	MESES (%)				GERAL
	Janeiro	Maio	Julho	Novembro	
Trânsito	23,65	23,84	20,64	49,52	27,61
Limpeza pública	43,01	22,20	16,81	1,07	21,76
Segurança pública	18,26	14,35	6,91	11,05	12,56
Transporte público	2,28	3,74	6,45	4,16	4,24
Pavimentação	0,00	0,00	14,35	0,71	4,22
Saneamento	1,74	4,71	3,91	6,65	4,13
Infraestrutura	1,83	5,16	4,14	2,14	3,52
Preços altos	2,56	2,39	3,22	2,49	2,69
Sinalização das estradas	1,55	3,59	3,38	1,54	2,66
Outros	5,11	20,03	20,18	20,67	16,62

Fonte: Adaptado de EMPETUR – Janeiro, Maio, Julho e Novembro/13 – Base: 4.578 casos

Tabela 8 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2014), com destaque para a segurança

ASPECTOS QUE DESAGRADARAM	MESES (%)				GERAL
	Janeiro	Maio	Julho	Novembro	
Limpeza pública	27,80	20,83	19,26	27,10	23,64
Trânsito	27,69	18,45	17,78	26,48	22,49
Segurança pública	12,54	27,18	14,10	10,98	15,80
Transporte público	5,85	4,27	5,64	6,15	5,52
Preços altos	4,18	2,28	4,54	6,15	4,42
Saneamento	6,17	2,98	3,84	0,39	3,16
Taxista	1,36	2,98	1,96	2,73	2,28
Infraestrutura	1,67	3,37	2,35	1,40	2,17
Atendimento	1,99	1,59	1,33	1,56	1,59
Pavimentação	0,73	0,60	1,80	2,41	1,48
Sinalização das estradas	1,88	1,69	0,23	1,32	1,22
Buracos nas ruas	0,00	1,79	0,70	2,18	1,22
Hospitalidade	1,88	0,79	0,94	0,70	1,04
Clima	0,42	0,40	1,57	1,25	0,97
Outros	5,85	10,81	23,96	9,19	13,01

Fonte: Adaptado de EMPETUR – Janeiro, Maio, Julho e Novembro/14 – Base: 4.526 casos

Tabela 9 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2015), com destaque para a segurança.

ASPECTOS QUE DESAGRADARAM	MESES (%)				GERAL
	Janeiro	Maio	Julho	Novembro*	
Limpeza pública	32,31	30,41	31,71	23,31	29,44
Trânsito	17,57	19,63	16,23	30,41	20,97
Segurança pública	17,33	16,26	13,96	12,48	15,01
Transporte público	4,00	4,93	6,14	4,79	4,95
Preços altos	3,69	4,02	2,52	4,21	3,61
Saneamento	2,20	2,83	4,37	3,72	3,27
Vias de acesso	0,31	2,47	2,35	2,48	1,87
Pavimentação	3,69	0,46	1,51	1,07	1,74
Buracos nas ruas	-	1,92	2,27	1,40	1,36
Infraestrutura	1,18	0,73	1,77	1,49	1,30
Taxista	1,65	1,10	0,34	1,98	1,28
Outros	16,08	15,25	16,82	12,64	15,20

Fonte: Adaptado de EMPETUR - Janeiro, Maio, Julho e Novembro/15 – Base: 4769 casos

*Valores estimados com base nas Pesquisas do Turismo Receptivo do Recife do mês de novembro nos anos de 2012, 2013 e 2014.

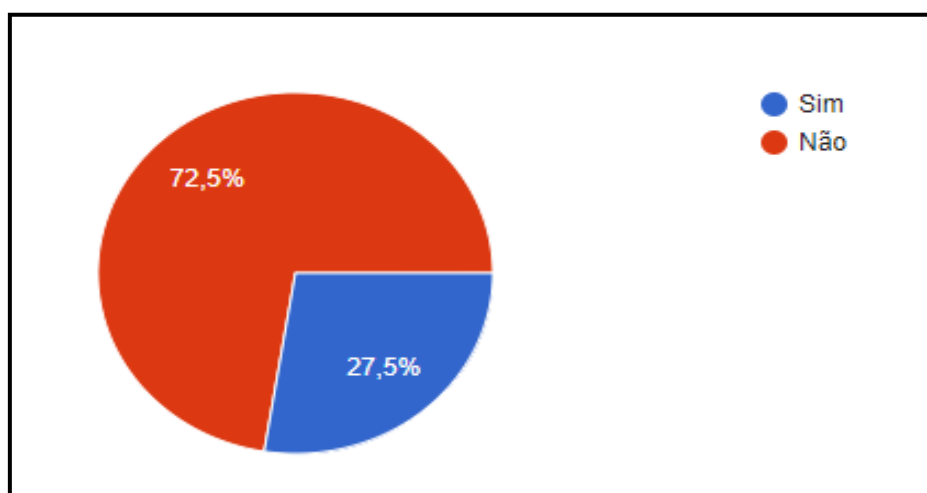
Tabela 10 - Aspectos que mais desagradaram os turistas de Recife (2016), com destaque para a segurança

ASPECTOS QUE DESAGRADARAM	MESES (%)				GERAL
	Janeiro	Maior	Julho	Novembro	
Limpeza pública	33,10	19,44	32,58	26,14	28,20
Segurança pública	15,21	16,07	14,27	17,40	15,78
Trânsito	13,00	19,10	10,90	13,29	13,93
Saneamento	4,18	10,45	8,20	5,26	6,67
Transporte público	4,49	3,60	3,48	5,17	4,27
Preços altos	3,23	4,27	2,02	2,50	3,00
Pavimentação	1,50	3,03	3,60	2,50	2,54
Conservação do patrimônio	1,58	2,13	2,02	1,96	1,89
Vias de Acesso	0,95	0,45	4,94	1,16	1,75
Infraestrutura	1,42	2,13	2,25	0,62	1,53
Sinalização urbana	1,97	-	1,57	1,78	1,41
Clima	1,18	2,02	1,12	0,80	1,25
Acessibilidade	1,97	0,34	0,34	1,78	1,22
Atendimento	1,18	0,90	0,67	1,52	1,10
Pedintes / mendigos / moradores de rua	0,79	0,45	1,80	1,07	1,01
Outros	14,26	15,62	10,22	17,04	14,44

Fonte: Adaptado de EMPETUR –Janeiro, Maio, Julho e Novembro/16 –Base: 4170 casos

Entretanto, a partir dos dados empíricos verificou-se que a maioria dos agentes socioambientais do turismo de Recife (72,5%) considera que o turismo não possui relação com o aumento da criminalidade em Recife nos últimos quatro anos, contra apenas 27,5% que entendem que esta relação existe (gráfico 22).

Gráfico 22 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se turismo tem relação com o aumento da criminalidade em Recife nos últimos quatro anos (2013-2016)



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Tal como nos dados sobre a opinião da existência, ou não, de PPTUR em Recife, o gráfico anterior expressa a visão reducionista da maioria dos agentes socioambientais do turismo sobre a relação turismo e crime.

Mas, em certa medida, tal constatação não foi uma surpresa para nós haja vista que não se tem uma clareza quanto à referida relação nem mesmo por parte do agente socioambiental Academia, que deveria ser, via de regra, o mais preparado para perceber a referida relação e buscar, inclusive, alternativas para que o turismo viesse a contribuir, efetivamente, para diminuição da violência e do medo nos ELP urbanos.

Ademais, esperava-se que os pesquisadores do turismo (professores e alunos), por possuírem um conhecimento teórico mais vasto do turismo, tivessem uma visão mais abrangente do fenômeno, replicando-se em práticas mais consequentes.

Cabe destacar alguns comentários dos respondentes que afirmaram que o turismo não possui relação com o crime em Recife entre 2013 e 2016:

“Não aponto a atividade turística com uma relação com a violência. Atrelo essa violência ao atual e conturbado, momento político e econômico do Brasil”.

“Não acho, que a violência tenha aumentado, por causa do turismo. Pelo contrário, o turismo pode ser prejudicado, por causa da violência”.

“O turismo é uma ferramenta de empregabilidade, sendo assim não contribui na criminalidade”.

“O turista é alvo da criminalidade, pois ele vem sem informações sobre as partes mais violentas da cidade”.

“Não da parte dos turistas e sim a parte da mal caráter que mora aqui e quer se aproveitar de turista”.

“O desenvolvimento turismo proporciona ganhos econômicos para a região, gerando emprego e renda. O aumento da criminalidade está associada de forma direta e indireta ao desemprego (em sua maior parte). Logo, não há relação entre o turismo e o aumento da criminalidade”.

“A presença de atividades do turismo e de turistas não me parece motivo suficiente para o aumento da criminalidade”.

“Acredito que o problema está na má eficiência da gestão da segurança, pois o número de assaltos a ônibus é alarmante a cada ano. Isso sendo apenas um dos exemplos. Com turismo ou sem turismo a criminalidade ocorre da mesma forma”.

“A criminalidade é da cidade”.

“Acredito que a criminalidade está ligada a políticas públicas de segurança inadequadas ou inexistentes. A ineficiência dessas políticas é que torna o turismo inseguro na cidade e o que de alguma maneira contribui pra esse aumento da criminalidade”.

“O problema da violência na cidade é influenciada por questões mais complexas. Aumento do desemprego, drogas, políticas públicas de segurança entre outros”.

“O aumento de criminalidade está relacionado a diversos outros fatores”.

“A culpa é da SDS”.

“O que provoca o aumento é o desemprego e a falta de segurança”.

“O turista tem sido vítima da violência, mas não promove a violência”.

(FALA DOS RESPONDENTES, 2016-2017.).

Os conteúdos dos comentários anteriores ilustra a visão reducionista dos agentes socioambientais do turismo em relação à questão em tela, restringindo, aos órgãos de segurança pública e ao desemprego, a questão da violência e do medo nos ELP da cidade. Evidencia “a fábula do turismo” enquanto fenômeno que provoca apenas impactos positivos nos lugares mas que, na prática, não o entende enquanto uma das atividades econômicas que deveria gerar emprego e renda às populações locais. Traz à tona a identificação do turismo enquanto uma atividade econômica que deve apenas usufruir dos benefícios do território em que o mesmo acontece, isentando-o da corresponsabilidade no desenvolvimento local sustentável. Além de evidenciar a transferência de responsabilidades entre as secretarias e entre os níveis de planejamento e gestão, entre outras questões.

Em contrapartida, considerando a dinâmica relacional do turismo com os fenômenos da violência e do medo em ELP, os respondentes que afirmaram que o turismo possui uma relação com o crime em Recife nos últimos quatro anos (27,5%), apontaram as seguintes justificativas:

“Apesar do turismo não ser a causa principal, mas os fatores que dão base ao turismo acontecer proporciona ao descaso de Recife. Com isso a atividade turística contribuiu a aumentar por ficar mais vulneráveis”.

“Em alguns casos, sim. A exemplo dos projetos no Recife Antigo, no São João e Carnaval, por exemplo. Fazer um plano turístico e ser negligente no tocante à segurança pública é visível nessas situações. São eventos que crescem a cada ano e o contingente de policiais parece não ter acompanhado o mesmo”.

“Mais pessoas ricas para serem roubadas”.

“Acredito que a elitização de alguns espaços como o Recife Antigo levou ao aumento da violência nesses locais.”

“A criminalidade é reflexo da desigualdade social existente em todo o país. Não acredito que o turismo seja um autor direto nessa questão. Talvez indiretamente tenha reflexo nas ocupações dos espaços e marginalização das áreas de entorno de grandes estruturas (hotéis, resorts). Mas a ausência de políticas públicas me parece muito mais ligada a essa relação com a violência”.

“A falta de políticas públicas de investimento nas áreas sensíveis ao setor”.

“O criminoso vê a oportunidade no turista que é desavisado”.

“O turismo proporciona uma maior circulação de pessoas na rua, nos espaços públicos e espaços culturais da cidade”.

“Considerando o auto índice de tráfego de turistas, a cidade tende a aumentar consideravelmente para esse índice.”

“O maior número de turistas aumentam a expectativa de sucesso dos criminosos em assaltos.”

“O turismo tem sim, relação direta com a criminalidade na cidade. Não só o turismo intermunicipal, interestadual e estrangeiro, como também as opções/ações turísticas voltadas aos próprios residentes são enormemente prejudicadas devido a falta de políticas adequadas para garantir a segurança pública.”

“Se a pergunta é no sentido de correlação, sim, há. O planejamento de vir à cidade e a apropriação dela quando se chega aqui é completamente afetada pela criminalidade. Se a pergunta é se o turismo aumentou a criminalidade, não conseguiria apontar como...”

“com menos empregos, há consequente aumento da violência. Acredito que tenha havido retração nos investimentos na área de turismo acompanhando a retração nos demais setores”.

“O aumento da criminalidade em função do turismo, já que delinquentes poderiam atuar no ataque a turistas, mas não o contrário”.

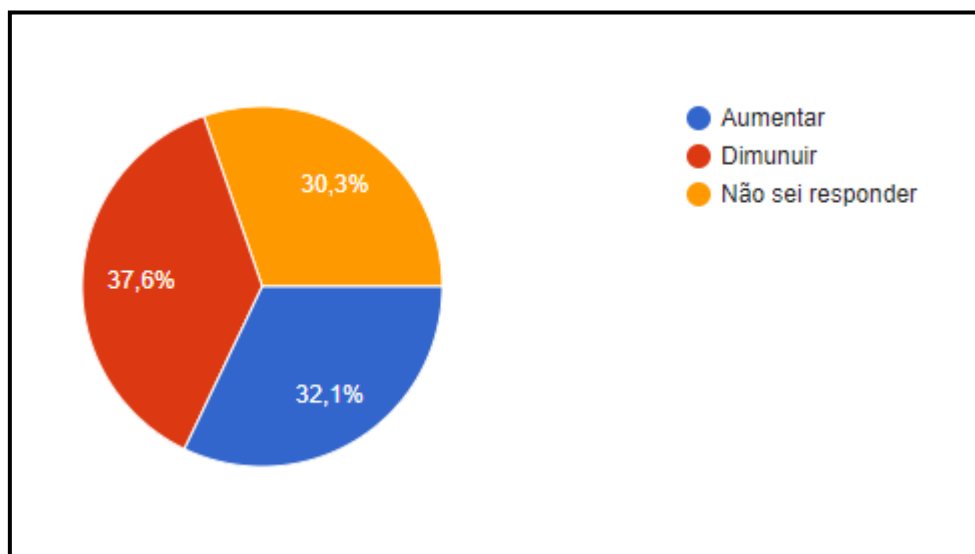
“Imagino que o turismo pode potencializar o aumento dos casos de exploração sexual de crianças e adolescentes, ainda há a cultura machista da mulata brasileira, fio dental, samba”.

“a FALTA DE INCENTIVOS TURISTICOS E SEGURANÇA AOS MESMOS ,FACILITA A AÇÃO DE MELIANTES”.

“A criminalidade existe antes do turismo está em alta no Recife. A diferença é que com o grande pico de turistas e a população, agravou a situação. Sem segurança creio ser diretamente afetado” (FALA DOS RESPONDENTES, 2016-2017.).

Quando questionados se o turismo, através da totalidade de seus elementos e relações entre visitantes e visitados, contribuiu para aumentar ou para diminuir a violência e o medo em Recife, já se notou uma equivalência entre os que consideram aumentar (32,1%), a maioria que afirmou que o turismo contribui para diminuir (37,07%) e os que não souberam afirmar (30,3%) (gráfico 23).

Gráfico 23 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se o turismo, através da totalidade de seus elementos e relações entre visitantes e visitados contribuiu para aumentar ou para diminuir a violência e o medo em Recife (2013-2016)



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

Os respondentes que afirmaram que o turismo contribuiu para aumentar ou para diminuir a violência e o medo nos ELP de Recife, nos últimos quatro anos, apontaram as seguintes justificativas (quadro 10):

Quadro 11 - Comentários dos respondentes, segundo as opiniões de que o turismo contribui para aumentar ou para diminuir a violência e o medo urbanos

O TURISMO CONTRIBUI PARA DIMINUIR A VIOLÊNCIA E O MEDO URBANOS NOS ELP DE RECIFE	
Fala dos respondentes ³⁹	Razões apontadas (síntese)
<p>“Produção de riquezas a sociedade.”</p> <p>“Com o aumento do turismo, tem-se o aumento nas oportunidades de emprego e por consequência uma possível diminuição nas taxas de violência”.</p> <p>“A relação entre estas personagens, muitas vezes, acabam criando a ocupação dos espaços livres da cidade e muitas vezes "espantando" a violência dos espaços.”</p> <p>“dinamiza mais a cidade, e com isto a lógica é que a consequência seja um aumento da segurança (em tese)”.</p> <p>“A depender das políticas de segurança pública, ocupação racional dos lugares, etc. podem dar vida a lugares da cidade e promover a sociabilidade, e com isso afastar a criminalidade de uma forma ampla”.</p> <p>“mais gente nos pontos turísticos, o governo se preocupa mais com a segurança dos locais e em volta dos mesmos”.</p>	<p>Turismo fator de emprego e renda</p> <p>Ocupação dos ELP, outrora desabitados, em função do turismo</p> <p>Turismo como fator de integração entre culturas diferentes e paz entre os povos</p>

³⁹ Foi mantida a grafia original dos comentários feitos pelos respondentes.

<p>“Se os projetos de turismo tomarem como importante a relação das pessoas que habitam na cidade, estabelecendo um dialogo entre população e turistas as relações podem tornar os espaços públicos ambientes de trocas”.</p> <p>“O desenvolvimento turismo proporciona ganhos econômicos para a região, gerando emprego e renda. O aumento da criminalidade está associada de forma direta e indireta ao desemprego (em sua maior parte). Logo, não há relação entre o turismo e o aumento da criminalidade”.</p> <p>“Em tese diminuiria devido a integração com outros povos, outras culturas”.</p> <p>“Se for o que penso, diminui a sensação de medo, a partir da ocupação de espaços da cidade, como ocorre aos domingos no Recife Antigo ou com o caso das ciclofaixas”.</p> <p>“O turismo e os turistas são vítimas de uma conjuntura socioeconômica e política. Se há violência e se os violentadores se aproveitam das oportunidades, não quer dizer que haja uma contribuição da vítima para o aumento da violência”.</p> <p>“Acredito que não seja causa, mas consequência”.</p> <p>“a vinda de turistas para a cidade pode colaborar para o processo de desenvolvimentos econômico local, com geração de renda”.</p> <p>“Favorece ocupação de espaços públicos, movimentação da economia e geração de emprego e renda”.</p> <p>“Em tese, um destino que pensa em seus consumidores procura garantir a segurança e a sensação de segurança nos ambientes turísticos”.</p> <p>“O Turismo pode gerar oportunidades, empregos, renda, etc..”</p> <p>“Com o turismo aumenta os empregos e diminui a criminalidade”.</p> <p>“Porque faz com que surjam mais ocupações para a população local”.</p> <p>“a vinda de turistas para a cidade pode colaborar para o processo de desenvolvimentos econômico local, com geração de renda”.</p> <p>“Favorece ocupação de espaços públicos, movimentação da economia e geração de emprego e renda”.</p> <p>“turismo é uma ferramenta de empregabilidade, sendo assim não contribui na criminalidade.”</p> <p>“Eu entendo que a existência da atividade "obriga" ou insentiva o governo a investir cada vez mais em segurança”.</p> <p>“O maior fluxo turístico gera mais demanda, necessitando de uma maior oferta que muitas vezes surgem das classes mais baixas da sociedade, pessoas que necessitam de uma oportunidade e no turismo a encontram”.</p> <p>“Apenas através do interesses financeiros os governantes desse país, parecem realmente executar suas funções. Sendo o turismo uma atividade econômica que gera lucro e movimenta a economia local, os governantes é empresários serão decisivos no combate a criminalidade atuando de forma efetiva e integrada para atingir objetivos comuns a uma parcela minoritária.”</p> <p>“Onde se tem lazer de qualidade proporcionada pelo poder público, é possível se aproximar das pessoas e tentar resolver os conflitos existentes”.</p>	<p>Turismo fator de desenvolvimento econômico e regional</p> <p>Turismo fator de desenvolvimento local, emprego e renda</p> <p>O turismo e os visitantes enquanto vítimas da violência</p> <p>O turismo teria a obrigação de oferecer uma destinação minimamente segura</p> <p>O turismo acaba por pressionar o desempenho dos órgãos de segurança pública</p> <p>Turismo gera empregos informais à classe menos favorecida</p> <p>Diminui porque é interesse do capital (no setor público e no privado) a garantir ambientes seguros para que o turismo aconteça.</p> <p>Oferta de lazer gratuito de qualidade aproxima as pessoas e contribui à diminuição da violência</p>
<p align="center">O TURISMO CONTRIBUI PARA AUMENTAR A VIOLÊNCIA E O MEDO URBANOS NOS ELP DE RECIFE</p>	
<p align="center">Fala dos respondentes</p> <p>“Como a presença de turistas aumenta o índice de assaltos pelos criminosos locais, a violência e medo aumentam.”</p> <p>“Forma atual de (não) desenvolvimento do turismo.”</p> <p>“Turista possuem alta visibilidade frente a violência.”</p> <p>“Infelizmente o aumento da violência com os turistas é grande. O que torna a a cidade mal vista lá fora. A falta de segurança é um dos grandes problemas.”</p> <p>“A violência, faz com que os turistas, tenham medo de Recife.”</p> <p>“Muito provavelmente a estrutura socioeconômica precária, a desigualdade social e a ampliação das atividades informais têm relação direta com alguma</p>	<p align="center">Razões apontadas (síntese)</p> <p>A requalificação de áreas em função do turismo aumenta o fluxo de pessoas e, consequentemente, o número de assaltos</p> <p>A implementação de ELP sem o devido</p>

<p>dimensão da criminalidade. Neste sentido, os espaços de turismo, os locais de visitação podem se tornar lugares atrativos para que pessoas que estão precarizadas busquem, através da criminalidade, se aproveitar de lugares que fluxo de dinheiro privilegiado, o que pode coincidir com os lugares de turismo”.</p> <p>“Requalificação de Áreas, Aumento de Movimentação”.</p> <p>“Por ser alvo de assaltantes para roubar objetos como: Relógio, celulares, câmera fotográfica...”.</p> <p>“Se não for levada em conta a população local mais pobre a mesma torna-se vítima de preconceito, sendo excluída dos espaços públicos”.</p> <p>“Falta de acompanhamento após o projeto ser concluído”.</p> <p>“Pois contribui porque os alvos são pessoas de fora e geralmente essas pessoas são abordadas nas ruas”.</p> <p>“Creio que eles dão mais notoriedade aos locais que visitam, implicando assim em uma maior atenção, policiamento”.</p> <p>“Turismo mal planejado (sem um conjunto de elementos, como organização, e principalmente, segurança) sempre atrai variantes de atos violentos”.</p> <p>“A insegurança existe e aumentou, a falta de segurança que pertence à Recife vai afetar atividade turística assim como atividade turística afeta a violência não tem como desacomodar e há vários casos de ambas as partes que ocorreram aumentando índices e o turismo contribui”.</p> <p>“Fico pensando no carnaval que é algo que chama muitas pessoas para cá e ao mesmo tempo é uma das épocas, onde mais têm violência”.</p> <p>“O medo gerado pelas ondas de violência, impunidade e constantemente divulgados pela mídia, gera um sentimento coletivo de pânico e insegurança. Os destinos turísticos são apenas um dos muitos pontos que podem atrair a atenção de marginais, e pode afastar os turistas. A pobreza, aspectos econômicos desfavoráveis, políticas públicas de segurança ostensivas, preventivas e efetivas no combate as drogas são uma das razões que de fato aumentam e diminuem o medo generalizado em todo estado de Pernambuco”.</p> <p>“Se for pelo senso de oportunidade, aumenta, porque os crimes envolvendo bicicletas, se multiplicaram no período de realização dos projetos que ocorre aos domingos no Recife Antigo ou com o caso das ciclofaixas”.</p> <p>“Não vejo uma política pública de segurança voltada para o turismo”.</p> <p>“O turista é muito visado pelos delinquentes”.</p> <p>“o turista, significa dinheiro e sucessivamente aumento da criminalidade”.</p> <p>“Não vejo uma política pública de segurança voltada para o turismo”.</p> <p>“A violência relacionada à criminalidade pode ser minimizada em dada região na medida em que políticas de trade turísticos contemplem demandas regionais, com a inserção de atores locais, fortalecendo atividades comerciais, possibilidades de subsistência”.</p> <p>“Quanto mais turista e menos seguranças nas ruas isso faz com que os delinquentes se sintam mais fortes”.</p> <p>“Pois podemos ter turistas que venha para aproveitar das culturas da nossa região, como também podem ser turistas do mal como chefe de algum grupo de extermínio”.</p> <p>“Porque falta policiais nas ruas assim deixando os turistas a mercê dos bandidos assim aumentando os casos de criminalidade”.</p> <p>“Por que tanto os turistas como os locais não possuem segurança adequada ,nem planejamento de política pública adequados” .</p> <p>“Quando o turismo cresce a esfera governamental tenta mascarar os problemas estruturais do estado e injeta atenção à segurança, colocando, como exemplo, mais guardas nas ruas”.</p> <p>“Não especificamente o turismo, mas a forma que a Prefeitura escolheu para receber os turistas através da criação de espaços de segregação da população pobre da cidade.”</p>	<p>acompanhamento pós-implantação (reparos necessários na iluminação, por exemplo, inexistência de programações de lazer no âmbito destes espaços.)</p> <p>Os eventos “turísticos” ofertados sem a devida segurança, acabam tronando-se condicionalidades ao desdobramento de práticas ilícitas</p> <p>Inexistência de uma política de segurança que considere a particularidade do turismo</p> <p>A inexistência de PPTUR, acaba escamoteando o turismo à condição de fábula, reafirmando a sua condição de atividade de mercado, aumentando as desigualdades já existentes, gerando revolta e raiva nos marginalizados, que vislumbram no crime junto à turistas a possibilidade de sobrevivência.</p> <p>O turismo aumenta, mas é vítima. Não possui corresponsabilidade na (re) produção da violência e do medo.</p> <p>Porque não possui um PPTUR</p> <p>Aumenta mas o governo tenta mascarar problemas estruturais</p>
--	--

“Porque com o tráfego dos turistas, podemos analisar o aumento da violência.”	O desempenho do setor público cria espaços de segregação da população pobre
---	---

Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017.

A partir das falas dos entrevistados, ficou evidente que a maioria das pessoas possui uma visão restritiva do turismo, entendendo-o, via de regra, como atividade econômica que, por um lado, proporcionará emprego e renda à população local (contribuindo para diminuir a violência e o medo urbanos nos ELP de Recife) e, por outro, atividade econômica que faz com que mais pessoas mais abastadas passem a utilizar os ELP focados pelas ações da SETUR-L despertando a atenção dos criminosos (contribuindo para aumentar a violência e o medo urbanos nos ELP de Recife).

Acontece que o turismo é um fenômeno bastante complexo com caráter, antes de tudo, social e político; o que exige, também, um pensamento complexo, por parte do setor público (principais responsáveis pelo planejamento e gestão turísticos) e de todos os agentes socioambientais do turismo. Isso porque, conforme evidenciado ao longo das reflexões propostas neste estudo, a relação entre turismo, violência (s) e medo urbanos em ELP não é tão simples quanto se imaginava; nem dicotômica como apontado por uma parcela significativa dos respondentes.

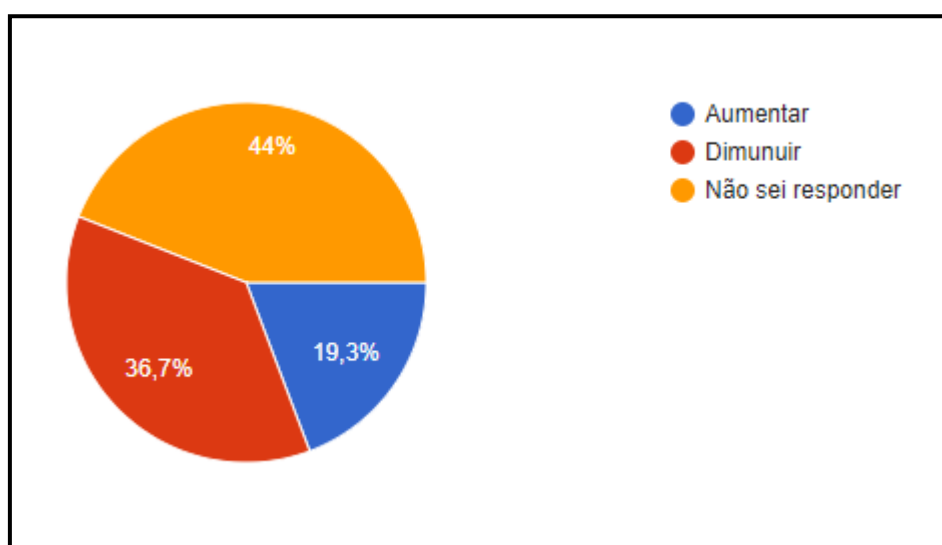
Cabe esclarecer, ainda, que entre os respondentes do grupo que respondeu “não sei” (30,3%), houve aqueles que afirmaram: “Nem para aumentar e nem para diminuir. Acredito que o turismo não influencia no aumento ou diminuição da violência, sendo esta situação um problema social não apenas da cidade do Recife mas do País”. A referida visão isenta a responsabilidade do turismo na resolução do problema da violência e do medo urbanos, por desconhecimento do fenômeno turístico na sua totalidade e suas conseqüentes responsabilidades e corresponsabilidades (o que é o caso) no desenvolvimento das cidades ditas turísticas; fato comprovado através do cenário em que 27,5% dos agentes socioambientais do turismo entendem que não existe nenhuma relação entre turismo e crime em Recife.

Tal informação reafirma, mais um vez, que a maioria das pessoas não possui uma visão do papel relacional do turismo no meio ambiente urbano, que poderá trazer benefícios se devidamente planejado e gerido; mas que, também, pode trazer impactos negativos se acontecer sem uma atuação efetiva dos agentes socioambientais do

turismo; em especial, do poder público quando da não realização de PPTUR nas localidades em que o turismo acontece.

Quando questionados se os projetos e ações da Secretaria Turismo e Lazer da Prefeitura do Recife (2013-2016) contribuíram para aumentar ou para diminuir a questão da violência e do medo na cidade do Recife, teve-se que quase metade dos respondentes (44%) não souberam responder (gráfico 24)

Gráfico 24 - Opinião dos agentes socioambientais sobre se os projetos e ações da Secretaria Turismo e Lazer da Prefeitura do Recife (2013-2016) contribuíram para aumentar ou para diminuir a questão da violência e do medo na cidade do Recife



Fonte: Dados Primários - Pesquisa empírica realizada no período de outubro de 2016 a março de 2017 – Base: 150 respondentes.

O número expressivo de pessoas que não souberam responder é justificado pela especificidade da pergunta, a qual exigia uma visão complexa e, sobretudo, crítica dos agentes socioambientais do turismo acerca dos reflexos da (in) ação da SETUR-L no acontecer do fenômeno turístico no meio ambiente de Recife.

Outro aspecto verificado que explica o elevado percentual de pessoas que “não souberam responder” diz respeito à quantidade significativa de pessoas do setor público que responderam o questionário, mas que como eram, também, moradores de Recife, se identificaram como tal.

De maneira geral, notou-se que o fato de se ter posicionamentos tão divergentes em relação à questão em tela (se o turismo, segundo a forma que vem sendo planejado e gerido pela SETUR-L, através da (in) existência de uma PPTUR real e em funcionamento na cidade nos últimos quatro anos – 2013 a 2016 –, contribuiu para

umentar ou diminuir a violência e medo nos ELP de Recife) se deveu alguns motivos a saber:

- Falta de esclarecimento e de visão complexa dos agentes socioambientais do turismo sobre o acontecer do fenômeno turístico no meio ambiente;
- Falta de conhecimento dos impactos negativos que o turismo pode trazer aos lugares (inclusive, aumento da violência e do medo nos ELP), fato que impede a comunidade local de exercer o seu poder de definir o modelo de desenvolvimento turístico a ser implementado na destinação (Turismo de base local, Turismo de base comunitária ou Turismo comunitário)⁴⁰;
- Responsabilização exclusiva aos órgãos de planejamento urbano quanto ao ofício de planejar e gerir a totalidade dos ELP, sem considerar a necessidade do desenvolvimento de políticas intersetoriais com os órgãos públicos responsáveis pela segurança e pelo turismo, por meio de um diálogo efetivo com a sociedade (quem efetivamente utiliza, ou pelo menos deveria utilizar, estes espaços);
- A existência de ONG e Oscip (a citar: associação de moradores, pescadores, artesãos, etc.) que, orientados pela lógica do capital de “lucrar individualmente” e de “garantir os interesses de seu grupo específico”, acabam sendo cooptadas pelo governo que está no poder, enfraquecendo o seu principal papel na sociedade que é o de fazer pressão junto ao governo no sentido de garantir a realização de políticas públicas reais e em funcionamento em todos os setores (turismo, segurança, meio ambiente, urbanismo etc.);
- Falta de atuação política de um grupo significativo dos moradores locais que deveriam redescobrir o seu poder, bem como reconhecer o seu papel na definição dos rumos do turismo, da qualidade dos ELP, e da cidade que querem para si. Falta cidadãos, também, na hora de lutar pela cidade que querem; de se mobilizar, criar redes de pressão junto ao poder público e, inclusive, cuidar dos

⁴⁰ Segundo Coriolano (2016) o *Turismo de base local* deriva do Turismo tradicional mas absorve a mão-de-obra local; exemplo: empresário do Beach Park Fortaleza que absorve a mão de obra local. O *Turismo de base comunitária* é aquele possui um certo grau de empoderamento mas que não acaba sendo controlado pelos interesses do capital; exemplo: uma comunidade que se mobiliza em torno da elaboração e execução de um projeto comum a todos, consegue recursos junto à órgãos financiadores, mas quando acaba o dinheiro disponibilizado para a realização daquele projeto acaba, também, o turismo do lugar. Já o *Turismo Comunitário* refere-se a um modelo de desenvolvimento turístico segundo o qual as palavras de ordem são empoderamento e autonomia. Cabe destacar que, segundo a autora que defende esta ideia, o Turismo comunitário não é um segmento de demanda (do tipo: turismo de saúde, turismo cultural, turismo de negócios e eventos, turismo pedagógico, turismo de aventura, turismo rural etc.), mas sim uma ideologia a ser adotada quando no desenvolvimento do fenômeno turístico, de modo a garantir o beneficiamento equitativo de todos os agentes socioambientais do turismo e a sustentabilidade do lugar.

ELP da cidade (não jogando lixo nas ruas; cuidando das plantas no caso de um canteiro que fica próximo a sua residência, por exemplo; comunicando ao poder público quando da necessidade de fazer reparos na iluminação e/ou no mobiliário dos ELP; denunciando, junto à mídia, o desleixo do setor público para algumas praças e parques da cidade; denunciando casos de práticas ilícitas no ambiente destes ELP junto aos órgãos de segurança etc.);

- Pedantismo e estrelismo por parte de alguns pesquisadores que, por não terem profundidade neste tema de pesquisa específico e, ao mesmo tempo já se constituírem autores conhecidos da área de turismo, afirmam ser “devaneio” refletir acerca da relação PPTUR, ELP, violência e medo urbanos;
- Falta de interesse e, em alguns casos, intencionalidade por parte de alguns agentes privados; donde quanto mais violência nos ELP da cidade, mais “o cliente” - seja ele morador ou visitante - irá procurar opções de lazer e entretenimento “privados”;
- Falta de compromisso ético por parte de alguns “consultores” da área de turismo, que estão mais preocupados com o compromisso diplomático visando garantir a próxima consultoria na prefeitura, hotel, restaurante etc., do que no desenvolvimento da destinação turística. Nestes casos, a “responsabilidade socioambiental” é *usada* mais para otimizar a imagem do governo junto ao povo e a aumentar o lucro de empresas do que efetivamente para garantir a distribuição equitativa dos benefícios advindos do turismo entre todos os agentes socioambientais do fenômeno presentes na destinação;
- Falta de responsabilidade socioambiental de turistas e excursionistas que têm como objetivo único *usar* a destinação para saciar seus gostos, necessidades, preferências exigências, sem o mínimo compromisso para com o desenvolvimento do lugar visitado. Usa-se, inclusive, as pessoas através da prática do turismo sexual com crianças e adolescentes. Além disso, não se tem um compromisso nem o cuidado, por parte dos visitantes, de escolher empreendimentos que tenham preocupação com absorção de mão de obra local, que também possuam o compromisso socioambiental. O turista ainda fica muito restrito às opções convencionais de visita a atrativos convencionais. Grande maioria dos turistas que visitam Recife limita-se a visitar “o miolo turístico da cidade” Recife Antigo, Boa Viagem e Boa Vista (onde é muito forte o “turismo

de compras” e o “turismo LGBT”). Em sua grande maioria, não se busca experiências mais genuínas na totalidade da cidade; com ressalva para o pequeno grupo de turistas alocêntricos. Recentemente, com a moda do “Turismo de experiência” é que vêm sendo adotada algumas práticas nesse sentido, como por exemplo: o turismo nas favelas no Rio de Janeiro e as visitas que vem sendo realizadas na Ilha de Deus⁴¹.

- Mídia que reforça e atribui, em alguns casos, à ideia de viajar e de viajante como sinônimo de status, de algo superior; que supervaloriza as ações do governo “vendendo” a realização de projetos pontuais como sendo política pública de turismo, bem como as ações pontuais de algumas empresas turísticas, vendendo-as, com o apoio do Estado, como sendo grandes feitos para atrair mais consumidores;
- Negligência e transferência de reponsabilidades por parte do setor público, em que o problema da violência e do medo urbanos, por não ser da “pasta do

⁴¹ Vale salientar que, apesar de defender que a totalidade do território da cidade e das pessoas se beneficiem através do turismo, alertamos para a necessidade de uma maior atenção e, portanto, um cuidado dobrado no planejamento e gestão do turismo nestes espaços, uma vez que estas são, via de regra, comunidades historicamente excluídas e exploradas. O turismo (Comunitário ou de Experiência), neste caso, tem que acontecer no sentido de melhorar as infraestruturas que geralmente são precárias nestes lugares e, sobretudo, trazer benefícios reais às pessoas que vivem nestas comunidades (emprego, renda, resgate e preservação de manifestações culturais locais, troca de experiências culturais entre visitante e visitado; preservação dos recursos naturais como, por exemplo, o rio e o mangue.). Deve-se ter bastante cautela com o problema da descaracterização das manifestações culturais locais e, inclusive, com a dimensão psicológica dos moradores. Isto porque a cultura do turista (incutida na mente de muita gente como cultura superior) passará a estar em contato com a realidade de pessoas que não têm muitas vezes nem suas necessidades básicas vitais supridas e que, de uma hora para outra, passa a receber pessoas com roupas, celular, óculos, sapatos, acessórios etc. (tidos como ideais por uma parcela significativa de pessoas que têm como meio de lazer, único e exclusivamente, a televisão que reforça quase que constantemente padrões que devem ser seguidos em termos de corpo, vestes etc.). Tal acontecimento pode vir a prejudicar a autoestima das pessoas que ali vivem, tornando-se um fator de violência à comunidade e, inclusive, uma condicionalidade ao crime. Quem não conseguiu se incluir (de uma vez por todas!) na sociedade através das oportunidades de emprego (formais e/ou informais) geradas pelo turismo ficará deveras decepcionado, despertando, inclusive raiva. Afinal de contas quando o poder público e as empresas chegam nestas comunidades promete-se “céus e terra”, gerando expectativas nestas pessoas. Então, a população que não conseguir “entrar pela porta da frente do turismo” “entrará pulando a janela”; se o turismo era tudo, agora ele não é nada! Como consequência tem-se notícias do tipo: “uma turista é brutalmente esfaqueada por um ‘meliante’ nas proximidades do Terminal Marítimo de Passageiros de Recife”. Daí questiona-se, com o cuidado de não fazer juízo de valor de nenhuma das partes: o quanto de violências este (que deveria ser, mas não é!) cidadão não já sofreu desde os seus primeiros anos de vida? (...) que agora passa a ser reforçada com atividade que seria a luz no freixo da janela que se fechou, mas que é sua única alternativa de continuar (sub)vivendo. No sentido de fortalecer nosso argumento, cabe lembrar que, segundo Coriolano (2006), no Nordeste brasileiro o turismo se deu de maneira agressora (Turismo convencional), poluindo e segregando. E, no contexto da cidade, quem não consegue ser *cidadão é marginalizado*, possuindo uma grande probabilidade de se tornar um *marginal*. Nesse sentido, o turismo deve ocupar o espaço geográfico, conquistando o seu lugar na sociedade, através da construção de ambientes de cidadania nos lugares onde o turismo acontece.

turismo” não deve ser considerado no planejar e executar das ações que compõem todo o ciclo de uma PPTUR;

- Ineficiência das Políticas “ditas Públicas” de Segurança, nos diversos níveis de planejamento e gestão (nacional, estadual e municipal), que não consideram as especificidades dos territórios turísticos;
- Ineficiência dos órgãos de segurança local e uma responsabilização único-exclusiva a estes órgãos do problema da violência e do medo nos espaços livres públicos, por parte dos agentes socioambientais do turismo; quando se sabe que este é um problema de todos, e, inclusive, corresponsabilidade das PPTUR;
- Visão restritiva de alguns professores de turismo e turismólogos que dão um peso maior ao caráter econômico e viés mais prático do turismo em detrimento das questões sociopolíticas que o fenômeno possui, negligenciando, portanto, a sua complexidade. Isto é demasiadamente perigoso na medida em que o desempenho destes profissionais, orientado por uma lógica (a de mercado, com grande foco nas questões práticas), acaba sendo uma influência negativa para o desenvolvimento do lugar, devendo, portanto, ser repensada! Afinal, o professor forma os turismólogos que irão nortear os rumos do (não) desenvolvimento do turismo nos municípios, estados e países. Cabe lembrar que o turismo é fenômeno muito mais abrangente do que uma simples atividade de mercado. Turismo é, antes de tudo, um fenômeno humano. É um fenômeno feito *por* e *para* pessoas (pessoas que viajam; pessoas que moram na destinação; pessoas que são donas ou funcionárias de empreendimentos no ramo de turismo (hotel, cia aérea, agências de viagens e turismo, cia aérea, locadoras de veículos, transportadoras turísticas, bares, restaurantes etc.; pessoas que estão à frente de ONG; pessoas que compõem o quadro de funcionários das secretarias municipais, estaduais e o Ministério do turismo.). Assim, deve-se considerar, sobretudo, as especificidades das relações de poder entre esses agentes e o consequente desempenho destas pessoas na construção de um meio ambiente mais, menos ou não sustentável.

Nota-se, portanto, que todos esses aspectos, tomados em totalidade, acaba por fragilizar os impactos positivos que o turismo poderia e deveria trazer aos lugares em que ele acontece, escamoteando o real sentido deste fenômeno socioambiental que é o

de contribuir para o desenvolvimento sustentável, através da garantia da justiça social, aos agentes socioambientais envolvidos com o referido fenômeno.

Neste contexto, cabe lembrar as proposições da OMT (1999, p.4), defendendo que:

As atividades turísticas deverão respeitar a igualdade entre homens e mulheres. Do mesmo modo, deverão ser promovidos os direitos humanos e, em particular, os direitos específicos dos grupos de populações mais vulneráveis, especialmente [...] os povos autóctones. A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, [...] fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência. (OMT, 1999, p.4).

Nesse sentido, é extremamente importante avançar no que diz respeito ao “discurso da sustentabilidade” o qual, lamentavelmente, fica restrito aos documentos de planejamento do turismo e desenvolver uma gestão do turismo pautado na ideia de desenvolvimento como liberdade defendida por Sen (2010, p. 29) em que “o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

Sen (2010) defende, ainda, que é necessário expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna a vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

E como já evidenciado, as políticas públicas de turismo podem ser o caminho para o “Desenvolvimento como liberdade” nas e das destinação turísticas, bem como alternativa para que o turismo possa vir a contribuir efetivamente à diminuição da violência e do medo urbanos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber a partir das reflexões realizadas nos capítulos de fundamentação teórica, planejamento, gestão e política pública de turismo (capítulos 2, 4, 5 e 6, respectivamente) que a prefeitura do Recife, através da SETUR-L, não possui uma real PPTUR em funcionamento que permita o desenvolvimento local, contribuindo à criação de oportunidades de emprego, renda e inclusão social às populações excluídas da cidade (inclusive, aos criminosos que geralmente roubam por não possuírem condições de se manterem), impactando indiretamente na diminuição da violência e medo urbanos.

Ao mesmo tempo, como já identificado no capítulo sobre gestão do turismo, se investiu bastante em “marketing turístico”, fazendo com que mais pessoas visitassem o destino Recife, e passassem, inclusive a consumir os ELP “vendidos” como “ambientes turísticos gratuitos de lazer”. Acontece que opções “gratuitas” de lazer não são sinônimos de opções “públicas (e, portanto, de todos!)” de lazer. Além disso, sabe-se que o turista é uma das presas prediletas dos assaltantes por, geralmente, possuírem dinheiro e objetos de valor, não conhecer as territorialidades do crime da destinação, caminharem e utilizarem celulares e câmeras fotográficas desatentos aos assaltos em potencial.

A referida secretaria possui grande foco na realização de eventos gratuitos voltados ao lazer dos visitantes e da população local (com destaque para o Recife Antigo de Coração e para REC férias), atraindo bastante pessoas à utilizarem os ELP da cidade, sobretudo, um público de classe média, o que a princípio, traduzir-se-ia em uma ação bastante positiva por parte do poder público municipal no âmbito das ações direcionadas ao lazer e turismo.

Todavia, este aumento do número de pessoas nos ELP, em função dos eventos, traduz-se, aos olhos dos criminosos, em uma maior oferta de celulares e *smartphones*, carteiras, bolsas, carros particulares a serem alvejados. E, inclusive, mais vítimas em potencial para o latrocínio (roubo seguido de morte, que figura no *hall* dos crimes contra a vida).

A oferta de eventos gratuitos realizados em ELP que permitam a vivência do lazer a visitantes e a uma parte da população local sem considerar a peculiaridade dos fenômenos da violência e do medo urbanos relacionados aos ambientes com potencial

turístico da cidade, tanto na fase de planejamento quanto na da gestão, coloca o turismo na encruzilhada do crime.

Para tanto, é necessário, primeiramente, desconstruir o preconceito em relação ao tema da violência e do medo em ELP no âmbito dos estudos turísticos, de modo a não se poder ignorar, “fechar os olhos”, para os estudos que envolvam a temática em tela.

O poder público, como principal responsável pelo planejamento e gestão do turismo, não deve mais “empurrar” a questão da violência e do medo urbanos como sendo um problema de responsabilidade único e exclusivamente dos órgãos de segurança pública. Deverá, portanto, avançar da proposição de projetos que, apesar de possuir uma boa aceitação por parte de alguns visitantes e moradores, ainda não fazem parte integrante de uma real política pública de turismo.

Lembrando que, a partir dos resultados frutos das reflexões propostas no capítulo teórico desta tese, PPTUR é muito mais que a proposição de maneira desarticulada de um conjunto de projetos. Transcende a proposição de documentos de planejamento do tipo planejamento estratégico, sendo muito mais, inclusive, do que a mera proposição de um instrumento jurídico intitulado “política de turismo”, seja em nível federal estadual ou municipal. PPTUR é, portanto, um conjunto de ações a serem pensadas e executadas por todos os atores socioambientais do turismo em que é objetivo de todos os agentes socioambientais do turismo, e em maior medida do poder público, agir no sentido de evitar o impactos negativos decorrentes do turismo, garantindo que as benesses advindas do mesmo seja distribuída de maneira equitativa.

Estes são fenômenos que assolam a vida de todas as pessoas e de todos os setores da sociedade, inclusive o de turismo. Como mazelas sociais que impactam negativamente na vida de todos, é, também, responsabilidade de todos os agentes socioambientais do turismo não negligenciar a importância da discussão do tema em tela. Isso contribuindo, a partir de suas habilidades e competências, à resolução do problema da violência e medo urbanos em todos os ELP da cidade.

Para tanto, propõe-se algumas diretrizes gerais afim de que o turismo, tomado na sua complexidade como fenômeno socioambiental, possa vir à contribuir (e não resolver!) à resolução do problema da violência e do medo vivenciados nos ELP de Recife. Ademais, como já evidenciado, este não é, e nem deverá ser o objetivo principal do turismo e das PPTUR direcionadas ao setor. Assim, propõe-se:

1. Deixar claro para todos os agentes socioambientais do turismo o que de fato é PPTUR;
2. Em especial, incutir a real ideia de PPTUR nas organizações públicas de turismo, considerando suas particularidades e geografias do poder instauradas intra-órgãos, em todos os níveis de planejamento e gestão: mundial, nacional, mesorregional, estadual, municipal;
3. Desenvolver documentos de planejamento em todos os níveis que considerem o trinômio: PPTUR, espaço livre público, violência e medo urbanos, bem como a particularidade socioambiental de cada destino turístico;
4. Direcionar um maior investimento no desenvolvimento turístico comunitário, pois é o que mais se alinha à ideia de uma política pública de turismo real e em funcionamento. Isto porque este formato de desenvolvimento turístico se dá através do empoderamento dos agentes socioambientais presentes na destinação turística, com destaque para a comunidade local. Dentro desta lógica, quem decidirá o que será realizado, ou não, em termos de turismo será a comunidade local.
5. Desenvolver estudos e ações contra o Turismo sexual, prostituição infantil nos ELP com vocação turística;
6. Estimular o debate sobre “Turismo, público LGBT e utilização do espaço público para fins de sexo” e pensar saídas à resolução desta problemática.
7. Estimular o setor público, ONG e empresários do setor de turismo a elaborar cartilha e materiais informativos, visando estimular práticas mais responsáveis e o consumo consciente por partes dos visitantes; contribuindo para que se tenha turistas e excursionistas mais preocupados com as questões ambientais, solidários e políticos.

Cabe reafirmar que o problema da violência e do medo vivenciados nos ELP de Recife, que vêm crescendo exponencialmente nos últimos anos, é uma problema que afeta a vida e o cotidiano de todos os recifenses; o que também é sentido na pele pelos visitantes (turistas e excursionistas) que visitam Recife motivados por lazer ou necessidade de trabalhar na cidade.

Problema que é, portanto, de todos e que afeta todos os atores da sociedade, e, também, os agentes socioambiental do turismo. E como tal, é deveras importante que se passe a discutir mais a relação “turismo e violência”, vencendo, inclusive, o medo de se trabalhar o turismo considerando este problema social. Não tem mais como negar, negligenciar, tentar omitir ou mesmo se esquivar da problemática da violência e do medo nos ELP de Recife.

Outra coisa, a se considerar é que não é suficiente apenas aumentar o número de policiais na rua, fortalecer a “Polícia do Turista”, ou mesmo fortalecer o desenvolvimento das ações de prevenção da violência na cidade. Ou mesmo, limitar-se a investir em campanhas de marketing, que orientam os turistas a escolherem os destinos turísticos mais seguros, ou construir cartilhas orientando sobre as áreas menos violentas da cidade que os turistas possam visitar ou as mais violentas (*hotpoints*) a serem evitadas.

É necessário fazer a realização de uma Política Pública de Turismo real e em funcionamento, que deve ser idealizada, construída, materializada e acompanhada, garantindo autonomia e participação efetiva de todos os agentes socioambientais do turismo em todo ciclo da PPTUR, numa perspectiva de equidade.

Para tanto, é imprescindível salvaguardar o diálogo necessário com a realização das demais PPTUR a serem desenvolvidas nos níveis superiores de planejamento e gestão (estadual, nacional e mundial), e, inclusive, garantir o diálogo extremamente necessário entre as demais políticas setoriais, com destaque para as de segurança pública.

Neste movimento dialético entre turismo e segurança pública, é demasiadamente importante, também, que as PPTUR considerem as especificidades dos fenômenos da violência e do medo urbanos verificados nos ELP de Recife; e que as políticas de segurança pública considerem as particularidades que estes ambientes passam a possuir a partir do processo de turistificação. Isso porque uma coisa é planejar e gerir a segurança de um ELP (praça, parque, calçadão, praia, etc.), outra é intervir nestes ambientes considerando a particularidade do turismo influenciando na dinâmica socioambiental destes espaços. Afinal a dinâmica da lugarização em função do turismo verificada nestes espaços guarda as contradições inerentes ao fenômeno do turismo que é, ao mesmo tempo, um fenômeno social e uma atividade de mercado, guardando em

sua essência todas as contradições inerentes às atividades que se desenvolveram sob a lógica capitalista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino; LUCENA, Reinaldo Farias; LINS-NETO, Ernani. Seleção dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE et. al., **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica** / organizadores Ulysses Paulino de Albuquerque, Reinaldo Farias Paiva de Lucena, Luiz Vital Fernandes Cruz da Cunha. – Recife, PE: NUPPEA, 2010. p. 21-38.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias**. S.l.: s. n. , 2016.

Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>> Acesso em: 09 abr. 2016.

A violência do Recife no Carnaval. **Blog Fernando Machado**. Disponível em: <<http://www.fernandomachado.blog.br/novo/?p=145783>> Acesso em: 01 ago.2017.

Após assalto no Recife, turistas franceses recuperam câmeras de até R\$ 28 mil: Dois homens foram presos e outro está foragido. **JC Online**. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2015/12/29/apos-assalto-no-recife-turistas-franceses-recuperam-cameras-de-ate-r-28-mil-214632.php>> Acesso em: 29 jan. 2016.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **A Ensaios Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000a, 392p. (a)

_____. Descentralização das Políticas Públicas no Brasil: um destaque para a descentralização das políticas de apoio à Reforma Agrária. In: SOUZA, Aldemir do Vale; MOUTUNHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **Os Desafios das Políticas Públicas Diante da Crescente Importância do Poder Local**. Recife: Sapiento, 2000b, 252 p. (b)

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2016.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Assalto: Turistas em perigo na Casa da Cultura. **Blog do Turismo PE**. Disponível em: <<http://www.blogdoturismope.com.br/assalto-turistas-em-perigo-na-casa-da-cultura/>> Acesso em: 18 jan. 2014.

Assalto a ônibus termina com passageiro e suspeito feridos no Recife: De acordo com o Sindicato dos Rodoviários foram registrados 756 casos de 1º de janeiro a 10 de junho. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/06/15/interna_vidaurbana,650468/assalto-a-onibus-termina-com-passageiro-e-suspeito-feridos-no-recife.shtml> Acesso em: 07 ago. 2017.

Assalto em estação de metrô termina com vigilante morto e três suspeitos presos: Um vigilante do Metrô Recife foi morto após reagir a um assalto dentro da Estação Ipiranga.

NE10 **TV** **Jornal.** Disponível em:
 <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2016/08/29/assalto-em-estacao-de-metro-termina-com-vigilante-morto-e-tres-suspeitos-presos-25857.php>> Acesso em: 18 jun. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. – São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETTO, Margarita. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. São Paulo: Papirus, 2003.

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

_____. **Cultura e turismo**: discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (a).

_____. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 (b).

_____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Isto não é um Diário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BAUMAN, Zygmunt; MAURO, Ezio. **Babel**: entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BECKEN, Susanne; CARMIGNANI, Fabrizio. Does tourism lead to peace? **Annals of Tourism Research**, v. 61, 63–79, 2016.

BECKER, Bertha. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 1, N° 1 (2001). Disponível em:
 <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=2&path%5B%5D=1>> Acesso em: 05 maio 2008.

BID. **Banco Interamericano de Desenvolvimento**. (2016). Disponível em:
 <<http://www.iadb.org/es/proyectos/project-information-page,1303.html?id=BR-L1212>>
 Acesso em: 28 ago. 2016.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BENI, Mário Carlos; MOESCH, Marutschka. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo. **Anais do XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (2015)**. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/48.pdf> Acesso em: 09 mar. 2016.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Inijuí, 2011.

BOREIRA, Luís Sérgio. Resenha do livro Saber Ambiental de Leff. **Ambiente e Sociedade**. n.10. Campinas Jan./June 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100010> Acesso em: 29 jul. 2013.

BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRAGGIO, Laércio Antônio. **Turismo e segurança Pública**. 2007. 97f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) - UNIVALI, Balneário Camboriú, 2007.

BRANDÃO, Pamela de Medeiros. **Análise da rede política do turismo brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Turismo. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Territórios do turismo, territórios de todos?: um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneários turísticos do Nordeste do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente - Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. (1981)** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 28 ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo (2006). **Projeto Inventário da Oferta Turística Nacional**. Disponível em: <<http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/downloads/projInvTur/projInvTur.pdf>> Acesso em 17 jun. 2013.

_____. Ministério do Turismo (2008 a). **Política Nacional do Turismo - Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm> Acesso em: 05 dez. 2011.

_____. **Mensagem Nº 686, De 17 de Setembro de 2008 (2008 b)** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Msg/VEP-686-08.htm> Acesso em: 03 maio 2015.

_____. **Ministério do Turismo (2012)** Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>> Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. **Ministério do Meio Ambiente (2013 a).** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Ministério do Turismo (2013 b). **Plano Nacional de Turismo 2013-2016.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf> Acesso em: 19 maio 2014.

_____. Ministério do Turismo (2011). **Documento referencial do turismo no Brasil. 2011-2014.** Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério do Turismo (2009). **Plano Aquarela 2020:** marketing turístico internacional do Brasil. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério do Turismo (2007). **Plano Nacional de Turismo 2007-2010.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf> Acesso em: 05 dez. 2011.

_____. Ministério do Turismo (2003). **Plano Nacional de Turismo 2003-2007.** Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf> Acesso em: 05 dez. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Briga, tiros e muita correria em arrastão no bairro do Recife Antigo. **NE10 TV Jornal.** Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2015/01/12/briga-tiros-e-muita-correria-em-arrastao-no-bairro-do-recife-antigo-17450.php>> Acesso em: 05 fev. 2016.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Sociologia do lazer. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Turismo. Como aprender, como ensinar**. 2. ed. São Pulo: SENAC, 2001.

CAPECE, Gustavo R. **Política Turística: Metodologia para su concepción y diseño**. 1. ed. Buenos Aires: Fundacion Pro Turismo, 2014. (Coleccion Politica Turistica).

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política**. Portugal-Lisboa: s. n., 2006. Disponível em: <<http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>> Acesso em: 29 set. 2014.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. **Revista de Geografia**, Recife, v. 15, n. 1/2, p. 21-50, jan./dez. 1999.

_____. Le tourisme et la mobilité sócio-geographique des pobres à Recife. Paris: Les Presses Universitaire du Leptentrion, 2002.

_____. Turismo e processo de produção do espaço geográfico: prolegômenos a quem deseja fazer uma análise geográfica do turismo. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. **Regionalização e Análise Regional: perspectivas e abordagens contemporâneas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. Turismo e espaço geográfico: o turismo como uma prática socioespacial reforçadora de uma economia urbana voltada aos interesses de mercado. In: CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; VIEGAS, Jeanete Magalhães (Org.) **Turismo e práticas socioespaciais: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades**. Recife: UFPE, 2008.

_____. A (In) Sustentabilidade da Vida Humana nas Cidades: Redirecionamentos Teórico-Metodológicos à Construção de Ambientes Urbanos Humanos. In: **Revista Brasileira de Geografia Física**. Recife: UFPE. vol. 5, n. 1, 2012.

_____. Tourism, the End of na Illusion: a Social Practice that still has its Spatial Importance but does not deceive People anymore. **Alma Tourism: Journal of Tourism, Culture and Territorial Development**. n. 12, 2015.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. O lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (60), 1 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24560.htm>> Acesso em: 27 set. 2011.

CEARÁ, Crimes Violentos contra o Patrimônio do. (2016). Disponível em: <http://www.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD¶metros=5066&extFile=pdf> Acesso em: 17 jan.2017.

CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COSTANZA, Robert. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, Peter Herman; MOTTA, Ronaldo Serôa da. (Org.). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994. p.111-144.

COSTANZA, Robert et. al. Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change** 26 (2014). 152–158. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Robert_Costanza/publication/262489570_Changes_in_the_global_value_of_ecosystem_services/links/53d1961a0cf220632f3c1922.pdf> Acesso em: 25 mar. 2015.

Construção da Arena Fest é embargada: prefeitura de Ipojuca assegura que obra obedece às normas legais. **Folha de Pernambuco**. Recife. 11 nov. 2016. Cotidiano. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2016/11/11/NWS,5970,70,449,NOTICIAS,2190-CONSTRUCAO-ARENA-FEST-EMBARGADA.aspx>> Acesso em: 11 dez. 2016.

COOPER, Chris et al. **Turismo, princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz. **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: UECE, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo nos discursos nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EDUECE, 2007.

CORIOLOANO, Luzia Neide. 2016. **Palestra realizada no Departamento de Hotelaria da UFPE (DHT/UFPE)**.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Relações de poder**. Entrevista exibida no Programa Justiça do Trabalho na TV, pela TV Justiça, em 28.10.2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Okbq8W4o7M>> Acesso: 08 nov. 2014.

CUERVO, R. S. **El turismo como medio para comunicacion humanada**. Mexico-DF: Departamento de Turismo do Governo do México, 1967.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: **Geosul**. v.20, n.40, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234/12254>> Acesso em: 19 mar. 2010.

_____. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: COSTA, Jean Henrique; SOUSA, Michele de. **Política de Turismo e Desenvolvimento**: reflexões gerais e experiências locais. Mossoró, RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 2010.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2012.

DICIONÁRIO MOBILE DE LÍNGUA PORTUGUESA, Porto Editora: 2016.

Dois homens suspeitos de assalto a bancos no Recife são presos: Dupla teve participação em investidas recentes contra duas agências. **G1 Pernambuco**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2013/09/dois-homens-suspeitos-de-assalto-bancos-no-recife-sao-presos.html>> Acesso em: 03 fev. 2014.

Dupla Suspeita de assaltos é presa na Estação Ipiranga do metrô do Recife: Com eles foi apreendido um simulado de revólver calibre 38. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/10/03/interna_vidaurbana,668045/duplasuspeita-de-assaltos-e-presa-estacao-ipuranga.shtml> Acesso em: 25 mar.2017.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERREIRA, Rubio José. **Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas**: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) UFPE, Recife, 2013.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo. Aleph, 2007.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. Bookman: Porto Alegre, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto Gonçalves. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2013.

Grande Recife registra 34 assaltos a ônibus em 11 dias: alguns assaltantes usam de violência e armas no momento do crime. **Portal G1 Pernambuco**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/01/grande-recife-registra-34-assaltos-onibus-em-11-dias.html>> Acesso em: 05 ago.2017.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto. Tradução de: Edite Sciulli.

HALL, C.M. & Jenkins, J. (1995). **Tourism and Public Policy**, Routledge, London. 110p.

HALL, C. M. (1994). **Tourism and politics: policy, power and place**. London: Belhaven Press.

HALL, C. M., & Williams, A. M. (2008). **Tourism and innovation**. London: Routledge.

HAESBAERT, Rogério. Contenção territorial: “campos” e novos muros. **Boletín de Estudios Geográficos** N° 102 – 2014. Disponível em: <http://t.bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/6807/003-haesbaert-beg-102.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

HENZ, Aline Patrícia. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas

estaduais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriu: UNIVALI, 2009. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Patricia%20Henz.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2013.

HERMET, Guy; BADIE, Bertrand; BIRNBAUM, Pierre; BRAUD, Philippe. **Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas**. Portugal: Escolar editora, 2014. (Traduzido da edição francesa Dictionnaire de la Science Politique et des institutions politiques – 7. ed. Armand Colin, 2008.).

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2008.

Homicídios aumentam no Grande Recife durante o carnaval: Número de crimes letais cresceu 4,2% em relação ao mesmo período de 2013. **Globo.Com**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/homicidios-aumentam-no-grande-recife-durante-carnaval-11811804>> Acesso em: 07 ago.2015.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública, seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Tradução Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IGNARRA, Luis R. **Planejamento turístico municipal: um modelo brasileiro**. São Paulo: CTI, 1999.

_____. **Fundamentos do turismo**. 3. reimpr. 1.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Imagens mostram consumo de drogas e brigas no Recife Antigo: Traficantes e consumidores de drogas agem abertamente no bairro do Recife Antigo, um dos pontos turísticos mais movimentados da cidade. **Jornal Nacional**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/imagens-mostram-consumo-de-drogas-e-brigas-no-recife-antigo.html>> Acesso em: 01 jul.2015.

INTERACTION INSTITUTE FOR SOCIAL CHANGE, 2017. Disponível em: interactioninstitute.org Acesso: 10/07/2017.

JAFARI, Jafar. El turismo como disciplina científica. In: **Política y Sociedad**, 2005, Vol. 42 Núm. 1: 39-56. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/viewFile/POSO0505130039A/22996>> Acesso em: 05 set. 2015.

Japônês é assaltado no Recife, mas consegue pegar pertences de volta: turista foi roubado no centro da capital e amigo correu atrás de assaltante. **G1 Pernambuco**. Disponível em:<<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/06/japones-e-assaltado-no-recife-mas-consegue-pegar-pertences-de-volta.html>> Acesso em: 25 abr.2015.

JC Online. **CPRH embarga obra para festival em Porto de Galinhas Empreendedor apresentou documentação insuficiente sobre impacto ambiental e será multado em**

R\$ 600 mil. 10 nov. 2016. Cidades, Ciência/Meio ambiente. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2016/11/10/cp rh-embarga-obra-para-festival-em-porto-de-galinhas-259993.php>> Acesso em: 11. dez. 2016.

KOTLER, Philip; ROBERTO, Eduardo L. **Marketing social**: estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público**. Bookmam, Porto Alegre, 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Org.). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas: 2000.

LEAL, Suely Ribeiro; SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Texto Didático adaptado para a Disciplina Técnicas de Pesquisa – Módulo de Gestão Urbana**, (2009). Baseado em: CARDOSO, Adauto & RIBEIRO, Luiz César Queiroz. Notas Teórico-Metodológicas In: A Municipalização das Políticas Habitacionais: Uma avaliação da experiência recente. 1993-1996. Rio de Janeiro: FASE-UFRJ-IPPUR. Observatório de Políticas Públicas, 1998.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001. (a)

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. (b)

_____. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cbortez, 2010.

_____. **La apuesta por la vida**: imaginación sociológica e imaginarios sociales en los territorios ambientales del sur. S. l.: Vozes Editora, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife, 2013. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2013_76811f318ea1e8d46c688e255f9c1e09.pdf> Acesso em: 22 maio 2013.

Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife, 2014. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2014_ff7e0cb112113e1e3d1e90cbd483f4d7.pdf> Acesso em: 02 fev. 2014.

Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife, 2015. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/LOA_2015_5f5e48d9bf02e77e7b237ec55235d960.pdf> Acesso em: 03 de mar. 2015.

Lei Orçamentária Anual (LOA) de Recife, 2016. Disponível em: <http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/LOA_2016_29a2b69ef39810b40252952e1bb67e42.pdf> Acesso em: 06 mar. 2016.

LEITÃO, Lúcia. **As praças que a gente tem as praças que agente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LEIPER, Neil. **Tourism systems**: an interdisciplinary perspective. New Zealand - Palmerston North: Departament of Management Systems of Massey University, 1990.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**. vol. 25 n.71 São Paulo Jan./Apr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142011000100011&script=sci_arttext> Acesso em: 20 maio 2011.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson, L., **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, Francisco Denílson Santos de; SÀ, Alcindo José de. **A reterritorialização da festa campinense**: um olhar para a civilidade do Balança Campina, em Campina Grande – PB. In: *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em: <www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/download/205/166> Acesso em: 23 nov. 2010.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Interface** (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26022013171120.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2013.

LOHMANN, Guilherme & PANOSSO Netto, Alexandre. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2012.

LOPES, Alba de Oliveira Barbosa. **Ação Pública na formação e transformação do destino turístico de Porto de Galinhas**: um estudo dos referenciais no período de 1970 a 2010. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

Mapa colaborativo expõe áreas com ocorrência de assaltos no Recife: No Onde Fui Roubado os usuários cadastraram denúncias de assaltos, furtos, arrombamentos e até sequestros. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/tecnologia/2013/08/16/interna_tecnologia,456596/mapa-colaborativo-expoe-areas-com-ocorrencia-de-assaltos-no-recife.shtml> Acesso em: 05 mar.2014.

Maranhense é preso por assaltar turistas japoneses no Centro do Recife. **NE10 TV Jornal**. Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2014/06/16/maranhense-e-preso-por-assaltar-turistas-japoneses-no-centro-do-recife-12957.php>> Acesso em: 29 abr. 2015.

MARULO, Artur Manuel; OLIVEIRA, Elizângela Justino de; BATISTA, Joane Luiza Dantas. Turismo, geografia e a obra de Rita de Cássia Ariza da Cruz. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v.4, Ed. Especial, p.116-134, abr. 2016.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade. Procedimentos para a análise documental na constituição da informação etnobiológica. In: ALBUQUERQUE et. al., **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica** / organizadores Ulysses Paulino de Albuquerque, Reinaldo Farias Paiva de Lucena, Luiz Vital Fernandes Cruz da Cunha. – Recife, PE: NUPPEA, 2010. p. 419-462.

Metrô do Recife registrou 19 assaltos e furtos este ano: Mulher foi agredida após reagir a assalto no metrô. **NE Notícias Pernambuco**. Disponível em: <<http://noticias.ne10.uol.com.br/jc-transito/noticia/2016/04/05/metro-do-recife-registrou-19-assaltos-e-furtos-este-ano-607244.php>> Acesso em: 22 jul. 2017.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia para su planificación**. México: Trilhas, 1997.

MOLINA, Sergio; RODRIGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2001. Tradução: Carlos Valero.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005. (a)

MOLINA, Sergio. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, 2005 b, Vol. 42 Núm. 1: 39-56.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Rio Grande do Sul: Sulina, 2015.

NOSSO FUTURO COMUM. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

Número de assaltos a ônibus cresce 38% no 1ª semestre, afirma SDS: os dados são referentes ao comparativo com mesmo período de 2015. **Blog Grande Recife Mobilidade Pernambuco**. Disponível em: <<https://jailsonrecifemobilidade.blogspot.com.br/2016/07/violencia-e-mobilidade.html>> Acesso em: 03 ago. 2017.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento sustentável do turismo: uma compilação de boas práticas**. São Paulo: Roca, 2005.

_____. **Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: uma compilação de boas práticas**. São Paulo: Roca, 2004.

_____. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

_____. **Código de Ética Mundial para o Turismo (1999)**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_

publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf> Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Medidas recomendadas para a segurança turismo (1991)**. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284417780>> Acesso em: 05 abr. 2016.

Pais de Sami Khedira são assaltados no Recife, afirma jornal alemão: “Express” diz que parentes contrariaram recomendações de segurança da DFB. **Globo Esporte**. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/selecoes/alemanha/noticia/2014/06/pais-de-sami-khedira-sao-assaltados-no-recife-afirma-jornal-alemao.html>> Acesso em: 15 jun. 2015.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo do. **Manual de orientação para elaboração de projetos turísticos**. (2004) Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/projetos/apresentacao_setu.pdf> Acesso em: 24 abr. 2014.

PARQUE CAPIBARIBE. Disponível em: <<http://www.parquecapibaribe.org/>> Acesso em 21 ago. 2016.

PERNAMBUCO, Secretaria de Turismo de. **Projetos de turismo PE**. Disponível em: <<http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur>> Acesso em: 14 abr. 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. Estatísticas da Criminalidade Violenta em Pernambuco – 2014. Recife: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, 2015. Disponível em: <http://www.portais.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1caba926-5ff6-4277-ba83-513e25fe896b&groupId=19941> Acesso em: 19 fev. 2016.

PERNAMBUCO. Polícia Militar de. (2017 a). Disponível em: <<http://www.pm.pe.gov.br/web/pmpe/missao>> Acessado em: 08 jan. 2017.

PERNAMBUCO, Polícia Civil de. (2017 b). Disponível em: <<http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/missao-e-valores.html>> Acessado em: 08 jan. 2017.

PETROCCHI, Mario. **Turismo**: Planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

_____. **Hotelaria**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Print Hall, 2006.

PHILIPPI JR., Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010.

PHILIPPI JR., Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2012.

Por conta da violência, recifenses desistem de brincar o carnaval: pesquisa do IPMN revela que boa parte da população deixa de ir às ruas por causa da insegurança. **Leia já.** Disponível em: <<http://www6.carnaval.leiaja.com/carnaval/2014/02/15/por-counta-da-violencia-recifenses-desistem-de-brincar-o-carnaval>> Acesso em: 18 fev. 2015.

Portal G1 Pernambuco. **CPRH paralisa obra em Porto de Galinhas e cobra explicações 'Arena Porto' é o nome do projeto de centro de convenções em Ipojuca:** Empreendimento tem cantor Wesley Safadão como um dos sócios. 07 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2016/11/cprh-paralisa-obra-de-arena-em-porto-de-galinhas-e-cobra-explicacoes.html>> Acesso em: 11 dez. 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE RECIFE. **Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade:** Secretaria de Turismo e Lazer, 2013. Disponível em: <<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesaDetalhadaUnidadeGestora.php#result>> Acesso em: 12 abr. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE RECIFE. **Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade:** Secretaria de Turismo e Lazer, 2014. Disponível em: <<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesaDetalhadaUnidadeGestora.php#result>> Acesso em: 12 abr. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE RECIFE. **Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade:** Secretaria de Turismo e Lazer, 2015. Disponível em: <<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesaDetalhadaUnidadeGestora.php#result>> Acesso em: 12 abr. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE RECIFE. **Detalhamento das despesas efetuadas por órgão/unidade:** Secretaria de Turismo e Lazer, 2016. Disponível em: <<http://transparencia.recife.pe.gov.br/codigos/web/despesas/despesaDetalhadaUnidadeGestora.php#result>> Acesso em: 12 abr. 2017.

Quarta-feira: A violência desenfreada no Recife e no Estado. **Blog do Robson Sampaio.** Disponível em: <<http://www.robsonsampaio.com.br/quarta-feira-a-violencia-desenfreada-no-recife-e-no-estado/>> Acesso em: 06 ago. 2017.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes et. al. Os espaços livres e a esfera pública contemporânea no Brasil: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica Bahia. (Org.). **Sistema de espaços livres:** o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU-Proarq, 2009. 84-99.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REALI, Miguel. Direito e Teoria do Estado. **Revistas USP.** Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/66181/68791>> Acesso em: 09 mar. 2015.

RECIFE, **Lei Municipal nº 9927 de 1968.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1968/992/9927/lei-ordinaria-n->

9927-1968-define-a-politica-municipal-do-turismo-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-e-a-empresa-metropolitana-de-turismo-da-cidade-do-recife-e-da-outras-providencias> Acesso em: 04 out. 2014.

RECIFE, **Relatório Anual das Atividades da Secretaria de Turismo e Lazer da Prefeitura do Recife, 2013**. Recife: PCR/SETUR-L, 2013.

RECIFE, **Relatório de Atividades 2014**. Recife: PCR/SETUR-L, 2014 a.

RECIFE, Secretaria de Turismo e Lazer da Cidade do. **Revisão do Planejamento Estratégico para o período de 2014 – 2017**. Recife: SETUR-L, 2014 b.

RECIFE, **Relatório Anual de Atividades 2015**. Recife: PCR/SETUR-L, 2015.

RECIFE, **Relatório de Atividades 2016**. Recife: PCR/SETUREL, 2016 a.

RECIFE, Portal do turismo no. **Anunciados os vencedores do Prêmio Gerando Conhecimento**: Ao todo, foram inscritos 54 textos, entre artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso e projetos de intervenção, na segunda edição do concurso oferecido pela Prefeitura do Recife. Seis vencedores receberão prêmios em dinheiro. (2016 b). Disponível em: <<http://www.turismonorecife.com.br/pt-br/noticias/anunciados-os-vencedores-do-premio-gerando-conhecimento>> Acesso em: 16 out. 2016.

RECIFE. **Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade**. (2016 c). Disponível em: <<http://meioambiente.recife.pe.gov.br/jardins-historicos>> Acesso em 21 ago. 2016.

RECIFE. Portal na internet da Prefeitura do. **Serviços para o cidadão**: Segurança. (2016 d). Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/guarda-municipal-do-recife?op=MTM5>> Acesso em: 10 out. 2016.

RECIFE. **Serviços para o cidadão**: perfil dos bairros. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/sobre-rpa-1?op=NzQ0MQ==>> Acesso em: 18 ago. 2017.

Recife lidera ranking de homicídios em Pernambuco: Jaboatão ficou em segundo lugar nos índices, que teve ao todo 309 assassinatos no Estado. **NE10 TV Jornal**. Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2015/02/04/recife-lidera-ranking-de-homicidios-em-pernambuco-17755.php>> Acesso em: 09. jun. 2016.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

REJOWSKI, Mirian .Teorizações do turismo em direção a novas abordagens: uma discussão preliminar. **Anais do XII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (2015)**. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DFP1_pdf/40.pdf> Acesso em: 05 jan. 2016.

RODRÍGUEZ, I., WILLIAMS, A. M., & HALL, C. M. Tourism innovation policy: implementation and outcomes. **Annals of Tourism Research**, 49, 76-93, 2014.

RUA, Maria das Graças (2009). **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Disponível em: <portal.mda.gov.br/o/1635738> Acesso em: 30 mar. 2014.

RUSCHMANN, Doris. **Marketing turístico: um enfoque promocional**. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1990.

RUCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2005.

SÁ, Alcindo José (Org.). **Dos espaços do medo a psicoesfera da civilidade, a premência de uma nova economia política/territorial**. Recife: Ed. Universitária da UFPE-CCS, 2010.

_____. **Nas geografias da violência... o renascer dos espaços de civilidade?** Recife: Ed. Universitária da UFPE-CCS, 2009.

_____. **Pelo direito à vida: a construção de uma geografia cidadã**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

_____. **O Brasil e as geografias do medo: sim, a história da barbárie humana se repete!** Recife: UFPE, 2005. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/exemplo>>. Acesso em: 09 maio 2008 (b).

_____. **“Por uma geografia sem cárceres públicos ou privados”** Recife: Os autores, 2007.

SÀ, Alcindo José de; CRUZ, Luciana Maria da. “Medo urbano” e suas formas geográficas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SÁBATO, Ernesto. **Homens e Engrenagens: Reflexões sobre o Dinheiro e a Razão e a Derrocada de nosso tempo**. São Paulo: Papirus, 1993.

SACHS, Ignacy. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente: do aproveitamento racional da natureza para a boa sociedade. In: LOPES, Alba de Oliveira Barbosa. **Ação Pública na formação e transformação do destino turístico de Porto de Galinhas: um estudo dos referenciais no período de 1970 a 2010**. 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SANTANA, J. **Notas Introdutórias ao Planejamento**, Recife: [sine nonine], 1990. Mimeo.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 26 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (a)

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (b)

_____. **Espaço e Método.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (c)

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único a consciência universal. São Paulo, Record, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Uma abordagem acerca de Políticas Públicas e gestão municipal do turismo. In: CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENADO FEDERAL. **Manual de comunicação da Secom:** Siglas. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/estilo/siglas>> Acesso em: 27 ago. 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Silvania do Nascimento. **Concepções e representações sociais de meio ambiente: uma revisão crítica da literatura.** Artigo publicado no VI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, Florianópolis, SC, 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/329.pdf>> Acesso em: 19 mar. 2014.

SILVA, Elton Pereira da. **Lazer e espaços livres públicos:** Análise socioespacial do fluxo de pessoas do Parque Camaragibe, Camaragibe-PE: contribuição da geografia à diminuição da ociosidade dos parques e praças, numa perspectiva de inclusão social. 2009. 75f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - UFPE, Recife, 2009.

_____. Lazer, espaços livres públicos, violência e medo urbanos no contexto da geografia e da atualidade. In: **Anais do IV Simpósio Internacional sobre as Geografias da Violência e do Medo.** Recife: UFPE, 2010. CD-ROM.

_____. **Análise socioespacial do Parque Camaragibe e da Praça Coimbral, Camaragibe - PE:** nexos entre lazer, espaços livres públicos, violência e medo urbanos.

2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012. (a)

_____. Reflexões “geoturísticas” sobre políticas públicas de turismo, espaços livres públicos, medo e violência urbanos. In: CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. (Org.) **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. (b)

SILVA, Elton Pereira da. Planejamento e gestão de espaços livres públicos, na perspectiva dos interesses sociais, no contexto da violência e do medo urbanos In: CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. (Org.). **Movimentos Sociais, Academia e Sociedade: por um espaço do cidadão**. Recife: Editora da UFPE, 2015. p. 133-146.

Sindicalista diz que violência no metrô do Recife tende a piorar. Somente num dia, uma pessoa foi morta, outra baleada e outras brigaram pelos trilhos. **NE10 JC Online**. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/05/23/sindicalista-diz-que-violencia-no-metro-do-recife-tende-a-piorar-237041.php>> Acesso em: 20 jul. 2017.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na territorial social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Karoline Ketilin Moura. **A dimensão ética do turismo sustentável**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (a).

_____. **Mudar a Cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (b).

_____. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 (c)

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Aleph, 2000. (a)

_____. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. 2. ed. v. 2. São Paulo: Aleph, 2000. (b)

_____. **Turismo sustentável: setor público e cenários geográficos**. 3. ed. v.3. São Paulo: Aleph, 2000. (c)

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: Associação dos Advogados de

Trabalhadores Rurais - AATR-BA (2002). Disponível em: <<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf>> Acesso em: 04 mar 2016.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia** para o ensino médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TURISMO NO BRASIL (2011-2014). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf> Acesso em: 17/05/2011.

Turistas assaltadas no Cais José Estelita: Duas belgas foram abordadas por um homem armado com uma faca. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vida-urbana/2015/10/15/interna_vidaurbana,128790/turistas-assaltadas-no-cais-jose-estelita.shtml> Acesso em: 07 jan.2016.

Turista sérvia é esfaqueada nas proximidades do Porto do Recife: violonista de 31 anos chegou à cidade em navio que atracou no porto. **Portal G1 Pernambuco**. Disponível em: <<http://noticias.ne10.uol.com.br/grande-recife/noticia/2016/04/02/turista-estrangeira-e-esfaqueada-ao-desembarcar-de-navio-no-bairro-do-recife-606714.php>> Acesso em: 17 mar. 2017.

VASCONCELOS, Liliana; GUEDES, Luis Fernando Ascensão. **E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos Via Internet no Contexto da Pesquisa Científica**. Apresentação realizada na X SEMEAD, FEA-USP, 2007. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=420> Acesso em: 26 dez. 2010.

VERNANT, Jean Pierre. Os gregos inventaram tudo. Tradução de José Marcos Macedo. Folha de São Paulo, São Paulo: 31 out. 1999. Caderno MAIS!, p. 4-5. (Entrevista concedida à revista francesa L'Histoire.) In: CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.

VIEIRA, Gislayne Pinheiro Malagueta. **Análise das políticas públicas de turismo no fomento da atividade em Pernambuco**. 2008. Monografia (Bacharelado em Turismo) - UFPE, Recife, 2008.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2013: Mortes matadas por armas de fogo**. FLASCO Brasil: Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf> Acesso em: 25 mar. 2014.

_____. **Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil**. FLASCO Brasil: Brasília, 2014. Disponível em: <www.juventude.gov.br/juventudeviva> Acesso em: 04 ago. 2014.

_____. **Mapa da violência 2015: Mortes Matadas por Arma de Fogo**. Brasil: Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. **Mapa da violência 2016:** homicídios por armas de fogo no Brasil. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em: 25 set. 2016.

WWT- Brasil. **Turismo responsável:** manual para políticas locais. Brasília: WWF-Brasil, 2004.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo:** uma esperança condicional. 3. ed. São Paulo: Global, 2003.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

Arrastão gera confusão no Parque Dona Lindu: Briga entre grupos de jovens causou tumulto. **NE10 JC Online.** Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2016/04/03/arrastao-gera-confusao-no-parque-dona-lindu-229400.phh>> Acesso em: 30 jul.2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário teste aplicado junto aos agentes socioambientais do Recife



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Título da tese: **Políticas (públicas?) de turismo no contexto da violência e do medo em espaços livres públicos de Recife - PE**

Autor: **Elton Pereira da Silva (E-mail: eltongeo-tur@hotmail.com)**

Orientador: **Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho**

Questionário

Local de aplicação: _____.

Data: __/__/____.

1. Caracterização geral:

- 1.1 Tipo: () turista () excursionista - País / estado / bairro: _____.
 () morador de Recife () setor privado () terceiro setor () mídia () poder público () academia
 () consultor
- 1.2 Sexo: () M () F () Intersexo
- 1.3 Orientação sexual: () Hétero sexual () Bissexual () Homossexual () Outro: _____.
- 1.4 Idade: () 14 a 17 anos () 18 a 35 anos () 36 a 50 anos () 51 a 65 anos () Acima de 65 anos
- 1.5 Escolaridade: () Sem instrução formal () Fundamental () Médio () Superior incompleto
 () Superior () Pós-graduação lato sensu/MBA () Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado
- 1.6 Sua ocupação principal é: () No comércio () Aposentado/pensionista () Professor
 () Dona de Casa () Profissional liberal () Funcionário Público () Estudante () Outro: _____.
- 1.7 Renda: () não possui renda () até 1 s.m () de 2 a 3 s.m () de 4 e 5 s.m () mais de 5 s.m

2. Recife tem Política *Pública* de Turismo?

() SIM () NÃO () NÃO SEI

Porque:

3. Assinale apenas o plano, programa, projeto e/ou ações da Prefeitura do Recife, na área de turismo, que você conhece?

- 3.1 () Centro de Atendimento ao Turista – CAT
- 3.2 () Centro de Atendimento ao Turista Móvel – CAT Móvel
- 3.3 () Ciclofaixa de Turismo e Lazer
- 3.4 () Receptivos Turísticos Musicais no embarque e desembarque de turistas (aeroporto, porto, rodoviária, metrô, feiras e congressos).
- 3.5 () Olha! Recife (passeios gratuitos de catamarã, ônibus, a pé e pedalando com guias de turismo)
- 3.6 () Recife Antigo de Coração
- 3.7 () Recife da Gente (Turismo de Base Comunitária)
- 3.8 () Recife Sagrado (Visitas guiadas com atendentes bilíngues em templos católicos)
- 3.9 () Atividades e eventos nos Parques Santana e Parque da Macaxeira
- 3.10 () Orla Recife (Obras de requalificação da Orla de Boa Viagem – parcerias público-privadas)

- 3.11 () Lazer na Rua (Proporcionar opções de lazer a população, através do estímulo de atividades físicas, esportiva e de lazer.)
- 3.12 () Recife de Coração nos Bairros (Democratizar o lazer nos bairros através de um domingo diferenciado e otimização dos espaços públicos)
- 3.13 () Fórum Municipal de Entidades de Ensino Superior / Prêmio Gerando Conhecimento
- 3.14 () Projetos de Qualificação (PRONATEC - PCR & Mtur/ AEROPORTO / PRODETUR)
- 3.15 () Programa Cliente Oculto (Centros de Atendimento ao Turista (CAT); Projeto Olha! Recife; Projeto Recife Antigo de Coração; Projeto Ciclofaixa; Projeto Recife de Coração nos Bairros; Recife Sagrado.)
- 3.16 () Pacto Metropolitano do Turismo
- 3.17 () Conselho Municipal do Turismo do Recife
- 3.18 () Academia Recife
- 3.19 () Recverão
- 3.20 () Planejamento estratégico da SETURL
- 3.21 () Eventos programados (Carnaval, Semana Santa, São João, Natal etc.)
4. Você foi convidada a participar desses planos programas ou projetos nas fases de:
- 4.1 Formulação ()SIM () NÃO
- 4.2 Implementação ()SIM () NÃO
- 4.3 Avaliação ()SIM () NÃO
- Qual (is)?:_____.
5. A instituição do Trade Turístico a qual você faz parte foi convidada a participar desses planos programas ou projetos nas fases de:
- 5.1 Formulação ()SIM () NÃO
- 5.2 Implementação ()SIM () NÃO
- 5.3 Avaliação ()SIM () NÃO
- Qual (is)?_____ Nome da Instituição:_____.
6. O turismo tem relação com o aumento da criminalidade em Recife nos últimos quatro anos (2013-2016)?
- () SIM () NÃO
- Comente:
- _____
- _____
- _____
- _____
7. O TURISMO, através da totalidade de seus elementos e relações entre visitantes e visitados, contribuiu para aumentar ou para diminuir a violência e o medo em Recife?
- () AUMENTAR () DIMINUIR () NÃO SEI
- Porque:
- _____
- _____
- _____
- _____
8. Os projetos e ações da Secretaria Turismo e Lazer da Prefeitura do Recife (2013-2016) contribuíram para aumentar ou para diminuir a questão da violência e do medo na cidade do Recife?
- () AUMENTAR () DIMINUIR () NÃO SEI
- Comente:_____
- _____
- _____
- _____

9. As Políticas de turismo de Recife (2013-2016) conseguiram atingir a todos os bairros que compõem as 6 RPA's da cidade? Os 96 bairros da cidade?
☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SEI
 Comente: _____

 _____.
10. Como você avalia o desempenho nos últimos 4 anos (2013-2016) para o desenvolvimento do turismo em Recife do/da:
- 10.1 **Ministério do Turismo:** ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ não sei opinar
- 10.2 **Governo de Pernambuco:** ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ não sei opinar
- 10.3 **Sec. Turismo e Lazer do Recife:** ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ não sei opinar
- 10.4 **Sua instituição:** ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ não sei opinar
- 10.5 **Você:** ☐ ótimo ☐ bom ☐ regular ☐ ruim ☐ péssimo ☐ não sei opinar
11. Quais ações a **Prefeitura de Recife** poderia realizar para melhor desenvolver o turismo na cidade?

 _____.
12. Quais ações a **Instituição** a qual você faz parte poderia realizar para melhor desenvolver o turismo em Recife, de modo que os benefícios da atividade cheguem, satisfatoriamente, para todos que compõem o Trade Turístico?

 _____.
13. Quais ações **Você** poderia realizar para melhor desenvolver o turismo em Recife, de modo que os benefícios da atividade cheguem, satisfatoriamente, para todos que compõem o Trade Turístico?

 _____.
14. Qual (is) desses Espaços Públicos de Recife você utiliza para vivenciar o lazer?
- ☐ Ruas do Bairro do Recife – “Recife Antigo”
- ☐ Marco Zero
- ☐ Praça do Arsenal
- ☐ Parque 13 de Maio
- ☐ Parque Santana
- ☐ Parque da Macaxeira
- ☐ Parque da Jaqueira
- ☐ Parque D. Lindu
- ☐ Praça de Boa Viagem
- ☐ Espaço público em seu bairro. Especificar espaço: _____.
- ☐ Ruas do bairro da Boa Vista próximo a bares, boates etc.
- ☐ Largo de Santa Cruz
- ☐ Orla do Pina
- ☐ Praia de Boa Vagem
- ☐ Calçadão de Boa Viagem
- ☐ Nenhum desses anteriores. Utilizo: _____.
15. Com que frequência você utiliza os Espaços Públicos do Recife para vivenciar o lazer?
- ☐ semanalmente ☐ quinzenalmente ☐ mensalmente ☐ bimestralmente ☐ semestralmente
- ☐ anualmente ☐ não utilizo para lazer ☐ sempre que venho a Recife

16. Ao utilizar os Espaços Públicos de Recife você se sente:

() seguro () inseguro

17. Você tem medo de utilizá-los? () sim () não

Porque?:

18. Sobre atos de violência nos Espaços Públicos com vocação turística de Recife:

() já ouvi falar () já presenciou () já foi vítima () nenhuma das alternativas acima

19. Você, algum familiar, ou amigo próximo, já foi vítima de algum crime nos Espaços Públicos de Recife nos últimos 4 anos (2013-2016)? (Dar preferência a crime com o entrevistado e a crimes mais recentes)

(a) sim (b) não, qual?

Qual (is)?	Ano	Quem foi a vítima?	Local
(a) furto			
(b) roubo de celular			
(c) roubo de outros objetos			
(d) roubo de veículo			
(f) agressão física			
(g) tentativa de homicídio			
(h) sequestro			
(i) compra e venda de drogas			
(j) não foi vítima, nem tem conhecimento de nenhum crime			
(k) Outros. Quais? _____ _____ _____ _____			

20. Qual a sua opinião sobre a violência na cidade de Recife nos últimos anos (2013 – 2016)?

(a) diminuiu (b) permaneceu como estava (c) aumentou

21. Nos últimos 4 anos (2013-2016) o medo de sair de casa, andar nas ruas, e de utilizar os Espaços Públicos de Recife (praças, parques, ruas, largos, calçadas, orla etc.):

(a) diminuiu (b) permaneceu como estava (c) aumentou

APÊNDICE B - *Checklist* utilizado para obter informações sobre violência e medo em Recife- PE junto aos órgãos de segurança pública



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

Título da tese: **Políticas (públicas?) de turismo no contexto da violência e do medo em espaços livres públicos de Recife - PE**

Autor: **Elton Pereira da Silva.** (E-mail: eltongeo-tur@hotmail.com)

Orientador: **Prof. Dr. Claudio Jorge Moura de Castilho.**

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E MEDO

1. Ocorrências contra turistas, em Recife, por ano (2013, 2014, 2015 e 2016);
2. Indicação Geográfica (bairro e rua/endereço) em que aconteceram as ocorrências em Recife;
3. Principais crimes identificados nas ocorrências registradas em Recife;
4. Picos das ocorrências por ano (2013, 2014, 2015, 2016) em Recife;
5. Principais dias da semana, meses, datas comemorativas, ou eventos em que a maioria dos crimes aconteceram em Recife;

Atenciosamente,

Elton Pereira da Silva

Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPE (PRODEMA/UFPE)

APÊNDICE C – Quadro síntese utilizado na análise de conteúdo dos documentos de planejamento

DOCUMENTOS	TERMOS CITADOS						
	ESPAÇO LIVRE PÚBLICO	VIOLÊNCIA	MEDO	CRIME	SEGURANÇA	SUSTENTABILIDADE/ SUTENTÁVEL / SUSTENTADO	MEIO AMBIENTE / AMBIENTAL
Plano Nacional do Turismo (2003 -2007)	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	Citado 01 vez na página 08 como “violência urbana”.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo é citado relacionado à segurança pública da população e no destino turístico (p. 08,36,37). Na p. 40 citado no sentido de “segurança dos serviços prestados ao turista”.	O termo “sustentabilidade” é citado 05 vezes no documento, sendo relacionado as questões econômicas, sociais, e físico-naturais (pag. 05, 06, 09, 20, 31, 36). O termo “sustentável” é usado 01 vez no documento (pag.06), no sentido de uso racional dos “recursos natural e cultural”.	Termo utilizado com dois sentidos: - O termo é citado uma única vez em sentido que extrapola a dimensão físico-natural: “patrimônio ambiental (cultural e natural)”, na p. 09. - As demais são utilizadas enquanto sinônimo de elementos naturais (3 ocorrências na p. 09: ambientais, ambiental e meio ambiente.)
Plano Nacional do Turismo (2007 -2010)	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo é citado 01 vez ligado diretamente ao objetivo do trabalho: “O turismo é intensivo em mão-de-obra, com impactos positivos na redução da violência no País”. (p. 15).	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	Utilizado na p. 25 como sinônimo de “certeza”, não se aplicando ao objetivo deste trabalho. Citado 03 vezes nas p. 72-73, dentro das orientações do MACROPROGRAMA: INFRA-ESTRUTURA PÚBLICA, que contempla Programa de Articulação Interministerial para Infraestrutura de	O termos “sustentabilidade” é citado 09 vezes no documento (pag.15, 30, 33, 52, 59, 60, 62, 72, 75), no sentido ambiental mais amplo e relacionado à sustentabilidade ambiental do destino turístico na sua totalidade e relacionado às dimensões específica do meio ambiente. Por outro lado, o termo “sustentável” é citado 21 vezes (p. 05 - duas vezes-, 08, 13, 15, 19, 21 - duas vezes -, 22, 39, 44, 45, 47, 57, 68, 69, 70, 73, 74, 76, 77) no sentido de uso racional dos recursos	- A Ideia complexa de MA aparecem apenas duas vezes (p. 5, 67); - Utiliza-se duas vezes do termo “socioambiental” visando um entendimento mais complexo do MA (p. 60; 62 -Há predominância do uso de dos termos enquanto sinônimo de dimensão

					<p>Apoio ao Turismo e o Programa de Apoio à Infraestrutura Turística</p> <p>Nas p.74 e 75 aparece 02 vezes no sentido de segurança dos serviços prestados ao turista, situado no</p> <p>MACROPROGRAMA: QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.</p>	<p>ambientais de maneira mais global (em grande maioria das ocorrências e relacionado a à dimensões específicas do MA.</p>	<p>físico-natural: meio ambiente (p. 16, 60); “ambiental” / “ambientais”: (p. 5 duas vezes, 15, 16, 21, 52, 57, 60 duas vezes, 62, 68 e 69 em que gestão ambiental ganha o uso restritivo;</p> <p>Nota: Os termos “ambiente” em seu caráter genérico, como parte de siglas (como MMA, por exemplo) e o termo “ambiental” quando relacionado a “saneamento ambiental”, bem como os termos que apareciam para fins de ilustração e estética do documento foram desconsiderados.</p>
<p>Plano Nacional do Turismo (2013-2016)</p>	<p>O termo não é citado em nenhum momento no documento.</p> <p>Todavia, faz-se uma referência à melhoria da acessibilidade “em equipamentos, atrativos e serviços turísticos, com adaptação dos espaços, mobiliários e</p>	<p>O termo não é citado em nenhum momento no documento.</p>	<p>O termo não é citado em nenhum momento no documento.</p>	<p>O termo não é citado em nenhum momento no documento.</p>	<p>O termo é citado 02 vezes: - enquanto indicador do índice de competitividade turística internacional do Fórum Econômico Mundial (p. 42); -no sentido de “Segurança pública” (pag.66), enquanto um objetivo estratégico do PNT (2013-2016) no sentido de preparar o turismo brasileiro para megaeventos.</p> <p>Nota: não foi considerado o uso do termo que não</p>	<p>Sustentabilidade: (p. 06, 16, 42 “ambiental” no sentido de natural, 68 “sustentabilidade dos empreendimentos, atrativos e serviços.”, 97, 98).</p> <p>Sustentável: (p. 06, 38, 52 duas vezes no sentido “economicamente sustentável”, 54, 68 no sentido de valorização das riquezas naturais, 84, 93, 98, 99).</p> <p>Sustentado: (p. 06, 12).</p>	<p>Meio ambiente: é citado 02 vezes (p. 52 e 99), com visão mais ampla em relação aos PNT anteriores, se aproximando da visão de totalidade de MA das 5 dimensões defendidas nesta tese. Curiosamente a dimensão mais frágil é a política. A que deveria ser mais amplamente trabalhada.</p> <p>Ambiente jurídico: p.101 duas vezes;</p> <p>(Macro) ambiente econômico e de negócios:</p>

	equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação”. (p. 86).				<p>fosse no sentido de segurança pública. Exemplos: “segurança jurídica” (p. 8); segurança relacionada à acessibilidade à pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (p.86 e 88).</p> <p>A única referência à questão da segurança, é quando na proposição das ações , no item 6.4 Promover os produtos turísticos, especificamente, 6.4.1 Realizar campanhas de promoção do turismo interno, propõe-se: [...] A promoção nacional do turismo engloba ações de propaganda e publicidade de forma a consolidar a imagem do Brasil como destino seguro, qualificado, diversificado e sustentável, fomentando o mercado interno e as ações de promoção das regiões brasileiras, de forma a contribuir para a diminuição das desigualdades regionais.”</p>		<p>101, 105 duas vezes “macroambientes de negócios”, 107 “ambiente econômico internacional, ambiente econômico nacional e macroambientes de negócio”.</p> <p>Ambientalmente: p. 52 “ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo”.</p> <p>Ambiental (ais): p. 38, 40 e 42 duas ocorrências no sentido de sinônimo de recursos naturais. Nota: reproduziu-se o entendimento do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, medido anualmente pela Fundação Getúlio Vargas e Sebrae.</p> <p>Na p. 107 tem-se um entendimento mais amplo: “Crescimento ordenado, preservação do patrimônio natural, qualidade das cidades, combate à especulação imobiliária e à favelização etc.”</p>
Política Nacional de Turismo (Lei 11.771 de 18	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo é citado no documento 06 vezes (Pag.02 três vezes, 05, 08 duas vezes), mas diz respeito à	Não é citado o termo “sustentabilidade” no documento. Porém, há o uso do termo “sustentável” 05 vezes, com o sentido de gestão consequente dos destinos (Pag. 01 duas vezes, 02 duas vezes, 04).	O termo “meio ambiente” é citado 02 vezes no documento: (pag.02 no sentido de “meio ambiente natural”; p.03 no sentido

de Setembro de 2008).					segurança na utilização de serviços e equipamentos turísticos. Ex.: “XVIII estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos;”		<p>mais amplo do termo “VI a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico;)</p> <p>Ambiental (ais): p. 2 duas vezes (“VIII propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural; [...] XIII propiciar os recursos necessários para investimentos e aproveitamento do espaço turístico nacional de forma a permitir a ampliação, a diversificação, a modernização e a segurança dos equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às preferências da demanda, e, também, às características ambientais e socioeconômicas regionais existentes;”</p> <p>p.04 e11 “ambiental” como predicativo de órgão e legislação.</p>
-----------------------	--	--	--	--	---	--	---

							Sociambiental: p.3 “VII a atenuação de passivos socioambientais eventualmente provocados pela atividade turística;”
PRODETUR I	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo foi mencionado 04 vezes no documento (pag.18,28,29,30,63,64), no contexto de infraestrutura dos equipamentos e 02 vezes em operações de serviço de proteção ao crédito.	O termo Sustentabilidade foi mencionado 39 vezes no documento (pag.26,31,49,50,52,57,60,61,62,63,64,65), mais o seu uso teve um sentido de gestão / processo. No qual, usa-se o termo para propor ou justificar os processo de gestão dos investimentos do Prodetur e as questões econômicas.	O termo foi citado 05 vezes no documento (pag.13,42,51,52), nos sentidos de medidas de gestão para proteger o meio natural e ao mesmo de medidas/ações de gestão para os impactos gerados pelo turismo.
PRODETUR II	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.	Não se teve acesso ao documento.
Plano Estratégico de Pernambuco (2008-2020)	O termo não é citado em nenhum momento no documento. Nota: as proposições que se aproximaram foram: criação de espaços de eventos para o Sertão do Pajeú até 2010 (p. 24); espaços para realização de eventos até 2015 em Petrolina (p. 27); ações voltadas à	Mencionado 02 vezes na pag. 05, destacando a ocorrência do fenômeno na capital pernambucana como sendo um impacto negativo ao desenvolvimento do turismo na cidade e, portanto um problema a ser debelado. Apontado no Diagnóstico (2.1 O Turismo em	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo não é citado em nenhum momento no documento.	O termo é mencionado 04 no documento (pag. 16,17,23,29), com o sentido de infraestrutura para os destinos de Pernambuco.	O Termo “sustentabilidade” não é citado propriamente no documento. Por outro lado, há 05 menções do termo “Sustentável “(pag18,,25,30,49), relacionado as ações relacionadas ao Programa Turismo Nacional de Turismo Sustentável e Infância” do governo federal.	O termo Meio Ambiente foi mencionado 04 vezes no documento (pag.12,21,27,31), mas no sentido de direcionar a nomenclatura de órgão público de gestão. 01 vez, para definir conceito de segmento.

	reestruturação de espaços de encenação e equipamentos de apoio ao turismo em Brejo da Madre de Deus (p. 31). Todavia, são proposições para os espaços “livres” públicos.	Pernambuco Hoje) está colocada como uma problema ambiental, destacando a mesma					
--	--	--	--	--	--	--	--